



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LUCIANO DEMETRIUS BARBOSA LIMA

**OS MOTINS POLÍTICOS DE UM ILUSTRADO LIBERAL:
História, memória e narrativa na Amazônia em fins do século XIX**

**BELÉM-PARÁ
2010**

LUCIANO DEMETRIUS BARBOSA LIMA

**OS MOTINS POLÍTICOS DE UM ILUSTRADO LIBERAL:
História, memória e narrativa na Amazônia em fins do século XIX**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Pará, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.
Orientadora: Professora Doutora Magda Ricci (DEHIS/UFPA).

BELÉM-PARÁ
2010

LUCIANO DEMETRIUS BARBOSA LIMA

**OS MOTINS POLÍTICOS DE UM ILUSTRADO LIBERAL:
História, memória e narrativa na Amazônia em fins do século XIX**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Pará, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.
Orientadora: Professora Doutora Magda Ricci (DEHIS/UFPA).

Data de Aprovação: ___/___/___
Banca Examinadora

Profa. Dra. Magda Ricci (orientadora)
(UFPA/PPHIST)

Prof. Dr. Henrique Espada Rodrigues Lima Filho
(UFSC)

Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo
(UFPA/PPHIST)

Prof. Dr. Rafael Chambouleyron (Suplente)
(UFPA/PPHIST)

BELÉM-PARÁ
2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Lima, Luciano Demetrius Barbosa

Os motins políticos de um ilustrado liberal: História, memória e narrativa na Amazônia em fins do século XIX / Luciano Demetrius Barbosa Lima; orientadora, Magda Ricci. - 2010

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2010.

1. Pará - História, 1820-1830. 2. Pará - Política e governo, 1820-1830. 3. Amazônia - Historiografia, 1820-1830. 4. Raiol, Domingos Antônio, 1830-1912 - Crítica e interpretação. I. Título.

CDD - 22. ed. 981.15

Dedico este estudo a duas mulheres especiais e amadas: minha mãe, Lindalva Barbosa Lima, e minha esposa, Maria Eliane Moura Lima. Razões da minha vida e incentivadoras incansáveis desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Concluir esse árduo, mas prazeroso trabalho representa não apenas uma sensação de dever cumprido, mas antes a perspectiva de ter alcançado um novo degrau nessa longa e difícil “escadaria” que é a vida.

Sinto-me feliz, não somente por ter realizado um estudo como esse, que apesar de suas imperfeições, era algo muito distante da minha realidade até pouco tempo, encontrando-se muito mais em meus sonhos.

A busca incessante por esse objetivo foi responsável pela superação de muitas dificuldades encontradas ao longo desse percurso, trabalhoso e ao mesmo tempo prazeroso, pois quando desempenhamos aquilo que gostamos qualquer barreira pode ser ultrapassada. Assim, fazendo minhas as palavras de Lucien Febvre “amo a história. Se não a amasse não seria historiador. (...) Amo a história e é por isso que estou feliz por vos falar, hoje daquilo que amo”.²

Ademais, não poderia deixar de agradecer todas as pessoas que durante os últimos dois anos acompanharam ou auxiliaram de forma direta e indireta a cansativa realização dessa pesquisa, demonstrando paciência, companheirismo e amizade, foram sentimentos presentes nos menores gestos e sem almejar nada em troca.

Agradeço inicialmente a Deus, que nunca me abandonou, desencadeando sua força onipotente em todos os momentos pelos quais precisei principalmente naqueles de maior dificuldade.

A minha mãe, de quem guardo um imenso amor e orgulho, não somente em razão de ter me colocado no mundo, mas pelo caráter, luta e incentivo fundamentais para que eu chegasse até aqui.

A minha esposa, eterna companheira, testemunha direta de toda essa luta e sem dúvida a grande motivadora para a realização do presente trabalho, pois mesmo nos momentos mais difíceis demonstrou seu amor incondicional sempre com palavras de conforto.

Ao meu pai, que mesmo estando ausente, sempre se constituiu num exemplo intelectual, em razão pelo seu amor a leitura e conhecimento.

As minhas irmãs, demais parentes e amigos, pela força e incentivo indispensáveis para que esse trabalho fosse realizado.

² FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Vol. I, 3ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 37

Agradeço de forma especial a minha orientadora professora Magda Ricci, que desde a graduação tem se constituído numa incentivadora incansável, que além da paciência, apontou caminhos, leituras e outras fontes, indispensáveis para que a pesquisa fosse concluída.

Aos demais professores do curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará, pela disponibilidade e contribuições valiosas nos rumos desta dissertação. Em especial, a alguns integrantes da Linha de Pesquisa em História e Natureza que acompanharam atentamente os primeiros passos dessa pesquisa: Rafael Chambouleyron, Aldrin Moura Figueiredo e Leila Mourão pelo incentivo, sugestões e críticas, durante a realização do mestrado.

Aos amigos do mestrado em 2008: Amilcar, Camilo, Edivania, Karla, Maira, Mirtes, Rui, Wesley e Edilson, pelo apoio e interesse sobre meu estudo, e, principalmente nas constantes discussões a cerca de nossas pesquisas e também direcionadas ao próprio engrandecimento do curso.

Agradeço pelo apoio institucional e financeiro da Secretaria Executiva de Educação do Pará (SEDUC), por ter me liberado das funções docentes, através de uma licença e concedido uma bolsa mestrado, cujos recursos foram imprescindíveis para realização desta pesquisa.

Por fim, resta à gratidão direcionada a muitas pessoas anônimas que contribuíram para a realização do mesmo, pois sem elas essa pesquisa seria muito mais difícil de ser concretizada. Por isso, consciente da impossível tarefa de citar os nomes de todos os colaboradores da presente dissertação, minha eterna dívida com os funcionários de diversas bibliotecas e arquivos, que mesmo sem me conhecer, dedicaram parte de seu tempo e paciência na busca de livros e documentos importantes para a elaboração desse estudo.

Não pode o homem passar sem um trabalho literário que lhe preocupe o espírito. Não lhe basta a leitura de livros, por mais interessantes que sejam. Sente êle a cada momento a necessidade de qualquer outro trabalho, mais sério e acurado, que lhe absorva os cuidados e o arranque do enfado freqüente da vida.

Domingos Antônio Raiol, (*Um capítulo de história colonial do Pará*, 1894).

RESUMO

Esta dissertação pretende analisar a obra de cinco tomos intitulada *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Elaborado em finais do século XIX pelo historiador e político Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará), esse estudo caracteriza-se pela descrição de uma série de conflitos políticos e sociais ocorridos no Grão-Pará, entre as décadas de 1820 e 1830, transformando-se ao longo do século XX, em fonte central para a história da Cabanagem. Ademais, o livro de Raiol foi muito além de elencar fontes sobre a superficialidade dos eventos políticos e suas lideranças amazônicas. *Motins Políticos* apresenta através de olhares sensíveis ou racionais, inúmeras referências direcionadas à natureza e sociedade amazônica. Analisando estas concepções românticas e cientificistas, essa dissertação investiga o percurso metodológico de seu autor, seu processo de produção, bem como as inúmeras críticas impetradas a ele e a sua obra ao longo do tempo.

Palavras-chave: Amazônia, Biografia, Romantismo, Cientificismo, Historiografia, Século XIX.

ABSTRACT

This dissertation want analyze the work of five volumes titled Political Riots or history of the main political events in the Province of Pará from 1821 until 1835. Elaborated in the end of nineteenth century, by the historian and political Domingos Antonio Raiol (Baron of Guajará), this study, is characterized by description a series the political and social conflicts occurred in Pará, between the decades of 1820 and 1830, if transforming to long of century XX in fount main for history of Cabanagem. Furthermore, the book Raiol, was much beyond the enumerate sources about superficiality of events political and their Amazonian leaders. Political Riots exposes by through of looks, sensitive or rational, numerous references the nature and Amazonian society. Analyzing these conceptions romantic and scientific this present dissertation investigates the pathways methodological of their author, their process of production, well as the many critical directed him and his work during time.

Key words: Amazon, Biography, Romanticism, Scientism, Historiography, Century XIX.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	6
RESUMO.....	9
ABSTRACT.....	10
ABREVIATURAS.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1	
UM BARÃO, A HISTÓRIA E O IMPÉRIO: ANALISANDO A PRODUÇÃO DE MOTINS POLÍTICOS.....	20
1.1- Entre livros, salões e a boa sociedade: contatos intelectuais e aquisição de referenciais teórico-metodológicos por Domingos Antônio Raiol.....	21
1.2- Historiador político ou político historiador? O pensamento liberal e a produção de Motins Políticos.....	41
1.3- Produção intelectual revisitada.....	49
1.4- Motins Políticos e o IHGB.....	54
CAPÍTULO 2	
UMA OBRA E SUA RECEPÇÃO: MOTINS POLÍTICOS E A CRÍTICA NOS SÉCULOS XIX E XX.....	72
2.1- O aprofundamento das críticas à obra de Raiol no início do século XX.....	85
2.2- A reedição de Motins Políticos durante o regime militar.....	93
2.3- Novos enfoques sobre Motins Políticos a partir dos anos 90.....	103
CAPÍTULO 3	
O LADO SENTIMENTAL DO BARÃO: ROMANTISMO E MUNDO NATURAL EM MOTINS POLÍTICOS.....	110
3.1- Romantismo e historiografia no século XIX.....	113
3.2- Natureza, paisagem e sentimentos nos escritos de Raiol.....	118
3.3- Natureza e patriotismo: sensibilidades sobre a terra natal na obra do Barão.....	122
3.4- Sob a proteção da natureza: turbas e usos da floresta.....	127
3.5- Inocência ameaçada: mulheres e natureza no texto de Raiol.....	133
CAPÍTULO 4	
O MOTIM E OS GERMENS: NATUREZA E CIENTIFICISMO NA OBRA DO BARÃO DE GUAJARÁ.....	140
4.1- A difusão do pensamento cientificista no Brasil.....	142
4.2- Em busca da civilização: natureza e cientificismo em Motins Políticos.....	147
4.3- A mecânica dos motins: usos da física-natural.....	150
4.4- Germes rebelados: relações entre os “motins” e as epidemias.....	156
4.5- A natureza “inferior” do negro: analisando a presença de teorias raciais na obra Motins Políticos.....	163
4.6- Os tapuias e a civilização: analisando a presença do índio na obra Motins Políticos.....	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
FONTES IMPRESSAS CITADAS.....	185
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	189

ABREVIATURAS

IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SAIN	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
UFPA	Universidade Federal do Pará
APL	Academia Paraense de Letras
ABL	Academia Brasileira de Letras
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico do Pará
APEP	Arquivo Público do Estado do Pará

INTRODUÇÃO

Na cidade de Belém, durante o auge das disputas políticas do novo Republicanismo, vem à luz um quinto e último tomo de uma obra intitulada *Motins Políticos*.³ Publicado em 1890,⁴ dedica-se ao estudo sobre os anos mais tumultuados das lutas político-sociais na Amazônia Imperial durante o contexto das décadas de 1820 a 1830.

Nele, um sexagenário autor e ex-político paraense, calejado pelas experiências da vida pública, expressou-se mais decidido do que nunca sobre o caráter dos levantes políticos e sociais: “os motins são como tufões que abatem as árvores frondosas e elevam as fôlhas⁵ sêcas do chão, os corpos que menos pêsô têm (...) com o fim sinistro de excitar o sentimento patriótico e o religioso contra determinadas individualidades”.⁶

Metafórico, este trecho referente às ações das turbas interpõe elementos como à política, o sentimento, a ciência e a natureza enquanto meios de interpretação das ações dos sujeitos inseridos naquele contexto. Estes conceitos são os pontos de partida de minhas indagações, pois ajudam a unir os capítulos desta dissertação. Nestes, analisarei temas aparentemente heterogêneos, mas que possuem em comum a perspectiva de ajudar a elucidar detalhes sobre os elementos formadores do pensamento deste historiador, que direta ou indiretamente compuseram a sua narrativa.

Sabendo que “tudo quanto o homem diz ou escreve (...) pode e deve informar a seu respeito”,⁷ este estudo, embora caracterizado dentro da idéia geral de uma *história social da Amazônia*, pretende ser ainda uma contribuição para a *História Intelectual*⁸ e a *História*

³RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2ª Ed., Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970. Vol. III. p. 805-806

⁴ O 1º foi publicado no Rio de Janeiro, em 1865, com 320 páginas. O 2º foi publicado em São Luiz do Maranhão em 1868, com 412 páginas. O 3º foi publicado no Rio de Janeiro, em 1883, com 469 páginas. O 4º foi publicado no Rio de Janeiro, em 1884, com 499 páginas. O 5º volume foi publicado no Pará, em 1890 com 543 páginas.

⁵ Por tratar-se de um estudo com utilização de várias fontes bibliográficas e documentais pertencentes ao século XIX, muitas citações apresentarão pontuação e ortografia da época.

⁶ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. III. Op. Cit. p. 805-806

⁷ Citação retirada de BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 3ª Ed. Trad. Maria Manuel e Rui Grácio. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976. p. 61

⁸ Em referência a História Intelectual ver: RODRIGUES DA SILVA, Helenice. *Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papyrus, 2002. FALCON, Francisco. História das idéias. IN: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.), *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. SCHORSKE, Carl. *Viena fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Social da Natureza.⁹ Ele preocupa-se com as percepções de um autor chamado Domingos Antônio Raiol,¹⁰ que em sua obra *Motins Políticos* realizou inúmeras referências ao mundo natural e social amazônico, elaboradas por meio de pensamentos muito presentes em sua época, como o romantismo¹¹ e o cientificismo/naturalismo.¹² Além destes pontos, essa dissertação trata também de aspectos ligados à produção e à recepção despertada por essa obra na intelectualidade regional e brasileira de seu tempo, e em contextos posteriores, caminhos instigantes para a compreensão da presente narrativa.

Domingos Antônio Raiol foi um dos mais conhecidos políticos liberais do Brasil Imperial e, certamente um destacado político e intelectual de sua geração no Norte do Brasil. Nascido em Vigia no Grão-Pará, ainda criança viveu a Cabanagem e se tornou órfão. Mudou-se para Belém onde estudou no Liceu Paraense. Mais tarde seguiu para Pernambuco onde se formou Bacharel na área de Ciências Jurídicas e Sociais em 1854, pela Faculdade de Direito de Recife. Além disso, “durante dois anos, exerceu a advocacia em Belém no escritório de Bernardo de Souza Franco”, o primeiro presidente da província do Pará nomeado após a contenção dos cabanos em 1839¹³. Esta associação com Franco, da qual Raiol tornou-se uma espécie de “protegido”, também lhe rendeu frutos em sua posterior carreira política e intelectual.

Monarquista convicto, Raiol teve uma intensa vida política que extrapolou os limites das províncias do norte do Brasil. Durante o segundo reinado, sempre militando nas fileiras dos liberais, tornou-se “deputado à Assembléia Geral (1863-1866), fazendo parte da

⁹Em referência a História Social da Natureza ver: DRUMMOND, José Augusto. *A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. Estudos Históricos, vol. 4, nº 8 (1991), pp. 177-97; WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198 – 215; WORSTER, Donald. *Transformações da terra para uma perspectiva agroecológica na história*. Ambiente & sociedade. Vol. 5 n. 2/ vol. 6 n. 1. Campinas. 2003.

¹⁰ Segundo Pedro Pombo de Chermont Raiol (1970, p. 9-10) Domingos Antônio Raiol era filho de Pedro Antônio Raiol e de Dona Archangela Maria da Costa Raiol. Ele nasceu na Vila da Vigia, hoje elevada à categoria de cidade, no dia 4 de março de 1830. Aos 5 anos, Domingos Antônio Raiol, ficou órfão, seu pai, Pedro Antônio Raiol, vereador do Conselho Municipal da Vigia, foi morto pelos cabanos em 23 de julho de 1835. Em Belém, estudou Humanidades, seguindo depois para Recife onde se bacharelou em Direito em 1854. Em 18 de fevereiro de 1871 casou com D. Maria Vitória Pereira de Chermont. Além de extensa vida política, foi agraciado com o título de Barão de Guajará, por carta Imperial de 3 de março de 1883. Faleceu em Belém, em 29 de outubro de 1912. RAIOL, Domingos Antônio. *Obras de Domingos Antônio Raiol – Barão de Guajará*. Belém, GRAFISA. 1970.

¹¹ Em referência ao Romantismo ver: AMORA, Antônio Soares. *O Romantismo (1833/1838 – 1878/1881)*. São Paulo, Cultrix. 1967. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1960-1964. Tomo II. O Brasil Monárquico. PARANHOS, Haroldo. *História do Romantismo no Brasil*. São Paulo: Cultura Brasileira. 1937-38. 2 vols. GINSBURG, Jacob (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva. 1978.

¹² Em referência ao cientificismo/naturalismo ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *O Naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1965. BROCA, Brito. *Naturalistas, Parnasianos e Decadentistas*. São Paulo: Unicamp. 1991. ROMERO, Sílvio. *O Naturalismo em Literatura*. São Paulo: Tipografia da Província. 1882.

¹³ ILDONE, José. *Noções de História da Vigia*. 1ª Ed. Belém: Edições SEJUP. 1991. p. 57

primeira comissão de orçamento”.¹⁴ Por indicação imperial, foi presidente das províncias de Alagoas (nomeado em 1882), Ceará (nomeado em 1882) e São Paulo (nomeado em 1883). Ele exerceu também as funções de promotor público “nomeado para a capital em 1856”,¹⁵ procurador dos feitos da Fazenda Nacional no Pará e “vice-provedor do collegio N. S. do Amparo em 1881”.¹⁶ Ao longo de toda sua trajetória política e profissional Raiol nunca deixou de escrever obras históricas, sendo que sua maior foram seus cinco tomos sobre os motins políticos ocorrido na província paraense entre os anos de 1820 e 1840. No ano de 1883, em razão de seus serviços (políticos e intelectuais) a favor do Império, foi agraciado com o título nobiliárquico de Barão de Guajará.

A vida política de Domingos Antônio Raiol e seu livro *Motins políticos* constituem-se em um bom tema para uma dissertação de mestrado em história social da Amazônia por várias razões. Primeiramente porque o político liberal Raiol teve uma vida e trajetória muito significativa para estudos da história social, participando de mudanças políticas e sociais desde o movimento cabano de 1835 até a proclamação da República e suas crises nos anos de 1889 até sua morte em 1912. Neste contexto, sua obra torna-se inseparável de sua trajetória política. Para, além disso, é relevante estudar os escritos de Raiol devido à sua importância para a historiografia amazônica contemporânea e posterior, essencialmente para a historiografia que se dedica sobre a primeira metade do século XIX e mais precisamente aqueles que analisam o movimento cabano. Além disso, embora os textos – e especialmente os documentos – localizados por Raiol tenham sido citados e enfocados em diversas obras, nenhuma investigação mais sistemática foi realizada sobre as percepções históricas e/ou literárias deste autor. À exceção das análises literárias recebidas pelo próprio autor no momento em que sua obra foi lançada, não pude localizar nenhum intelectual dedicado a apreender as intenções e propostas da escrita do autor, bem como sua recepção e transformações ao longo do tempo. O que se conhece de *Motins Políticos* normalmente corresponde à análises que se utilizam da obra em sua superficialidade, repetindo a descrição dos “eventos” e “heróis” citados pelo autor hora para corroborá-los hora para criticá-los. Por isso – mesmo com a existência de uma variada gama de trabalhos com enfoques diretos ou indiretos sobre os textos do Barão – é possível verificar lacunas que podem ser melhor

¹⁴ Idem Ibidem. p. 57

¹⁵ *Exposição apresentada pelo Exm.º Senr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, presidente da província do Gram-Pará ao Exm.º Senr. Tenente Coronel Henrique de Beaurepaire Roham no dia 29 de maio de 1856.* Belém: Typ. De Santos & filhos, 1856. p. 14

¹⁶ *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José da Gama Malcher 1º vice-presidente da província, passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas Filho em 27 de abril de 1881.* Belém: Typ. Do Diário de Notícias. 1882. p. 7

trabalhadas. Não pude localizar nenhuma pesquisa direcionada a sua maneira de narrar seus *Motins Políticos*, suas referências românticas e/ou científicas direcionadas ao meio social e ao meio natural amazônico. Como entendo que a “natureza é uma categoria fundamental para a análise histórica” e que ela é um elemento essencial nos estudos de Raiol, acredito que ainda é muito urgente que se analise esta obra dentro deste outro prisma, o da história social da natureza.¹⁷

Romantismo, cientificismo, sociedade, política e natureza amazônica são muito mais do que cânones literários e conceitos históricos ou historiográficos. Eles se caracterizam como concepções de mundo em meio a uma sociedade que, no século XIX na Amazônia, vivia momentos de passagens abruptas. Saía da fé e crença no poder miraculoso da razão iluminista explícita no constitucionalismo vintista português e brasileiro visto como o salvador da pátria recém criada¹⁸ e chegava a tempos de crises desta visão romantizada de mundo. Eram várias as crises: no campo do social elas iam desde as turbulências regenciais, com movimentos como o cabano, até guerras como a do Paraguai e, finalmente as crises pelo desencanto político durante o segundo reinado e aquelas que se seguiram na cabeça de políticos monarquistas como Raiol depois da proclamação da República no Brasil. Todas estas mudanças e histórias se entrecruzam nos escritos de Raiol. Assim sua obra pode primeiramente ser caracterizada pela valorização do sentimentalismo e subjetividade romântica, e, simultaneamente, ser marcada pela inserção de variados conceitos, pertencentes ao pensamento científico desenvolvido naquele período mutante.

Escrito em um longo espaço de tempo, o texto de *Motins Políticos* imerso nos “jogos de poder” da política Imperial, de sua sociedade, e, intelectualmente, inserido dentro da alternância de duas linhas teoricamente opostas: a lógica dos sentimentos, paisagens e/ou patriotismo, e os caracteres biológicos, civilizatórios ou exatos. Para compreender melhor este processo, esta dissertação propõe-se a analisar três focos centrais: a relação entre o universo político e social de Raiol a produção e a recepção de seus *Motins Políticos*, a utilização de concepções românticas e, por fim, as várias considerações científicas também caracterizadas nessa obra.

¹⁷ Para este conceito de natureza e sua relação com a história, ver: CRONON, Willian. *Os usos da história do meio ambiente*. Environmental history Review, vol. 17, nº 3 (1993), p. 3

¹⁸ Sobre a noção da fé no constitucionalismo do período ver: RICCI, Magda. “Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução”. In GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, volume II 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 185-231.

Vale ressaltar que, embora essas estéticas literárias no meio intelectual brasileiro não tenham ocorrido de forma “linear, como querem os manuais menos argutos”,¹⁹ este estudo considerará certa linha cronológica de mudanças nos enfoques de Raiol, caracterizados pela hegemonia do pensamento romântico nos primeiros tomos de seus escritos até 1870 e pela posterior valorização do uso de “exemplos” e “conceitos” pertencentes ao cientificismo nos tomos finais, elaborados posteriormente. Isto também pode ser percebido pela integração que procuro fazer entre a vida e a obra de Raiol. Ainda é preciso considerar que, metodologicamente, as percepções românticas ou cientificistas na obra desse autor tratam da sociedade e da história da Amazônia de dentro para fora e vice-versa. Isto porque, apesar de Raiol ser paraense, de certa forma os escritos dos *Motins políticos* foram idealizados a partir de certa exterioridade do autor. Chamo a atenção para o fato de que boa parte dos textos escritos pelo Barão de Guajará foi elaborada e publicada fora do Pará. Raiol descreveu diversas características dessa região em momentos no qual se encontrava, pelos afazeres políticos, em províncias distantes como Rio de Janeiro, São Paulo ou Fortaleza. Aspecto que colaborava para transformar suas referências ao mundo natural em algo desafiador e instigante, transformando-se num verdadeiro “espaço de auto-reflexão” e até de nostalgia.²⁰

É preciso também assinalar que uma das vantagens de uma pesquisa como esta, caracterizada pela aproximação entre a história social com a intelectual e a da natureza, consiste em revelar as variadas dimensões das mudanças ocorridas nas concepções de pessoas como Raiol ao longo do tempo. É curioso perceber que muitos intelectuais contemporâneos ou posteriores ao Barão, que serão analisados no segundo capítulo dessa dissertação, criaram uma imagem “estática” e “superficial” do pensamento de Raiol, como se suas idéias político-sociais não sofressem transformações ao longo das quase três décadas em que publicou os tomos de *Motins Políticos*. É preciso combater esta tendência tanto no campo da história social quanto na intelectual. Nessa perspectiva, o mundo natural e os pensamentos românticos e cientificistas são dimensões indissociáveis do livro *Motins Políticos*, que através da “emergência de novas idéias filosóficas, e assim por diante”, interagiram e inspiraram Domingos Antônio Raiol em suas concepções e narrativa, além de simbolizarem alguns dos principais elos com as literaturas do século XIX em questão.

¹⁹MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira (1855-1877)*. Vol. II. São Paulo: T. A. Queiróz, 1993. p. 117

²⁰VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 29

No primeiro capítulo, analisarei a produção da obra *Motins Políticos*, investigando respectivamente os contatos intelectuais, a aquisição de referenciais teórico-metodológicos, a relação entre a narrativa com as opções políticas de seu autor e, finalmente, a importância desse livro para a inserção de Raiol no quadro do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). O segundo capítulo expõe um quadro amplo e intrincado composto por intelectuais, contemporâneos e posteriores a Domingos Antônio Raiol, que ao longo de mais de um século (finais do século XIX ao início do XXI) fizeram uso ou realizaram considerações e críticas direcionadas a obra *Motins Políticos*. No capítulo três, o enfoque se voltará para a presença de concepções românticas na obra *Motins Políticos*, caracterizadas respectivamente pela ênfase ao mundo natural, patriotismo, descrições paisagísticas e também ligadas às visões sentimentais de Raiol em suas referências a mulher no decorrer de seu livro. Por meio dessas perspectivas, esse momento do estudo buscará mostrar que essa estética literária, baseada na subjetividade e difundida no século XIX, permeou em variados momentos o texto do Barão, particularmente nos primeiros tomos, contribuindo para direcionar a maneira como este intelectual construiu parte de sua narrativa. Por fim, no capítulo quatro, apresento algumas das percepções científicas do mundo natural, do negro e também do índio na obra *Motins Políticos*, pois apesar da existência de um enfoque político hegemônico, os meios natural e social não foram excluídos, possuindo nesse livro interessantes descrições, permeadas por aspectos biológicos, civilizatórios, raciais e até sob influência das ciências exatas.

Vale ressaltar que a natureza amazônica a ser analisada não ficará restrita apenas à floresta e aos rios, mas também a algumas descrições de suas belezas e até de doenças que ocorriam na região, para que haja um maior entendimento das interações entre o mundo natural, o político e científico, presentes no texto do Barão de Guajará. A partir desses pressupostos, a realização de uma investigação mais densa e sistemática na obra *Motins Políticos* poderá revelar outros caminhos e perspectivas trilhadas por um historiador portador de interesses e inclinações diversas, que curiosamente são pouco conhecidos e explorados.

Assim, por acreditar que toda narrativa de “história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente”,²¹ um aspecto importante a sublinhar nesta dissertação é que ela não se restringe especificamente em centrar-se numa temática ou

²¹ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª Ed. Trad. Bernardo Leitão... [et. al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. p. 51

em um campo do saber em especial, mas em uma investigação de uma obra e de seu autor, nas suas variadas dimensões: narrativa, política, intelectual, científica e mesmo aquela relacionada à natureza amazônica. Finalmente, esta dissertação estuda, a partir de uma obra, uma sociedade como um todo em um determinado tempo. Analisa a possibilidade de compreender algumas percepções de um representante da intelectualidade paraense e nacional, notando especialmente o que este representante viveu, sentiu e imaginou sobre o mundo que o cercava, particularmente a região amazônica e suas populações, nas últimas décadas do século XIX.

CAPÍTULO 1

UM BARÃO, A HISTÓRIA E O IMPÉRIO: ANALISANDO A PRODUÇÃO DE MOTINS POLÍTICOS

Uma monarquia “encravada bem dentro do continente americano”.²² Um governo que necessitava criar uma identidade nacional. Esses são pontos comuns de debate para os representantes da pequena elite letrada brasileira que se formou ao longo do século XIX. Foi nesse período, no qual muitos integrantes e admiradores do regime monárquico aventuravam-se no mundo das letras, objetivando “criar uma historiografia para esse país tão recente”,²³ que um jovem paraense, ainda iniciante no espaço da política, mais preocupado em “tornar mais conhecida do que é a história da província onde”²⁴ nasceu, resolveu inserir-se no mundo político e literário de sua época.

Entre os diversos livros e artigos que o político e historiador chamado Domingos Antônio Raiol escreveu ao longo do tempo, um ganhou repercussão, seja por seu volume de páginas, pela riqueza documental ou por tratar de uma temática nova e melindrosa: o passado político e social mais recente do norte do Brasil. Esse estudo denominado *Motins Políticos* ou *História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835* não transparecia apenas um momento específico da vida intelectual de seu autor, ele também interagiu com os propósitos político-ideológicos do regime monárquico brasileiro. Assim, acreditando nas intrínsecas relações da obra de Domingos Antônio Raiol com os métodos e perspectivas historiográficas e literárias hegemônicas no Império, durante a segunda metade do século XIX como: o romantismo, o cientificismo e o historicismo, o tópico a seguir tentará investigar as formas de aquisição dessas idéias por parte do Barão de Guajará e as interações desse autor com alguns representantes da intelectualidade paraense e brasileira da época.

²²SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 126

²³ Idem Ibidem. p. 127

²⁴ RAIOL, Domingos Antônio. Vol. II. Op. Cit. p. 412

1.1 Entre livros, salões e a boa sociedade: contatos intelectuais e aquisição de referenciais teórico-metodológicos por Domingos Antônio Raiol

Ao longo das últimas décadas do século XIX, em um ambiente marcado pela “predominância literária absoluta da corte sobre as províncias, durante a monarquia”,²⁵ Domingos Antônio Raiol dedicou muitos anos de sua vida na escrita de uma obra referente ao passado amazônico do primeiro reinado e Regência. Contudo, pouco se conhece sobre as relações intelectuais, além da aquisição de métodos e idéias que permearam a mente desse autor, e que tiveram influência na elaboração de seu livro intitulado *Motins Políticos*. Assim, o objetivo desse tópico será empreender um estudo sobre as interações de Domingos Antônio Raiol com a intelectualidade, associações, livros, métodos e idéias que circulavam em seu tempo, sem a pretensão de abordar concepções como o romantismo e cientificismo, que serão averiguadas em seus nuances nos capítulos a seguir.

A investigação sistemática sobre a apreensão de um referencial teórico e metodológico pelo político-historiador Domingos Antônio Raiol não é um trabalho simples, pois para compreender suas ligações com alguns integrantes da intelectualidade paraense e brasileira da época, esse estudo vê-se obrigado a adentrar em sua formação, leituras e inserção nos círculos e associações intelectuais no Pará, durante as últimas décadas da monarquia e início da república.

Embora não tenha se tornado uma “figura reconhecida nas universidades brasileiras como fora seu amigo e conterrâneo José Veríssimo”,²⁶ ou mesmo não tenha obtido os “elogios narrativos de Inglês de Souza”,²⁷ Domingos Antônio Raiol se constitui num destacado expoente da inteligência paraense ou mesmo nacional de seu tempo, fazendo parte de uma geração de intelectuais do Norte, que na segunda metade do século XIX, empreenderam seus estudos na Faculdade de Direito de Olinda.

Criadas por meio da Carta de Lei implementada pelo Imperador D. Pedro I, de 11 de agosto de 1827, que dava origem ao mesmo tempo aos cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, um em Pernambuco e outro na província de São Paulo, as Faculdades de Direito simbolizavam a oportunidade dos filhos da elite em fazer um curso que os habilitassem nas

²⁵ BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil - 1900*. 5 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2005. p. 97

²⁶ RICCI, Magda. O Império Lê a Colônia: Um Barão e a história da civilização na Amazônia. IN: *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia* / José Maia Bezerra Neto, Décio de Alencar Guzmán, (orgs.). Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 29

²⁷ Idem Ibidem. p. 29

leis e na constituição recém criada. Era, portanto fruto dos ideais ilustrados e de suas práticas.

Em suas primeiras décadas, a Faculdade de Direito de Olinda, esteve marcada pela influência do sentimentalismo e subjetivismo, que “tomou ascendência na época romântica”.²⁸ Após 1870, as atividades de um grupo de estudiosos, entre os quais faziam parte nomes como Silvio Romero e Tobias Barreto, foram responsáveis pela geração formadora da “Escola do Recife”, um dos mais conhecidos movimentos intelectuais brasileiros do segundo reinado, que contribuiu para a difusão no país de ideários científicos como o positivismo, o darwinismo e o evolucionismo, pensamentos que ajudaram a valorizar as “noções de raça e natureza com o fim de dar fundamentos ‘objetivos’ e ‘imparciais’”.²⁹

A lógica que caracterizou a difusão do pensamento cientificista por esse movimento pode ser sintetizada através das opiniões de Silvio Romero, para quem todo intelectual tinha de “preencher uma dupla função: (...) saber do que vai pelo mundo culto, isto é, entre aquelas nações européias (...) e incumbe-lhe também não perder de mira que escreve para um povo que se forma”.³⁰

Apesar da denominação “escola” para esta “agitação intelectual” iniciada na cidade do Recife é fundamental ressaltar que não existia unidade de pensamento entre os seus participantes, pois cada um deles recebeu e difundiu idéias de variados “autores como Spencer, Darwin, Littré, Le Play, Le Bon e Gobineau, entre outros”,³¹ muitas vezes divergentes, mas que se constituíam como novidades de pensamento no cenário nacional.

Foi nessa Faculdade estabelecida inicialmente na cidade de Olinda, e posteriormente remanejada para Recife, cujo conhecimento do “latim e do francês era considerado um instrumento indispensável para o estudo do Direito”,³² que Domingos Antônio Raiol obteve no ano de 1854 sua formação em Bacharel na área de Ciências Jurídicas e Sociais.

Mesmo tendo concluído sua formação sob a luz do pensamento romântico, cujo “maior impulso foi nos primeiros anos do reinado do segundo Imperador”,³³ Raiol não se absteve das idéias cientificistas difundidas a partir de Pernambuco, apresentando em muitos

²⁸ ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. 7ª Ed. Vol. I. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1980. p. 306

²⁹ VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. Op. Cit. p. 11

³⁰ ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Vol. I. Op. Cit. p. 60

³¹ SCHWARTZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras. 1993. p. 148-149

³² CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. *A Universidade Temporã: o ensino superior da colônia a era Vargas*. 3ª Ed. São Paulo: Unesp, 2007. p. 113

³³ ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Vol. III. Op. Cit. p. 787

momentos da narrativa da obra *Motins Políticos*, como será visto nos capítulos posteriores, concepções próximas tanto do sentimentalismo e subjetivismo romântico, como também dos pensamentos disseminados a partir da “Escola de Recife”.

Na década de 1850, logo após ter encerrado seus estudos em Pernambuco, Raiol retornou à cidade de Belém, espaço que ainda não representava o que viria a ser nas últimas décadas do século XIX, a saber, um dos mais prósperos centros econômicos e culturais brasileiros, particularmente em razão da economia exportadora do látex. Naquele contexto, em que a economia paraense começava a dar seus primeiros sinais de crescimento, Raiol iniciava suas atividades de funcionário público e advogado.

No início da década de 1860, após ter sido eleito deputado, Domingos Antônio Raiol passou a freqüentar mais sistematicamente a capital do Império, tornando-se um participante ativo tanto no Pará como na Corte, de espaços onde ocorriam debates políticos, científicos e “escritores recitavam e discutiam suas obras, como também se estabeleciam cumplicidades na rivalidade com outros grupos”.³⁴ Além disso, no Rio de Janeiro, parte dos ex-alunos das faculdades de São Paulo e Recife “vinham publicar seus livros e realizar-se literariamente”,³⁵ pois na Corte, um jovem portador de algum talento intelectual, possuidor de contatos importantes e de muito prestígio sócio-econômico, poderia angariar sem muitas dificuldades algum sucesso no mundo das letras, através da publicação de livros, artigos ou atuando em colunas de jornais.

Assim, o fato de possuir o “maior mercado de trabalho para os homens de letras, que encontravam alternativas no ensino, na política e no jornalismo”³⁶ contribuía para que o Rio de Janeiro atraísse os principais representantes da intelectualidade de outras partes do Brasil, como Norte e Nordeste, que muitas vezes não tinham oportunidades em suas regiões de origem.

José Veríssimo, outro paraense que se mudou do interior da Amazônia para a Corte, demonstrava ter conhecimento da restrita elite intelectual existente no país durante a monarquia ao expressar que os “poucos (...) livros entre nós publicados (...) o foram por sujeitos abastados e dados às letras, ou por funcionarios bem remunerados pelo Estado ou que enfim, se viram em condição privilegiada para fazel-o”.³⁷ Entre os principais representantes dessa elite, Veríssimo ressaltava os nomes do “Visconde de Porto Seguro,

³⁴ VENTURA, Tereza. *Nem bárbarie nem civilização*. São Paulo: Annablume. 2006. p. 51

³⁵ BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil - 1900*. Op. Cit. p. 97

³⁶ VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. Op. Cit. p. 10

³⁷ VERÍSSIMO, José. *Estudos brasileiros (1877-1885)*. Belém: Editores Tavares Cardoso. 1889. p. 6

Pereira da Silva, Norberto Silva, Candido Mendes, Raiol, Couto de Magalhães, Caetano da Silva e outros”,³⁸ integrantes dos pequenos grupos de letrados existentes no Império.

Durante os prósperos anos de 1870 a 1890, o impulso econômico gerado pelas exportações da goma elástica, foi responsável por promover as “bases das sociedades identificadas com a *belle Époque* amazônica, quando as elites do Pará e do Amazonas – favorecidas pela crescente aplicação da borracha na indústria automobilística – ganham visibilidade nacional e internacional”.³⁹ Nesse contexto, nasceria na Amazônia uma pequena, mas atuante elite letrada possuidora de uma vida cultural caracterizada por almejar acompanhar o desenvolvimento da região. Preocupada, sobretudo em apagar diante do Império que se estruturava melhor a mácula da Cabanagem e em buscar meios – como a abertura do Amazonas à navegação internacional – que pudessem levar a região a progredir dentro da paz imperial de D. Pedro II. É no seio desta elite, de suas relações políticas com o Império, com o perigoso mundo dos escravos de origem africana em Belém e o nascente emancipacionismo⁴⁰, com a Guerra do Paraguai que pouco mais tarde explodiria, podemos perceber o berço do pensamento político e intelectual de Domingos Antonio Raiol. Ele nasceu na Cabanagem, estudou na penúria do que se seguiu a ela e tornou-se um intelectual respeitado e um político prestigiado no momento em que a economia Amazônica dava sinais de se tornar muito próspera com a borracha e que o mundo da escravidão africana sucumbia.

Assim, ao mesmo tempo em que o comércio da borracha ganhava gradativamente relevância no exterior, o desenvolvimento cultural de Belém podia ser observado entre outros aspectos pelo surgimento de inúmeras casas de diversão e encontros intelectuais como o “Café Chic, Café da Paz (local preferido de reuniões para discussão política), Moulin Rouge, Chat Noir, Café Madri e Café Riche”.⁴¹

Nesses espaços, as relações intelectuais entre os membros das elites amazônicas, nas quais Raiol possuía um papel cada vez mais incisivo, misturavam muitas vezes reflexões e discussões que envolviam áreas variadas como: literatura, poesia, história, ciência e política, gerando muitas vezes opiniões inusitadas e escritos que caracterizam Raiol como um autor “polígrafo”⁴² preocupado com o desenvolvimento da produção literária no Pará.

³⁸ Idem Ibidem. p. 6

³⁹ DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorhe Zahar Ed, 2000. p. 8

⁴⁰ Sobre este mundo abolicinista nesta segunda metade do século XIX na Amazônia ver: BEZERRA NETO, José Maia. *Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição* (Brasil. Grão-Pará: 1859-1888). Tese de Doutorado. PUC/SP, 2009.

⁴¹ SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912)*. Belém: Paka-tatu, 2002. p. 82

⁴² RICCI, Magda. *O Império Lê a Colônia*. Op. Cit. p. 29

Uma interessante situação para a compreensão desses aspectos ocorreu em 1868. Naquele momento, quando Raiol ainda iniciava seu caminho intelectual e institucional, ele demonstrou suas preocupações com o futuro da produção artística no Pará. Através de um texto de sua autoria, publicado no prefácio da obra "Monodias" de Vilhena Alves, Raiol culpava os efeitos danosos da atividade política como supostamente responsáveis por impedir a revelação de novos escritores e poetas no Pará:

Entre nós ainda pouco se cuida de ilustrar o espírito; o brilho do renome domina talvez menos do que o ouro. Ha mais de 200 anos que vivemos e quais são os homens que se têm enobrecido por trabalhos literários? Todas as províncias têm tido, mais ou menos, seus juriconsultos, seus publicistas, seus poetas. Mas o Pará, até hoje, que nome oferece, a par de Dirceu, Magalhães, Dias e outros? A política, a infernal política, absorve tudo no império; é uma verdadeira esponja, que embebe todos os talentos.⁴³

O trecho escrito por Domingos Antônio Raiol, inserido em uma obra de poesias, se constitui num documento importante por vários motivos. Primeiramente por revelar outra faceta desse intelectual, quase sempre observado em seus papéis de político e historiador, mas que também era mais do que simpático à literatura e à poesia. Além disso, ele permite verificar as relações do Barão de Guajará com a intelectualidade paraense de seu tempo, independentemente da opção artístico-literária. E, por fim, deixa transparecer a insatisfação desse autor com as supostas conseqüências negativas do monopólio da atividade política em relação à produção intelectual paraense e brasileira.

Apesar de adotar uma postura crítica aos efeitos asfixiantes da política sobre a atividade intelectual em Belém, Raiol atuava como político durante boa parte do seu tempo. Ferreira Penna expressa que ele, por vezes interrompia “a continuação dos seus *Motins Políticos do Pará*”, por conta de “comissões políticas e administrativas a que tem sido chamado”.⁴⁴ Além disso, mesmo se opondo os supostos “impactos danosos” da atividade política para a produção literária e poética paraense, ele percebia a relevância do papel de pessoas como os historiadores e poetas, especialmente no mundo político. Isto pode ser notado em uma nota citada pelo Barão na obra *Motins Políticos*:

⁴³ RAIOL, Domingos Antônio. Apud AZEVEDO, J. Eustachio de. *Literatura Paraense*. 3ª Ed. Belém: SECULT. 1990. p. 42

⁴⁴ PENNA, Domingos Soares Ferreira. *Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. Vol. II, Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971. p. 217

Quem quer que for bom historiador deve ter uma dessas duas principais qualidades: ser político ou poeta em que fala Felinto Elisio - homem que vive de medir linhas curtas e compridas, mas poeta d' alma e de sentimento, escreva prosa ou verso, chame-se Schiller ou Chateaubriand, Homero ou Platão.⁴⁵

Acreditando que as atividades de historiador e político eram complementares, Raiol reforçava por meio dessas palavras que as narrativas sobre o passado não deveriam ser produzidas apenas com objetivos de elaborar textos que reunissem fatos que atendessem a perspectivas políticas, sociais e ideológicas específicas, mas que também fossem permeadas pelos “sentimentos”, “elegância” e “sutileza” presentes muitas vezes na poesia e na literatura ficcional. Além disso, o fato de Raiol utilizar poesias como forma de legitimar suas opiniões deixa transparecer duas perspectivas aparentemente distintas, mas que interagem entre si. Primeiramente ajudava a reafirmar o estilo ilustrado de sua escrita entre os membros da sociedade intelectualizada na época, e por último consistia em demonstrar pensamentos e leituras, pertencentes a áreas diversas, que este historiador tinha acesso.

Ademais, Raiol estava constantemente presente em eventos, associações e salões, que mesclavam atribuições intelectuais e políticas, como por exemplo, durante o episódio da fundação em “7 de setembro de 1879”⁴⁶ da “*Sociedade 15 de Agosto*, cuja finalidade cívica era festejar anualmente a adesão do Pará a independência nacional”,⁴⁷ e que “participava ativamente dos festejos comemorativos”⁴⁸ desse acontecimento.

O processo de formação e organização dessa sociedade teve a participação direta de Raiol, que se constituiu em uma de suas lideranças e referências. A sessão inaugural da *Sociedade 15 de Agosto* ocorreu no “solar da família Raiol (...) a uma hora da tarde, ali estavam reunidos os cidadãos: Domingos Raiol, José Henriques Cordeiro de Castro, Manuel Roque Jorge Ribeiro, Bernardino de Sena Lameira, Joaquim Vitorino de Sousa Cabral, José Antônio Ernesto Pará Assu”⁴⁹ entre outros. Essa sociedade, que tinha em Raiol a figura do “pioneiro da idéia de fundação daquele centro cívico”⁵⁰, não se limitava aos encontros realizados em ambientes fechados, na “noite de 14 de agosto, véspera do magno

⁴⁵ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. II. Op. Cit. p. 412

⁴⁶ CRUZ, Ernesto Horácio da. *Procissão dos séculos: vultos e episódios da história do Pará*. Belém: Imprensa Oficial 1952. p. 125

⁴⁷ Idem Ibidem. p. 125

⁴⁸ CRUZ, Ernesto Horácio da. Domingos Antônio Raiol (Barão do Guajará) patrono da cadeira nº 13. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Vol. XIV, Belém: Imprensa Universitária do Pará, 1966/1967. p. 137

⁴⁹ CRUZ, Ernesto Horácio da. *Procissão dos séculos*. Op. Cit. p. 184

⁵⁰ Idem Ibidem. p. 184

acontecimento, costumava a sociedade realizar uma grande procissão cívica, que percorria diversas ruas de Belém”.⁵¹ Além dessas ações, é válido salientar que essa sociedade teve como “primeiro presidente (...) o historiador Domingos Antônio Raiol, mais tarde agraciado com o título de Barão do Guajará”,⁵² que no momento inaugural da mesma, pronunciou as seguintes palavras:

No altar da Pátria, devem calar as paixões partidárias que amesquinham os espíritos para dar lugar aos impulsos generosos do patriotismo que engrandecem os sentimentos. No banquete social em que a família paraense se reúne para festejar o primeiro dia de sua vida política, há e deve haver assento para todos os patriotas.⁵³

O trecho do discurso expressado por Raiol em 1879, momento no qual o Império brasileiro já convivía com críticas dos movimentos: abolicionista e republicano, se constitui em um indicativo de que muitas das associações, criadas nos salões freqüentados pela elite do país, não possuíam objetivos unicamente intelectuais, mas também adequavam-se aos anseios políticos específicos de seus participantes.

Raiol, que vivenciava na época o auge de sua carreira política pelo Partido Liberal, aproveitava os vários encontros para reverenciar o regime Imperial e, ao mesmo tempo, tentar através das comemorações do dia “15 de Agosto” (no Pará), data correspondente à Adesão da província à monarquia brasileira, apaziguar a crescente oposição ao governo de D. Pedro II que se formava em solo paraense, pois naquele período já eram comuns a ocorrência de diversas “polêmicas e disputas entre os vários agrupamentos políticos”⁵⁴ no Pará, favoráveis ou não ao Governo de D. Pedro II, embora na cidade de Belém, o primeiro clube republicano só fosse fundado oficialmente em “11 de abril de 1886”.⁵⁵

O apoio de Raiol ao movimento destinado a homenagear o dia “15 de Agosto” não foi bem recebido por muitos membros da intelectualidade da época. José Veríssimo, responsável já na década de 1880 pela realização de algumas críticas à monarquia, afirmou em sua obra *Estudos brasileiros* que através dessa data o “Pará fez apenas papel de méro figurante – e ainda assim, sinão a contragosto, um pouco obrigado – na comédia política que

⁵¹ Idem Ibidem. p. 185

⁵² Idem Ibidem. p. 125

⁵³ RAIOL, Domingos Antônio. Apud RÊGO, Clovis da Silva de Moraes. Obras de Domingos Antônio Raiol. In: *Anais da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará*. Tomo XII, Belém: SECDT, 1981. p. 328

⁵⁴ NETO, José Maia Bezerra. *O passado colonial através de José Veríssimo*. In: *Terra Matura*. Op. Cit. p. 41

⁵⁵ MEIRA, Octávio. *A primeira república no Pará; desde o crepúsculo da Monarquia até o golpe de estado de 1891*. Belém: Falangola, 1981. p. 15

representava o paiz – comedia pela qual não tenho a minima admiração, como tambem não a tenho pelos protagonistas, que pelos comparsas”.⁵⁶

Raiol parecia não abater-se com essas críticas, e, no início da década de 1880 aproximava-se cada vez mais do regime monárquico e do próprio D. Pedro II. Naquele contexto, esses encontros e reuniões envolvendo intelectuais, eram possivelmente facilitadores dessa convivência, pois os realizados no Rio de Janeiro envolviam os altos figurões da Corte e até possivelmente o próprio Imperador, que além de “mecenas da sciencia”⁵⁷ e ativo “freqüentador de exposições, expedições e reuniões de cunho científico”⁵⁸, também se constituía num assíduo participante de:

Salões literários, alguns de caráter essencialmente mundano, com grande pompa e luxo; outros mais modestos; todos refletindo, porém, a influência européia. (...) Se havia barões e condes de poucas letras, a grande maioria da nobreza imperial era de homens cultos, amigos das artes e da literatura.⁵⁹

É difícil precisar o dia a dia de Raiol neste meio intelectual e literário. Afora sua inclusão na lista de Veríssimo, pouco sabemos, por exemplo, sobre a proximidade entre Raiol e D. Pedro II. O que é certo é que algum prestígio deveria existir, já que Raiol passou a receber Mercês e nomeações do Imperador entre finais da década de 1870 e início dos anos de 1880. Pedro II o nomeou consecutivamente para a presidência de três províncias e o congratulou com o título nobiliárquico de Barão de Guajará, consolidado por meio da seguinte Carta:

Dom Pedro, por Graça de Deus e Unânime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, faço saber aos que esta Minha Carta virem que, querendo distinguir e honrar o Bacharel Domingos Antônio Raiol: Hei por bem fazer-lhe mercê do título de Barão de Guajará. E quero e mando que o dito Bacharel Domingos Antônio Raiol daqui em diante se chame Barão de Guajará e que com o referido título goze de tôdas as honras, privilégios, isenções, liberdades e franquezas que hão e têm, e de que usam e sempre usaram os Barões, e que de direito lhe pertencem. E por firmeza que dito é, lhe mandei dar esta Carta a qual será selada com as Armas Imperiais.⁶⁰

⁵⁶ VERÍSSIMO, José. *Estudos brasileiros*. Op. Cit. p. 221

⁵⁷ SCHWARTZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças*. Op. Cit. p. 30-31

⁵⁸ Idem Ibidem. p. 31

⁵⁹ BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis, 1979. p. 80

⁶⁰ Carta pela qual Vossa Majestade Imperial há por fazer mercê ao Bacharel Domingos Antônio Raiol do título de Barão do Guajará. Documentário. In: RAIOL, Domingos Antônio. *Obras de Domingos Antônio Raiol*. Op. Cit. p. 418

Embora fosse notório que a concessão de um título nobiliárquico no Império do Brasil envolvesse altos valores econômicos na época e as “cartas de mercês para títulos de tratamento”,⁶¹ como a presente acima, “custavam pequenas fortunas”,⁶² a aquisição da “mercê honorífica” de Barão de Guajará, pouco era vislumbrada por parte de Raiol a partir de seus custos. Assim, evidentemente Raiol tinha conhecimento da dificuldade que um intelectual ou político da região Norte possuía para adquirir alguma forma de titularidade nobiliárquica, pois segundo Arthur César Ferreira Reis na “Amazônia os integrantes da vida política, social e econômica vinham sendo tratados sem a devida consideração, não tendo merecido a homenagem pública do imperador, apenas se lhes fizera em número bastante reduzido”.⁶³ Além disso, na perspectiva de Raiol, caracterizada por acreditar na “aristocracia como o governo dos melhores”,⁶⁴ a condição de Barão de Guajará representava uma grande “honra”, não apenas por aproximá-lo de D. Pedro II, como também pela mesma simbolizar uma forma de “recompensa aos serviços prestados a pátria”,⁶⁵ ocasionando uma vitória importante nos campos intelectual, social e político.

Socialmente, o Barão do Guajará abria novas possibilidades de contatos e amizades mais próximos com as elites da Corte. No aspecto político, o prestígio de Domingos Antônio Raiol se tornou ainda mais evidente, principalmente na região Norte, que contava com pouquíssimas pessoas portadoras desses títulos; e no âmbito intelectual, o acesso aos salões, associações e círculos letrados ficava ainda mais facilitado.

Naqueles espaços, Raiol não se constituía apenas em mero freqüentador, ele também possuía um papel ativo tanto na capital do Império, onde funcionava, por exemplo, o salão do paraense “jornalista e escritor Inglês de Souza, na Rua São Clemente”⁶⁶, quanto em sua residência localizada no centro de Belém, um dos principais pontos de reuniões da sociedade paraense no período. Habitualmente reuniam-se em “datas familiares, provinciais e nacionais, os titulares do Império aqui residentes, as famílias nobres daquele tempo, homens cultos, parlamentares de prestígio, médicos, advogados, sacerdotes, militares”⁶⁷ entre outros. Foi nesse ambiente caracterizado pela intensificação de encontros e reuniões envolvendo a “boa sociedade” regional ou nacional que Domingos Antônio Raiol iniciou a

⁶¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. Op. Cit. p. 172

⁶² Idem Ibidem. p. 172

⁶³ REIS, Artur César Ferreira. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 176-177

⁶⁴ RAIOL, Domingos Antônio. O Brasil Político. In: *Obras de Domingos Antônio Raiol*. Op. Cit. p. 181

⁶⁵ Idem Ibidem. p. 181

⁶⁶ LEE, Anna. *O sorriso da sociedade: intriga e crime no mundo literário da belle époque*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2006. p.138

⁶⁷ CRUZ, Ernesto Horácio da. Domingos Antônio Raiol. Op. Cit. p. 137

escrita e publicação dos sucessivos tomos da obra *Motins Políticos*, inserindo possivelmente entre as décadas de 1860 e 1880 muitas das idéias debatidas nesses espaços sociais em seu texto.

O sucesso da narrativa de *Motins Políticos* no seio das elites letradas foi significativo, pois já em 1885, momento no qual o Barão de Guajará ainda não havia publicado o último tomo desse estudo, José Veríssimo expressava que todo “escriptor que enceta uma obra do gênero d’aquella do Sr. Raiol contráe com o publico uma obrigação moral de, salvo caso de força maior, leval-a ao cabo. Este incontestavel preceito de alta moralidade litteraria, não o desconhece o Sr. Raiol”.⁶⁸

Alguns anos após essas frases de Veríssimo, a República era iniciada no Brasil e a vida intelectual, até então sob hegemonia da corte sobre as demais províncias, aspecto resultante “em parte da centralização política”,⁶⁹ começava a sofrer uma ruptura significativa. Durante o episódio de proclamação da República no Pará, a residência do Barão de Guajará, antigo “palco” de várias reuniões e encontros envolvendo a intelectualidade paraense, também se constituiu num espaço importante, pois serviu de refúgio para o último presidente provincial no Pará, Silvino Cavalcante, que durante o desenrolar dos acontecimentos que originaram a República em Belém, foi “cavalheirescamente acompanhado de Paes de Carvalho, supremo Chefe Republicano, desembargador José de Araújo Roso Danin, juiz de direito efetivo da capital, e de Joaquim Vitorino de Sousa Cabral, (...) hospedar-se no sobrado do velho liberal Domingos Antônio Rayol, Barão do Guajará”.⁷⁰

Nos anos subseqüentes, como resultado dos novos “ares” republicanos, ocorria gradativamente em várias regiões do Brasil um processo de “descentralização intelectual”. Assim, em diversos pontos do país eram criadas novas agremiações literárias como a “Padaria no Ceará, e da Mina no Pará, em 1892 e 1894, respectivamente, as agremiações e as academias não cessavam de surgir pelos estados”.⁷¹ Em relação à *Mina Literária*, criada já durante a República, fundada na “casa do poeta Eustáquio de Azevedo”⁷² no “dia 1º de janeiro de 1895, no salão nobre do Teatro da Paz, sendo orador oficial do ato o mineiro Dr.

⁶⁸ VERÍSSIMO, José. *Estudos brasileiros*. Op. Cit. p. 203-204

⁶⁹ BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil - 1900*. Op. Cit. p. 97

⁷⁰ MEIRA, Octávio. *A primeira república no Pará*. Op. Cit. p. 53

⁷¹ BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil - 1900*. Op. Cit. p. 98

⁷² CRUZ, Ernesto Horácio da. *História de Belém*. Vol. II, Belém: Coleção Amazônia, 1973. p. 20

Paulino de Brito”,⁷³ e que tinha por objetivo “desenvolver a literatura no vasto território da Amazônia”, teve Domingos Antônio Raiol como “membro honorário”.⁷⁴

A *Mina Literária*, caracterizada como “uma associação de rapazes de letras, formada no estado do Pará, com o incentivo de desenvolver a literatura no vasto território da Amazônia”⁷⁵, funcionava também como um espaço de difusão de idéias, reunindo um grande número de jovens intelectuais como “Paulino de Brito, Eustachio de Azevedo, Teodoro Rodrigues, Artur Viana”, possuindo vários autores da velha guarda com destaque para “Lauro Sodré, Serzedelo Corrêa, Pais de Carvalho, Américo Santa Rosa, Conselheiro Tito Franco de Almeida e o Barão do Guajará”⁷⁶.

Anos depois do desaparecimento da *Mina Literária*, Raiol também foi um dos responsáveis pela criação da Academia Paraense de Letras (APL), sob “influência da Academia Francesa e, por via de consequência da Academia Brasileira de Letras”⁷⁷ (ABL), que possuía entre seus membros fundadores no final do século XIX o “escritor e jornalista João Marques de Carvalho, juntamente com seu irmão Antônio, Paulino de Brito e Candido Costa”.⁷⁸

Essa instituição, embora tenha desaparecido “apos 3 ou 4 sessões preparatórias”,⁷⁹ só reabrindo em 1913, também simbolizou de forma clara que mesmo durante a República, Domingos Antônio Raiol manteve o prestígio intelectual que havia adquirido com as elites letradas paraenses de seu tempo. Valendo ressaltar que esse autor alcançou a condição de patrono da cadeira n.º.7 dessa academia, posteriormente ocupada por “João da Costa Palmeira, Ernesto Cruz e Waldemar Henrique da Costa Palmeira”.⁸⁰

Contemporaneamente à criação da Academia Paraense de Letras, também surgiu o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará (IHGP), “instalado na mesma sessão do dia 3 de maio de 1900”⁸¹, mas cuja estrutura era diferente, pois os sócios eram “admitidos mediante proposta”.⁸² Domingos Antônio Raiol também teve participação ativa na formação dessa instituição, constituindo-se num dos fundadores com “ajuda de outros

⁷³ AZEVEDO, J. Eustachio de. *Literatura Paraense*. 3ª Ed. Belém: SECULT. 1990. p. 88

⁷⁴ Idem Ibidem. p. 89

⁷⁵ Idem Ibidem. p. 86-87

⁷⁶ Idem Ibidem. p. 89

⁷⁷ MEIRA, Clóvis. A literatura nos séculos XVII, XVIII e XIX. In: MEIRA, Clóvis. ILDONE, José. CASTRO, Acyr. (Orgs). *Introdução à literatura no Pará*. Vol. II, Belém: CEJUP, 1990. p. 100

⁷⁸ AZEVEDO, J. Eustachio de. *Literatura Paraense*. Op. Cit. p. 101

⁷⁹ Idem Ibidem. p. 101

⁸⁰ MEIRA, Clóvis. ILDONE, José. CASTRO, Acyr (Orgs.). *Introdução à Literatura no Pará*. Vol. I. Op. Cit. p. 106

⁸¹ Idem Ibidem. Vol. II. p. 113

⁸² Idem Ibidem. Vol. II. p. 113

compatriotas”⁸³. Além de patrono da cadeira nº 13, o Barão do Guajará tornou-se o “primeiro presidente (...) a partir de 3 de maio de 1900”⁸⁴, integrando portanto o grupo dirigente de uma instituição que “representava um caminho natural para os homens do século XIX, sobretudo aqueles dedicados às letras e que aspiravam manter-se num lugar de tradição”.⁸⁵

Raiol também participava de Associações Artísticas. Uma das raras imagens desse autor corresponde à litografia exposta a seguir, publicada no primeiro tomo deste livro em 1865:



(fig. 1)- Litografia do Barão do Guajará, extraída do primeiro tomo da Obra *Motins Políticos* - Rio de Janeiro, 1865(fonte: Biblioteca Arthur Viana)

⁸³ CRUZ, Ernesto Horácio da. Domingos Antônio Raiol. Op. Cit. p. 137

⁸⁴ MEIRA, Clóvis. ILDONE, José. CASTRO, Acyr (Orgs.). *Introdução à Literatura no Pará*. Vol. I. OP. Cit. p. 377

⁸⁵ SARGES, Maria de Nazaré. *Fincando uma tradição colonial na República: Arthur Vianna e Antonio Lemos*. In: Terra Matura. Op. Cit. p. 97

Vestido em trajes que “representavam a Civilização”,⁸⁶ predominantemente usados pelos integrantes do quadro de elites políticas, intelectuais ou econômicas da época, também marcadas pela influência européia, francesa ou inglesa, que “a partir de 1860 (...) eram dominadas pela sobrecasaca ou fraques pretos (...) camisas de manga comprida de algodão ou linho, com colarinhos apertados, brancos, de ponta virada”,⁸⁷ Raiol procurava implicitamente demonstrar que já estava integrado ao seletivo grupo dominante do Império.

A mesma imagem chama atenção; em virtude da discreta frase presente abaixo da fisionomia de Raiol: “oferecido pelo Imperial Instituto Artístico”. Essa referência deixa transparecer, que desde a publicação do primeiro tomo de *Motins Políticos* já havia alguma proximidade deste autor com instituições e objetivos imperiais. Ligado à “Academia Imperial de Belas Artes”,⁸⁸ instituição “implementada durante o reinado do jovem monarca d. Pedro II”,⁸⁹ o Instituto Artístico Imperial tinha entre outros objetivos, “glorificar” através de pinturas, bustos e fotografias “o Imperador, a família imperial, ministros, senadores, deputados, intelectuais e membros da nobreza, sendo este o primeiro grande tema das artes imperiais”.⁹⁰

Ademais, a atuação de Raiol em salões e associações político-culturais não representava apenas o respeito que esse intelectual possuía entre seus pares, ela funcionava como meio de aquisição e circulação de novas idéias em voga na época, difundidas entre as elites paraenses e brasileiras. Por outro lado, além do envolvimento direto com a “boa sociedade”, o autor Domingos Antônio Raiol também teve participação em diversos órgãos de imprensa em Belém, escrevendo colunas ou artigos publicados em jornais como:

Diário de Belém, o Liberal, A Província do Pará, o Diário de Notícias e o Diário do Gram - Pará, bem como os que deixou no precioso espólio das Revistas locais de seu tempo (Revista da Sociedade de Estudos Paraenses - Tipografia do Diário Oficial, Pará, 1894 - a cujo corpo redacional pertenciam vultos da envergadura de Vilhena Alves, João Branco Pinheiro, Antônio Passos de Miranda Filho, Marcos Antônio Nunes e Bertino de Miranda Lima; A Revista - Magazine Ilustrado (...) de

⁸⁶ NEEDLELL, Jeffrey. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Op. Cit. p. 200

⁸⁷ Idem ibidem. p. 197

⁸⁸ Originada a partir da missão artística francesa, que desembarcou no Brasil em 1816, a Academia Imperial de Belas-Artes foi responsável por uma postura diferenciada diante da produção artística brasileira, transformando-se em uma instituição responsável por legitimar o poder imperial. Ver: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. MATTOS, Claudia Valladão de. (orgs.). *O Brado do Ipiranga*. São Paulo: Edusp. 1999. CAMPOFIORITO, Quirino. *História da pintura brasileira no século XIX*. Rio de Janeiro, Pinakothek, 1983.

⁸⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador*. Op. Cit. p. 144

⁹⁰ RAMINELLI, Ronaldo. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 84

quem eram expressivos colaboradores Fran Pacheco, João de Deus Rêgo, Paulino de Almeida Brito, João e Antônio Marques de Carvalho, Barroso Rebelo, Acrísio Mota, Frederico Rhossard, Guilherme de Miranda, Teodoro Rodrigues Augusto Corrêa Pinto, Cantidiano Nunes e outros; e Revista Amazônica (...) uma das melhores que já circularam nesta terra, cuidando de ciência, arte, literatura, filosofia, viagens, economia e política, e da qual o grande José Veríssimo foi um dos operosos diretores, ao lado de Clementino José Lisboa, Joaquim Inácio Amazonas d'Almeida, José Cardoso Coimbra e Dr. Paes de Carvalho.⁹¹

A produção sistemática de colunas, resenhas e artigos por parte de Domingos Antônio Raiol em jornais e periódicos, como por exemplo, na “*Revista da sociedade de estudos paraenses*, impressa nas oficinas do Diário Oficial”,⁹² na qual o Barão publicou alguns volumes do estudo: “*Um capítulo da história colonial do Pará*”,⁹³ funciona como um indicativo das conexões desse autor em conjunto com uma pequena elite letrada de Belém, quanto à difusão das concepções científicas em voga no período.

Vale ressaltar que a imprensa paraense teve um relevante papel no plano intelectual da região em finais do século XIX, constituindo-se em um dos espaços de “desenvolvimento da cultura e literatura, agasalhando entre os seus redatores e colaboradores, o que havia de melhor na elite cultural da terra, nomes que chegaram a alcançar grande projeção na vida política, científica e nas letras do Pará”.⁹⁴ Ademais, a participação de Raiol em instituições como o IHGB e na própria política imperial, como será visto nos próximos tópicos, contribuía para aproximar ainda mais esse autor paraense de outros intelectuais, favorecendo sua penetração no seletivo grupo letrado que existia nos países durante o Império. Essa experiência em associações político-culturais, publicação de colunas e artigos em jornais e revistas foi relevante para o crescimento da “bagagem” intelectual de Domingos Antônio Raiol no meio social regional e nacional de sua época.

Outra consequência dessa interação de Raiol com escritores, poetas, historiadores e jornalistas foi o contato com uma grande variedade de obras que circulavam no Brasil durante as últimas décadas do século XIX. Aspecto que se refletiu nas páginas de seu livro *Motins Políticos*. Assim, outro meio encontrado pelo Barão de Guajará para conhecer as novas idéias em circulação foi o acesso a uma variedade de leituras difundidas no Brasil da segunda metade do século XIX, portadoras de concepções políticas, sociais e filosóficas,

⁹¹ MEIRA, Clovis. ILDONE, José. CASTRO, Acyr (Orgs.). *Introdução à Literatura no Pará*. Vol. I. Op. Cit. p. 325

⁹² Idem Ibidem. Vol. II. p. 73

⁹³ Idem Ibidem. Vol. II. p. 74

⁹⁴ Idem Ibidem. Vol. II. p. 72

grande parte delas originárias da Europa e acessíveis a uma pequena elite intelectual amazônica e nacional no contexto do segundo reinado.

Ao inserir na narrativa de *Motins Políticos* pensamentos sociais e políticos que acreditava serem os mais apropriados para explicar o processo de lutas e rivalidades que haviam abalado a Amazônia entre as décadas de 1820 e 1840, o Barão de Guajará expressava a experiência de leituras e estudos em uma bibliografia composta de autores nacionais e estrangeiros que simbolizavam o conhecimento científico de seu tempo. Dessa forma, Raiol pode ser considerado um típico representante dessas elites políticas e intelectuais, imperial e republicana nos últimos anos do século XIX e início do XX. Além das relações político-pessoais que conservava com a “boa sociedade”, procurava manter-se constantemente atualizado com as novas idéias e escritos em voga no período, se constituindo num assíduo leitor e conhecedor do pensamento europeu e nacional de *fin du siècle*.

Informado sobre os trabalhos científicos, históricos e literários publicados, Domingos Antônio Raiol acompanhou de forma intensa a difusão de novas concepções políticas e sociais, apresentando no livro *Motins Políticos* opiniões que demonstravam essa perspectiva.

A diversidade e quantidade de obras citadas em seus estudos pode ser considerada um indicativo dessa interação, ao reunir uma grande multiplicidade de livros pertencentes a autores ligados a temas regionais, nacionais, dicionários, enciclopédias etc. Como pode-se observar na tabela a seguir:

Autores, títulos e tipologia de algumas obras citadas por Raiol em Motins Políticos

Nº	AUTOR	OBRA	CATEGORIA
1	Antônio Ladislau Monteiro Baena	<i>Compêndio das Eras da Província do Pará e Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará</i>	Est. regional
2	Bernardo Pereira de Berredo	<i>Anais históricos do Maranhão</i>	Est. regional
3	Francisco de P. Brito	<i>Juízo sobre a corografia paraense de Inácio Acioli de Cerqueira</i>	Est. regional
4	Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva	<i>Corografia Paraense ou Descrição Física, Histórica e Política da Província do Gram-Pará</i>	Est. regional
5	Ferreira Pena	<i>O Tocantins e o Amapá</i>	Est. regional
6	José Veríssimo	<i>Scenas da Vida Amazônica</i>	Est. regional
7	Abreu e Lima	<i>Compendio da historia do Brasil</i>	Est. nacional
8	Manuel Joaquim de Menezes	<i>Exposição histórica da Maçonaria no Brasil</i>	Est. nacional
9	Pereira Leal	<i>Correção à história do Brasil</i>	Est. nacional
10	Tavares Bastos	<i>Cartas do Solitário</i>	Est. nacional
11	A. J. Macedo Soares	<i>Liberdade religiosa no Brasil</i>	Est. nacional
12	João Manuel Pereira da Silva	<i>Historia da fundação do Imperio brasileiro</i>	Est. nacional
13	João Manuel Pereira da Silva	<i>Historia do Brasil de 1831 a 1840</i>	Est. nacional
14	Luiz Francisco da Veiga	<i>O Primeiro Reinado estudado à luz da sciencia ou a revolução de 7 de abril de 1831, justificado pelo direito e pela história</i>	Est. nacional
15	François-René Chateaubriand	<i>O Gênio do Cristianismo</i>	Lit. estrang.
16	C. B. Mansfield	<i>Ensaio Crítico sobre a viagem ao Brasil em 1852</i>	Obra de viagem
17	J. F. de Lisboa	<i>Apontamentos para a história do Maranhão</i>	Obra de história
18	L. Agassiz	<i>Conversações Scientificas sobre o Amazonas</i>	Obra de viagem
19	J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe	<i>Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil, 1 ed.1845</i>	Dicionário
20	Bergier, L'abbé	<i>Dictionaire de teologie</i>	Dicionário
21	Robert Southey	<i>História do Brasil</i>	Dicionário
22	Tácito	<i>Anais</i>	Obra geral

Tabela por mim organizada a partir da bibliografia presente ao longo da obra *Motins Políticos*, em todos os seus volumes. Ver: RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Op. Cit.

Essa pequena parcela conhecida do acervo bibliográfico disponível ao Barão de Guajará, portador de uma das maiores bibliotecas⁹⁵ particulares no Pará de seu tempo e um dos “doadores mais avultados”⁹⁶ do *Arquivo Público do Pará (APEP)*, simboliza uma prova da constante interação que esse intelectual tinha com variadas idéias político-sociais que circulavam no Brasil durante a segunda metade do século XIX.

⁹⁵ Apesar da aquisição de algumas informações importantes relacionadas ao acervo da biblioteca pessoal de Domingos Antônio Raiol, não foi possível o acesso direto a mesma, em razão do Solar onde ela se localiza, antiga moradia do Barão e atual sede do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, encontrar-se fechado aos pesquisadores, em virtude de uma ampla restauração realizada sob a égide do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, (IPHAN).

⁹⁶ *Annaes da bibliotheca do Archivo Publico do Pará*. Tomo primeiro. Belém: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1902. p. XV

Foram os contatos com as concepções desses autores, expoentes de pensamentos que circulavam tanto na Europa como no Brasil, que possivelmente auxiliaram Raiol a construir os textos de seus diversos estudos, apresentando referenciais teóricos e metodológicos que expressavam perspectivas românticas, cientificistas e de suas vivências político-sociais, como será investigado nos próximos capítulos. Uma parte dessas leituras influenciou o Barão em seus métodos de pesquisa e investigação histórica, que tinham como característica a valorização do uso de documentos oficiais na intenção de apresentar a narrativa histórica como “verdade” e “lição” para as gerações futuras.

Raiol, embora tenha afirmado logo após a publicação do último tomo de *Motins Políticos* que “não há livro que esteja inteiramente escoimado de erros e enganos”,⁹⁷ acreditava na história enquanto “lição”, afirmando num momento de sua obra *Motins Políticos* que a história “(...) transmite o passado à posteridade reproduzindo as cenas que interessam à humanidade, e lhe podem servir de normas de conduta no grande teatro da vida”.⁹⁸

Esses pensamentos presentes em um estudo que almejava reconstituir parte do passado paraense, curiosamente repetiam fragmentos das idéias expressadas dois mil anos antes, por um influente político e orador romano chamado Cícero,⁹⁹ que no século I a.C. havia expressado em Latim: “historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae”¹⁰⁰ (*a história é a verdadeira testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida*).

Esse estilo de narrativa histórica, supostamente possuidor do caráter de “ensinamento” ou “exemplo” presente nos escritos do Barão de Guajará, era reforçado pelas próprias opiniões desse autor, que enxergava a narrativa da história como: “testemunha dos tempos, tocha da verdade, depositária da moral, a história interessa pelas suas narrações,

⁹⁷ Carta do Sr. Barão do Guajará. In: *A Província do Pará*. Belém: anno XVI, nº 4552. 26/07/1891. p.1

⁹⁸ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins políticos*. Vol. II. Op. Cit. p. 416

⁹⁹ Marcus Tullius Cícero (Arpino 106 a. C. – Fórmia 43 a. C.) foi um dos mais conhecidos e influentes políticos e oradores romanos da fase final da República. Sua educação foi esmerada, sendo aluno de algumas das mentes mais brilhantes de Roma no período. Posteriormente adentrou na vida política, exercendo as funções de Senador, Cônsul etc. Envolveu-se diretamente na repressão contra a conspiração promovida por Lúcio Sérgio Catilina, cujos participantes manda executar sem julgamento. Tempos depois da guerra civil e da morte de Cesar, passa a fazer oposição ao poder crescente de Marco Antônio que manda assassiná-lo. Autor de uma vasta e diversificada obra, composta por retóricas, tratados filosóficos, discursos, cartas e poemas. Entre seus escritos que sobreviveram aos séculos, a obra *De Oratore* (55 a. C.), na qual expõe algumas máximas relacionadas a importância da narrativa histórica, deixou profundas influências posteriores.

¹⁰⁰ *De oratore*, II, 9, 36. In: CICERÓN, M. T. *El Orador*. Ed. bilingüe. Texto revisado y traducido por A. Tovar y A. R. Bujaldón. Barcelona: Alma Mater, 1967.

ilumina pelos seus exemplos, instrui pelas suas lições, patenteando ora a sabedoria e os erros dos povos, ora as virtudes e os vícios dos particulares”.¹⁰¹

Ao repetir o pensamento ciceroniano, o Barão de Guajará não apenas confirmava a elaboração de uma narrativa histórica baseada nas concepções de “lição”, valorizadora de uma “moral” adequada aos anseios da monarquia, como também deixava transparecer que essa leitura sobre o passado era fruto de uma interação com as idéias que circulavam no meio intelectual brasileiro durante todo o Império.

Um exemplo dessa difusão pode ser verificado nas palavras do Secretário Perpétuo do IHGB, o cônego Januário da Cunha Barbosa, que décadas antes, em uma das primeiras edições da revista desse instituto, chegou a expressar frases muito semelhantes, discorrendo que a história era:

Testemunha dos tempos, luz da verdade, ella abunda de elementos necessarios á nossa civilisação, e a prosperidade do Estado; mestra da vida, offerece exemplares de heroicos feitos aos que prezão a honra de servir a Pátria, e de viver alem da sepultura pela recordação de gloriosas acções.¹⁰²

Antecipando os escritos e pensamentos de Raiol em quase três décadas, Januário da Cunha Barbosa atentava para a construção de uma história nacional ao expressar que diversos estudiosos mais escreveram:

Historias particulares das provincias do que uma historia geral, encadeados os seus acontecimentos com esclarecido criterio, com deducção philosophica, e com luz pura da verdade (...) talvez que então se podesse realizar em parte a doutrina de Cicero, quando chama a historia de testemunha dos tempos.¹⁰³

As palavras de Januário da Cunha Barbosa, embora proferidas vários anos antes da produção de *Motins Políticos*, revelam aproximações com o pensamento e as propostas do Barão de Guajará, também portadores da valorização da temática política, além da concepção na qual as narrativas históricas simbolizavam “lições” para o fortalecimento dos ideais patrióticos e civilizatórios no Brasil, valores que permearam durante muito tempo o

¹⁰¹ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins políticos*. Vol. II. Op. Cit. p. 416

¹⁰² BARBOZA, Januario da Cunha. Relatório do secretário perpétuo. IN: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos. 1858. p. 573

¹⁰³ BARBOZA, Januario da Cunha. Discurso. IN: *Revista trimensal do Instituto Historico Geographico do Brasileiro*. Segunda Edição. Tomo primeiro. Rio de Janeiro: Typ. da Ass. do Despertador. 1839. p. 11

pensamento histórico voltado para “lembrar e ensinar pelos exemplos reais e ilustres de que era a única depositária”.¹⁰⁴ Esta história *magistra vitae* servia não apenas aos historiadores, mais também “aos políticos, filósofos, juristas e pedagogos”.¹⁰⁵

No campo metodológico, a perspectiva de Raiol em buscar a “verdade histórica”, aliada a uma vasta pesquisa documental por vezes parece aproximar da narrativa de *Motins Políticos* dos métodos de pesquisa e concepções do historiador alemão Leopold Von Ranke (1795-1886), “maior e mais importante entre os historiadores e teóricos alemães da história do século XIX”¹⁰⁶ e responsável pela produção de trabalhos históricos que valorizavam a identidade nacional da pátria alemã, e para quem a história permitia “a visão de determinado momento, em sua realidade, em sua evolução específica (...) de um ponto de vista isento”.¹⁰⁷

Para Ranke, a “História Universal não apresenta apenas o espetáculo de combates fortuitos, ataques recíprocos, Estados e povos que se sucedem”¹⁰⁸, ela se constitui numa área de conhecimento muito mais ampla, pois, mesmo baseada no “estudo de novas fontes”,¹⁰⁹ particularmente na documentação oficial produzida nos gabinetes e assembleias dos estados nacionais, as percepções e investigações de Leopold Von Ranke em relação à narrativa histórica não se limitaram aos acontecimentos políticos, pois esse intelectual alemão escreveu sobre “a Reforma e a Contra-Reforma (...) não rejeitou a história da sociedade, da arte, da literatura ou da ciência”.¹¹⁰

Não é difícil perceber a valorização das fontes documentais de origem oficial nas páginas do livro *Motins Políticos*. Seu autor, o Barão de Guajará, ressaltou em diversos momentos de sua narrativa a busca constante por uma “verdade dos fatos”,¹¹¹ como enfatizou que sua pesquisa demandou muita dedicação pelo excessivo tempo nas visitas em “secretarias e arquivos públicos, na tradição e documentos, as searas abandonadas à voracidade dos daninhos e dos tempos”.¹¹² Por vezes ainda Raiol, tal como afirmava Ranke pensava em uma história diplomática, só que no caso de Raiol seria aquela que estabelecia a

¹⁰⁴ FALCON, Francisco. História e poder. IN: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.), *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 63

¹⁰⁵ Idem Ibidem. p. 63

¹⁰⁶ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Op. Cit. p. 89

¹⁰⁷ RANKE, Leopold von. *Leopold von Ranke: história* / organizador Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Ática, 1979. p. 146

¹⁰⁸ Idem Ibidem. p. 179

¹⁰⁹ STONE, Lawrence. *O resurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história*. In: Revista de história. São Paulo: UNICAMP. 1991. p.15

¹¹⁰ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução Francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997. p. 18

¹¹¹ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. III . Op. Cit. p. 939

¹¹² Idem Ibidem. Vol. II. p. 414

relação entre o Pará e as demais províncias e que buscava um certo equilíbrio nacional e internacional.¹¹³

Domingos Antônio Raiol, contudo também, por vezes parece especialmente no último tomo de sua obra, que foi tocado pelo contato por ideais que chamaríamos de “Positivistas”. Sua fé nos documentos oficiais, nos homens de letras e na educação como agentes do progresso era muito ampla. Como enfatiza Francisco Falcon no século XIX os historiadores da escola metódicas e positivistas insistiam em:

Distinguir a verdade histórica da ficção literária a partir da separação entre dois tipos de fatos – os verdadeiros, que podem ser comprovados, e os falsos, de comprovação impossível. Logo, a história – história política, como vimos – é ciência e não arte, consistindo a tarefa do historiador não evocar ou reviver o passado, como desejavam os românticos, mas sim em narrar/descrever os acontecimentos desse passado *tal como eles realmente se passaram*.¹¹⁴

Como ressaltava Jacques Le Goff, o método adotado para alcançar essa “exatidão” na narrativa histórica centrava-se na chamada “escola metódica ou positivista”, desenvolvida ao longo da segunda metade do século XIX, e que se caracterizava por valorizar a lógica na qual “todo o historiador que trate de historiografia (...) recordará que é indispensável o recurso ao documento”,¹¹⁵ aqui compreendido em fontes como “memórias, diários, cartas, informes diplomáticos e narrativas originais dos testemunhos visuais”.¹¹⁶

No tocante a perspectiva da elaboração de uma pesquisa “imparcial” com fontes escritas oficiais visando a “verdade histórica”,¹¹⁷ as evidências indicam que o texto do Barão do Guajará teve perceptivelmente vários pontos de ligação com o modelo proposto por Leopold von Ranke e seus “seguidores” Ernest Lavisse, Fustel de Coulanges e Charles Seignobos, pertencentes ao historicismo francês que também “alimenta-se, em grande parte, na escola historiográfica alemã (...) que delas extraíram as bases teóricas”¹¹⁸ cujos trabalhos se caracterizaram por serem “mais intolerantes que o mestre”¹¹⁹ em razão de excluírem a

¹¹³ Idem *ibidem*. Vol. II. p. 414

¹¹⁴ FALCON, Francisco. *História e poder*. Op. Cit. p. 66

¹¹⁵ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Op. Cit. p. 529

¹¹⁶ ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica*. Op. Cit. p. 110

¹¹⁷ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. I. Op. Cit. p. 211

¹¹⁸ DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Trad. Dulce Oliveria Amarante dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 66

¹¹⁹ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*. Op. Cit. p. 18

“história não-política da nova disciplina acadêmica”.¹²⁰ Contudo Raiol, sobretudo nos tomos iniciais de sua obra ainda abrigava em sua narrativa o romantismo nacionalista, a tipologia subjetivista de seus personagens, fazendo algumas vezes notar nele um pouco de intelectuais como Jules Michelet na França. A grande diferença é que longe de visualizar no povo paraense e brasileiro ares revolucionários positivos, Raiol percebia na revolução paraense de 1835 as raízes desagregadoras da nação. Raiol era, pois um romântico pouco revolucionário e isto certamente está ligado a sua experiência pessoal e de militância política no Pará Imperial. Mesmo assim sua obra também é romântica. Por vezes privilegiava a temática política em termos macros para entender um cenário paraense. Outras vezes, não tratava desse tema de forma “exclusiva”, enfocando também outros pontos muitas vezes desprezados pelos mais conhecidos historiadores metódicos de sua época, como por exemplo, em suas referências sobre a natureza, o negro, o índio e a mulher, que serão objeto de análise no decorrer dessa dissertação. Raiol, finalmente deve ser mais compreendido no domínio de fronteiras do que como discípulo direto de qualquer um destes teóricos.

Ademais, mesmo considerando a enorme riqueza de aspectos abordados na narrativa do Barão de Guajará, não há como dissociar a elaboração dessa obra das ligações político-partidárias vivenciadas por esse autor, que dividia sua vida profissional entre o exercício político e o campo intelectual. Concordando com a prerrogativa na qual os homens “constroem e reconstroem permanentemente o passado, e que essa operação mantém íntimas conexões com o processo permanente de formação de identidades nacionais e de montagem de um aparelho de estado”,¹²¹ o tópico a seguir investigará as interações entre o pensamento político-partidário de Raiol e a produção da obra *Motins Políticos*.

1.2 Historiador político ou político historiador? O pensamento liberal e a produção de Motins Políticos

No início da década de 1860, em pleno segundo reinado, um paraense recém-formado bacharel em Direito, envolvia-se em projetos que iriam ocupar grande parte de seu tempo, erudição e paciência nas décadas seguintes: a política Imperial e a escrita de um estudo histórico denominado *Motins Políticos*.

¹²⁰ Idem Ibidem. p. 18

¹²¹ GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 157

Seu empenho nessas duas atividades iria propiciar resultados inesperados, pois ações políticas e narrativa histórica, por mais distintas que pudessem parecer se auto-completavam, constituindo-se com o passar do tempo em experiências que ajudam a entender percursos e pensamentos desse autor no decorrer de grande parte de sua vida.

Sua obra *Motins Políticos* expressava não apenas experiências do passado, ela trazia vivamente o ar dos debates, ações e discussões político-partidárias, que integravam o momento contemporâneo ao seu autor, um jovem bacharel portador de convicções monarquistas e cujas atividades fariam integrar o quadro de políticos envolvidos na produção histórica da época Imperial.

Assim, em um contexto no qual um número expressivo de membros da elite letrada brasileira também eram parlamentares ou ministros Imperiais, a produção de narrativas históricas e a experiência na política não podem ser dissociadas, deixando marcas nas idéias expressadas por esses autores, pois como lembra Jeffrey Needell, a produção intelectual “não era apenas o passatempo (...) era também o caminho da ascensão”,¹²² constituindo-se numa característica comum na historiografia do século XIX, que em muitas situações enxergava no estudo do passado lições para ações políticas do presente.

Domingos Antônio Raiol, foi eleito para a Câmara dos deputados na “12ª Legislatura, 1863-1866”.¹²³ Praticamente na mesma época, exerceu função semelhante na “Assembléia Provincial do Pará em 1864 e no mesmo ano representou seu estado na Assembléia Geral”,¹²⁴ além de administrar posteriormente as “províncias de Alagoas (1882) Ceará (1882) e São Paulo (1883)”.¹²⁵

Possuidor de uma carreira política promissora, esse bacharel ainda na década de 1860, vislumbrava as atividades no legislativo e executivo a partir de perspectivas sentimentais e patrióticas. Ele alertava que as “lantejoilas do poder” fascinavam em demasia os “homens” no Brasil. Esta sede de poder político acabava por sacrificar “amigos, crenças, opiniões e até a própria dignidade”.¹²⁶

Foi pelo Partido Liberal que Raiol fez sua vida pública, possuindo identificação com as propostas dessa agremiação e principalmente com o regime monárquico, a ponto de

¹²²NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical*. Op. Cit. p. 217

¹²³ *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert. 1865. p. 59

¹²⁴RAIOL, Pedro Pombo de Chermont. Resumo biográfico. IN: RAIOL, Domingos Antônio. *Obras de Domingos Antônio Raiol*. Op. Cit. p. 9

¹²⁵ Idem Ibidem. p. 10

¹²⁶ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. II. Op. Cit. p. 413

em 1889, insatisfeito com o início da República e com o fim desse partido retirou-se da “vida política (...) por se ter conservado fiel às suas crenças monárquicas”.¹²⁷

Para esse autor, a pátria brasileira deveria se analisada pelos olhares atentos dos princípios políticos, pois uma das responsabilidades do homem público e do cidadão em geral consistia na abnegação em favor do Império, ocasionando frutos econômicos, sociais e intelectuais.

Além desses pontos, o pensamento político do deputado Domingos Antônio Raiol não pode ser dissociado do processo gradativo de “propagação do ideário liberal (...) no Parlamento brasileiro a partir da década de 50 do século XIX”,¹²⁸ que procurava “romper” com o suposto “protecionismo” político-econômico defendido pela bancada conservadora e implementar reformas de caráter “descentralizador”.¹²⁹ Naquele período, a defesa de medidas como a “Abertura do rio Amazonas a navegação internacional”¹³⁰ se constituía em uma das principais “bandeiras” de várias lideranças liberais.

Assim, desde o início de sua carreira política como deputado no Rio de Janeiro durante a década de 1860, Raiol filiou-se as propostas liberais, tornando-se também defensor desse projeto, que segundo ele, iria “facilitar as vias de comunicação, desenvolver o commercio, estimular a industria, diminuir as distancias com auxilio do vapor e augmentar as fontes de riqueza publica”.¹³¹

Como monarquista e integrante desse partido, Raiol era assumidamente favorável a medidas reformistas e moderadas difundidas pelo mesmo no Brasil, que no geral se resumiam em seu programa a uma “maior autonomia provincial (...) justiça eletiva (...) separação da polícia e da justiça (...) redução das atribuições do poder moderador”,¹³² não realizando qualquer questionamento mais substancial às desigualdades sociais e à escravidão.

¹²⁷ RAIOL, Pedro Pombo de Chermont. Resumo biográfico. Op. Cit. p. 10

¹²⁸ PALM, Paulo Roberto. *A abertura do rio Amazonas a navegação internacional e o parlamento brasileiro*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 61

¹²⁹ FAORO, Raymundo. *Os Donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12ª Ed. São Paulo: Globo, 1997. p. 346

¹³⁰ Implementado através de um decreto de 7 de dezembro de 1866, apoiado em grande parte pelos deputados pertencentes ao Partido Liberal, o projeto de Abertura do rio Amazonas a livre navegação internacional contribuiu entre outros aspectos para a expansão econômica da região, com a introdução sistemática de navios a vapor de diversos países. Ver: BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *O Valle do Amazonas: Estudo sobre a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produções, commercio, questões fiscaes do valle do Amazonas*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866. MEDEIROS, Fernando Sabóia de. *A liberdade de navegação do Amazonas; relações entre o Império e os Estados Unidos da América*. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

¹³¹ RAIOL, Domingos Antônio. *Sessão de 18 de julho de 1866*. IN: *Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Srs. Deputados, quarto ano da duodecima legislatura, Sessão de 1866*, tomo III. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de Villeneuve & C. 1866. p. 182

¹³² CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 206

Esse partido possuía como principais teóricos “Teófilo Ottoni, Paula Souza e Vergueiro”.¹³³ Domingos Antônio Raiol, contudo, não iniciou sua vida política no momento em que os militantes liberais, mesmo os mais conservadores, faziam motins e revoluções pelo Brasil afora. Já nos anos de 1860 os ânimos da moderação eram sentidos por todos. Raiol admitia sua proximidade com o Partido Liberal mais moderado em seus discursos no Parlamento, como deixam transparecer o trecho a seguir onde o autor não nega sua filiação e até fé no liberalismo no contexto em liberais e conservadores pensavam em se aliar:

Sempre adorei os sacerdotes da religião política que abracei desde os meus primeiros annos, e que nunca deixarei de venerar os apóstolos sinceros que sempre vi (...) no Partido Liberal (...) não hei de abandona-los nunca, com elles nasci, com elles tenho vivido, com elles irei ao Capitólio, com elles serei arrojado da rocha tarpéa, com elles desejo acabar!¹³⁴

Essas palavras, pronunciadas em 1866, em um momento de turbulência política que envolvia liberais e conservadores, simbolizam a aproximação que este intelectual tinha com esses ideais. Além disso, elas possibilitam verificar que o autor em questão era antes de tudo um homem da política, que ele chamava abertamente de “religião”. E sua defesa ao liberalismo, presente em seu partido, não parecia consistir em mera panfletagem eleitoral, mas era embasada numa identidade ideológica, pois segundo Raiol “nenhum partido político é legítimo enquanto não tem grandes princípios a realizar”.¹³⁵ Vale ressaltar que naquele contexto, entre “1855 e 1868. O velho Partido Conservador saiu quase que totalmente da cena política (...). Em seu lugar apareceram os liberais históricos (...) e os conservadores dissidentes”.¹³⁶ Raiol, pelo menos inicialmente, apoiou esse quadro, expressando em uma de suas falas parlamentares de 1866 que “ninguém mais do que eu felicitou o paiz pela situação actual ao despontar no horizonte político, (...) que, consorciados os liberaes com os conservadores moderados deveriam desaparecer as desconfianças, (...) e os resentimentos que porventura entre eles houvesse”.¹³⁷

Os anos de 1860, contudo não eram só de alianças. Embora os ideais políticos possam ter se aproximado, liberais e conservadores muitas vezes se digladiavam no

¹³³ Idem Ibidem. p. 206

¹³⁴ RAIOL, Domingos Antônio. *Sessão de 28 de maio de 1866*. IN: *Annaes do Parlamento Brasileiro*, Op. Cit. p. 236

¹³⁵ Idem Ibidem. p. 236

¹³⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Op. Cit. p. 410

¹³⁷ RAIOL, Domingos Antônio. *Sessão de 28 de maio de 1866*. IN: *Annaes do Parlamento Brasileiro*, Op. Cit. p.234

parlamento e nos ministérios Imperiais. A instabilidade política da época, favorecida por acontecimentos como a Guerra do Paraguai (1864-1870),¹³⁸ cujas relações com a escrita de *Motins Políticos* serão observadas mais adiante, gerava mudanças aceleradas no quadro político do Império. Os *Gabinetes* se sucediam¹³⁹ liderados principalmente pelos políticos pertencentes ao Partido Liberal, como Zacarias de Góis e Vasconcelos (24/05/1862-30/05/1862), Pedro de Araújo Lima, político do partido conservador que se aliou aos liberais¹⁴⁰ (30/05/1862 – 15/01/1864), Zacarias de Góis e Vasconcelos (15/01/1864 – 31/08/1864) e Francisco José Furtado (31/08/1864 – 12/05/1865).

Durante essa crise, Raiol começou a perceber que a realização de uma aliança entre liberais e conservadores moderados tornava-se cada vez mais difícil, pois embora tenha “apoiado o Gabinete de 15 de janeiro”¹⁴¹ em conjunto com alguns membros do Partido Conservador, sentia-se decepcionado ao pedir que os “aliados” daquele partido “apoiassem o Gabinete de 31 de agosto com a mesma confiança”,¹⁴² não obtendo muito êxito em sua solicitação. Foi nesse momento do segundo reinado, em que rapidamente se sucediam Gabinetes e as rivalidades entre liberais e conservadores se acirravam, que ocorreu a elaboração dos primeiros tomos de *Motins Políticos*. Essa obra, não esteve imune a esse processo, angariando em sua narrativa, o influxo dessas questões institucionais e ideológicas, pois os encaminhamentos traçados e os ideais inseridos por seu autor se constituem em provas da interação entre produção histórica e atividade política no Brasil do século XIX.

Nesse sentido, não é muito difícil descobrir como a ligação com o pensamento liberal moderado ocasionou influências na escrita de Raiol. Quase uma década antes, em

¹³⁸ Conflito militar considerado o mais sangrento da América do Sul, no qual o Paraguai, governado pelo ditador Francisco Solano Lopez enfrentou e foi derrotado pela chamada *Tríplice Aliança*, composta após o início da Guerra por Brasil, Argentina e Uruguai. O conflito, além de seus milhares de mortos, ocasionou a destruição do Paraguai e o aumento do endividamento externo dos outros países participantes. Ver: CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1975. MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *A Guerra do Paraguai, 130 anos depois*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995. POMER, Leon. *A Guerra do Paraguai – a grande tragédia rio-platense*. São Paulo, Global, 1980.

¹³⁹No início de seu reinado, D. Pedro II criou o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, que atuava teoricamente como um Primeiro Ministro, mas que na prática não comandava o governo, pois apesar de nomear os demais membros da pasta, seu poder era limitado pela vontade do Imperador, que podia dissolver o Gabinete ou a Câmara a qualquer momento. Ao longo desse período, os liberais tiveram 21 Gabinetes e os conservadores 15. Ver: FAORO, Raymundo. *Os Donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12ª Ed. São Paulo: Globo, 1997. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. CARNEIRO, Levi. Uma experiência parlamentarista. São Paulo: Martins, 1965. VASCONCELOS, Zacarias de Goés e. *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1862.

¹⁴⁰ VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Op. Cit. p. 572

¹⁴¹ RAIOL, Domingos Antônio. *Sessão de 28 de maio de 1866*. IN: *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Op. Cit. p. 235

¹⁴² Idem Ibidem. p. 235

1858, esse intelectual já havia demonstrado sua preocupação em analisar as agremiações políticas imperiais, em um estudo denominado *O Brasil Político*,¹⁴³ caracterizado por discorrer sobre as agremiações partidárias Liberal e Conservadora. Tempos depois, ao analisar as lutas político-sociais no Grão-Pará da primeira metade do século XIX, através do livro *Motins Políticos*, Raiol deixava perceber tanto a continuidade dessas preocupações, como também sua admiração pelas concepções político-ideológicas liberais. Um nítido exemplo dessa situação pode ser percebido em sua referência ao pensamento de Bernardo José da Gama, o Visconde de Goiana, presidente do Grão-Pará no início da década de 1830:

Natural da província de Pernambuco, êle professara sempre os dogmas da escola liberal. A nacionalidade brasileira era a idéia que mais lisonjeava o seu espírito; defendeu-a até com fanatismo, inscrevendo seu nome entre os varões ilustres que mais se empenharam por fazê-la vingar. (...) De trato ameno, fazia-se respeitável pela nobreza de seu caráter e pela franqueza com que manifestava suas opiniões, transpirando sempre de suas palavras o mais ardente amor pelos princípios liberais.¹⁴⁴

O perfil do Visconde de Goiana elaborado por Domingos Antônio Raiol, representa um indício revelador da admiração desse Bacharel no tocante ao pensamento liberal professado no Brasil. Para o autor de *Motins Políticos*, era a presença dessas idéias que realçavam a liderança exercida por esse presidente provincial nas atribuições vivenciadas no Grão-Pará durante o final do primeiro reinado e início da Regência.

Dessa forma, para o deputado Domingos Antônio Raiol, as tarefas políticas e a escrita histórica não estavam separadas, pois representavam em seu conjunto formas de contribuir para o “engrandecimento” do Império, cujas principais ações, expostas na narrativa de *Motins Políticos*, deveriam também estar voltadas para a defesa do desenvolvimento do “comércio, a indústria, a arte, a agricultura”,¹⁴⁵ em todas as províncias.

Para propiciar o crescimento econômico, a monarquia deveria apoiar a expansão comercial, pois segundo o Barão, foi durante o período colonial, com a ausência de “concorrência no mercado”,¹⁴⁶ sistema no qual os portugueses “monopolizavam as transações, compravam e vendiam pelo preço e cláusulas que estipulavam”,¹⁴⁷ que boa parte

¹⁴³ RAIOL, Domingos Antônio. *O Brasil político*. Belém: Tip. do Diário do Comércio. 1858.

¹⁴⁴ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. I. Op. Cit. p. 209

¹⁴⁵ Idem Ibidem. Vol. III. p. 1006

¹⁴⁶ Idem Ibidem. Vol. II. p. 734

¹⁴⁷ Idem Ibidem. Vol. II. p. 734

da população nativa era explorada, fato que favorecia a difusão da pobreza na região amazônica, pois os privilégios da minoria lusitana acabavam por exaurir os “mananciais da prosperidade pública e particular, só engrandecidos pelas leis econômicas das teorias liberais”.¹⁴⁸

Ao apoiar diretamente no texto de *Motins Políticos* a adoção de medidas, como as presentes nos parágrafos anteriores, Raiol passou a sofrer ainda durante o momento de publicação dos tomos dessa obra, críticas pelo suposto partidarismo em sua narrativa, fato a ser analisado mais detidamente no próximo capítulo, no qual será exposto um quadro direcionado à recepção dessa obra entre críticos e demais estudiosos nos séculos XIX e XX.

Por outro lado, o papel de historiador, exercido por Raiol nos momentos de folga dos afazeres políticos, parecia ser algo bastante desgastante, pois segundo ele as pesquisas são “trabalhos pesados que seguramente demandam muita paciência, muito esforço (...) respingando aqui e ali, (...) os grãos esparsos de trigo com que se tem de formar o pão espiritual da história”.¹⁴⁹

Diante de tantas dificuldades, por que um bacharel que estava construindo uma sólida carreira política aventurava-se numa atividade tão difícil e aparentemente pouco recompensadora como a produção histórica? Parte da resposta para esta indagação foi propiciada pelo próprio Barão, que condicionou quatro motivos para a produção de *Motins Políticos*: “serviço à pátria”,¹⁵⁰ amor ao “torrão natal”,¹⁵¹ tornar “mais conhecida (...) a história da província onde nasci”,¹⁵² e o argumento de que “todas as províncias do império já têm sua história (...) o Pará, entretanto nada têm”.¹⁵³

Havia, porém, um motivo não revelado diretamente para a elaboração desse estudo, centrado na perspectiva de aliar a atividade intelectual de historiador com a política. Assim, mais que uma simples reconstituição de eventos da história do Grão-Pará, *Motins Políticos* simbolizava a abertura de novas “portas” para seu autor, pois a elaboração da mesma propiciava a Raiol ainda mais prestígio e atenção entre os seus pares, lhe credenciando muito respeito e se constituindo num suporte que o tornou ainda mais conhecido em outras províncias.

A escrita de *Motins Políticos* favoreceu ao seu autor um ganho significativo de *capital simbólico*, que tem como característica “surgir em uma relação social entre (...) um

¹⁴⁸ Idem Ibidem. Vol. II. p. 735

¹⁴⁹ Idem Ibidem. Vol. II. p. 414

¹⁵⁰ Idem Ibidem. Vol. II. p. 412

¹⁵¹ Idem Ibidem. Vol. II. p. 412

¹⁵² Idem Ibidem. Vol. II. p. 412

¹⁵³ Idem Ibidem. Vol. II. p. 414

agente e outros agentes dotados de categorias de percepção adequados (...) em seus modos de pensar, de tal modo que conheçam e reconheçam o que lhes é proposto, e creiam nisso”.¹⁵⁴ Por isso, Raiol angariou ainda mais admiração política e social com a publicação desse livro. Dessa forma, esse autor aliava o prestígio de político ao de historiador e de Bacharel, que também “durante o Segundo Reinado (...) transformou-se em um termo que carregava, além de uma qualificação, um capital simbólico fundamental”,¹⁵⁵ complementando o êxito no mundo das letras e parlamentar. Por outro lado, os laços que aproximavam esse político-historiador do poder imperial no século XIX, também foram responsáveis pelas suas opções de estudo do passado. Estas, hegemonicamente adequavam-se ao espírito da época, cujo enfoque predileto no Brasil centrava-se na história dos eventos políticos.

Ademais, a produção intelectual de Domingos Antônio Raiol não ficou restrita a abordagem do texto de *Motins Políticos*, suas pesquisas possuíam outras perspectivas, expressando tanto nos seus livros como nos artigos, temáticas que se aproximavam de áreas diversificadas de conhecimento como a ciência política:

Estudioso polígrafo, como vários outros de sua geração e da que o sucedeu, Raiol talvez seja um dos precursores de diversos estudos sobre a realidade amazônica. Entre outras áreas, o Barão do Guajará interessava-se em estudar o que hoje denominamos de ciência política, sociologia, história e economia.¹⁵⁶

Além de esclarecer sobre a multiplicidade de estudos e temáticas realizadas por Domingos Antônio Raiol, as palavras de Magda Ricci apontam para a possibilidade de que esse autor tenha sido um dos primeiros a adentrar na análise da realidade amazônica a partir de várias ciências atualmente conhecidas.

Vale ressaltar, que a valorização por parte de Raiol, de temáticas que hoje se constituiriam na ciência política e sociologia, pode ser observada como mais um indício da interação entre experiência político-partidária e produção intelectual. Ademais, a amplitude de enfoques e a riqueza documental, também podem ser observadas em outros textos de autoria do Barão, a serem analisados sucintamente no próximo tópico.

¹⁵⁴BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996. p.172-173

¹⁵⁵SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. Op. Cit. p. 119

¹⁵⁶RICCI, Magda. *O Império Lê a Colônia*. Op. Cit. p. 29

1.3 Produção intelectual revisitada

Predominantemente lembrado como o autor da obra *Motins Políticos*, Domingos Antônio Raiol não restringiu sua produção bibliográfica a um único estudo. Seus trabalhos abordaram temáticas diversificadas, abrangendo caminhos que vão desde a história colonial do Grão-Pará, passando pela abordagem político-partidária imperial, até o enfoque sobre aspectos contemporâneos ao autor no final do século XIX, como a Abertura do rio Amazonas a livre navegação, a corrida armamentista e o socialismo.

Por esse e outros motivos, o Barão de Guajará também pode ser considerado um dos principais representantes da inteligência amazônica e brasileira na segunda metade do século XIX, tendo pouquíssimos nomes naquele contexto a sua altura. Suas obras publicadas foram respectivamente:

O Brasil Político (1858),¹⁵⁷ estudo oferecido em homenagem ao Conselheiro Bernardo de Sousa Franco, a quem Raiol afirmava ser “um dos que mais têm concorrido para obter a posição, que ora ocupo entre os meus concidadãos”.¹⁵⁸ Nessa obra, o Barão realiza uma ampla análise das “agremiações políticas do Império, antes da formação do Partido Progressista”,¹⁵⁹ contendo uma discussão acerca das aproximações e diferenças entre liberais e conservadores, partidos que segundo Raiol se auto-completavam, pois “o progresso e a conservação são duas idéias que marcham e devem sempre marchar pari-passu. São duas irmãs que convivem e devem sempre conviver juntas, impedindo uma os excessos da outra”.¹⁶⁰

Além destas características, esse livro também pode ser entendido como uma espécie de batismo intelectual e político de Domingos Antônio Raiol, que expôs ao longo das suas 40 páginas, uma espécie de defesa dos ideais políticos monarquistas, pois segundo ele “os brasileiros sensatos amam de coração a monarquia”,¹⁶¹ regime considerado por este autor o mais adequado para o progresso e desenvolvimento do Brasil.

Abertura do Amazonas (1867),¹⁶² estudo possuidor de um “extrato dos debates no Parlamento brasileiro acêrca do projeto de lei sôbre a abertura do rio Amazonas à navegação

¹⁵⁷ RAIOL, Domingos Antônio. *O Brasil político*. Op. Cit.

¹⁵⁸ RAIOL, Domingos Antônio. *O Brasil político*. IN: RAIOL, Domingos Antônio. *Obras de Domingos Antônio Raiol*. Op. Cit. p. 155

¹⁵⁹ RÉGO, Clóvis de Moraes. Apresentação. Idem Ibidem. p. 2

¹⁶⁰ Idem Ibidem. p. 160

¹⁶¹ Idem Ibidem. p. 171

¹⁶² RAIOL, Domingos Antônio. *Abertura do Amazonas*. Tip. do Jornal do Amazonas, Belém. 1867.

e ao comércio com o mundo”,¹⁶³ pode ser observado a partir de suas perspectivas liberais, indispensáveis, segundo Raiol para o “florescimento e futura grandeza”¹⁶⁴ do Brasil. Neste trabalho, Raiol não se limita em apoiar esta proposta, aprofundando as discussões sobre o progresso da região Norte do Império com a exposição de medidas que facilitariam o mesmo, principalmente na execução de ações que visavam “atrair a imigração (...) para desenvolver as regiões amazônicas”.¹⁶⁵

Acreditando que a abertura à navegação internacional no Amazonas e o incentivo a imigração estrangeira seriam passos decisivos para o desenvolvimento econômico da região, Raiol apresentava nessa obra diversos argumentos complementares a favor destas ações como a tolerância religiosa e a estabilidade política.

No mesmo contexto da década de 1860, no qual elaborava e publicava o livro *Abertura do Amazonas*, Raiol começava a envolver-se naquele que seria o seu maior desafio intelectual, reconstituir a história dos diversos “motins” deflagrados na Amazônia entre as décadas de 1820 e 1830. A realização dessa obra intitulada *Motins Políticos*, que iria de fato caracterizar a “estréia auspiciosa de Domingos Antônio Raiol, no campo vasto das letras históricas”,¹⁶⁶ se constituiu em tarefa árdua, demandando aproximadamente 25 anos (1865-1890), na pesquisa e publicação de cinco tomos. De acordo com o Barão, esse estudo seria dividido em três partes:

A primeira compreende os sucessos ocorridos desde a convocação das Côrtes gerais em Portugal até a proclamação da Independência do Brasil. A segunda compreende os sucessos ocorridos desta época em diante até a abdicação de D. Pedro I. A terceira, enfim, compreende os sucessos que tiveram lugar desde a revolução de 7 de Abril de 1835.¹⁶⁷

Por meio dessa subdivisão, Raiol discorreu sobre o período que considerava o “mais importante da história política da província do Pará, quando nela se tornaram mais frequentes as convulsões populares”.¹⁶⁸ Através da investigação desses acontecimentos, ele objetivava “compreender – a partir dos jogos da política e dos políticos imperiais – os erros e acertos que teriam levado a Amazônia, em especial o Pará a querer separar-se do Brasil e

¹⁶³ RÊGO, Clóvis de Moraes. Apresentação. IN: RAIOL, Domingos Antônio. *Obras de Domingos Antônio Raiol*. Op. Cit. p. 2

¹⁶⁴ Idem Ibidem. p. 19

¹⁶⁵ Idem Ibidem. p. 21

¹⁶⁶ CRUZ, Ernesto. *Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará)*. Op. Cit. p. 134

¹⁶⁷ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. I. Op. Cit. p. 7

¹⁶⁸ Idem Ibidem. p. 7

depois se associar a ele novamente”.¹⁶⁹ Essa obra, além dos eventos políticos e sociais presentes, representou também os percalços e experiências pessoais de seu autor em seu longo processo de escrita e publicação dos respectivos volumes. Iniciando-se na década de 1860, quando o regime imperial envolvia-se com a Guerra do Paraguai, e cujo término coincidiu com o início da República.

Na era republicana, Raiol já distanciado da política, deu continuidade em sua atividade intelectual, através da obra inacabada *Um Capítulo de História Colonial do Pará*,¹⁷⁰ publicada entre 1894 e 1895, em vários fascículos da *Revista da Sociedade de Estudos Paraenses*, ele procurou traçar um quadro investigativo “das primeiras viagens de exploração, do estabelecimento dos portugueses, das lutas destes com os holandeses, franceses e ingleses, dos fatos mais importantes até o fim do domínio espanhol, em 1640”.¹⁷¹

Além da perspectiva de expor eventos, relacionados ao passado colonial amazônico, essa série de artigos também apresenta informações relacionadas às populações indígenas da região e da própria fundação de Belém.

Publicado em 1898, o livro *Visões do Crepúsculo* (1898),¹⁷² pode ser considerado um dos mais diferenciados de Domingos Antônio Raiol. Portador de variados “artigos sobre a guerra, paz armada, igualdade dos homens como lei natural, fenômenos radiantes da atmosfera”,¹⁷³ esse livro se caracteriza por abordar temas que levantavam discussões na época.

Por outro lado, embora não tenha sido a última narrativa do Barão, esse estudo possui um tom melancólico, no qual o autor expressava seu pessimismo e descrença com os rumos que o Brasil e o restante da humanidade estavam tomando na virada do século.

Por isso, na página inicial desse livro, Raiol expressava aos leitores que a realização de seus escritos não possuía nenhuma ambição de “competência literária”,¹⁷⁴ mas se tratavam dos ensinamentos de “um sexagenário, prestes a fazer as suas últimas despedidas do mundo, sem mais apegos às ilusões da vida”.¹⁷⁵

¹⁶⁹ RICCI, Magda. *O Império Lê a Colônia*. Op. Cit. p. 30

¹⁷⁰ RAIOL, Domingos Antônio. *Um Capítulo de História Colonial do Pará*. Revista de Estudos Paraenses. Belém: Tip. do Diário Oficial. 1894.

¹⁷¹ RÊGO, Clóvis de Moraes. Apresentação. IN: RAIOL, Domingos Antônio. *Obras de Domingos Antônio Raiol*. Op. Cit. p. 3

¹⁷² RAIOL, Domingos Antônio. *Visões do Crepúsculo – A Revista – Magazine ilustrado*. Belém: Alfredo Silva & Cia. 1898.

¹⁷³ RÊGO, Clóvis de Moraes. Apresentação. IN: RAIOL, Domingos Antônio. *Obras de Domingos Antônio Raiol*. Op. Cit. p. 3

¹⁷⁴ RAIOL, Domingos Antônio. *Visões do Crepúsculo*. IN: RAIOL, Domingos Antônio. *Obras de Domingos Antônio Raiol*. Op. Cit. p. 381

¹⁷⁵ Idem *Ibidem*. p. 381

Essa atitude pessimista frente à própria velhice era fortalecida nas considerações sobre vários acontecimentos históricos desencadeados no final do século XIX, como por exemplo, no tocante ao agravamento dos conflitos armados entre as potências da época, para os quais Raiol utilizava argumentos “apocalípticos”, afirmando que o “aniquilamento é a lei geral da criação, e nada pode eximir-se deste imperioso decreto da Providência”.¹⁷⁶

É possível que parte desse negativismo presente em *Visões do Crepúsculo* também fosse fruto da não aceitação de Raiol ao estabelecimento da República no Brasil, pois em diversas passagens desse livro, o Barão deixava entrever argumentos que indiretamente pareciam atacar o novo regime, expressando, por exemplo, que “ambiciosos vulgares, entre os quais repartiam os empregos e dinheiros públicos, invocando sempre o patriotismo, para não perderem o vezo dos aventureiros políticos!”.¹⁷⁷

O livro *Juízo Crítico sobre as obras literárias de Felipe Patroni*,¹⁷⁸ publicado em 1900, através da *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e etnográfico do Pará*, apresentava um lado original da trajetória intelectual de Domingos Antônio Raiol, pois se constitui numa tentativa de análise “das produções poéticas de Felipe Alberto Patroni Maciel Parente”,¹⁷⁹ liderança política regional de tradição liberal com ampla participação nas Cortes de Lisboa. Embora teoricamente objetivasse realizar o papel de crítico literário, Raiol traçou importantes considerações acerca das ações políticas de Felipe Patroni, historicamente conhecido pelas duras críticas realizadas contra o governo português numa audiência com o rei em Lisboa no ano de 1821. Para Raiol este comportamento de Patroni era fruto de suas “excitações nervosas, das quais poderia vir-lhe facilmente a perturbação mental”.¹⁸⁰ Assim, muito além de uma análise de textos poéticos, *Juízo Crítico sobre as obras literárias de Felipe Patroni* também pode ser percebido como um estudo que englobava interessantes considerações sobre o pensamento político de um homem que segundo Raiol, embora demonstrasse sentimentos de “amor ardente pelo bem da Pátria”,¹⁸¹ elaborava textos com “palavras soltas a esmo, frases ininteligíveis, raciocínios incongruentes, pensamentos

¹⁷⁶ Idem Ibidem. p. 385

¹⁷⁷ Idem Ibidem. p. 387

¹⁷⁸ RAIOL, Domingos Antônio. *Juízo Crítico sobre as obras literárias de Felipe Patroni*. Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará, 1º volume, 3º fascículo, Imprensa Oficial, Belém, 1900.

¹⁷⁹ RÊGO, Clóvis de Moraes. Apresentação. IN: RAIOL, Domingos Antônio. *Obras de Domingos Antônio Raiol*. Op. Cit. p. 2

¹⁸⁰ RAIOL, Domingos Antônio. *Juízo Crítico sobre as obras literárias de Felipe Patroni*. IN: RAIOL, Domingos Antônio. *Obras de Domingos Antônio Raiol*. Op. Cit. p. 212

¹⁸¹ Idem Ibidem. p. 235

truncados, períodos vazios de sentidos, proposições sem nexos”,¹⁸² aspectos que justificavam a suposta “enfermidade moral do autor”.¹⁸³

Ademais, Domingos Antônio Raiol foi responsável pela elaboração do artigo denominado *Catechese de índios no Pará*,¹⁸⁴ publicado em 1902 nos annaes da biblioteca e arquivo públicos do Pará, com informações relacionadas à cultura de algumas populações nativas e seus contatos com os catequizadores europeus.

Além da existência de uma gama de estudos, portadores de enfoques diversos, Domingos Antônio Raiol também foi responsável pela elaboração de textos oficiais, que procuravam apresentar ou descrever seus afazeres políticos. Assim, utilizando-se do mesmo rigor e erudição exigidos em suas demais narrativas, Domingos Antônio Raiol foi responsável pela publicação de vários documentos referentes às suas atividades nos poderes legislativo e executivo imperial. Um exemplo dessa produção intelectual ligada aos interesses governamentais pode ser percebido na elaboração de “falas do parlamento” e “relatórios provinciais”, que embora diferenciados em seus objetivos e propostas dos demais livros, expressavam diretamente suas ações no executivo imperial.

A preparação de documentos oficiais consistia apenas numa das atribuições que lideranças políticas como Domingos Antônio Raiol tinham que cumprir. Os mesmos não se constituíam apenas em mera prestação de contas de um governo, mas evidentemente vinham imbuídos das concepções políticas e ideológicas de seus respectivos responsáveis.

Por outro lado, a existência de uma diversificada bibliografia, simbolizava diferentes momentos da vida pessoal e social de Domingos Antônio Raiol e das inúmeras transformações ocorridas no Brasil da época.

Assim, embora tenha realizado estudos sobre variadas temáticas e publicado diversas obras, uma em especial intitulada *Motins Políticos* marcou definitivamente a vida intelectual do Barão, seja pelas lembranças no campo pessoal, grandiosidade, riqueza documental, ou em razão dos eventos analisados. Esse livro também teve um valor substancial na vida intelectual de seu autor, pois acabou abrindo oportunidade para a entrada de Raiol nos quadros do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB),¹⁸⁵ como será observado no tópico a seguir.

¹⁸² Idem Ibidem. p. 233

¹⁸³ Idem Ibidem. p. 233

¹⁸⁴ RAIOL, Domingos Antônio. *Catechese de índios no Pará*. Annaes da Bibliotheca e archivo publico do Pará. Tomo II. Belém. Imprensa Official. 1902. p. 117 - 183

¹⁸⁵ Ver.: GUIMARÃES Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 156, nº 388, p. 459-613, jul/set 1995. SCHWARCZ, Lília K. Moritz. *Os Guardiões da Nossa História Oficial - os Institutos Históricos e*

1.4 Motins Políticos e o IHGB

O Instituto Historico compenetra-se da alta missão que lhe está confiada: elle sabe que a ninguém é dado distribuir justiça na posteridade sem invocação de seus codigos. (...) como a Themis da ordem intellectual, ella da a Cesar o que é de Cesar, e deixando cahir a espada da reprovação, ou o manto do agradecimento, ella proclama heróe, ou deixa empoeirar-se no esquecimento a alga humana que só vegetou um dia.¹⁸⁶

O *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) foi fundado em 21 de outubro de 1838, na cidade do Rio de Janeiro. Ele contava com o incentivo da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* (SAIN), que possuía entre outras finalidades “promover o desenvolvimento da agricultura, lavoura e pecuária do país”.¹⁸⁷

Sua criação, além da inspiração francesa através do L'Institut historique de Paris, teve papel importante do Marechal Raimundo José da Cunha Matos e de Januário da Cunha Barbosa, além da proteção e do apoio econômico imperial, já que a “nação recém-independente precisava de um passado do que pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com confiança para o futuro”.¹⁸⁸ Percebendo essas “necessidades”, D. Pedro II, que havia assumido o trono dois anos depois, em 1840, se caracterizou como um dos admiradores e incentivadores daquela instituição, que durante décadas se constituiu em representante dos interesses intelectuais da monarquia.

A criação deste instituto, encarregado pela produção de um saber histórico no Brasil Imperial, também foi fruto de um momento em que a história, principalmente em solo europeu, almejava o *status* de ciência.

O estabelecimento dessa instituição adequava-se aos interesses políticos e intelectuais presentes no seio da nascente monarquia brasileira, tarefa considerada necessária em um regime que buscava firmar-se em uma época de grandes contestações e revoltas provinciais.

geográficos brasileiros. São Paulo: IDESP, 1989. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, "Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional" in: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Jan/1988, nº 01.

¹⁸⁶ Relatório do segundo secretario o Sr. Caetano Alves de Sousa Filgueiras. IN: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXIII, Rio de Janeiro: Tip. de Luiz Domingos dos Santos. 1860. p. 682

¹⁸⁷ SCHWARTCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças*. Op. Cit. p. 101

¹⁸⁸ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 1999. p. 25

Desde suas origens, o IHGB era composto por alguns dos principais representantes da intelectualidade da Corte e regional, através da condição de sócios correspondentes. Além disso, o surgimento do IHGB também pode ser percebido como fruto dos interesses de uma pequena elite intelectual brasileira, pertencente ou ligada à capital imperial, que estava adaptando-se à autonomia política conquistada na década anterior.

Era essa elite que sentia necessidade de possuir um espaço cuja finalidade residia na elaboração de uma história nacional monarquista e católica, inspirada evidentemente nos valores europeus, particularmente franceses, como veremos nas páginas a seguir, mas que acima de tudo simbolizassem uma tarefa centralizadora, valorizadora da educação e também “civilizadora”, como pode-se perceber nas palavras a abaixo:

O sentido subjacente a esse novo tipo de associativismo sociocultural, que ganhou forte impulso no Segundo Reinado, pode ser analisado com base em duas motivações centrais. Em primeiro lugar, ele serviu como canal de organização e estímulo para a própria elite intelectual, que buscava encontrar o seu espaço de atuação no contexto de um país dotado de vida cultural ainda muito incipiente. Em segundo lugar, assumiu uma posição política mais ampla, apresentando-se como uma tarefa civilizadora, uma condição mesma para a admissão do Brasil no concerto das nações civilizadas.¹⁸⁹

Se nos primeiros anos o IHGB teve como estímulo a organização e reconstrução do passado colonial, envolvendo-se nos novos tempos da política Imperial constitucionalista, depois da maioria do Imperador Pedro II a mesma instituição teve seu papel fortalecido e ampliado, constituindo-se em local da memória nacional que se criava e campo de ação dos políticos imperiais recém emancipados.

Formada por burocratas, advogados, médicos, engenheiros etc., esse “cenáculo dos pensadores da época sob a égide do imperador”¹⁹⁰ estava em busca de espaço, prestígio e da perspectiva de aproximar o Brasil das nações civilizadas.

Essa instituição possivelmente não teria a mesma abrangência e penetração nas diversas províncias sem o incentivo oficial, propiciado pelo próprio D. Pedro II, que além de conhecido admirador da história, prestou apoio financeiro e moral, constituindo-se num dos principais interessados pelo sucesso da mesma. O apoio e interesse destinado pelo regime

¹⁸⁹ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002. p. 173

¹⁹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002. p. 267

imperial brasileiro ao IHGB eram justificados, pois segundo a historiadora Lilia Moritz Schwarcz:

O IHGB daria à monarquia brasileira uma nova história, uma iconografia original e uma literatura épica. Neste local, enquanto o passado era lembrado de forma enaltecida, a partir de uma natureza grandiosa e de indígenas envolvidos em cenários românticos, já a realeza surgia como um governo acima de qualquer instituição e a escravidão era literalmente esquecida.¹⁹¹

Foi por incentivo do IHGB, em particular da revista deste instituto, que a pesquisa e investigação do passado colonial e Imperial ganhou força. Nessa revista, publicada ininterruptamente durante o Império, e cujas primeiras edições começaram a ocorrer a partir de 1839, a pesquisa histórica brasileira efetivou-se de forma mais sistemática. Em suas páginas eram divulgados estudos sobre o passado colonial e imperial (encomendadas e/ou premiadas pelo IHGB), que levaram homens como Francisco Adolfo de Varnhagen e Capristano de Abreu a efetivarem viagens e levantarem documentos em arquivos no Brasil e no exterior.

Por meio destas viagens científicas, cujo destino era principalmente a Europa, estes e outros estudiosos, com incentivo do IHGB, conseguiram realizar valiosas descobertas no campo historiográfico, como pode-se perceber:

Sob a égide do Instituto, realizaram obra de grande mérito divulgando e procurando manuscritos esquecidos ou esgotados. Devemos a ele a revelação de inúmeros cronistas e memorialistas que constituem, por assim dizer, a base das informações sobre a vida colonial.¹⁹²

Naquele contexto, além de arquivar e publicar documentação referente ao passado do Brasil, um dos objetivos desta instituição consistia na elaboração de uma história “oficial” para o país, que só seria possível através da construção das diversas histórias provinciais, realizadas a partir da colaboração de sócios correspondentes.

O projeto estabelecido pela elite intelectual brasileira, criadora do IHGB, possuía como um dos fios condutores a ramificação das memórias históricas das diversas províncias

¹⁹¹SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Estado sem nação: criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo Reinado*. In: *A crise do Estado-nação*. Org. Novaes, Adauto. RJ, Civilização Brasileira, 2003. p. 353

¹⁹²MESGRAVIS, Laima. *A sociedade brasileira e a historiografia colonial*. IN: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva* / Marcos Cezar de Freitas (org.). São Paulo: Contexto. 2005. 6ª ed. p. 39

do Império, além de consolidar uma política de caráter centralizador, pois se a “extensão territorial dificulta essa unificação, ele propõe que se façam histórias regionais que garantam uma direção à centralização”.¹⁹³

No tocante a intelectualidade nacional, o IHGB teve nos anos subseqüentes ao seu surgimento, a adesão de diversos intelectuais e políticos brasileiros, imbuídos do espírito de elaborar para a Nação um passado histórico. Este mesmo projeto também se adequava ao próprio processo de construção do império brasileiro, em seus valores culturais e principalmente unidade territorial, ambos influenciados pelos valores europeus.

Nos anos subseqüentes, particularmente após a década de 1850, o “IHGB se afirmaria como um centro de estudos ativo, favorecendo a pesquisa literária, estimulando a vida intelectual e funcionando como um elo entre esta e os meios oficiais”,¹⁹⁴ pois contava com o incentivo cada vez maior do Império.

Na década de 1860, quando Raiol iniciava a publicação dos primeiros tomos de *Motins Políticos*, as elites político-sociais responsáveis pela construção da “história nacional” estavam apreensivas em razão dos eventos da Guerra do Paraguai (1865-1870) responsável por deixar marcas não apenas nos quadros políticos, sociais e econômicos do Império, como também em sua intelectualidade.

Nesse sentido, a produção historiográfica organizada a partir dos quadros pertencentes ao IHGB não esteve imune a esse conflito internacional, publicando na segunda metade dos anos 1860 alguns pronunciamentos, como o realizado em 1866, pelo Dr. Joaquim Manoel de Macedo, no qual homenageava o falecido político, militar e nobre imperial Paulino José Soares de Sousa (1807-1865), o Visconde do Uruguay, uma das lideranças brasileiras na:

Luta com o dictador Rosas, (...) dando em resultado a effectiva independencia e integridade do Estado Oriental do Uruguay, as mesmas condições ao Paraguay, a libertação da Republica da Argentina, e, em direito ao menos, a livre navegação dos grandes rios que formam a bacia do Prata.¹⁹⁵

Outro sinal dessa influência da guerra na produção historiográfica dos membros do IHGB pode ser percebido na publicação de estudos relacionados às ações brasileiras na

¹⁹³REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Op. Cit. p. 27

¹⁹⁴SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. Op. Cit. p. 126

¹⁹⁵MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso. IN: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXIX, segunda parte. Rio de Janeiro: Tip. de Pinheiro e Comp. 1866. p. 475

região platina no passado, como por exemplo, na edição de 1867, em que foi apresentado o trabalho intitulado *Limites do Brasil (1493 a 1851)*,¹⁹⁶ no qual o autor Antônio Pereira Pinto teceu uma ampla exposição das disputas fronteiriças naquela área desde a época colonial, ou em 1868, no estudo de Jose Maria da Silva Paranhos Junior, denominado *Esboço biographico do General José de Abreu*,¹⁹⁷ militar que havia participado do processo de lutas na região durante o primeiro reinado, livrando “a provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul da invasão estrangeira”.¹⁹⁸

Este estudo, responsável pela inserção de Jose Maria da Silva Paranhos Junior nos quadros do IHGB, causou reações positivas na intelectualidade desta instituição, particularmente por enfatizar uma temática que se encontrava no centro das atenções naquele momento, como ressaltou em um relatório, presente na mesma revista, o Cônego Dr. J. Caetano Fernandes Pinheiro:

O Sr. Dr. José Maria da Silva Paranhos Junior prendeu a atenção do Instituto com a leitura da estimavel - *Biographia do General José de Abreu, barão do Serro Largo*, que lhe serviu de titulo de admissoão, e de que vos fallei em meu anterior relatorio. Occulta o modesto titulo de biographia a minuciosa historia dos grandes acontecimentos que se passaram na plaga austral do Brasil, ou nas ribeiras do Prata, onde nossa honra ou graves interesses comprometidos levaram as armas, quasi sempre victoriosas, do Imperio. O nome de José de Abreu era tão legendario como mais tarde devêra ser o de Osorio, porque pertencem ambos a essa raça intelligente e vigorosa que a providencia collocou de atalaia em nossas agitadas fronteiras.¹⁹⁹

Por meio destas palavras, é possível observar que além dos eventuais elogios ao estudo em questão, havia entre os membros da intelectualidade dirigente do Instituto o interesse em analisar o passado da região na qual ocorria a Guerra do Paraguai, ressaltando o papel de alguns de seus heróis no passado. Estes, por meio de seus feitos, seriam diretamente associados às lideranças militares que estavam em campanha na região, durante a década de 1860, como Manuel Luís Osório e José de Abreu, que havia lutado no Prata durante o primeiro reinado.

¹⁹⁶PINTO, Antônio Pereira. *Limites do Brasil (1493 a 1851)*. IN: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXX. Rio de Janeiro: B. L. Garnier – Livreiro-editor. 1867.

¹⁹⁷JUNIOR, Jose Maria da Silva Paranhos. *Esboço biographico do General José de Abreu, Barão do Serro Lago*. IN: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXI, parte primeira. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro-editor. 1868.

¹⁹⁸ Idem Ibidem. p. 63

¹⁹⁹ Idem Ibidem. p. 407- 408

Assim, mais que simplesmente informar sobre o passado de conflitos na região platina e seus heróis, os artigos publicados na revista do instituto, ao longo do momento no qual ocorria a Guerra do Paraguai, possuíam o objetivo de valorização do espírito patriótico e de uma memória que destacasse o papel do Estado Imperial ou de alguns personagens considerados heróicos. Essa exaltação dos ideais patrióticos recebia o incentivo da “corte, que comemorava como podia cada nova batalha”²⁰⁰ vencida.

Domingos Antônio Raiol, na época deputado, apoiou as ações brasileiras no conflito, ressaltando em 1866, em uma de suas falas no parlamento que a “debellação da guerra era um facto para o qual todos os Brasileiros devião concorrer, e de facto concorrerão com sacrificio e nobre dedicação; era um pensamento patriotico que devia estimular a todos”.²⁰¹ Ele também incentivava os brasileiros a vingar “a honra nacional, offendida pelo despota do Paraguay”,²⁰² formando “um só corpo para melhor repelir o aggressor”.²⁰³

Nessa atmosfera de tensão gerada pela guerra e a conseqüente ameaça a estabilidade da monarquia, sua narrativa analisou os *motins* ocorridos na Amazônia algumas décadas antes, não apenas como ameaçadores da ordem política regional, mas também como simbolizadores de um quadro de perigo às instituições da nação e de fragmentação territorial do Brasil.

A obra *Motins Políticos*, cujo primeiro tomo foi publicado em 1865, portanto na mesma época em que este conflito se iniciava, não pode ser dissociada em sua produção desse acontecimento que abalava as estruturas do Império. Seu autor tinha consciência da relevância de enfatizar em sua narrativa que é “dever de todo cidadão concorrer para a prosperidade de seu país com sacrificio mesmo de seus cômodos”.²⁰⁴

Raiol não enxergava sua obra apenas como fruto de capacidade intelectual, mas também como um dever cívico a serviço do Império. Seus escritos não deveriam ser apreciados apenas pelos amantes da história, eles também deveriam servir para o fortalecimento de ideais patrióticos e monarquistas que estavam “ameaçados” pela Guerra.

Por isso, juntamente com a atividade parlamentar que estava iniciando nos primeiros anos da década de 1860, a produção de suas primeiras obras simbolizavam esses ideais, fato que contribuiu para o crescimento de seu prestígio junto aos integrantes do instituto, a ponto dos membros da comissão de admissão de sócios expressarem que “o Dr.

²⁰⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. Op. Cit. p. 304

²⁰¹ Sessão em 28 de maio de 1866. IN: *Annaes do Parlamento Brasileiro: Camara dos deputados*. Sessão de 1866. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e constitucional de J. Villeneuve & C.. 1866. p. 235

²⁰² Idem Ibidem. p. 236

²⁰³ Idem Ibidem. p. 236

²⁰⁴ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Op. Cit. Vol. II. p. 413

Raiol é um nome conhecido já no mundo litterario; o seu trabalho revela suas habilitações, e é de manifesto interesse e utilidade para a historia do Brasil”.²⁰⁵

Naquele contexto, o quadro diretivo do IHGB, que tinha respectivamente como “presidente: Exm. Visconde de Sapucahy, 1º vice-presidente: Cons.º Candido Baptista de Oliveira; 2º vice-presidente: Dr. Joaquim Manoel de Macedo; 3º vice-presidente: Joaquim Norberto de Sousa Silva”,²⁰⁶ e na “Commissão de admissão de sócios. Os Srs. Dr Agostinho Marques Perdigão Malheiros; José Ribeiro de Sousa Fontes; Caetano Alves de Sousa Filgueiras”²⁰⁷ exigia como um dos pressupostos fundamentais para a entrada de um novo membro na instituição, a publicação de um estudo, que representasse uma contribuição de importância tanto em termos regionais como nacionais.

Havia também por parte dos estatutos desta instituição a existência de um trâmite burocrático para a admissão de novos sócios correspondentes, no qual a comissão permanente exigia entre outros requisitos, a apresentação de uma proposta assinada por um dos membros a comissão de classe de história ou de geografia a que queira pertencer; esta proposta era “enviada por parecer da dita commissão á mesa administrativa que, examinando e votando sobre ella por escrutínio secreto, deverá apresenta-la em assembléa geral para ser definitivamente aprovada.”²⁰⁸

Mesmo produzindo o seu primeiro livro *O Brasil Político* em 1858, possivelmente em razão destas exigências, Raiol só conseguiu ingressar nos quadros do IHGB praticamente uma década depois, em 8 de novembro de 1866, um ano após a publicação do primeiro tomo de *Motins Políticos*, e claramente devido ao mesmo:

A commissão de admissão de socios, tomando na devida consideração a proposta de 12 de abril de 1866, assignada pelos consocios o Exm. Sr. visconde de Sapucahy, conego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e Dr. Carlos Honorio de Figueiredo, é de parecer que o candidato Dr. Domingos Antonio Raiol, auctor da obra *Motins Politicos* da provincia do Pará desde 1821 até 1835, de que já offereceu a este Instituto as duas primeiras partes (desde 1821 a 1831), está no caso de ser approvedo membro correspondente.²⁰⁹

²⁰⁵ Sessão de 25 de outubro de 1866. IN: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXIX, segunda parte. Rio de Janeiro: Tip. de Pinheiro e Comp. 1866. p. 416

²⁰⁶ Sessão de assemblea geral de eleições, em 21 de dezembro de 1860. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXIII, Rio de Janeiro: Tip. de Luiz Domingos dos Santos. 1860. p. 651

²⁰⁷ Idem Ibidem. p. 653

²⁰⁸ Extracto dos Estatutos do IHGB. IN: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo primeiro. Rio de Janeiro: Typographia da Ass. do Despertador. 1839. p. 19

²⁰⁹ Obras Impressas oferecidas ao Instituto no anno de 1866 IN: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXIX, segunda parte. Rio de Janeiro: Tip. de Pinheiro e Comp. 1866. p. 416

Por meio destas palavras, torna-se perceptível que os intelectuais brasileiros interessados em compor o quadro do instituto, teriam que enviar seus trabalhos para uma comissão responsável na época pela análise dos referidos estudos, que estariam ligados ao papel político-social exercido por esses estudiosos em suas respectivas regiões.

Domingos Antônio Raiol, logo ao concluir a escrita do primeiro tomo de *Motins Políticos*, prontamente o enviou para a comissão analisadora do IHGB, que em 1866, deu parecer favorável a sua adesão:

Propomos para socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o Sr. Dr. Domingos Antonio Raiol, deputado á assembléia, servindo de titulo á sua admissão o seu trabalho – *Motins Políticos* ou historia dos pricipaes acontecimentos politicos do Pará desde o anno de 1821 até 1835. (...) Sala das sessões do Instituto Historico, 12 de abril de 1866. – Visconde de Sapucahy. – Conego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro. – Dr. Carlos Honório de Figueiredo.²¹⁰

Além de esclarecerem sobre a inserção de Raiol no IHGB, estas palavras também reforçam os argumentos anteriores, centrados na idéia de que, no Brasil Imperial a produção historiográfica, considerada oficial, se constituía em privilégio para um seletto grupo de pesquisadores, ligados aos interesses político-sociais dominantes, que em muitas situações, foram agraciados com títulos nobiliárquicos, pois como o instituto simbolizava a “mais importante instituição cultural da monarquia. Natural, portanto, que fôssem titulares do Império muitos de seus sócios”.²¹¹

Por isso, apesar do IHGB curiosamente definir-se: “fundamentalmente, como uma instituição científico-cultural, e por isso mesmo neutra em relação às disputas de natureza política-partidária,”²¹² ela não estava dissociada destas questões, pois contava com um incentivo econômico concedido pelo regime imperial, através do qual adquiria relações próximas com as lideranças políticas da época. Assim, também funcionava “como espaço de unificação das classes dominantes, que se converteram efetivamente em classe dirigente”.²¹³

Não por acaso, a elite formadora do quadro dirigente do IHGB, na década de 1860, citada anteriormente, possuía nítidas relações com a política Imperial, assumindo importantes

²¹⁰ Obras Impressas oferecidas ao Instituto no anno de 1866. Op. Cit. p. 335-336

²¹¹ VIANNA, Hélio. *Vultos do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. p. 223

²¹² GUIMARÃES, Manoel L. S. Op. Cit. p. 9

²¹³ RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 119

cargos no executivo ou legislativo do regime monárquico. Como pode-se observar no quadro abaixo:

Quadro dos membros dirigentes do IHGB e suas atribuições políticas no Império – 1866		
Nome do sócio	Cargo no IHGB	Atribuições políticas no Império
Candido José de Araujo Viana, o Visc. de Sapucaí	2º presidente do IHGB eleito em 12 de agosto de 1847 ²¹⁴	Exerceu as atribuições de conselheiro “Ministro e Secretário d’Estado dos negócios do Império”. ²¹⁵
Candido Baptista de Oliveira	1º vice-presidente	Atuou nas funções de “inspector do thesouro nacional (...) ministro residente em Turim (...) deputado por sua província em diversas legislaturas (...) e senador”. ²¹⁶
Dr. Joaquim Manoel de Macedo	2º vice-presidente	Foi “deputado geral nas duas legislaturas de 1864 a 1868, e na de 1878 a 1881”, ²¹⁷ chegando a ter seu nome cogitado “numa lista para senador do Imperio”. ²¹⁸
Joaquim Norberto de Sousa Silva	3º vice-presidente	Possuía o cargo de “secretario de negocios do império”. ²¹⁹
Dr Agostinho Marques Perdigão Malheiros	Membro da comissão de admissão de sócios	“moço fidalgo da Casa Imperial” ²²⁰ além de “deputado por Minas Gerais na Assembléa Nacional, filiado ao Partido Conservador”. ²²¹
José Ribeiro de Sousa Fontes	Membro da comissão de admissão de sócios	Pertenceu ao “conselho do Imperador, medico da casa imperial”. ²²²
Caetano Alves de Sousa Filgueiras	Membro da comissão de admissão de sócios	“Presidiu a província de Goyaz e, depois de uma comissão de que o encarregava o governo imperial”. ²²³

Através deste quadro, é possível perceber a correlação entre historiografia e política durante o Império, na qual a construção do passado nacional estava monopolizada

²¹⁴ SCHWARTZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças*. Op. Cit. p. 105

²¹⁵ Decreto nº 237 – de 27 de Novembro de 1841. IN: *Collecção das Leis do Imperio do Brasil*. Tomo 4º. Parte 1, Seção 28ª. Rio de Janeiro. Typographia Nacional. 1841. p. 62

²¹⁶ BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Vol. II, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1899. p. 24

²¹⁷ Idem ibidem. Vol. IV. p. 184

²¹⁸ Idem Ibidem. Vol. IV. p. 184

²¹⁹ Idem Ibidem. Vol. IV. p. 212

²²⁰ VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

²²¹ Idem ibidem. p. 577

²²² BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. Op. Cit. Vol. V. p. 150

²²³ Idem ibidem. Vol. 2. p. 3

nas mãos de uma intelectualidade majoritariamente enobrecida, e com vínculos sólidos com o poder dominante.

Assim, não era nenhuma coincidência a descoberta na qual parte considerável dos novos sócios brasileiros, inseridos durante a gestão do relator Perdigão Malheiro, integravam as “hostes” do Partido Conservador e a ala moderada do Partido Liberal, pois entre os principais membros do instituto, aqueles que de fato decidiam pela inserção ou não de novos intelectuais na casa, havia uma ligação muito próxima com esses grupos. Por isso “enquanto políticos influentes”,²²⁴ estes intelectuais foram responsáveis por “imprimir ao IHGB sua principal feição: a de um estabelecimento voltado para uma produção unificadora e estreitamente vinculada à interpretação oficial”.²²⁵

Para reforçar estas idéias, entre os próprios membros da comissão avaliadora deste instituto na época, pairavam dúvidas acerca da “competência intelectual” ser o componente necessário para a entrada de novos historiadores. Assim, no “recrutamento de sócios, o IHGB privilegia o prestígio social mais do que a produção intelectual”.²²⁶

Um bom exemplo dessa situação pôde ser percebido em uma seção realizada em 25 de setembro do ano de 1868, quando o Jurista e historiador Agostinho Marques Perdigão Malheiro, autor entre outros estudos de um *Índice chronologico dos factos mais notaveis da historia do Brasil*,²²⁷ “seu primeiro livro, responsável pelo seu ingresso no IHGB”²²⁸ e da obra *A escravidão no Brasil: ensaio historico-juridico-social*,²²⁹ entrou em atrito com alguns membros da comissão subsidiária de geografia, e pediu a mesa que resolvesse a seguinte dúvida: “se em vista do art. 6º dos estatutos basta a sufficiencia litteraria do candidato para ser admitido socio effectivo ou correspondente.”²³⁰

Dias depois, o quadro se agravou, pois a “comissão subsidiaria de Geographia”, possivelmente percebendo alguma dificuldade de inserção do autor H. A. Schutel como sócio no Instituto enfatizou que o “trabalho d’este senhor ha matéria mais apropriada aos

²²⁴ SCHWARTCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças*. Op. Cit. p. 108

²²⁵ Idem Ibidem. p. 108

²²⁶ RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil*. Op. Cit. p. 116

²²⁷ MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *Índice chronologico dos factos mais notaveis da historia do Brasil: desde seu descobrimento em 1500 até 1849*. Rio de Janeiro: Typographia de Francisco de Paula Brito. 1850.

²²⁸ VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Op. Cit. p. 576

²²⁹ MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio historico-juridico-social*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

²³⁰ MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Ordem do dia. IN: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXI, parte primeira. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro-editor. 1868. p.349

fins do Instituto do que a de outras memorias que serviram de titulo de admissão á diversas pessoas”.²³¹

Tempos mais tarde, na sessão de 9 de outubro de 1868, Perdigão Malheiro, em razão das palavras proferidas anteriormente, da possível ausência de respostas plausíveis para suas indagações realizadas anteriormente, e ao perceber que estava sendo ainda mais criticado em razão dos critérios de escolha para novos membros do Instituto, aprofundou suas colocações, ao expressar que “parece, com esse juízo comparativo, fazer-se alguma censura quanto à admissão d’essas diversas pessoas; censura que recahiria sobre o Instituto, sobre a comissão respectiva, e mais particularmente sobre o seu relator”.²³²

As afirmações do relator Perdigão Malheiro, são reveladoras, pois permitem perceber que o IHGB possuía, pelo menos na opinião de alguns sócios da época, “um tipo de recrutamento que se pautava mais por determinantes sociais do que pela produção intelectual”.²³³

Assim, no mesmo período em que ocorria a nomeação de Domingos Antônio Raiol como sócio correspondente, o jogo de interesses políticos e disputas pessoais em favor ou contra, determinadas indicações de novos sócios para o IHGB, era algo constante e evidente.

Ademais, estas afirmações permitem perceber, que naquele contexto, o aparente “clima” de cordialidade entre os integrantes desta instituição era muitas vezes rompido, pelas possíveis “ vaidades” intelectuais e também por questões político-ideológicas não diretamente reveladas.

Perdigão Malheiro, apesar das críticas á algumas posturas adotadas no papel de relator, não voltou atrás em suas opiniões, expressando que “não declino da responsabilidade toda de taes admissões. Não tenho por costume fazê-lo, porque entendo que cada um deve supportar a responsabilidade e ter a coragem dos seus actos”.²³⁴

Ao finalizar suas colocações, Malheiro fez questão de expor o seu trabalho como relator na comissão desde 1859 até 1868, expressando que “tenho successivamente dado pareceres para a admissão de mais 40 socios correspondentes; ficando esperados 14 (...) Para honorarios apenas dei parecer, e foram approvados 5, ficando esperados 3”.²³⁵ O relator complementava suas afirmações apresentado um quadro com os nomes de todos os sócios

²³¹ Idem Ibidem. p. 353

²³² Idem Ibidem. p. 353

²³³ SCHWARTCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças*. Op. Cit. p. 101

²³⁴ MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. Op. Cit. p. 353

²³⁵ Idem Ibidem. p. 353

correspondentes e honorários que passaram a fazer parte do Instituto, desde o momento em que assumiu esta função, em 1859, até 1868, na presente lista consta o nome de Raiol:

<i>Os correspondentes são:</i>					
A. D. Pascual.	}	Dr. George Martinho Thomas.	}	1864	
Braz da Costa Rubim.		Padre Angelo Secchi.			
Reybaud.		}	Dr. Cesar Augusto Marques.	}	1865
Ceroni.			Dr. José de Saldanha da Gama.		
Capitão de mar e guerra Lourenço da Silva Araujo Amazonas.			Dr. Levy Maria Jordão.		
Padre Lino do Monte Carmell, Luna.		}	Dr. João Ribeiro de Almeida.	}	1866
Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello.			Dr. Antonio Henriques Leal.		
Rodrigo José Ferreira Brees.			Dr. Emmanuel Liais.		
Tenente Antonio Marianno de Azevedo.	Dr. Miguel Antonio da Silva Junior.				
		Dr. Domingos Antonio Raiol.			
 <i>Os correspondentes são:</i>					
Innocencio Francisco da Silva.	}	Dr. José Maria da Silva Paranhos Junior.	}	1867	
Francisco Evaristo Leoni.		Capitão Epifanio Candido de Sousa Pitanga.			
Jorge Cesar de Figanière.		Tenente-coronel Pedro Torquato Xavier de Brito			
Dr. Ernesto Ferreira França.		Dr. Luiz Francisco da Veiga.			
Conselheiro Prudencio Giraldes Tavares da Veiga Cabral.	}	Eduardo de Sá Pereira de Castro.	}	1868	
José Franklín Massena da Silva.		José Maria Pinto Peixoto.			
Dr. Antonio Joaquim Ribas.	}	Padre Brasseur de Bourbonn.	}	1868	
Capitão-tenente Manoel Antonio Vital de Oli- veira.		Cavalheiro José de Lucca.			
Conego João Pedro Gay.		Alexandre Magno de Castilho.			
João Brigido dos Santos.		Henrique A. Schutel.			
Rev. James C. Fletcher.		Vivien de Saint-Martin.			
Capitão-tenente José da Costa Azevedo.					
Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo.					
Dr. José Vieira Couto de Magalhães.					
 <i>Os honorarios são:</i>					
Dr. Francisco Ferreira de Abreu.	}	L. Agassiz.	}	1864	
Dr. Luiz Antonio Vieira da Silva.		G. Bancroft.			
João Carlos Pereira Pinto.		Luiz Augusto Rebello da Silva.	}	1865	
D. José Maria Torres Caicedo.		Alexandre Herculano.			
Frederico Francisco de Figanière.		Visconde de Inhaúma.	1868		

(fig. 2) Lista de sócios admitidos no IHGB entre 1859 e 1868. Revista do IHGB, 1868. p. 354- 356

Através deste contexto de rivalidades e discussões entre os membros da comissão, pode-se observar que a escolha de novos sócios para o quadro do IHGB nem sempre ocorria de forma cordial, e muitas vezes não era motivada por questões intelectuais, mas envolvia sistematicamente interesses político-ideológicos.

Assim, além da suposta “importância” da obra para o Instituto, e da capacidade intelectual que os futuros candidatos deveriam demonstrar, alguns dos pontos que mais

pesavam para a entrada no IHGB eram respectivamente a proximidade social, política e ideológica com alguns integrantes do grupo dirigente do Instituto, cujo pensamento era marcado por uma “leitura da história enquanto legitimação do presente, carregada, portanto, de sentido político”,²³⁶ na qual o “historiador, na qualidade de esclarecido, deveria indicar o caminho da felicidade e realização aos seus contemporâneos: fiéis súditos da monarquia constitucional e da religião católica”.²³⁷

Por isso, embora a publicação de *Motins Políticos* representasse o “cartão de entrada” do autor e deputado Domingos Antônio Raiol nos quadros do IHGB, valendo como uma espécie de “batismo intelectual” deste bacharel-historiador, é evidente que a atuação no campo político-institucional tenha sido determinante, favorecendo não apenas o contato com os intelectuais da “casa” como “facilitando” decisivamente o “trâmite” da sua proposta de adesão.

Além disso, em uma época na qual os círculos intelectuais brasileiros estavam diretamente ligados ao cenário político imperial, a inserção de Raiol no quadro do IHGB simbolizava também mais uma vitória em prol de sua ascensão nestes dois mundos, marcados na época, pela exigência não apenas de prestígio social, mas também no esmero de um vocabulário erudito.

Por outro lado, além dos interesses políticos, a escolha de novos sócios para o quadro deste Instituto, também envolvia a perspectiva de “construção da história nacional”. Nesse sentido, boa parte dos trabalhos selecionados na época, tinham que dedicar-se a temáticas que envolvessem a perspectiva de valorizar e reconstituir a cultura, a história ou aspectos geográficos do Império.

Dessa forma, o quadro exposto a seguir apresenta a formação/atividade e as obras responsáveis pela inserção no IHGB dos demais sócios correspondentes, escolhidos durante alguns anos da gestão de Perdigão Malheiro como relator no Instituto, mais especificamente no período de 1860 a 1866, ano no qual Domingos Antônio Raiol foi nomeado:

²³⁶ GUIMARÃES, Manoel L. S. Op. Cit. p. 16

²³⁷ Idem Ibidem. p. 16

Formação, atividades e tipologia das obras apresentadas ao IHGB – 1860-1866				
NOME	ANO	TÍTULO	ATIVIDADE	OBRA
1-Innocencio Francisco da Silva	1860	Diccionario bibliographico portuguez e bras.	Esc. estrangeiro	Obras gerais
2-Francisco Evaristo Leoni	1860	O Gênio da lingua portugueza.	Militar Estrangeiro	Líng. Portuguesa
3-Jorge Cesar de Figanière	1860	Epitome chronologico da historia dos Reis de Portugal.	Bibliophilo Estrangeiro	História Portuguesa.
4-Ernesto Ferreira França	1860	Chrestomathia da lingua brasilica e Memoria acerca dos limites do Brasil.	Ministro do Império	Língua Portuguesa
5-Conselho Prudencio Giraldes Tavares da Veiga Cabral	1860	Direito Administrativo brasileiro.	Bacharel	Direito
6-Dr. Antônio Joaquim Ribas	1861	Memória sobre a navegação no Paraná e seus afluentes.	Cat. da Faculdade de Direito de S.P.	Geografia histórica
7-José Franklin Massena da Silva	1861	Mappas Corographico, geologico e mineralogico do Sul da provincia de Minas Gerais.	Catedrático de geog. e matemática	Geografia histórica
8-Capitão-tem. Manoel Antonio Vital de Oliveira	1862	Cartas do Brasil entre o rio Mossoró e o de São Francisco do norte.	Militar	Geografia histórica.
9-Cônego João Pedro Gay	1862	Historia da Republica Jesuítica do Paraguai.	Padre-naturalizado brasileiro	História Colonial
10-João Brígido dos Santos	1862	Chronica dos Cariris.	Professor	História Colonial
11-Rev. James C. Fletcher	1862	O Brasil e os brasileiros.	Rev. estrangeiro	Viagem
12-Capitão-tenente José da Costa Azevedo	1862	Manuscrito com apontamentos geographicos sobre o Brasil.	Militar	Geografia histórica.
13- José Vieira Couto de Magalhães	1862	Hist. da conjuração mineira de 1720.	Naturalista	História Colonial
14-Manuel Duarte Moreira de Azevedo	1862	Pequeno Panorama do Rio de Janeiro.	Bacharel	Geografia histórica.
15-Dr. Francisco Ferreira de Abreu	1863	Exhumação dos ossos de Estacio de Sá.	Prof. de med. legal	História Colonial
16-Dr. Luís Antonio Vieira da Silva	1863	Historia da Independência da Província do Maranhão.	Bacharel	História Imperial
17-João Carlos Pereira Pinto	1863	Memoria (manuscripta) sobre os limites do Império com a Republica da Bolivia.	Consul do Brasil em Buenos Aires	Geografia histórica.
18-Frederico Francisco de Figanière	1863	Memórias das Rainhas de Portugal.	Sec. da Legação de S. M. F.	História portuguesa.
19-D. José Maria Torres Caicedo	1863	Ensaios biographicos e de critica litteraria sobre os principaes poetas latino-americanos.	Consul da Venezuela.	Obras Gerais
20-Dr. George Martinho Thomas	1864	Assumptos americanos	Bibliotecário da Biblioteca Real de Munique.	História Diplomática
21-Padre Ângelo Secchi	1864	Estudos Astronômicos.	Diretor do observ. do Col. Romano.	Obras Gerais
22-Dr. Cesar Augusto Marques	1865	Apontamentos para o diccionario historico, geographico, topographico e est. do Maranhão.	Médico	Obras Gerais
23-Dr. Levy Maria Jordão	1865	Obra sobre numismática.	Bacharel	Obras Gerais
24-Dr. José Saldanha da Gama	1865	Config. e descripção de todos os órgãos fundamentaes das principaes madeiras de cerne e brancas da provincia do RJ.	Bacharel	Obras Gerais
25- Dr. João Ribeiro de Almeida	1866	Rel. da Corveta Imperial marinheiro.	Bacharel	História Imper.
26-Dr. Antonio Henriques Leal	1866	Obras de João Francisco Lisboa.	Médico	Obras Gerais
27-Dr. Emmanuel Liais	1866	O Espaço celeste	Astrônomo	Obras Gerais
28-Dr. Miguel Antonio da Silva Junior	1866	Memoria sobre a invenção dos balões acrosiaticos.	Bacharel	Obras Gerais
29-Dr. Domingos Antônio Raiol	1866	Motins Politicos, ou historia dos Principais acontecimentos politicos da provincia do Pará desde o ano de 1821 até 1835	Bacharel	História Imperial

Tabela por mim organizada a partir de artigos e pareceres constantes nas seguintes revistas do IHGB: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXIII, Rio de Janeiro: Typ. de Luiz Domingos dos Santos. 1860. p. 683 -684; *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos. 1861. p. 725 – 734; *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos. 1862. 665 – 688; *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXVI. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos. 1863. p. 874 – 890; *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXVII. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos. 1864. p. 379 – 380; *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXVIII. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos. 1865. p. 290 – 323; *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXIX. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro-editor. 1866. p. 341-4

Através deste quadro, caracterizado por mostrar 10 obras de História, 9 de temas gerais, 6 de Geografia, 2 de Língua Portuguesa, 1 de viagem e 1 de Direito, selecionadas durante a gestão do relator Perdigão Malheiro, pode-se perceber que mesmo com certa diversidade dos intelectuais escolhidos na primeira metade da década de 1860, para compor o grupo de sócios correspondentes do IHGB, havia preferência na opção de membros do bacharelado, militares ou de lideranças políticas aliadas ao regime Imperial.

Dessa forma, a observação do quadro de sócios correspondentes, nomeados na primeira metade da década de 1860, permitiu verificar que uma das preocupações existentes no Instituto, em reunir informações e documentos variados, consistia no objetivo de “fundar a história do Brasil tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais”.²³⁸

Assim, ao mesmo tempo em que a participação política adquiria um peso considerável, a elaboração de trabalhos que possuíssem a perspectiva de estabelecer a valorização dos ideais patrióticos e civilizatórios também era bem aceita aos olhos dos membros deste instituto.

Desse modo, a admissão de Domingos Antônio Raiol e outros estudiosos, “unanimemente aprovados, (...) proclamados socios correspondentes do Instituto”,²³⁹ em 1866, foi algo possivelmente muito comemorado pelo Barão, que tinha um perceptível apreço pelo campo intelectual em geral, particularmente pela história.

Vale salientar, que a publicação de *Motins Políticos* adequava-se ao projeto do IHGB de integrar a história regional com a nacional, objetivo com o que Domingos Antônio Raiol procurava contribuir diretamente, como pode-se perceber nas palavras do Barão a seguir:

Tôdas as províncias do império já têm a sua história com que podem mais ou menos atestar o que foram e o que são. O Pará, entretanto, nada têm além do pouco que escreveu Accioli Cerqueira e Monteiro Baena! Tudo o mais que existe, não passa de notícias lacônicas e inexatas em que se adultera a verdade dos fatos sem consciência nem pejo!²⁴⁰

Além de enfatizar a importância de elaboração de uma história provincial, o Barão de Guajará também argumentava sobre a existência de poucos estudos e principalmente a

²³⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. Op. Cit. p. 127

²³⁹ Extracto dos Estatutos do IHGB (1839). Op. Cit. p. 363

²⁴⁰ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Op. Cit. Vol. II. p. 414

inexatidão de muitos trabalhos históricos que haviam sido publicados até então, sobre as lutas político-sociais no Pará durante as décadas de 1820 e 1830.

Um exemplo dessas reclamações ocorreu em relação ao trabalho *Historia da fundação do Império brasileiro*,²⁴¹ elaborado por João Manuel Pereira da Silva, a quem Raiol criticava não apenas pelas supostas “falhas,” como também referindo-se ao uso incorreto por parte daquele autor de trechos referentes ao primeiro tomo de *Motins Políticos*. Nesse sentido, o Barão chegou a expressar que usou “uma ou outra vez, em falso o meu trabalho já publicado, emprestando-me fatos de que eu nem sequer trato”.²⁴²

Ademais, ele compreendia não apenas a necessidade de construção de uma história provincial, mas ressaltava a diversidade desta história em relação aos eventos europeus, os quais eram colocados em condição de superioridade, como podemos verificar nas palavras presentes em *Motins Políticos*:

E nem eu me desvaneço com a grandeza do assunto. Bem o sei também que os quadros da história paraense não poderão ser equiparados com os desses grandes povos que têm abalado o mundo; mas com certeza não são menos importantes que os das outras províncias do império.²⁴³

Mesmo considerando a história provincial em um patamar inferior às das Nações consideradas “civilizadas”²⁴⁴ da Europa, podemos perceber, através das palavras presentes na citação, que nas percepções do Barão de Guajará havia a existência de uma equivalência entre as histórias das demais províncias imperiais, e principalmente a pretensão de uní-las, estabelecendo-se uma “história nacional”, e as mesmas, de forma indireta, se constituíam em “ensinamentos” que iriam contribuir para o processo “civilizatório” das populações brasileiras.

²⁴¹ SILVA, João Manuel Pereira da. *Historia da fundação do imperio brasileiro*. Tomo II, Rio de Janeiro: B. L. Garnier Editor. 1865.

²⁴² RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. II. Op. Cit. p. 414

²⁴³ Idem Ibidem. Vol. II. p. 416

²⁴⁴ Segundo Norbert Elias, o termo civilização, começou a ser gradualmente utilizado pelos círculos nobres, letrados e burgueses europeus a partir de finais do século XVIII, para designar sinteticamente uma série de costumes, comportamentos e condições de uma sociedade como o todo. Posteriormente, passou a distinguir ou comparar povos e nações como “civilizadas” ou “bárbaras” e para expressar as diversas formas de desenvolvimento científico ou artístico dos povos. No Brasil, o termo “civilização”, adaptado realidade escravista foi amplamente utilizado no século XIX, cujas elites vislumbravam na França ou Inglaterra os principais “modelos” de “civilização” a serem imitados. Ver: ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Estas palavras podem ser entendidas como uma consequência do quadro de sócios correspondentes, apresentado anteriormente, pois, com exceção dos trabalhos realizados por estrangeiros, grande parte dos estudos históricos elaborados, que serviram para a inserção no IHGB, durante a primeira metade da década de 1860, abordavam temáticas de amplitude nacional, ou privilegiavam o enfoque sobre outras regiões do Império, como o Sudeste, o Sul, e em menor grau o Nordeste, deixando a região Norte praticamente no esquecimento durante o período.

Além destas características, o IHGB, possuía como uma de suas propostas, uma perspectiva “civilizadora”, seguindo o modelo e os estilos da cultura francesa, como pode-se perceber através da citação a seguir:

Na verdade, relações que ganham sentido se remetidas ao quadro mais amplo em que a França e o seu papel ‘civilizador’ fornecem os modelos da vida social e do trabalho intelectual. Construir a imagem de um Brasil como frente avançada da civilização francesa nos trópicos é, sem dúvida, o projeto subjacente ao intenso contato que as duas instituições irão incentivar.²⁴⁵

Como esclarece o historiador Manoel Guimarães dentro do continente europeu, a França constituía-se, na percepção de boa parte dos estudiosos brasileiros do século XIX, no principal modelo de “civilização” a ser seguido e imitado. Nesse aspecto, o Brasil não representava uma exceção, mas em um dos principais focos de imitação dos valores e cultura francesa, pois “conhecer a literatura, sobretudo a francesa, era a marca de um indivíduo bem-educado”.²⁴⁶

Por outro lado, o esforço de implementação do projeto civilizador por parte do IHGB, também pode ser explicado pelo próprio contexto político-social de auto-afirmação do nascente império, sob a égide de D. Pedro II, necessitado da consolidação de uma “identidade nacional” que seguisse e imitasse os valores difundidos pela cultura europeia da época.

Vale ressaltar que a constante presença do Barão de Guajará como político no Rio de Janeiro deve ter colaborado para esta valorização da cultura francesa, pois havia “um gosto permanente pela literatura francesa, estimulada na corte”.²⁴⁷

²⁴⁵ GUIMARÃES, Manoel L. S. Op. Cit. p. 12-13

²⁴⁶ NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical*. Op. Cit. p. 211

²⁴⁷ Idem Ibidem. p. 212

Além disso, apesar de em nenhum momento de sua narrativa, Raiol fazer referência direta ao IHGB, a identificação dessa instituição com os objetivos deste autor ganha importância na valorização do francesismo, pois assim como aquela instituição, o Barão de Guajará era um defensor de objetivos, centrados na busca pelo ideal de “civilização”, na admiração pelos valores da cultura francesa e na defesa aberta, do regime imperial brasileiro, cujo exemplo histórico de monarquia utilizado em muitas situações era o francês, pois segundo o Barão “desde os merovingianos até o reinado do infeliz Luís XVI a França não conheceu outro regímen, que não fosse o monárquico”.²⁴⁸

Por estes e outros motivos, a publicação de *Motins Políticos* foi em geral bem recebida pelo IHGB, pois se adequava a alguns dos pressupostos desta instituição, que desde o seu início, almejava elaborar não apenas a construção da história nacional, valorizadora do sistema imperial e da interação com a cultura européia.

Inserindo-se nas propostas do IHGB, o autor de *Motins Políticos*, acreditava que uma nação, para alcançar a civilização, deveria possuir sua história oficial, por isso, além do envio dos tomos desta obra, Raiol prestava outras “contribuições” ao instituto, como por exemplo, ao remeter em outro momento para esta instituição “1 exemplar da colleção de artigos que publicou na Provincia do Pará, respeito á abertura do Amazonas e outros assumptos que se ligam a esta questão.”²⁴⁹

Muito mais que uma “Academia” onde se incentivava a pesquisa histórica e geográfica, o IHGB funcionava como uma espécie de “arquivo da memória nacional”, no qual intelectuais diversos, associados ou não, enviavam seus estudos ou artigos variados.

Enfim, a obra *Motins Políticos*, além dos ideais defendidos, também se caracterizou como o estudo mais “conhecido” de Raiol, aquele que influenciou diretamente a sua ascensão e prestígio no mundo intelectual regional e nacional a partir do final do século XIX. Assim, desde o momento contemporâneo as ações político-intelectuais de Raiol, até as décadas posteriores à publicação dos tomos de seu livro *Motins Políticos*, diversos autores, políticos e jornalistas traçaram suas opiniões, muitas vezes polêmicas, acerca deste trabalho, como será observado no próximo capítulo.

²⁴⁸ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. I. Op. Cit. p. 108

²⁴⁹ SAPUCAHI, Visconde de. Sessão em 10 de outubro de 1867. IN: *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXX. Rio de Janeiro: B. L. Garnier – Livreiro-editor. 1867. p. 461

CAPÍTULO 2

UMA OBRA E SUA RECEPÇÃO: MOTINS POLÍTICOS E A CRÍTICA NOS SÉCULOS XIX E XX

Confiamos nos homens sensatos, a quem entregamos êste trabalho. Eles que o apreciem e julguem. Não pedimos indulgência a ninguém, porque não a deve haver em tais assuntos. O que pedimos é, apenas, que o espírito da justiça domine a apreciação desse livro.²⁵⁰

A obra *Motins Políticos* não se assinala unicamente pelos aspectos ligados à produção, influências políticas ou ascensão pessoal e intelectual de seu autor. Ela foi marcada, ao longo de mais de cem anos, pelas diversas leituras, interpretações e pesquisas realizadas por intelectuais de origens e tendências diversas que folhearam suas páginas no decorrer dos séculos XIX e XX.

Nestes termos, a narrativa de Domingos Antônio Raiol foi fruto de embates e polêmicas desde a época de sua publicação. Seus volumes, elaborados em um contexto de significativas mudanças políticas, sociais e econômicas no país, ganharam “vida” própria, despertando a curiosidade de críticos literários, jornalistas, historiadores contemporâneos e de períodos posteriores, através de percepções, valores e interesses, ocasionando polêmicas que simbolizavam as perspectivas de cada época. Toda essa repercussão possuía algum sentido, pois a vasta pesquisa realizada pelo Barão de Guajará em arquivos, bibliotecas e na coleta de alguns depoimentos, aliada à profundidade de sua narrativa, elaborada ao longo de quase três décadas, acabaram por transformar os tomos de *Motins Políticos* em fonte obrigatória para todos aqueles que objetivavam conhecer a história de lutas sócio-políticas na Amazônia entre os anos de 1820 e 1840.

Durante a segunda metade do século XIX, embora a “produção livresca ainda fosse bastante escassa”²⁵¹, a crítica literária “evoluiu até adquirir maturidade, e incorporar, em jornais e revistas, os chamados críticos profissionais”.²⁵² Naquele contexto, a obra *Motins Políticos* já recebia sistematicamente muitos elogios ou questionamentos. Grande parte dessas reflexões, ocorridas entre as décadas de 1860 e 1880, envolveram questões de cunho

²⁵⁰ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. I. Op. Cit. p. 8

²⁵¹ BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos*. Op. Cit. p. 73

²⁵² CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 192

político-ideológico, deixando transparecer que por de trás das percepções dirigidas à produção livresca do período, havia divergências entre intelectuais simpatizantes deste ou daquele pensamento político. Nesse sentido, a narrativa do Barão de Guajará pode ser considerada um “meio” de observação desses embates que envolviam alguns dos principais representantes da intelectualidade no período. Suas páginas, observadas por críticos e estudiosos diversos, propiciaram múltiplas leituras, inseridas em jornais e revistas que circulavam nos centros econômicos, políticos e intelectuais do Império.

Em 1865, pouco tempo após a elaboração do primeiro tomo de Raiol, o jornal *Coalição*, publicado na cidade de São Luís, que tradicionalmente “defendia a coligação do grupo adiantado de conservadores com os liberais”²⁵³, publicou na edição nº 30, de 9 de agosto de 1865, que:

O trabalho do sr. deputado Raiol é fruto de longas e conscienciosas pesquisas nos arquivos daquela província. Própria para tornar bem conhecida essa época de agitações constantes e muitas vezes sanguinolentas, que precederam e seguiram à emancipação do Pará até que ella foi firmada, a primeira parte dos – *Motins Políticos*, que é a que está por ora publicada, é escripta com pureza e elegancia, com verdade e a necessária imparcialidade, cousa difficil para quem escreve de contemporaneos ou quasi contemporaneos.²⁵⁴

As opiniões inseridas nesse órgão de imprensa, em uma época em que os jornais “atraíam tanto políticos quanto os literatos em potencial”,²⁵⁵ caracterizadas por elogiarem a suposta “elegância” e “pureza” presentes na narrativa de *Motins Políticos*, deixam transparecer o apoio às prerrogativas político-sociais da narrativa do Barão, ao enfatizarem a “verdade histórica” e à “imparcialidade” que compõem supostamente o presente livro. Elogios semelhantes foram divulgados pouco tempo depois pelo Cônego J. C. Fernandes Pinheiro, já nas páginas da Revista do IHGB, ao expressar que o “opusculo denominado *Motins Politicos da provincia do Pará* (...) pode ser considerado como excelente e utilissima monographia para a historia do nosso tão agitado periodo regencial”.²⁵⁶

²⁵³ ARAÚJO, Johny Santana de. *Um grande dever nos chama: a arregimentação de voluntários para a Guerra do Paraguai no Maranhão (1865-1866)*. Dissertação de mestrado. Teresina, PI: 2005. UFPI. Universidade Federal do Piauí. p. 40

²⁵⁴ Juízos Críticos. IN: *Motins Políticos*. Vol. II. Op. Cit. p. 335

²⁵⁵ NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical*. Op. Cit. p. 218

²⁵⁶ Relatório do Primeiro Secretário: O Sr. Conego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro. IN: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXIX, segunda parte. Rio de Janeiro: Tip. de Pinheiro e Comp, 1866. p. 440

A presença de críticas elogiosas como esta, no mesmo ano no qual Raiol alcançou a condição de sócio-correspondente daquela instituição, simbolizava não apenas a importância e interesse despertado pela obra *Motins Políticos*, mas, ao mesmo tempo, revelava que uma parcela das elites identificadas com o pensamento do autor foi responsável pela inserção de referências positivas direcionadas ao presente livro. Por outro lado, embora tenha sido bem recepcionada por uma parte da intelectualidade brasileira no contexto em questão, a obra *Motins Políticos* não foi de maneira alguma unanimidade, sofrendo críticas mais contundentes, particularmente dos adversários políticos de Raiol que o acusavam de “partidarismo” em sua narrativa histórica.

Procurando defender-se dessas acusações, o Barão afirmava que era conveniente fazer “uma declaração para prevenir qualquer sentimento de prevenção, que porventura haja contra êste trabalho, supondo-se talvez que seja escrito sob a influência da parcialidade liberal a que pertencemos”.²⁵⁷ Estas palavras faziam nítida alusão às opções políticas desse autor. Nesse sentido, o principal argumento que Raiol utilizou para defender a suposta “imparcialidade político-ideológica” do livro em questão constituiu-se na afirmativa de que os eventos e partidos dos quais trata a narrativa de sua obra eram anteriores ao surgimento dos liberais e conservadores, como demonstram as palavras a seguir:

Mencionamos a época do aparecimento e organização dos partidos liberal e conservador, porque já houve quem dissesse que nós, dominados pelo fanatismo partidário da grei a que pertencíamos, tínhamos sacrificado a imparcialidade histórica, deprimindo os mais nobres caracteres pelo simples fato de não pertencerem à nossa comunhão política.²⁵⁸

As opiniões expressas por Raiol, no último tomo de *Motins Políticos*, demonstram não apenas as preocupações de um autor com a repercussão de seus escritos, elas evidenciam também que naquela época a suposta idoneidade da narrativa do Barão já passava por diversas contestações, em virtude de suas opções político-sociais. Por isso, embora Raiol não revelasse diretamente os nomes de seus críticos, as restrições a sua obra eram possivelmente realizadas por adversários políticos ou órgãos de imprensa simpatizantes do Partido Conservador, demonstrando que a produção e a publicação de *Motins Políticos* estava longe de possuir a aceitação massiva da intelectualidade brasileira em pleno século XIX.

²⁵⁷ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. III. Op. Cit., p. 971

²⁵⁸ Idem Ibidem. Vol. III. p. 971-972

Esse quadro de desconfiança quanto à idoneidade ou partidarismo de suas percepções foi repetidamente combatido por Domingos Antônio Raiol, que na perspectiva de negar a interação de seu estudo com o jogo político-partidário de sua época, afirmava:

Pensam alguns, é certo, que não poderei guardar a necessária imparcialidade neste meu trabalho, por ser eu político, quando pelo contrário esta condição é indispensável em quem se dedica à árdua tarefa da história. Só o homem político é que dá justo apreço aos fatos que ocorrem na vida dos povos; só êle é que os pode examinar com interêsse, e os julga em suas causas e efeitos.²⁵⁹

Além de instigantes por possibilitarem descobrir que a existência de objeções ao texto de *Motins Políticos* era conhecida por Raiol, as palavras proferidas por esse autor contribuíram ao entendimento de como ele acreditava ser positiva sua interação com esses tipos de relatos, pois no seu pensamento, os políticos, possuidores de um suposto “conhecimento” e “imparcialidade”, eram os mais habilitados à escrita da história. Para reforçar essa idéia, Raiol expôs no tópico *Juízos Críticos*, presente na parte final de alguns volumes de sua obra, opiniões de jornalistas, políticos e outros intelectuais ressaltando o “caráter imparcial” de sua narrativa. Assim, de acordo com o *Jornal do Recife* (nº 4 – 5/01/1866), “Domingos Antonio Raiol, deputado á Assembléia Geral (...) com a publicação de seu livro *Motins Políticos* (...) a par da evidente imparcialidade com que os factos ahi são expostos – coisa tão rara no escriptor contemporaneo”.²⁶⁰ Para o *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro (nº 166 – 17/06/1866), Dr. Raiol, prima pela lucidez e concisão do estylo, pela precisão e imparcialidade na descripção dos acontecimentos.”²⁶¹ E de acordo com o jornal *A Patria*, do Rio de Janeiro (nº 59 de 19/06/1866), Raiol se constitui num “verdadeiro historiador, pela clareza de methodo com que liga e commenta os factos, e imparcialidade que põe na exposição delles.”²⁶²

A presença de opiniões elogiosas direcionadas a *Motins Políticos*, relacionadas à suposta imparcialidade de seu autor, não ocorria por acaso, pois alguns desses órgãos de imprensa compactuavam com ideais políticos semelhantes aos de Raiol, como por exemplo, o jornal *A Patria*, que de acordo com um discurso do deputado liberal Godoy Vasconcellos,

²⁵⁹ Idem Ibidem. Vol. II. p. 412

²⁶⁰ Idem Ibidem. Vol. II. p. 399

²⁶¹ Idem Ibidem. Vol. II. p. 406

²⁶² Idem Ibidem. Vol. II. p. 407

em 1864, foi “durante a dominação conservadora, um dos mais fortes lidadores da causa liberal no Rio de Janeiro (...) este pequeno jornal fez quanto pôde em favor das nossas idéas”.²⁶³ O jornal *Correio Mercantil* também não fugia a essa lógica, pois embora tradicional “órgão do Partido Conservador”, professava, segundo o deputado Cristiano Benedito Ottoni, “não poucas idéas liberaes”²⁶⁴ na década de 1860.

Além dessas considerações, a valorização por parte de Raiol de pensamentos que destacassem o caráter “justo” ou “desapaixonado” de sua narrativa na obra *Motins Políticos* parecia indicar uma das preocupações centrais desse político-historiador, cuja ligação com o regime Imperial era notória. Tentando escapar das suspeitas quanto à “idoneidade” de seus escritos, Domingos Antônio Raiol afirmava em relação a essa narrativa que a mesma se constituía num tributo que “voluntariamente me impus, e pretendo pagar-lho com a maior isenção que me fôr possível, sem influências nem sugestões partidárias”.²⁶⁵

Na perspectiva de reforçar sua suposta aptidão e imparcialidade na escrita histórica, o Barão de Guajará utilizou-se de uma meditação conhecida em sua época, na qual um dos trechos expressava que o “historiador político resume todos os indivíduos em um só indivíduo coletivo, generaliza as idéias e os interesses de todos, conhece os erros do passado, as esperanças do futuro, e tem por fim – a nação (...) escreverá o livro do povo”.²⁶⁶ Contudo, Raiol fazia ressalvas quanto ao “bom” político-historiador, expressando que o exercício honesto e comprometido da atividade política consistia em uma vantagem a mais para aqueles que desejassem se aventurar no mundo das letras, pois:

A sã política, pois, a política generosa de princípios não sacrifica nunca o justo critério da história. A política pessoal, sim, esta esteriliza e desvirtua tudo: dominando os espíritos, faz mirrar as maiores aptidões sob o influxo pernicioso de sua fatal influência.²⁶⁷

Para o Barão não era qualquer político que podia exercer a atividade de historiador, mas somente aqueles que, como ele, demonstrassem honestidade e não fossem

²⁶³ VASCONCELOS, Godoy. IN: *Sessão de 4 de junho de 1864. IN: Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Srs. Deputados, segundo ano da duodecima legislatura, Sessão de 1864*, tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de Villeneuve & C. 1864. p. 45

²⁶⁴ OTTONI, Cristiano Benedito. *Sessão de 23 de agosto de 1867. IN: Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Srs. Deputados, primeiro ano da décima-terceira legislatura, Sessão de 1867*, tomo IV. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de Villeneuve & C. 1867. p. 338

²⁶⁵ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Op. Cit. Vol. II. p. 412

²⁶⁶ Idem Ibidem. Vol. II. p. 412

²⁶⁷ Idem Ibidem. Vol. II. p. 412

demasiadamente ambiciosos. Mas o que seria uma política sã e generosa de princípios, considerada por Raiol tão importante para os homens públicos que se dedicassem à pesquisa histórica? Primeiramente, no pensamento deste político liberal-monarquista as narrativas históricas deveriam estar pautadas pela perspectiva de se constituir em “serviços à pátria”²⁶⁸, ou seja, valorizadores da paz e ordem Imperial. Além disso, seu livro deveria estar voltado para fins favoráveis à manutenção do *status quo*, pois caso fosse elaborado por algum político “desonesto”, representaria os princípios negativos dessa atividade, ameaçadores à ordem vigente.

Nesse cenário de polêmicas e embates em torno da publicação de *Motins Políticos*, um dos poucos críticos dessa obra, que obteve resposta de Domingos Antônio Raiol, foi o jornalista, político e intelectual Ferreira Penna.²⁶⁹ Este, no *Jornal do Amazonas*, edição nº 202, publicado na cidade de Manaus, em 27 de dezembro de 1865, reprovou aquilo que considerava “lacunas” no texto de Raiol:

Ninguém, porém, deixará de reparar em duas cousas nesse livro do sr. dr. Raiol – no silencio que guardou a respeito dos principais personagens que figuram no seu escripto, e no methodo que adoptou de fazer, em geral, fallar os factos, sem sujeital-os á seu exame e á investigações sobre as causas de alguns dos mais notaveis. (...) Estimariamos que o nobre escriptor esboçasse os traços mais salientes do character, influencia e estima publica de cada um dos homens que tiveram parte importante na luta da independência. (...) Esta lacuna é sensivel, porquanto muitas vezes o character dos homens se retrata nas suas acções, e o seu passado é a imagem do seu futuro. (...) quantos homens distinctos não são condenados, por assim dizer, no livro *Motins Políticos*, à uma completa obscuridade! E quantos assumptos despresados em que o autor podia fazer sobressahir ainda mais sua bella inteligencia e seus talentos!²⁷⁰

A opinião presente no *Jornal do Amazonas* se constitui em um bom indicativo para o entendimento de outro tipo de reprovação que a obra de Domingos Antônio Raiol passou a sofrer, pois mesmo concordando com as perspectivas defendidas no texto de *Motins Políticos*, alguns intelectuais e membros da imprensa faziam objeções a essa obra em razão da mesma supostamente não possuir descrições mais consistentes acerca dos “heróis” e “líderes” das lutas políticas na província. Para Ferreira Penna, essa “ausência” se constituía em uma enorme lacuna na obra *Motins Políticos*, pois não bastava apenas descrever os

²⁶⁸ Idem Ibidem. Vol. II. p. 412

²⁶⁹ Herculano Ferreira Penna (1800 -1867) foi um influente político e intelectual da época imperial, tornando-se Senador e presidente de várias Províncias, entre elas a do Amazonas. Exerceu também as funções de professor, jornalista.

²⁷⁰ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Op. Cit. Vol. II. p. 342-343

eventos históricos, mas também retratar de forma mais incisiva as “memórias e personalidades” de vários dos seus principais personagens.

Além desses pontos, pode-se perceber nas opiniões expressas por Ferreira Penna um tom de admiração e respeito quanto à pessoa de Raiol, percebidos na ênfase às suas qualidades: “bella inteligência” e “talentos”. Esses detalhes, que indicam a existência de uma relação de respeito entre os dois, contribuíram possivelmente para que o autor de *Motins Políticos* adotasse uma recepção diferenciada no tocante às suas objeções. Ademais, mesmo com todas essas prerrogativas destinadas a pessoa de Raiol, as críticas de Ferreira Penna quanto à obra *Motins Políticos* não terminavam no aspecto já citado, elas se estendiam também em relação à existência de omissões à exposição dos fatos históricos:

Igual omissão observa-se na exposição dos factos. (...) Se ha leitores que por serem, como nós, pouco illustrados, preferem a linguagem simples dos factos em toda a sua nudez, o mundo litterario mais exigente, mais positivo, quer vel-os apreciados nas causas que os produzirão, no desenvolvimento de sua ação, ou, para fallar com mais precisão, na sua philosophia. (...) Os factos no teatro da história fallão sem duvida muito, mas fallão como autômatos: é preciso que o seu director lhes ensine a dizer bem para serem bem compreendidos. (...) Ainda um reparo. O autor parece aprazer-se, ás vezes, em surprehender o leitor sem preparal-o para apreciar certos acontecimentos importantes.²⁷¹

Em sua continuidade das críticas direcionadas à obra *Motins Políticos*, F. Penna também fazia restrições à forma de exposição dos acontecimentos, afirmando que os eventos presentes no livro eram descritos de forma muito direta e, às vezes, pouco compreensíveis. Além disso, este autor criticava também a narrativa de Raiol em razão de em alguns momentos o Barão não “preparar” devidamente seus leitores para acontecimentos considerados importantes. As opiniões de F. Penna, inseridas nos *Juízos Críticos* da obra *Motins Políticos*, não se opunham de forma direta ao posicionamento político-ideológico de Raiol. Elas se caracterizavam muito mais em reprovar algumas ações metodológicas e estruturais presentes nos escritos dos primeiros tomos desse livro.

Ferreira Penna se opunha aos encaminhamentos de Raiol na exposição das ações das “turbas” ao cobrar outra postura do autor, que deveria também estar centrada em reconstituir de forma mais profunda os traços “psicológicos e pessoais” da vida de algumas das principais lideranças do movimento como José Malcher, Romualdo de Seixas ou José

²⁷¹ Idem ibidem. Vol. II. p. 344-345

Maria de Moura, estes dois últimos assumidamente conservadores. Esse intelectual concluía suas considerações em relação à narrativa de *Motins Políticos* realizando alguns elogios à obra e ao seu autor, fazendo recomendações em relação à mesma:

Livros tão estimáveis, sobretudo neste genero, que mais de perto nos deve interessar, são poucos entre nós; (...) E se nossa opinião fosse de algum valor, não hesitaríamos em aconselhar que este livro fosse adoptado nas escolas primárias como leitura e no Colégio Paraense como lição para o ensino da história da província.²⁷²

As opiniões finais de Ferreira Penna confirmam as perspectivas destacadas anteriormente, relacionadas às críticas articuladas em direção à obra *Motins Políticos* no século XIX, particularmente durante o império, destinadas tanto à postura ideológica e política de seu autor, como também a alguns aspectos metodológicos presentes na respectiva narrativa. Ademais, mesmo criticando algumas características dos escritos de Raiol, Ferreira Penna chega a indicar o uso desse livro nas escolas paraenses, evidentemente por considerá-lo uma leitura adequada a ser utilizada no meio educacional da região durante as últimas décadas do regime imperial. Por outro lado, as objeções realizadas por Ferreira Penna sobre o primeiro volume da obra *Motins Políticos*, em dezembro de 1865, no *Jornal do Amazonas*, não ficaram, porém, sem resposta de Raiol, que embora amigo e admirador assumido daquele intelectual, prontamente procurou responder as colocações pouco tempo depois, expressando que:

A apreciação, que o sr. Ferreira Penna fez dos meus *Motins Políticos*, não está no caso de poder ser considerada como tendo por origem algum outro sentimento que não seja o amor à verdade. Não é nem a amizade, nem o parentesco, nem a meledicencia, que o moveu a publicar o seu juízo critico, e é por esta razão, que eu tomo a liberdade de dirigir ao publico estas linhas; ao contrário guardaria inteiro silêncio, porque o silêncio é sempre a melhor resposta, que se póde dar as censuras apaixonadas.²⁷³

Domingos Antônio Raiol demonstrava que esses argumentos só seriam realizados em razão da amizade e admiração que possuía em relação a Ferreira Penna, pois outras

²⁷² Idem ibidem. Vol. II. p. 345-346

²⁷³ Idem ibidem. Vol. II. p. 348

objeções, realizadas por pessoas “mal” intencionadas ou não autorizadas, não seriam respondidas. Por meio dessas colocações, o Barão deixava transparecer que a resposta e a própria inserção das críticas de Ferreira Penna nos *Juízos Críticos de Motins Políticos* eram exceção, pois as demais objeções ao seu trabalho eram rigorosamente selecionadas e quase sempre não publicadas na parte final de seu livro, prevalecendo às considerações elogiosas.

Essa resistência de Raiol em responder aos seus críticos foi reafirmada anos depois, pois o Barão, ao corrigir publicamente uma falha referente à data de falecimento de Eduardo Angelim, denunciada no jornal *A Província do Pará*, reforçava sua postura de “silêncio” quanto às críticas mais incisivas direcionadas à obra em questão, ao expressar no final da carta de resposta endereçada àquele jornal: “repito ainda agora, o que tantas vezes tenho dito: não pretendo envolver-me em discussões”²⁷⁴ a cerca do livro *Motins Políticos*. Ademais, dando continuidade a resposta de Domingos Antônio Raiol às críticas de Ferreira Penna, o autor de *Motins Políticos* prosseguia em suas considerações argumentando sobre o porquê da inexistência de descrições minuciosas de diversos personagens de destaque envolvidos nas lutas políticas do Grão-Pará:

Nem Southey, nem Varnhagem, nem Armitage, nem os outros historiadores nossos, apresentam esboços característicos de todos os homens, que figuram nas suas narrações: contentam-se na maior parte dos casos com mencionar os actos publicos em que tomaram parte taes personagens. (...) Demais, é quase impossível obter-se entre nós as informações necessárias sobre os nossos homens, afim de se poder retratal-os com mais ou menos fidelidade. (...) Nesta carencia de dados, a prudencia aconselha, que se apresente os retratos não de todos, porém somente dos personagens, acerca dos quaes se tenha os precisos esclarecimentos, para se não cahir no ridículo das invenções.²⁷⁵

Fazendo uso de sua erudição, Raiol procurava responder à altura as críticas realizadas por Ferreira Penna, argumentando que alguns dos maiores historiadores no Brasil de seu tempo não descreviam profundamente traços da personalidade de todos os personagens principais, presentes em suas narrativas, particularmente por essa tarefa ser algo praticamente impossível em razão da inexistência de fontes precisas para tais esclarecimentos.

Raiol expressava ainda que realizar essas descrições sem as fontes necessárias consistia em um risco de sua obra ser ridicularizada em razão de retratar tais personagens de forma imprecisa e caricata. Com essas reações, o Barão deixava transparecer o estilo

²⁷⁴ *A Província do Pará*. Belém: anno XVI, nº 4552. 26/07/1891. p. 1

²⁷⁵ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Op. Cit. Vol. II. p. 349-350

metódico de sua forma de pesquisa, já analisado no capítulo anterior, caracterizado pela valorização da documentação oficial escrita ou impressa em detrimento às outras formas de fonte utilizadas na elaboração de sua narrativa, cuja “confiabilidade” era na visão de Raiol contestável. Assim, por não possuir informações suficientes na documentação oficial, Raiol não “ariscava-se” em descrever de forma profunda a personalidade e traços biográficos de vários “homens de relevo” no livro *Motins Políticos*, fato gerado segundo ele, muito mais pela inexistência de fontes a propriamente por vontade própria.

Após responder esta primeira crítica de Ferreira Penna, Raiol procurava também argumentar contra a outra “falha” ressaltada por aquele intelectual: a questão das “causas e efeitos” dos fatos históricos.

Hoje se tornam tão freqüentes até em assumptos vulgares e de pouco interesse essas apreciações fastidiosas e desnecessarias, com que hoje se enchem numerosas paginas de certos livros, com o fim unico talvez de alardear erudição e saber. (...) Temo muito abusar da indulgência do publico, e por isso envido sempre meus esforços para não ser prolixo nos meus escriptos (...) Na minha obra procuro narrar somente os factos principaes: na exposição empenho-me por não exceder os limites restrictos da concisão, tendo sempre em mira a clareza e simplicidade de expressão. Nunca deixo de caracterizar os factos, verificando sempre com cuidado as suas causas como os seus desenvolvimentos.²⁷⁶

Ao expressar que objetivava descrever apenas os “fatos principais” e de não ser “prolixo” em sua narrativa, o Barão de Guajará procurava demonstrar que sua obra era “clara e objetiva”. Além desses aspectos, a busca por parte de Raiol de acontecimentos históricos a partir de suas “causas e efeitos” deixa transparecer outra característica de sua obra: a visão mecanicista da história. Nesta, que será abordada de forma mais sistemática em um dos tópicos do capítulo final, a “história passava então a ser vista como o desfilar de um referente causante, com a consequência de esses efeitos serem considerados tendencialmente uniformes e constantes”.²⁷⁷ Por outro lado, as críticas de Ferreira Penna e a consequente resposta de Raiol atestam que a recepção do texto de *Motins Políticos* por parte da intelectualidade nacional, no final do regime imperial, apontava as concepções político-sociais e o método de narrativa empregado como centro das atenções, pois a opção do Barão de Guajará em privilegiar esse ou aquele evento e enfatizar o “papel” de algumas lideranças em detrimento de outras acabava por gerar opiniões polemizadas.

²⁷⁶ Idem ibidem. Vol. II. p. 351-352

²⁷⁷ LIMA, Luis Costa. *A Aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. p. 84

No âmbito regional, possivelmente em razão das ligações partidárias, admiração intelectual e amizades que Raiol possuía, a publicação de *Motins Políticos* teve boa aceitação entre as elites no Pará a ponto das autoridades locais almejavam inseri-la nos conteúdos do ensino público estadual da época. Por isso, já nos anos seguintes, “o presidente da província, por portaria n. 564 de 4 de janeiro de 1868, mandou comprar mil exemplares do 1º volume e mil do 2º”.²⁷⁸ Além disso, vários periódicos de Belém passaram a ter alguns capítulos dessa obra, editados nos jornais “*O Liberal do Pará* em 1879”²⁷⁹ e *A Província do Pará*, em 1886, quando também ocorreu a publicação parcial de alguns capítulos que iriam formar posteriormente o 5º tomo de *Motins Políticos*. Nesse jornal, trechos da obra de Raiol eram apresentados diariamente nas páginas da coluna *Sciencias, lettras e artes*, com o título de *Traços da historia pátria*, seguindo de forma muito semelhante aos capítulos de diversos romances e poesias do século XIX, só que com objetivos bastante distintos, partes da obra do Barão do Guajará eram publicadas regularmente e sequencialmente nesta coluna do jornal *A Província do Pará*, ao longo do ano de 1886.

Em relação à publicação de alguns capítulos de *Motins Políticos* na *Província do Pará*, o próprio título da coluna *Traços da historia patria* deixa transparecer que o objetivo, além da divulgação da obra em questão, era evidentemente apresentar partes de um estudo que simbolizasse o passado da Amazônia com ênfase aos ideais patrióticos. Em 1890, ano no qual esses capítulos eram organizados para serem publicados no tomo final, o mesmo jornal alertava que “o 5º volume de ‘Motins’, de que já havíamos, em tempo, inserido n’estas colunas extensos excerptos mui interessantes, acaba de entrar para publicação definitiva n’esta própria capital”.²⁸⁰ Este mesmo periódico, através de uma coluna não assinada, dava continuidade aos elogios a *Motins Políticos*, como os presentes na edição de 11 de outubro de 1890:

Uma obra histórica é fructo raro em nosso meio, o que quer dizer que surprehendemo’-nos agradavelmente, há poucos dias quando encontramos sobre a nossa mesa as primeiras paginas da continuação do longo e valioso trabalho de reconstrução da historia paraense outr’ora iniciada pelo sr. barão de Guajará. (...) Este feliz successo alegrou-nos o coração patriota, que desde muito lamentava a falta de sequencia aos “Motins políticos”, pelo embaraço futuro que d’ahi adviria ao estudo de nossa vida social, sempre tão deficiente de documentos comprobatorios dos seus recursos de acção, das suas tendencias, da sua movimentação, dos seus resultados immediatos ou longinquos.²⁸¹

²⁷⁸ Notas bibliographicas IN: *A Província do Pará*. Belém: anno XV, nº 4295. 11/10/1890. p. 1

²⁷⁹ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Op. Cit. Vol. 2. p. 411

²⁸⁰ Notas bibliographicas IN: *A Província do Pará*. Op. Cit. p. 1

²⁸¹ Idem ibidem. p. 1

As considerações, presentes neste jornal, publicadas logo após o lançamento do último tomo de *Motins Políticos*, são um exemplo de como parte da imprensa amazônica no período recepcionou o trabalho de Domingos Antônio Raiol. Estas palavras também deixam transparecer que havia entre muitos intelectuais do contexto a idéia de uma situação de limitações e carências na produção historiográfica da região. Nesse caso, os estudos do Barão de Guajará simbolizavam não apenas um trabalho inédito, mas um passo importante para a construção de uma história amazônica.

Se durante o império o projeto do IHGB se constituía em uma proposta para o estabelecimento de uma história nacional. Regionalmente, muitas vezes também ressaltavam a significância de estabelecer as bases de uma história do Pará. Ainda em 1890, este mesmo jornal ressaltava sobre Raiol que, um “bom espirito de patriota só pôde avigorar-se pela contemplação das heroicidades da alma patria e esta, só ha estudal-a no seu logar proprio, na alcandorada posição impessoal e austera em que colocou-a a historia”.²⁸²

Essa “impessoalidade” da narrativa de Raiol, ressaltada no jornal *A Província do Pará*, pode ser tomada como mais um indicativo de que mesmo no início da era republicana a narrativa do velho Barão de Guajará continuava prestigiada no cenário intelectual paraense.

Ademais, reafirmando sua perspectiva positiva em relação ao estudo realizado por Domingos Antônio Raiol, o jornal *A Província do Pará* enfatizava o valor e a “utilidade publica”²⁸³ da obra em questão, na perspectiva de demonstrar às autoridades estaduais da época o “valor” deste trabalho para “os progressos da instrucção publica”²⁸⁴, descrevendo em suas páginas inclusive a lei estadual, elaborada anos antes, que obrigava o governo do Pará a comprar os tomos de *Motins Políticos* que fossem sendo respectivamente publicados, como podemos observar a seguir:

Fica o presidente da provincia auctorizado a comprar pelo thesouro provincial 1.000 exemplares de cada um dos volumes que já forem publicados e dos que se publicarem da Historia do Pará, pelo sr. Domingos Antônio Rayol sob o titulo de ‘Motins Politicos do Pará’, para serem distribuidos pelas escholas e estabelecimentos de instrucção publicas.²⁸⁵

²⁸² Idem ibidem. p. 1

²⁸³ Idem ibidem. p. 1

²⁸⁴ Idem ibidem. p. 1

²⁸⁵ Idem ibidem. p. 1

Além de evidenciarem os elogios presentes no jornal *A Província do Pará*, demonstrando a aceitação dos escritos do Barão de Guajará entre as elites políticas e intelectuais locais, estas palavras ganham relevância por demonstrar que as sucessivas publicações desta obra atendiam diretamente aos anseios governamentais da época, que através de uma lei, autorizava o investimento de recursos públicos para a aquisição da mesma. Nesse sentido, *Motins Políticos* deixava de ser vislumbrada como uma obra destinada a atender unicamente ao ideário de uma pequena elite letrada local ou nacional, passando também, pelo menos em âmbito regional, a ser amplamente divulgada, seja nas colunas de vários jornais ou nas bibliotecas de alguns estabelecimentos de ensino público do Pará. Ademais, não deixa de ser curioso que ainda em 1890, num contexto histórico de ruptura política, simbolizado pelo fim do regime Monárquico e o início da República no Brasil, a obra de um Barão, monarquista do Partido Liberal, caracterizada pela defesa dos ideais políticos do Império, era indicada por um jornal de grande circulação no Pará para servir de obra de referência na educação pública da Província.

Mesmo considerando o encaminhamento da narrativa de *Motins Políticos* em favor do regime imperial, essa situação pode ser explicada em razão da significância adquirida pela obra em relação à produção histórica da região e também, possivelmente em virtude do conseqüente “ostracismo” de Domingos Antônio Raiol, que após o final da monarquia retirou-se da vida político-partidária.

No último quarto do século XIX, contexto no qual o estado imperial incentivava a difusão do ensino público, as autoridades paraenses, com apoio da imprensa, defendiam o uso de *Motins Políticos* nas escolas do Pará como leitura importante, demonstrando que seu apreço a Domingos Antônio Raiol e seus escritos poderia, em algumas situações, ficar acima das opções político-ideológicas desse intelectual. Dessa forma, a análise das opiniões críticas a cerca da obra *Motins Políticos* em finais do século XIX, momento em que os tomos deste livro foram sendo sucessivamente publicados, revelou entre outros aspectos que as percepções de diversos intelectuais e jornalistas pertencentes a periódicos paraenses e de várias regiões brasileiras eram caracterizadas muitas vezes por idéias que envolviam interesses políticos e sociais, comprovando as controvérsias e polêmicas que abarcaram esses escritos no meio intelectual nacional da época.

O texto de *Motins Políticos*, embora correspondesse aos valores e anseios de uma parte das elites nacionais, desagradava em seu teor político-ideológico outro grupo considerável da intelectualidade brasileira, nem sempre satisfeita com os encaminhamentos e procedimentos que a narrativa do deputado liberal Raiol havia tomado.

2.1 O aprofundamento das críticas à obra de Raiol no início do século XX

Durante a década de 1920, momento em que foram realizadas “comemorações do centenário da chamada ‘adesão do Pará à Independência’ em 1923”²⁸⁶, novos estudos foram realizados sobre a história paraense da primeira metade do século XIX e, conseqüentemente, os escritos do Barão de Guajará se constituíram em fonte indispensável para qualquer pesquisador que desejasse analisar o passado da região amazônica relacionado àquele contexto.

A obra *Motins Políticos*, que havia sido alvo de polêmicas no século XIX, começava a sofrer na era republicana, outras formas de objeções, pois aos poucos, variados autores buscando cada vez mais se desvencilhar de enfoques favoráveis ao Império, ou analisar as ações dos cabanos de forma diferenciada, aplicaram novas percepções político-sociais em seus estudos, acabando por influenciar nas considerações sobre a narrativa do Barão. Assim, o autor Palma Muniz, um dos primeiros estudiosos no século XX a fazer uso sistemático da obra *Motins Políticos*, realizou diversas observações frente ao texto do Barão naquele contexto, particularmente após a elaboração de *Adesão do Grão-Pará à independência*²⁸⁷ e de vários estudos que abordaram a história paraense na primeira metade do século XIX.

Publicada inicialmente na revista do *Instituto Histórico e Geográfico do Pará* em 1922, esta obra inseriu-se no contexto das comemorações do centenário da Independência do Brasil e da Adesão do Pará. Nela, o autor destinou grande parte das páginas à descrição dos eventos políticos e lideranças que haviam participado destes acontecimentos.

Envolvido nessas perspectivas, Palma Muniz analisou os escritos do Barão de Guajará, particularmente *Motins Políticos*, obra utilizada como fonte. Assim, em variados momentos, aquele autor teceu opiniões acerca deste livro, como podemos observar nas palavras a seguir:

Raiol, que descreveu, já depois de amortecidos por quase nove lustros os arroubos apaixonados dos implicados na sedição, não procurou entrar na indagação das causas anteriores ao movimento, preferindo ser sumamente sóbrio na descrição dos antecedentes da revolução de 1821.²⁸⁸

²⁸⁶ RICCI, Magda. . *Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos*. Anais do Arquivo Público de Belém, Belém, v. 4, 2001. p. 6

²⁸⁷ MUNIZ, Palma. *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. 2ª Ed. Belém: SECULT. 1973.

²⁸⁸ Idem ibidem. p. 23

Palma Muniz, embora portador de interesses diferenciados se comparado aos intelectuais e jornalistas do século XIX, também concentrou suas críticas aos eventos e personagens apresentados no texto de *Motins Políticos*, afirmando que o Barão de Guajará havia sido superficial em alguns momentos de sua narrativa, pois “poderia ter aprofundado mais o estudo dos fatos”.²⁸⁹ Esta opinião, que apresenta algumas das preocupações de Palma Muniz, é bastante sugestiva, pois além de permitir entender que este estudioso estava voltado para o entendimento dos eventos político-sociais, o aproximavam das críticas realizadas cinquenta anos antes por Ferreira Penna, que também exigia o aprofundamento da discussão dos fatos históricos e personagens no texto de *Motins Políticos*. Além desse aspecto, a obra de Palma Muniz buscava apresentar novas percepções em relação aos movimentos populares ocorridos na Amazônia na primeira metade do século XIX. Sua narrativa divergia do posicionamento apresentado por Raiol no livro *Motins Políticos*, particularmente no tocante aos grupos revoltosos que não eram “mais apresentados como simples bandoleiros ou salteadores, sedentos de sangue”²⁹⁰, mas como populações que lutavam por uma causa.

Aproximadamente uma década depois, um estudioso chamado Jorge Hurley, que disputava com Palma Muniz “uma melhor interpretação do processo de Independência no Pará”²⁹¹, publicou em 1936 um livro intitulado *A Cabanagem*²⁹², buscando realizar um estudo não apenas daquele movimento, mas também da história amazônica desde o processo de Independência. Seu objetivo, como notou a historiadora Magda Ricci, consistia em analisar a Cabanagem “como uma luta eminentemente étnica”.²⁹³ Assim, embora enfatizasse os conflitos envolvendo índios, brancos e negros, Hurley reforçava a “nova tendência com relação à representação que se tinha do cabano”²⁹⁴, ao propor que a análise desses acontecimentos deveria envolver os rebeldes em sua diversidade étnica e social.

Jorge Hurley, embora tivesse como uma de suas principais fontes a obra *Motins Políticos*, almejava diferenciar-se da narrativa de Raiol em sua perspectiva de expor diretamente a participação das camadas populares no movimento de rebelião ocorrido no Pará, pois como expressou:

²⁸⁹ Idem ibidem, p. 38

²⁹⁰ SILVEIRA, Ítala Bezerra da. *Cabanagem: uma luta perdida*. Belém: SECULT. 1994. 41

²⁹¹ RICCI, Magda. *Do Sentido aos significados da Cabanagem*. Op. Cit. 27

²⁹² HURLEY, Henrique Jorge. *A Cabanagem*. Belém: Livraria Clássica, 1936.

²⁹³ RICCI, Magda. *História amotinada: memórias da cabanagem*. Cadernos do CFCH, v. 12, n. 1-2. Belém: 1993, pp.13-28.

²⁹⁴ CABRAL, Jânia Socorro Rocha. *Os cabanos na fala da legalidade, uma leitura da “relação nominal dos rebeldes presos - 1836*. Códice 1130. 1995. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Maria Angelica Motta Maués. P.13

Ofereço, dedico e consagro este meu labor histórico – A CABANAGEM, inspirado, em grande parte, na tradição conservada nos ‘Motins Políticos’ do illustre Barão do Guajará (...) á esperançosa e brava mocidade paraense para que, de futuro, ninguém mais ouse dizer que os cabanos do Pará lutaram sem ideal político e sem razões históricas, como aglomerados de salteadores, assassinos e ladrões.²⁹⁵

As palavras proferidas por Hurley, ao mesmo tempo em que respondem alguns objetivos de sua narrativa, permitem verificar duas situações distintas: a referência à importância de *Motins Políticos* e a defesa das ações das camadas populares nas lutas político-sociais do Grão-Pará durante a Regência. Desse modo, adquirindo nesse ponto uma perspectiva crítica indireta ao pensamento de Raiol, que considerava os movimentos político-sociais no Pará como ocasionados pelos “turbulentos, os analfabetos, os homens sem conceito, para quem era indiferente a perturbação da ordem pública”.²⁹⁶

A partir dessas observações, as obras elaboradas por Jorge Hurley e Palma Muniz podem ser consideradas interessantes exemplos daquilo que iria predominar nos anos subsequentes em relação à produção e pesquisa histórica sobre as lutas político-sociais no Grão-Pará durante a primeira metade do século XIX. Na perspectiva apresentada por esses autores, a obra *Motins Políticos*, mesmo sofrendo críticas quanto aos ideais professados por Domingos Antônio Raiol, passou a se constituir na mais importante fonte bibliográfica utilizada.

Além disso, ao almejar uma nova conotação em relação aos estudos sobre os movimentos sócio-políticos ocorridos no Pará, Hurley percorreu dois caminhos paralelos: proporcionar um caráter mais popular às lutas dos cabanos e, finalmente, “romper” com o enfoque desenvolvido pelo Barão de Guajará, que em sua escrita não destinou, de acordo com Hurley, a atenção devida ao “povo”. Mesmo com esses objetivos, Jorge Hurley manteve aproximações com o texto de *Motins Políticos*, pois, entre outros aspectos, esse autor tinha “em comum com Raiol (...) o fato de não conseguir ver nos cabanos os condutores do movimento, mas como pessoas levadas pela indisciplina”.²⁹⁷

Por outro lado, ainda na década de 1930, o historiador Basílio de Magalhães (1874-1957), em uma conferência publicada na revista do IHGB, realizou uma investigação sobre os eventos da *Cabanagem*, analisando também a origem deste “conceito”. Nesse sentido,

²⁹⁵ HURLEY, Henrique Jorge. *A Cabanagem*. Op. Cit. p. 3

²⁹⁶ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. III. p. 805

²⁹⁷ CABRAL, Jânia Socorro Rocha. *Os cabanos na fala da legalidade*. Op. Cit. p. 14

esse autor ressaltou alguns dos trabalhos que analisaram este movimento ocorrido no Pará, expressando em relação à obra *Motins Políticos* que:

Quem lançou luz decisiva sobre os deploráveis acontecimentos desenrolados em nossa província do extremo-norte durante o interregno da Regência, foi Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará), com sua documentada e admirável obra em cinco volumes, publicados de 1865 a 1890, à qual deu o título do ‘Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará, desde 1821 até 1835’.²⁹⁸

Apesar de algumas opiniões em comum com autores de sua época que estudaram a *Cabanagem*, como por exemplo, os elogios à riqueza documental e à importância dos eventos descritos na obra *Motins Políticos*, Basílio de Magalhães não possuía o mesmo entusiasmo positivo apresentado por Jorge Hurley, ao citar os movimentos ocorridos no Pará. Para ele, os eventos político-sociais deflagrados nesta província simbolizavam a ocorrência de “horripilantes truculências”²⁹⁹ comandadas pelas famílias “Vinagres, oriundos da cruz de sangue português com sangue paraense”³⁰⁰ e a dos “Nogueiras, migrados do Ceará”³⁰¹, que comandavam as ações das “turbas”. Ainda segundo este autor, o movimento cabano podia ser comparado a uma “violenta explosão, que ia por longo tempo sacudir, qual um cataclismo, toda a vasta região amazônica”.³⁰²

A partir destas palavras, pode-se perceber que Basílio de Magalhães era pouco simpático em relação à *Cabanagem*, ele, ao contrário do contemporâneo Jorge Hurley, não percebia as rebeliões regenciais no Pará enquanto possuidoras de toda uma áurea de “heroísmo”, mas a partir de uma lógica negativa e violenta, que fazia lembrar o próprio pensamento de Raiol no século anterior. Entretanto, diferentemente do Barão, que realizava uma narrativa das lutas sociais no Pará a partir dos valores político-sociais defendidos pelo regime Imperial, Basílio de Magalhães ao comparar as experiências de exploração vivenciadas por boa parte das populações na Amazônia nas chamadas “roças comuns” como motivadoras de “uma precoce experimentação de bolchevismo”,³⁰³ deixou transparecer que os “medos” de uma parte da intelectualidade brasileira de sua época eram outros, tornando

²⁹⁸ MAGALHÃES, Basílio de. *A Cabanagem*. IN: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. 171, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939. p. 300

²⁹⁹ Idem ibidem. p. 290

³⁰⁰ Idem ibidem. p. 290

³⁰¹ Idem ibidem. p. 290

³⁰² Idem ibidem. p. 291

³⁰³ Idem ibidem. p. 286

perceptível que os contextos internacionais das décadas de 1920 e 1930, marcados por transformações político-sociais na Europa e no mundo, tiveram ingredientes que influenciaram os trabalhos de diversos estudiosos no Brasil.

Naquela conjuntura, a Revolução Russa de 1917, que havia colocado os Bolcheviques no poder, caracterizava-se como um dos mais influentes eventos, sendo comparada indistintamente a movimentos ocorridos em várias partes do país, entre eles a *Cabanagem*. Curiosamente, no século anterior, Domingos Antônio Raiol relacionava os “motins”, ocorridos no Pará durante a regência, a outro acontecimento da história ocidental: a Revolução Francesa. Chegando a ressaltar que:

A anarquia tem sempre raízes no passado e só germina em terreno de antemão preparado. (...) Antes das cenas sangrentas da Revolução Francesa nos últimos dias do século passado houve as tristes ocorrências que excitaram os ódios das massas populares, e comentadas malignamente pelo espírito da demagogia serviram para irritar os ânimos e dar causa aos atentados que nos refere a história daqueles tempos.³⁰⁴

Não há muitas dúvidas entre os estudiosos que a Revolução Francesa teve um papel importante para as narrativas de vários autores do século XIX. O Barão de Guajará, como defensor e interlocutor dos ideais monarquistas no Pará, adotou em relação a esta revolução uma postura crítica e incisiva, na qual constantemente demonstrava sua insatisfação e preocupação, pois, segundo ele, a monarquia, tanto na França como também no Brasil, havia se integrado aos costumes da população que não se adaptaria a nenhum outro tipo de governo, pois desde “os merovingianos até o reinado do infeliz Luís XVI a França não conheceu outro regímen, que não fosse o monárquico. (...) e depois dos terríveis acontecimentos de 1789 é que o povo francês tentou estabelecer nôvo regímen político.”³⁰⁵

Em suma, assim como Basílio de Magalhães, nas primeiras décadas do século XX, mais especificamente no momento em que o Brasil experimentava a ditadura varguista, associava negativamente as ações dos cabanos ao bolchevismo na Rússia. Domingos Antônio Raiol, no final do Regime Imperial, em defesa dos ideais monarquistas, adequava os seus escritos históricos a uma crítica aos eventos da Revolução Francesa, pois os considerava radicais, violentos e ameaçadores da ordem considerada “legal”.

³⁰⁴ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Op. Cit. Vol. I. p. 347

³⁰⁵ Idem ibidem. Vol. I. p. 108

Na mesma época que Basílio de Magalhães tecia essas considerações acerca da *Cabanagem*, o autor Caio Prado Jr., publicou em 1933 *Evolução Política do Brasil*,³⁰⁶ estudo de caráter nacional considerado uma das primeiras análises marxistas da história do país. Em um dos capítulos desse livro, Caio Prado Jr. analisa os eventos da Cabanagem no Pará, fazendo ampla utilização de *Motins Políticos* como fonte. Seu estudo, porém, realiza uma leitura com características opostas tanto às perspectivas defendidas pelo Barão de Guajará como por Basílio de Magalhães em relação às questões sociais, políticas e econômicas. Na concepção de Caio Prado Jr. a Cabanagem se constituía em “um dos mais, se não o mais notável movimento popular do Brasil”,³⁰⁷ pois foi o “único em que as camadas inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade”.³⁰⁸ Através desse pensamento, ele descreveu esse movimento a partir de uma perspectiva caracterizada por utilizar os instrumentos do materialismo histórico.

A obra *Motins Políticos*, constituída em fonte substancial para a realização do tópico: *A revolta dos cabanos no Pará e a regência de Feijó* é em diversos momentos citada no livro de Caio Prado Jr.. Esse autor, ao fazer referência a um trecho da narrativa de Domingos Antônio Raiol, direcionado a difusão de idéias “subversivas” entre as camadas populares, descreve o historiador paraense como um “contemporâneo”³⁰⁹ daqueles acontecimentos, deixando transparecer tanto um engano cronológico, pois o Barão de Guajará, embora tenha nascido durante a Cabanagem, começou a analisar esse movimento praticamente trinta anos depois, como também a perspectiva de enfatizar uma narrativa portadora de encaminhamentos que apresentassem as ações dos cabanos a partir da lógica da luta de classes.

Uma década após a publicação do texto do historiador Caio Prado Jr., portanto logo após o fim da ditadura varguista, outro autor de ideologia marxista, chamado Nelson Werneck Sodré, elaborou um estudo cujo objetivo era prestar auxílio bibliográfico à realização de pesquisas, com o título nada modesto: *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Nessa obra, mais especificamente no capítulo chamado *Crise da regência*, após um breve texto sobre alguns acontecimentos do período regencial, o autor fez referência à bibliografia necessária para o entendimento daquele contexto, tecendo o seguinte comentário sobre a obra *Motins Políticos*:

³⁰⁶PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 21ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1994.

³⁰⁷ Idem Ibidem. p. 77

³⁰⁸ Idem Ibidem. p. 77

³⁰⁹ Idem Ibidem. p. 73

Os *Motins Políticos* de Raiol, com todas as suas deficiências, a sua prolixidade, a confusão com que apresenta as informações, continuam a ser uma fonte indispensável para o conhecimento do meio em que surgiria a Cabanagem, um dos movimentos mais profundos, mais sérios e mais característicos da fase da Regência. A obra, aliás, serve muito mais à compreensão do meio amazônico e de seus problemas, no período compreendido entre a Independência e a Regência do que ao conhecimento da rebelião ali desenvolvida. Embora apegada aos fatos, narrativa, episódica e cronológica, como era norma no tempo, ela ajuda a situar as personalidades e os fatos.³¹⁰

As percepções de Sodré, além de refletirem algumas das críticas mais comuns que a obra *Motins Políticos* iria sofrer por parte dos historiadores marxistas nos anos subsequentes, que não percebiam a narrativa e concepções de Raiol como fruto de todo um contexto histórico, social e político específico, também apresentavam contradições a serem observadas. Uma delas centra-se no aspecto do texto do Barão ter sido indicado por Sodré como leitura indispensável para o conhecimento das lutas político-sociais durante a fase da Regência, o que não combina com a afirmação segundo a qual o texto de Raiol “serve muito mais para a compreensão do meio amazônico e seus problemas”. Outra contradição perceptível está presente nos momentos em que este autor critica a obra de Raiol por ser “apegada aos fatos” e, logo em seguida, expressa que a obra em questão “ajuda a situar as personalidades e os fatos”. Outro ponto a ser destacado nas críticas realizadas por Sodré à narrativa de *Motins Políticos* consiste na suposta “prolixidade” da mesma. Essa objeção pode ter sido direcionada teoricamente a dois pontos característicos de *Motins Políticos*: à extensão da obra em vários volumes ou ao estilo narrativo de Raiol, possivelmente considerado por Sodré como “enfadonho” ou cheio de explicações “supérfluas”.

Vale lembrar que a “prolixidade” criticada por Sodré em relação à narrativa de *Motins Políticos* tinha se constituído, na segunda metade do século XIX, em uma das preocupações apresentadas por Raiol ao elaborar sua obra (como se pode verificar em uma das respostas do Barão a Ferreira Penna no tópico anterior). As críticas realizadas por Sodré em relação à obra *Motins Políticos* não foram acompanhadas em seu rigor por autores contemporâneos ou mesmo posteriores a ele, visto que muitos, mesmo não concordando com boa parte das idéias presentes no livro do Barão, quase sempre acreditavam que, por detrás de algumas dessas “explicações superfluas”, e de acordo com a opinião do próprio Sodré, encontravam-se detalhes importantes a serem analisados.

³¹⁰SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 7ª Ed. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil S. A. 1988. p. 151

Nelson Werneck Sodré, assim como parte dos estudiosos inseridos nesse contexto, adotou em suas concepções sobre a história perspectivas eminentemente político-sociais, não percebendo ou se interessando pela existência de “outros” detalhes presentes na escrita de Raiol. Para ele, a importância de *Motins Políticos* se resumia à documentação e ao conhecimento dos acontecimentos descritos.

Nos anos subseqüentes, mesmo não ocorrendo reflexões tão “duras” como às de Nelson Werneck Sodré, as críticas sobre o texto de *Motins Políticos* se tornariam uma constante nos escritos de estudiosos diversos, que realizando uso da narrativa do Barão, muitas vezes na forma de fonte principal, não procuravam perceber o pensamento de Raiol como fruto de seu tempo. Assim, entre finais dos anos 1940 e início dos 1950, um estudioso da história paraense chamado Ernesto Cruz publicou alguns ensaios destinados à análise dos conflitos ocorridos durante as décadas de 1820 a 1840 na Amazônia, cujo título era *História do Pará*,³¹¹ nos quais dedicou um capítulo aos eventos da Cabanagem.

Este, ao privilegiar a descrição dos eventos da Cabanagem, através de suas “causas” e “heróis”, organizou uma espécie de “quadro analítico” intitulado “A Cabanagem na versão dos historiadores”,³¹² através do qual tentava explicar os eventos e personagens através da comparação entre as percepções dos autores que haviam publicado obras sobre o tema em épocas anteriores. Nestas condições, a análise de Ernesto Cruz, ao buscar entender os fatos históricos, privilegiava de maneira constante os escritos de Raiol, que em razão do caráter precursor, era quase sempre focado como portador de um discurso mais “confiável” quando relacionado aos escritos realizados por historiadores de épocas posteriores, como, por exemplo, no que se refere aos acontecimentos da fuga de José Malcher:

O Barão do Guajará, baseado nos documentos por êle criteriosamente compulsados nos arquivos provinciais, recompõe com exatidão o episódio da fuga de Malcher na noite de 19 de fevereiro de 1835, (...) Atribui a origem da Cabanagem aos fatos subversivos cometidos nos anos anteriores.³¹³

A narrativa de Ernesto Cruz preocupava-se entre outros aspectos, em tentar elucidar os eventos político-sociais que haviam deflagrado a Cabanagem. Utilizando-se, em muitas situações, dos escritos de *Motins Políticos* com o objetivo de “solucionar” essas

³¹¹ CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: Universidade do Pará, 1969.

³¹² Idem ibidem. p. 278

³¹³ CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Op. Cit. p. 316

dúvidas. Porém, ele mesmo admitia a impossibilidade de encontrar as respostas no texto do Barão, ao afirmar que: “Domingos Raiol escreveu os *Motins Políticos* para corrigir – segundo êle mesmo confessa – ‘ a ignorância em que geralmente se está acêrca dos acontecimentos desta província’. Contudo a confusão persiste”.³¹⁴ Assim, mesmo colocando a narrativa de *Motins Políticos*, pela sua riqueza documental, em um patamar mais “confiável” em relação aos escritos de outros historiadores, Ernesto Cruz assumia a continuidade das dúvidas no tocante a alguns eventos. Sua obra, apesar de “contribuir até mesmo para o conhecimento dessa historiografia, (...) não acrescenta muito ao que já fora dito por Raiol”.³¹⁵

Anos depois, no contexto das décadas de 1960, 1970 e início dos 80, período marcado pela Ditadura Militar, a obra *Motins Políticos* ganhou por outros motivos uma atenção ainda mais ampliada, ocasionada, entre outros motivos, em razão de sua reedição, através da Universidade Federal do Pará, e das comemorações dos 150 anos da Cabanagem, como será visto a seguir.

2.2 A reedição de *Motins Políticos* no início do regime militar

Cem anos após a elaboração do primeiro tomo de *Motins Políticos*, mais especificamente no ano de 1970, em plena ditadura militar, ocorreu a publicação da 2ª edição desta obra, compactada em três volumes, através da coleção “José Veríssimo”, sob a égide da Universidade Federal do Pará (UFPA). Assim como na primeira edição, as idéias sobre essa obra também sofreram os inevitáveis influxos históricos, políticos e sociais do tempo, contudo, diferentemente da 2ª metade do século XIX, quando Raiol teve de enfrentar alguns intelectuais e jornalistas contrários aos encaminhamentos político-ideológicos e metodológicos presentes em sua narrativa. A nova edição de *Motins Políticos* foi divulgada sob a luz de um contexto histórico completamente distinto, caracterizado pela ausência de democracia e por uma intensa repressão aos grupos político-sociais de oposição.

Em uma realidade como aquela, em que parte da intelectualidade nacional sofria perseguição ou havia deixado o país, o texto do Barão era revestido um valor simbólico³¹⁶

³¹⁴ Idem Ibidem. p. 305

³¹⁵ CABRAL, Jânia Socorro Rocha. *Os cabanos na fala da legalidade*. Op. Cit. p. 15

³¹⁶ Para um melhor entendimento sobre o conceito de símbolo e seus significados ver: BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. Trad. Izodoro de Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006; LEXIKON, Herder. *Dicionário de símbolos*. São Paulo. Editora Cultrix. 1990.

substancial, pois apesar de elaborado em um espaço sócio-político distinto, defendia ideais que, incorporados anacronicamente, “agradavam” as elites militares da época, como a defesa da manutenção da ordem e as críticas às ações políticas das camadas populares. Essas motivações, embora simplistas, pois não abarcam a diversidade de interesses que propiciaram a reedição dessa obra, não devem ser desconsideradas, observando-se que na década de 1970 o país vivenciava um de seus momentos mais conturbados e repressivos em razão da Ditadura Militar, na qual a censura aos opositores e a propaganda governamental, inclusive no meio acadêmico, tornaram-se algumas das ações mais comuns por parte do regime.

Por outro lado, embora a reedição de *Motins Políticos* tenha ocasionado certa identidade com os pensamentos dos grupos dominantes ligados à ditadura, a mesma foi motivada, pelo menos oficialmente, em razão de seu valor histórico, pois como ressaltou no prefácio o autor Athur César Ferreira Reis, historiador com diversos trabalhos sobre a temática amazônica naquele período, a nova publicação desta obra deveria ser realizada em razão de:

Os “Motins Políticos” constituem hoje preciosidade bibliográfica. Os exemplares existentes são em número insignificante. A Reitoria da Universidade Federal do Pará, na administração do Professor José da Silveira, andou corretamente quando autorizou a reedição, dêsse modo contribuindo, na “Série José Veríssimo”, sob minha orientação.³¹⁷

Ao contrário de estudiosos como Nelson Werneck Sodré ou Caio Prado Jr., Arthur Cesar Ferreira Reis, se constituía em um historiador possuidor de ligações com o regime. Durante a Ditadura, em conjunto com outros intelectuais integrou o CFC (Conselho Federal de Cultura), “órgão centralizador das políticas públicas no setor cultural”³¹⁸, adotando visivelmente uma postura menos crítica, não apenas em relação ao texto de *Motins Políticos*, como também a Domingos Antônio Raiol, considerado por ele o maior historiador da região em sua época.

Além de suas percepções conservadoras e da proximidade com o regime ditatorial, Arthur Cesar Ferreira Reis valorizava a narrativa histórica do livro de Raiol, realçando aspectos como a “raridade” dos exemplares e a “grandiosidade” da pesquisa. Não satisfeito

³¹⁷ REIS, Athur César Ferreira. Introdução. IN: RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Op. Cit, Vol. I. p. 6

³¹⁸ VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília: Thesaurus Editora. 1998. p. 163

com essas prerrogativas, Arthur César Ferreira Reis vai ainda mais longe ao afirmar que o Barão e seus escritos não deveriam ser tão criticados, por simbolizarem as percepções de um determinado contexto histórico:

Não se pretenda encontrar, nestas linhas, qualquer restrição negativa ao trabalho de Domingos Antônio Raiol. (...) Raiol, evidentemente, não se aventurou a tentar explicação. Narrou os fatos, situou personagens, indicou, na riqueza de pormenores, momentos marcantes. (...) Não lhe façamos crítica negativista face a esse comportamento. Era a posição assumida por todos os historiadores de seu tempo. (...) Raiol, portanto trabalhava obedecendo ao estilo da época.³¹⁹

Apesar dos excessivos elogios direcionados à obra *Motins Políticos*, as colocações de Arthur César Ferreira Reis têm o seu valor principalmente por reconhecerem o peso dos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais nos quais o texto de Raiol esteve inserido, situando o Barão de Guajará em seu contexto histórico. Além dessa introdução e de diversos outros estudos, Arthur César também interagiu com a obra *Motins Políticos* por meio de uma análise dos movimentos político-sociais ocorridos no Pará, implementada através do texto *O Grão-Pará e o Maranhão* presente na obra *História geral da civilização brasileira*, organizada pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda com a colaboração de diversos outros estudiosos.

Dentro desta narrativa, a Cabanagem e os demais acontecimentos no Pará, durante a fase posterior à Adesão ao império, também se encontravam presentes através de uma descrição factual, na qual é destinada muita atenção aos aspectos político-econômicos que “contribuíram” para propiciar as lutas sociais na província. Neste artigo, Arthur César Ferreira Reis também fez uso de *Motins Políticos* como fonte, reservando, porém, um papel periférico às opiniões em relação às concepções do Barão de Guajará.

Em uma das raras considerações a este autor, Arthur César Ferreira Reis, referindo-se à ausência de estudos sobre a ocorrência da Cabanagem na região do Tapajós, faz uma crítica aos escritos do Barão e de outros historiadores ao afirmar que: “nem Rayol, nem

³¹⁹ REIS, Arthur César Ferreira. Introdução. IN: RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Op. Cit, Vol. I. p. 5-6

outros cronistas menores, antigos, nem historiadores modernos, como Hurley ou Ernesto Cruz³²⁰ fizeram referências às lutas ocorridas em Santarém.

Tempos depois, já no início dos anos 1980, momento no qual a ditadura militar no Brasil entrava em colapso e a “Cabanagem”, movimento político-social já bastante estudado, completava em 1985 seu sesquicentenário de eclosão, tendo como marco de “comemorações” oficiais a inauguração do Memorial da Cabanagem, foram produzidos vários trabalhos sobre o tema. Um deles, publicado por uma editora paulista, tinha como título *Cabanagem: o povo no poder*, com autoria do jornalista e historiador Julio José Chiavenato.

Esta obra recebeu o influxo das transformações político-sociais que ocorriam no país durante aquele contexto. Ela possuía opiniões e objetivos contemporâneos às perspectivas políticas de Chiavenato, que buscava analisar “o movimento cabano como uma ‘revolução popular’ com uma série de atributos ditos ‘revolucionários’ de nossos dias, (...) tornando-se apenas um pretexto para a sustentação de uma certa teoria geral da história da América Latina”.³²¹

Assim, se o enfoque, na década anterior, de historiadores ligados ou identificados com o regime militar, como Arthur César Ferreira Reis, não tinha como objetivo central vislumbrar no movimento dos cabanos, presente no texto de Raiol, uma luta social, de classes, a ser comparada implicitamente com a oposição presente contra a ditadura militar, Chiavenato almejava fazer uso da obra *Motins Políticos* a partir de outras perspectivas caracterizadas pelo anseio de luta político-ideológica contra a ordem vigente. Nessa perspectiva, a história da Cabanagem ganhava ares anacrônicos, pois as “turbas”, tão criticadas pelo Barão de Guajará, eram consideradas implicitamente por alguns autores na década de 1980, em suas lutas contra o poder regencial, como representativas no passado das lutas vivenciadas no presente, constituindo-se em “exemplos históricos” aos grupos opositores da ditadura, enquanto que os militares, em sua postura autoritária e violenta, eram comparados ao governo regencial, responsável pelo massacre do movimento cabano.

Chiavenato, além de utilizar-se do texto de Raiol como fonte primordial para a narrativa de sua obra, cujo objetivo estava centrado no processo de luta político-social, denunciava a histórica opressão de grupos populares no Brasil, argumentando também, de

³²⁰ REIS, Arthur César Ferreira. *O Grão-Pará e o Maranhão*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de, org. *História Geral da Civilização Brasileira*, (Tomo II – O Brasil Monárquico, Vol. 2) São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972. p. 91

³²¹ RICCI, Magda. *Do sentido aos significados da Cabanagem*. Op. Cit. p. 12

forma polêmica, que ao longo do século XX os diversos estudos sobre a Cabanagem se caracterizavam como cópias da obra *Motins Políticos*:

A bibliografia sobre a Cabanagem no Grão-Pará é bastante rara. São poucos os livros e, na verdade, quase todos acabam sendo um só: a repetição do clássico de Domingos Antônio Raiol, o Barão do Guajará, *Motins Políticos*. Embora divergindo quase sempre de Raiol, por justiça é preciso registrar: seu livro é fundamental para o entendimento da história do Pará, dele me socorri em não poucas oportunidades.³²²

Esta afirmativa, presente na parte final da obra de Chiavenato, possibilita três percepções. A primeira corresponde ao fato de Chiavenato parecer desconhecer que a temática da Cabanagem, como demonstra esta dissertação, havia estado presente nas obras de diversos autores, não se constituindo de forma alguma em algo “raro”.

A segunda porque vários destes trabalhos, como foi perceptível no decorrer desta análise, apesar da utilização dos escritos de Raiol como fonte, não se constituíram em “cópias” do livro *Motins Políticos*, possuindo pontos de diferenciação e críticas, não apenas em suas concepções político-ideológicas, mas também sociais, que se refletiram na própria narrativa.

Por último, a obra de Chiavenato, embora de fato apresente divergências em relação às percepções de Raiol no tocante à valorização do conceito de “luta de classes” nos movimentos sociais do Pará, apresenta-se em sua ótica muito generalizante e limitadora de novas perspectivas, como fora grande parte dos escritos sobre esta temática no decorrer do século XX, pois também valorizou predominantemente a análise factual e o “papel” das “principais” lideranças políticas do movimento em detrimento de qualquer investigação inovadora.

Praticamente contemporânea ao estudo realizado por Chiavenato foi a publicação em dois volumes da obra *Cabanagem: A epopéia de um povo*³²³, realizado pelo autor Carlos Rocque. Atuando na época como jornalista, historiador e diretor do recém-criado Museu da Cabanagem, por sua vez ligado ao governo estadual da época, Rocque escreveu uma obra caracterizada por ele como um “verdadeiro libelo que complementava-se a seu árduo empenho na imprensa a fim de firmar na memória popular a ação revolucionária dos

³²² CHIAVENATO, José Júlio. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 156

³²³ ROCQUE, Carlos. *Cabanagem: epopéia de um povo*. Belém: Imprensa Oficial, 1984.

cabanos”.³²⁴ Mesmo esboçando essas considerações, seu livro, em termos de pesquisa documental e inovações teóricas, apresentava-se limitado, contendo em sua narrativa características próximas das expostas por Chiavenato, em sua valorização do aspecto político e privilégio quase irrestrito da obra *Motins Políticos* como fonte, pois segundo ele:

O barão do Guajará (Domingos Antônio Raiol) foi o primeiro a historiar com profundidade a cabanagem, (...) Muito bem documentada e narrada com esmero e mesmo com a preocupação de detalhar as ocorrências, peca apenas um ponto: A de conter, mesmo contra a vontade do autor, certa parcialidade.³²⁵

Além dos elogios à riqueza documental de *Motins Políticos*, Rocque expressou sobre a suposta falta de “parcialidade” de Raiol, acreditando que seu estudo, realizado sob a égide do governo estadual, na época administrado por Jader Barbalho, havia sido “imparcial”, ou seja, possuidor de “neutralidade” no encaminhamento de sua narrativa. Com estas colocações, Rocque demonstrava desconhecer que o ofício do “historiador é também fruto de seu tempo”,³²⁶ pois, assim como a elaboração de *Motins Políticos* deve ser compreendida como portadora dos anseios da política Imperial, da qual Domingos Antônio Raiol estava integrado, os escritos de Rocque eram frutos inequívocos de suas experiências político-sociais contemporâneas, apresentando influências das mesmas.

Pouco tempo após o estudo de Carlos Rocque, outra obra sobre a temática em questão era elaborada com o título de *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*.³²⁷ Esta inserida em um concurso nacional de monografias para homenagear, no ano de 1985, o sesquicentenário do movimento cabano. Foi a vencedora da disputa, sendo conseqüentemente publicada. Seu autor, Pasquale Di Paolo, apresentava em sua análise diversos pontos de aproximação com Chiavenato e Carlos Rocque, como por exemplo, em suas influências do contexto de abertura política do país. Porém, sua narrativa dava mais ênfase a uma leitura marxista, presente, segundo esse estudioso, no “caráter revolucionário da luta dos cabanos” e no uso de vários conceitos pertencentes a essa teoria. Além desses aspectos, o livro de Pasquale Di Paolo destinava um espaço considerável à utilização de *Motins Políticos* na forma de fonte, pois em sua opinião:

³²⁴ RICCI, Magda. *Do sentido aos significados da Cabanagem*. Op. Cit. p. 10

³²⁵ Idem Ibidem. p. 28

³²⁶ VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et ali. *A Pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1989. p. 30

³²⁷ DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. 2ª ed. Belém: Cejup, 1990.

É preciso lembrar aqui a obra monumental de Domingos Antônio Raiol, ‘Motins Políticos’, fundamental pela riqueza de dados e documentos coletados e acrescidos de comentários pregnos de sensibilidade pela terra que o viu nascer. Todavia, o excessivo descritivismo e a parcial desorganização cronológica da matéria, sobretudo em momentos históricos significativos, dificultam, na leitura da obra, a compreensão do fio condutor do movimento cabano: ademais, a visão política *ex parte principis* se transforma constantemente em atitude anticabana, que o torna incapaz de ver, no período historiografado, o fermento revolucionário: Raiol reduz todos os acontecimentos à ‘motins políticos’.³²⁸

Assim, repetindo o comportamento de uma parte dos autores do século XX que fizeram uso dos escritos de *Motins Políticos*, Pasquale Di Paolo iniciava suas observações sobre este estudo de Raiol com os costumeiros elogios, seja pela riqueza documental ou em razão da grandiosidade da obra. Porém, em seguida, Di Paolo reprovava o suposto descritivismo da narrativa do Barão e acrescentava uma nova crítica: a desorganização cronológica. Além disso, censurava também aquilo que chamava de “posicionamento anticabano” de Raiol, pois este “impedia este autor de perceber o fermento revolucionário”. Através dessa concepção, Pasquale Di Paolo tinha como uma de suas perspectivas “superar a visão primeira (a de Raiol) sobre o movimento cabano, objetivando deixar para trás a versão na qual este movimento não teria passado de uma série de ‘motins políticos’ de rebeldia contra o governo central”.³²⁹

Sua narrativa repetia os traços anacrônicos presentes em parte dos estudos sobre o tema na década de 1980, que em comum confundiam “ciência histórica e empenho político”³³⁰ ao almejam expor os cabanos como revolucionários imbuídos de uma ideologia marxista, além das limitações impostas pela pobreza de fontes documentais que o impediram de realizar qualquer análise mais sistemática do movimento cabano, acabando “por cair numa (...) armadilha historiográfica que seus antecessores caíram, as generalizações acerca do ‘povo’ na história”³³¹ daquele movimento.

No mesmo contexto histórico no qual Chiavenato, Rocque e Di Paolo elaboravam suas respectivas obras, outro estudo, também realizado a partir da ótica marxista era publicado na década de 1980. Este, voltado mais exclusivamente para a análise do

³²⁸ Idem Ibiem. p. 20

³²⁹ RICCI, Magda. *Do sentido aos significados da Cabanagem*. Op. Cit. p. 16

³³⁰ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Op. Cit. p. 11

³³¹ CABRAL, Jânia Socorro Rocha. *Os cabanos na fala da legalidade*. Op. Cit. p. 16

pensamento político-social no Pará, foi escrito por Vicente Salles com o título *Memorial da Cabanagem*.³³²

Por meio desse livro, Vicente Salles buscava analisar “a história do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará”³³³. Mas segundo a historiadora Magda Ricci, estava direcionado para “a busca cautelosa e pormenorizada de fontes que relacionavam os problemas vividos pelos cabanos com os inúmeros vivenciados nestes outros pontos do globo”.³³⁴ Além desse aspecto, o pensamento expresso na obra *Memorial da Cabanagem* representou uma mudança no estudo sobre os líderes da Cabanagem, pois diferentemente de outros trabalhos, entendeu:

Que o fundamental na análise sobre estas lideranças seria perceber empiricamente os quadros do ‘pensamento liberal’ e do ‘socialista’, transpostos da Europa para o Brasil. É uma análise sobre o ‘tráfico de idéias’, sustentado por fontes e casos de estudo muito concretos.³³⁵

Neste trabalho, Vicente Salles criticou em variadas passagens a narrativa de Domingos Antônio Raiol em razão de sua postura “monarquista”. Num desses momentos, relacionado à suposta participação de negros no grupo político de Batista Campos, presente na narrativa de *Motins Políticos*, Salles afirmou que o escrito de “Raiol se deixa levar pelos julgamentos de valor de sua classe. Definia-se claramente a luta de classes”³³⁶, associando a narrativa do Barão a uma percepção de viés marxista. Além destas colocações, Vicente Salles, de forma semelhante a Carlos Rocque, criticava Raiol pela sua suposta falta de imparcialidade, como na referência em relação à Confederação do Equador:

Raiol, monarquista, opõe-se naturalmente à Confederação do Equador, vendo o movimento republicano como permanente ameaça à monarquia, considerando esta um direito divino e uma predestinação. O historiador, tratando destes acontecimentos, perde a isenção e a oportunidade de fazer análise mais serena da repercussão, no Grão-Pará, do movimento republicano que se originara em Pernambuco.³³⁷

³³² SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992.

³³³ Idem ibidem. p. 7

³³⁴ RICCI, Magda. *Do sentido aos significados da Cabanagem*. Op. Cit. p. 19

³³⁵ RICCI, Magda. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. Revista tempo: Rio de Janeiro, v. 22, 2006. p. 32

³³⁶ SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem*. Op. Cit. p. 89

³³⁷ Idem ibidem. p. 55-56

Independentemente das percepções de Raiol em relação à Confederação do Equador, o mais importante a ser percebido neste momento no texto de Vicente Salles é a crítica deste autor com relação à suposta narrativa “parcial” apresentada pelo Barão. Dessa maneira, assim como outros autores da época já citados, Salles também parecia almejar a elaboração de um estudo relativamente “isento” das “paixões” políticas e sociais naquele contexto, objetivo o que sabemos hoje ser evidentemente impossível em qualquer produção artística ou intelectual, pois a “dialética da história (...) não é neutra, mas subentende, ou exprime, um sistema de atribuição de valores”.³³⁸ Contudo, vale ressaltar que, apesar destes pontos, a obra *Memorial da Cabanagem* foi em seu contexto aquela que apresentou as características inovadoras, por pretender, através de uma diversificada pesquisa documental, analisar a história do pensamento revolucionário no Pará desde a primeira metade do século XIX até o início do século XX. Distanciando-se, neste sentido, de alguns estudiosos da década de 1980, que primaram pelo quadro repetitivo e limitado de fontes no enfoque da Cabanagem.

Em 1994, Ítala Bezerra da Silveira publicou sua tese de mestrado *Cabanagem: uma luta perdida*³³⁹, obra com influência dos estudos sobre a Cabanagem, realizados na década anterior, mais especificamente os elaborados por Júlio José Chiavenato e Pasquale Di Paolo, cujo estudo era segundo Ítala “uma obra indispensável a quem se interessar em conhecer um estudo sério sobre o movimento cabano”.³⁴⁰ Além disso, o estudo de Ítala Bezerra trazia alguns pontos inovadores, como no uso das fontes nas quais a autora se baseava em uma “ampla documentação e, mais precisamente, de cartas e datas de sesmarias, bem como históricos da população do Pará”.³⁴¹ A partir desses documentos, essa estudiosa almejava, entre outros aspectos, comprovar que a “população pobre e, sobretudo, a ‘de cor’ havia sido alijada de sua pequena propriedade, deixando de ter meios de subsistência e abrindo caminho para sua marginalização”³⁴² após a ocorrência da Cabanagem. Mesmo com o diversificado uso de fontes documentais, o livro de Ítala Bezerra, ao buscar reconstituir os eventos da Cabanagem, também não abriu mão dos escritos de Domingos Antônio Raiol, obra considerada das mais importantes, pois, como ela expressou:

³³⁸ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Op. Cit. p. 8

³³⁹ SILVEIRA, Ítala Bezerra da. *Cabanagem: uma luta perdida*. Op. Cit.

³⁴⁰ Idem Ibidem. p. 51

³⁴¹ RICCI, Magda. *Do sentido aos significados da Cabanagem*. Op. Cit. p. 23

³⁴² Idem Ibidem. p. 23

Dos livros consultados, o que nos parece mais correto em relação aos fatos, embora parcial na apreciação da rebelião, foi a obra de Domingos Antônio Raiol, intitulada “MOTINS POLÍTICOS”, e que, não sendo específica sobre a Cabanagem, história os acontecimentos do Pará, nos anos 20 e 30 do Século XIX.³⁴³

Além da declarada utilização dos escritos de Raiol e valorização dos pensamentos desse autor, um dos pontos mais instigantes a ser ressaltado nesta citação é novamente a suposição da existência de uma perspectiva “parcial” no enfoque do Barão de Guajará. Através da mesma, Ítala aproximava-se das perspectivas expostas por vários autores anteriores, ao acreditar que Raiol ou qualquer outro estudioso poderia apresentar sua pesquisa através de uma lógica de “neutralidade”. O estudo de Ítala Bezerra também era caracterizado por tentar analisar a Cabanagem por meio do ideário marxista, através da inserção de conceitos como “modos de produção”³⁴⁴, buscando por meio desse pensamento reconstituir a história daquele movimento.

No mesmo contexto em que o trabalho de Ítala Bezerra estava sendo publicado, surgiam análises diferenciadas relacionadas não apenas à história amazônica no século XIX, mas também imbuídas de vislumbrar os escritos de Raiol a partir de enfoques até então inéditos. A profusão desses estudos sofreu influências de perspectivas historiográficas, difundidas de forma cada vez mais sistemática no meio acadêmico brasileiro da época, como por exemplo, a escola francesa dos *Annales*³⁴⁵, a *Micro-história*³⁴⁶ e a *História Social Inglesa*.³⁴⁷ Estas, de forma direta ou indireta, contribuíram para o surgimento de trabalhos

³⁴³ SILVEIRA, Ítala Bezerra da. *Cabanagem: uma luta perdida*. Op. Cit. p. 20

³⁴⁴ Idem Ibidem. p. 145

³⁴⁵ A Escola dos *Annales*, surgiu a partir da revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale* criada por Marc Bloch e Lucien Lebre em 1929. Esta procurava romper com a história metódica valorizadora dos eventos políticos, propondo entre outros aspectos a construção de uma história interdisciplinar e unida as demais ciências sociais. Durante o século XX, a escola dos *Annales* passou por várias transformações, e contou com a participação de algumas gerações de historiadores como Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie, se constituindo num dos movimentos mais importantes da historiografia mundial naquele contexto. Ver: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997. CARDOSO, Ciro Flamarion Cardoso e VAINFAS, Ronaldo (orgs.), *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. DOSSE, François. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*. Trad. Dulce de Oliveria Amarante dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

³⁴⁶ A *Micro-história* corresponde a uma prática historiográfica originada na década de 1970 na Itália. Ela se baseia, de acordo com Giovanni Levi (1992, p.136) “na redução da escala de observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental”. A *Micro-história* ganhou forte atenção após a publicação da obra *O Queijo e os vermes*, pelo historiador italiano Carlo Ginzburg que investiga as idéias de um moleiro friuliano Menocchio. Ver: GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso; Trad. dos poemas José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. LEVI, Giovanni. Sobre a *micro-história*. In: BURKE, Peter. (org.) *A Escrita da história*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

³⁴⁷ A *História Social Inglesa* se desenvolveu após a 2ª Guerra Mundial a partir dos estudos de um grupo de historiadores britânicos que integravam os quadros do Partido Comunista naquele país, do qual faziam parte

inovadores em relação ao pensamento de Raiol ou sobre a narrativa de *Motins Políticos*, como será visto no tópico a seguir.

2.3 Novos enfoques sobre Motins Políticos a partir dos anos 1990

Raiol não pode e nem deve ser visto apenas como um mero compilador sobre a Cabanagem. (...) Em tempos em que a narração histórica é fruto de tantos debates no rol de estudos sobre história social da leitura, existe um longo percurso a ser efetivado no campo da análise do discurso a respeito da vasta obra historiográfica constituída na Amazônia.³⁴⁸

As palavras expressas pela historiadora Magda Ricci, em finais do século XX, revelam que naquele contexto, as concepções da intelectualidade em relação à obra *Motins Políticos* estavam passando por transformações significativas, ganhando contornos distintos dos apresentados nas décadas anteriores.

As interpretações realizadas naquele contexto, embasadas na utilização de *Motins Políticos* como fonte, diversificaram seus enfoques ligados à história da Amazônia, trazendo algumas inovações, tanto na pesquisa como na maneira de perceber os eventos e outros aspectos descritos pelo Barão.

Raiol e seus livros deixavam gradativamente de ser vislumbrados a partir dos enfoques predominantes nas décadas anteriores, voltados majoritariamente para a história dos eventos político-sociais, que apoiados em estudos caracterizados pela superficialidade e pobreza documental, que muitas vezes de forma anacrônica, almejaram reconstituir o passado dos movimentos sociais ocorridos no Pará no século XIX.

Contraopondo-se a estas perspectivas, algumas análises realizadas no final dos anos noventa, também se preocuparam cada vez mais em focar os “caminhos bibliográficos” e ideológicos, traçados pelos autores que analisaram a temática da “Cabanagem” ao longo das épocas anteriores.

nomes como E. P. Thompson, Christopher Hill, Perry Anderson e Eric J. Hobsbawm. De inspiração marxista, ela se caracteriza pela análise de temas que envolvem a classe operária, camponeses, movimentos sociais e os mundos do trabalho. Ver: HOBBSAWM, Eric. *Sobre História. Ensaios*. Trad. Cid K. Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1998; PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson: objeções e oposições*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996; THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 3 volumes. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

³⁴⁸RICCI, Magda. *O Império Lê a Colônia*. Op. Cit. p. 35-36

Dessa forma, alguns dos inovadores trabalhos publicados nesse contexto, foram realizados pela historiadora Magda Ricci, que através do artigo: *História amotinada: memórias da Cabanagem*,³⁴⁹ estudo publicado em 1993, “inaugurou” este processo, almejando em grande parte entender as perspectivas desenvolvidas por Raiol no livro *Motins Políticos*. Assim, por mais que o título desse estudo indicasse uma investigação pormenorizada sobre o movimento cabano, o objetivo, no entanto, consistia no enfoque aos caminhos percorridos por Raiol na obra em questão.

Por isso, diferentemente dos estudos elaborados anteriormente, nos quais diversos autores “passavam” pelos escritos do Barão, valorizando a riqueza documental, os eventos e seus heróis, Magda Ricci, possuía outros anseios, centrados no objetivo de investigar “nos volumes da história escrita por Domingos Antônio Raiol não apenas o que o referido autor se propôs a escrever ou analisar”,³⁵⁰ mas “ir além dos objetivos de época para compreender as significativas ausências constantes naqueles cinco imensos volumes”.³⁵¹

A partir destes pressupostos, caracterizados pela análise específica do livro de Raiol, e também valorizadores de olhares diferenciados, não centrados na história política, esta historiadora rompia com os caminhos apresentados nos estudos realizados anteriormente, cujas temáticas de uma forma ou de outra apresentavam referências à obra *Motins Políticos* a partir das “amarras” da superficialidade documental e da excessiva ênfase aos eventos políticos.

Magda Ricci também procurou mostrar a necessidade de serem realizados novos estudos sobre a temática da Cabanagem, através dos quais, um dos caminhos poderia “ser subvertendo a lógica e estrutura dos *Motins Políticos* de Raiol”.³⁵² Assim, mesmo direcionando sua análise ao estudo da Cabanagem, ela ajudou a estabelecer “novos olhares” sobre Domingos Antônio Raiol e suas obras, caracterizados pela idéia de superar os entraves presentes na historiografia relacionada à Amazônia, que durante mais de um século, vislumbrou o Barão a partir dos preceitos político-factuais já citados.

Alguns anos depois, em 2001, esta mesma historiadora publicou outro artigo denominado *Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos*.³⁵³ Nesse estudo, muito mais ambicioso que o anterior, ela traçou um esboço com observações detalhadas sobre a bibliografia realizada até então em relação a este tema. Porém,

³⁴⁹ RICCI, Magda. *História amotinada: memórias da Cabanagem*. Op. Cit.

³⁵⁰ Idem Ibidem. p. 14

³⁵¹ Idem Ibidem. p. 14

³⁵² Idem Ibidem. p. 24

³⁵³ RICCI, Magda. . *Do sentido aos significados da Cabanagem*. Op. Cit.

diferentemente do trabalho anterior, que estava centrado nas observações direcionadas aos escritos do Barão do Guajará na obra *Motins Políticos*, esse artigo tinha como objetivo expor alguns importantes estudos relacionados à temática da Cabanagem desde o século XIX.

Em um trabalho dessa envergadura, o texto de Domingos Antônio Raiol adquiria importância, particularmente em razão de este autor ser considerado o “(...) primeiro grande autor da Cabanagem”.³⁵⁴ Além disso, a obra *Motins Políticos* ganhava nesse artigo de Magda Ricci novamente relevância, pois simbolizava a perspectiva inicial de expor o fato da historiografia de cada época sobre a Cabanagem, simbolizar e representar em variadas situações os anseios políticos e ideológicos a serem legitimados pelos intelectuais em questão, adequando-se aos “mais diversos projetos políticos e sociais”.³⁵⁵

Nesse sentido, o texto de Raiol apresentava uma perspectiva negativa em relação às lutas sociais na Amazônia, cuja “argumentação, a ação dos cabanos resumia-se a um desrespeito às autoridades constituídas, sendo, portanto, um péssimo exemplo, mais uma das amargas lições ensinadas pela época regencial”.³⁵⁶ Apesar da aparente repetição das opiniões apresentadas em vários trabalhos anteriores, que também enfatizaram o visível tom negativo exposto por Raiol em relação aos *motins*, o estudo de Magda Ricci inova por inserir não apenas a presença e influências do ideário político-social do Barão, mas também dos diversos autores seguintes, expondo algumas das mudanças que a historiografia sobre a Cabanagem foi sofrendo ao longo do tempo.

Além da originalidade presente nesses estudos, foi no artigo intitulado: *O Império lê a Colônia: um barão e a história da civilização na Amazônia*,³⁵⁷ publicado no livro *Terra matura: historiografia e história social da Amazônia*, que esta autora traçou observações pertinentes acerca do estilo de escrita do Barão de Guajará, ressaltando entre outros aspectos a importância de se analisar este autor, não “apenas como um mero compilador de fontes sobre a Cabanagem”,³⁵⁸ mas como portador de informações para a realização de estudos diversificados.

No final deste artigo, ela propõe a realização de pesquisas, acerca dos livros e demais escritos elaborados por este autor, ao expressar que é “necessário retomar a leitura de cada obra de Raiol, buscando explicitar suas conexões com os estilos literários em voga na

³⁵⁴ Idem Ibidem. p. 4

³⁵⁵ Idem Ibidem. p. 2

³⁵⁶ Idem Ibidem. p. 5

³⁵⁷ RICCI, Magda. . *O Império lê a Colônia*. Op. Cit.

³⁵⁸ Idem Ibidem. p. 35

Europa. É preciso vasculhar sua biblioteca tão rica e quase órfã de pesquisadores”.³⁵⁹ Esta historiadora também propôs a realização de estudos referentes ao “estilo narrativo do autor”,³⁶⁰ aspecto a ser focado nos próximos capítulos, centrados no estudo da presença de características pertencentes à estética romântica e cientificista na obra em questão.

Outros estudos diferenciados envolvendo Domingos Antônio Raiol e sua obra *Motins Políticos* foram realizados pela historiadora Nathacha Regazzini Bianchi Reis que defendeu em sua dissertação de mestrado o trabalho intitulado *Motins Políticos, de Domingos Antonio Raiol. Memória, historiografia e identidade regional*.³⁶¹

Além desse estudo, essa autora também foi responsável pela elaboração de artigos sobre o tema, como o denominado: *Historiografia paraense no século XIX: a contribuição de Domingos Antônio Raiol*.³⁶² Nele, essa estudiosa apresenta inicialmente o longo percurso intelectual político e pessoal de Raiol destacando as motivações para a elaboração de *Motins Políticos*, passando pelas experiências pessoais e políticas, e até realizando alguns comentários acerca de seus outros estudos publicados. Em seguida o estudo de Natacha volta-se para a análise mais específica da obra *Motins Políticos*, apresentando reflexões sobre as contradições presentes na palavra “motim”, sobre os diversos movimentos de rebelião presentes na narrativa de Raiol, além de rápidas considerações direcionadas à presença de pensamentos Românticos e Cientificistas no texto do Barão do Guajará.

No artigo *Usos da Idéia de República no Contexto da Cabanagem - Pará - 1834-1840*,³⁶³ Nathacha Reis analisa a república como um “tipo de construção gerada pela produção historiográfica, e que se refere a um ponto ainda polêmico quanto ao direcionamento político da Cabanagem”.³⁶⁴ Nesse sentido, a autora procura relacionar esse pensamento republicano ao suposto sentimento separatista criado pela historiografia em torno do movimento cabano, enfatizando diversos trabalhos que percorreram essa questão nos séculos XIX e XX. Para Nathacha Reis a idéia separatista do Grão-Pará, presente em vários trabalhos historiográficos era “resultado de uma interpretação precipitada do conteúdo da ata

³⁵⁹ Idem Ibidem. p. 36

³⁶⁰ Idem Ibidem. p. 36

³⁶¹ REIS, N. R. B.. *Motins Políticos, de Domingos Antonio Raiol. Memória, historiografia e identidade regional*.. Niterói: Dissertação de mestrado. UFF, 2003.

³⁶² REIS, N. R. B.. *Historiografia paraense no século XIX: a contribuição de Domingos Antonio Raiol*. In: XI Encontro Regional de História - Democracia e Conflito - ANPUH/RJ, 2004, Rio de Janeiro. Livro de Resumos. Rio de Janeiro, 2004. v. 1.

³⁶³ REIS, N. R. B.. *Usos da Idéia de República no Contexto da Cabanagem - Pará - 1834-1840*. In: XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz, 2005, Londrina/PR. XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz. Londrina : Associação Nacional de História - ANPUH, 2005.

³⁶⁴ Idem ibidem. p.1

do Conselho de cidadãos, assinada pelas lideranças cabanas em 7 de janeiro de 1835”.³⁶⁵ Além disso, segundo essa historiadora a “transcrição feita por Raiol de uma correspondência enviada por Francisco Vinagre ao comando do exército imperial, levou muitos autores a considerarem o que não passou de ameaça, como um fato consumado”.³⁶⁶

Após essas considerações, ela finaliza o artigo tecendo opiniões sobre a suposta existência de “correspondências travadas entre o regente Padre Feijó e os representantes diplomáticos da França e Inglaterra”,³⁶⁷ documentos que seriam instigantes para um conhecimento mais substancial dessas questões.

Em seu artigo *Historiografia em transição: a contribuição do Barão de Guajará à história regional amazônica*,³⁶⁸ baseado num fragmento de sua dissertação, a autora Natnacha Regazzini Reis apresenta três objetivos: “a acepção da idéia de revolta/revolução (...) a amplitude do escopo temático da obra, ultrapassando os limites da tradicional história política (...) o uso do nativismo como elemento constitutivo da formação do ‘sentimento nacional’”,³⁶⁹ no livro *Motins Políticos*.

Por meio desses eixos centrais Nathacha Reis defende que a obra *Motins Políticos* se constitui num estudo abrangente que a história política, abordando entre outros aspectos a difusão da imprensa política no Pará, o desenvolvimento de instituições como a *Casa da Misericórdia de Belém*, de sociedades femininas como as *Novas Amazonas Iluminadas*, e até abordando a questão da educação na região.

A diversidade de aspectos presentes na obra *Motins Políticos* se constitui de acordo com essa historiadora numa prova cabal de que esse livro “extrapolou os limites da chamada *histoire événementielle* tradicional”,³⁷⁰ considerada hegemônica no final do século XIX.

Nathacha Regazzini finaliza esse artigo com uma discussão, acerca da presença do nativismo na obra *Motins Políticos*, que segundo ela se constituía num “fio condutor do discurso, assumindo diferentes conotações ao longo da narrativa”,³⁷¹ e que servia no texto de Raiol “tanto para distanciar a compreensão das revoltas sociais de seu significado econômico e social, como também se tornava apropriado à afirmação da nacionalidade”.³⁷²

³⁶⁵ Idem ibidem. p.2

³⁶⁶ Idem ibidem. p.2

³⁶⁷ Idem ibidem. p.4

³⁶⁸ REIS, N. R. B.. *Historiografia em transição: a contribuição do Barão de Guajará à história regional amazônica*. In: XII Encontro Regional de História - ANPUH/RJ - Usos do Passado, 2006, Niterói/RJ. XII Encontro Regional de História - ANPUH/RJ - Usos do Passado -Resumos e Programação. Niterói/RJ : ANPUH/RJ, 2006.

³⁶⁹ Idem Ibidem. p.1

³⁷⁰ Idem Ibidem. p.4

³⁷¹ Idem Ibidem. p.4

³⁷² Idem Ibidem. p.4

Muitos outros autores como José Cauby Soares Monteiro,³⁷³ Luis Balkar Sá Peixoto Pinheiro,³⁷⁴ Jânia Socorro Rocha Carbral,³⁷⁵ entre outros, realizaram também na virada do século XX, relevantes estudos direcionados ao passado amazônico na primeira metade do século XIX, reportando-se a obra *Motins Políticos*.³⁷⁶ Estes escritos e especialmente os dois anteriores, colaboraram para a diversificação de análises referentes ao tema em questão, “provocando o reconhecimento de ‘realidades’ históricas negligenciadas por muito tempo pelos historiadores”,³⁷⁷ e abrindo um novo e pertinente leque interpretativo que iria desencadear várias pesquisas subseqüentes, inclusive esta dissertação, marcada pela perspectiva de focar não apenas a história de elaboração de *Motins Políticos* e sua recepção posterior, mas também o estilo de narrativa, marcada por traços Românticos e Cientificistas como será analisado a partir do próximo capítulo.

Após esta exposição, sobre a recepção da obra *Motins Políticos* e suas respectivas influências na intelectualidade dos séculos XIX e XX, é inegável a importância adquirida por este livro ao longo do tempo, e a utilização do mesmo para os mais diversos fins no meio historiográfico. Porém, embora tenha sido fonte importante para aqueles que se dispusessem a analisar o passado imperial e regencial da Amazônia na primeira metade do século XIX, os olhares sobre os escritos do Barão restringiram-se, durante muito tempo, aos trabalhos destinados ao passado político-social na região, relegando a uma verdadeira obscuridade outros aspectos presentes ao longo da narrativa desta obra e dos pensamentos de seu autor.

O privilégio a este tipo de enfoque, embora tenha contribuído para o estudo de Raiol servir de fonte para diversos historiadores que analisaram os eventos presentes em sua narrativa, não é capaz de fornecer uma resposta aos problemas enfocados nessa dissertação, uma vez que eles vão muito além dos aspectos factuais. Assim, mais que somente a descrição de lutas político-sociais, esta obra de Raiol não esteve imune às transformações de seu tempo, nem foi elaborada unicamente a partir da leitura de uma vasta documentação oficial. Ela também relaciona-se às idéias que circulavam no contexto intelectual da época, e que no caso em questão se misturaram com os posicionamentos político-sociais do autor em relação

³⁷³ MONTEIRO, José Cauby Soares. *Rebeldes, deschapelados e pés-descaçados: os cabanos no Grão-Pará. Dissertação de mestrado*. Belém: NAEA-UFPA, 1994.

³⁷⁴ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Visões da Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia*, Manaus, Valer, 2001.

³⁷⁵ CABRAL, Jânia Socorro Rocha. *Os cabanos na fala da legalidade*. Op. Cit.

³⁷⁶ Eles fizeram isto seja como fonte ou em análises bibliográficas, contudo, em seus respectivos estudos Raiol não ocupou papel de destaque. Foram às autoras Magda Ricci e Nathacha Regazzini Bianchi Reis que estabeleceram os trabalhos mais inovadores e profundos no tocante a análise dessa obra e também dos pensamentos de Domingos Antônio Raiol.

³⁷⁷ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Op. Cit. p. 11

à região que estava descrevendo. Por isso, mesclararam-se no livro *Motins Políticos* toda uma gama de pensamentos e estéticas literárias, difundidas no século XIX, que no presente livro, ajudaram a condicionar as percepções sobre natureza, a mulher, o negro e o índio na Amazônia, pois não se pode pensar nos movimentos políticos ocorridos na região, sem a sociedade e grandiosidade do mundo natural que os circundava.

Sem negar “a realidade dos eventos ou o papel dos indivíduos, o que seria pueril”,³⁷⁸ os capítulos a seguir objetivarão mostrar um “outro lado” da narrativa do Barão, pouquíssimo percebido, e praticamente não adentrado pela grande diversidade de intelectuais aqui referenciados. Os mesmos revelarão novos olhares sobre o mundo natural e social amazônico, na plenitude de uma narrativa histórica, pois “precisamos descer, ir mais fundo, (...) aí encontraríamos o que realmente deu forma as camadas superficiais da política”.³⁷⁹ Enfim, o conhecimento da dupla sentimentos/ciência no texto de Raiol.

³⁷⁸ BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Op. Cit. p. 23

³⁷⁹ WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. Op. Cit. p.1

CAPÍTULO 3

O LADO SENTIMENTAL DO BARÃO: ROMANTISMO E MUNDO NATURAL EM MOTINS POLÍTICOS

Ao analisar o contexto de lutas político-sociais que abalaram a província do Grão-Pará durante as décadas de 1820 a 1830, um intelectual paraense, descreveu o meio natural próximo a cidade de Vigia, expressando em uma de suas obras que aqueles “rios ramificam-se em tôda extensão de suas margens (...) onde assentam milhares de sítios aformoseados (...) com palmeiras e frondosas árvores que, sombreando os terreiros, abrandam nas habitações os ardores do sol ardente dos dias de verão”.³⁸⁰ Permeadas por diversas formas de sensibilidades e subjetividades, as palavras do historiador Domingos Antônio Raiol, escritas ao longo da segunda metade do século XIX, na obra *Motins Políticos*, se constituem em uma das características que auxiliaram na compreensão deste livro, pois aproximam sua narrativa de um movimento intelectual e literário, muito difundido naquele contexto: o romantismo.

No decorrer desta obra, Raiol construiu uma narrativa histórica em que as descrições dos “motins” refletiam indiretamente suas próprias vivências. Nelas, os sentimentos foram ganhando importância por representarem uma original “ponte” de mediação entre experiências pessoais e eventos político-sociais, além de possibilitarem “um diálogo de indivíduos e de grupos com a natureza”.³⁸¹ Por estes e outros motivos, o pensamento expresso por este autor na obra em questão é muito mais amplo do que se pode imaginar, possuindo um valor sentimental em relação ao mundo natural, pouco conhecido, caracterizado por unir emoções exteriores, provenientes da literatura romântica difundida em sua época, com interiores, presentes em seu íntimo e em suas experiências pessoais.

Deve-se também enfatizar, que embora no século XIX e início do XX, para um grande número de historiadores ocidentais, “o único assunto importante era a política e (...) o único campo digno de interesse era o estado nacional”,³⁸² a presença de referências ao mundo natural e social, ao longo dos cinco tomos do livro de Raiol, antes de exprimir uma contradição, simboliza e confirma que mesmo com a ênfase a história política, era difícil

³⁸⁰ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Op. Cit. Vol. III. p. 733

³⁸¹ WORSTER, Donald. *Transformações da terra para uma perspectiva agroecológica na história*. Ambiente & sociedade. vol. 5 n. 2/ vol. 6 n. 1. Campinas. 2003. p. 5

³⁸² WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991, p.

separar movimentos políticos locais da natureza amazônica. Assim, mesmo o romantismo sendo caracterizado como uma “literatura, cujo domínio pertenceu à sensibilidade, à imaginação, aos sentimentos e as paixões. Do primado do espírito passou-se para o da natureza”,³⁸³ não pode ser percebido como algo dissociado da historiografia política da Amazônia na segunda metade do século XIX.

A análise das percepções românticas sobre aspectos como a natureza, pátria e mulher na obra *Motins Políticos* constitui uma abordagem essencial para o conhecimento do pensamento de um representante do mundo intelectual naquele contexto histórico, sobre um aspecto até então inexplorado de seu livro, e por isso inovador, ao simbolizar um quadro privilegiado para perceber como historiadores que “tendiam a limitar suas responsabilidades a nação-estado, sua política”³⁸⁴ percebiam o mundo natural. Embora admirado no meio acadêmico e político de seu tempo, “Domingos Antônio Raiol é hoje um ilustre desconhecido”.³⁸⁵ O mais famoso de seus estudos, *Motins Políticos*, foi elaborado ao longo de quase três décadas, sendo marcado desde as suas primeiras páginas, por múltiplos aspectos de aproximação com o pensamento romântico, principalmente nos momentos quando o autor almejava demonstrar variadas formas de “sentimentos”, frente a aspectos pertencentes ao mundo natural amazônico.

Mesmo que, como já foi demonstrado, um grande número de trabalhos subseqüentes, especificamente dos séculos XIX e XX, tenham privilegiado o enfoque sobre a obra *Motins Políticos*, valorizaram quase unicamente os eventos político-sociais como a “Cabanagem” ou “adesão do Grão-Pará”, deixando de lado qualquer pesquisa mais profunda sobre a presença de aspectos do romantismo nos escritos do Barão. Nesse sentido, o presente capítulo propõe-se a analisar o problema da presença do pensamento romântico em suas interações com o mundo natural e social na obra *Motins Políticos*, que apesar de enfatizar as lutas sociais no Pará, é também caracterizada pelo contínuo uso destas sensibilidades existentes particularmente através das perspectivas apresentadas pelo autor Donald Worster, que delineou a existência de um “terceiro nível para o historiador ambiental”,³⁸⁶ marcado pela análise do quadro “puramente mental, em que as percepções, ideológicas, (...) tornaram-se parte de um diálogo de indivíduos e grupos com a natureza”.³⁸⁷

³⁸³ MENDES, Francisco Paulo. *Raízes do Romantismo*. Belém: UFPA, 1999. p. 88

³⁸⁴ WORSTER, Donald. *History as natural history*. The wealth of nature. Environmental history and the ecological imagination. Oxford: OUP, 1993 p. 8

³⁸⁵ RICCI, Magda. *O Império Lê a Colônia*. Op. Cit. p. 29

³⁸⁶ WORSTER, Donald. *Transformações da terra*. Op. Cit. p. 5

³⁸⁷ Idem Ibidem. p. 5

Simbolizador da vida, o mundo natural amazônico propiciava a sobrevivência dos homens no seu dia-a-dia, com sua água e seus alimentos. Por outro lado, esse mesmo espaço significava também a morte, com suas doenças e também, em alguns momentos, com a fome. A compreensão destes componentes é uma tarefa substancial para um delineamento da escrita de Raiol neste estudo, representando uma perspectiva desta narrativa. Homem e natureza, representados pela enorme diversidade do meio natural não podem ser dissociados, pois “do contato direto, da comunhão íntima do homem com as coisas, decorreu a noção romântica de uma natureza ora boa e acolhedora e ora impiedosa ou indiferente aos sofrimentos humanos”.³⁸⁸ Seres humanos e mundo natural interagem entre si continuamente, criando laços de dependência. Acredito sem qualquer determinismo, que ao longo da escrita de *Motins Políticos*, a natureza adequada ao pensamento romântico era “capaz de intervir na organização dos homens e no seu comportamento”.³⁸⁹

Vale ressaltar, que não almejo observar este livro, elaborado ao longo de quase três décadas, a partir de qualquer perspectiva homogeneizante, relacionada à presença do romantismo, pois este movimento não foi o único estilo literário que chegou ao Brasil no decorrer do século XIX, no mesmo período “se cruzam e entrecruzam, avançam e recuam, atuam e reagem umas sobre as outras, ora prolongando ora opondo-se, diversas correntes estéticas e literárias”.³⁹⁰ Assim, enquanto os primeiros tomos de *Motins Políticos* se caracterizam pela abundância de aspectos sentimentais variados, os últimos textos desta obra, produzidos nas décadas de 1870 e 1880, já no ocaso do movimento romântico, embora portadores de sensibilidades, também passaram a ser marcados pela inserção de pensamentos como o cientificismo, a ser analisado no próximo capítulo.

Evidentemente, a própria intelectualidade brasileira da qual este autor fazia parte, não esteve isenta de aspectos do romantismo em suas respectivas narrativas, adequando-se ao subjetivismo e sentimentalismo que evidenciaram a própria história daquele movimento, como se pode observar nas páginas a seguir.

³⁸⁸ MENDES, Francisco Paulo. *Raízes do Romantismo*. Op. Cit. p. 89

³⁸⁹ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 27

³⁹⁰ COUTINHO, Afrânio. COUTINHO, Eduardo de Faria. *A Literatura no Brasil: Era realista Era de transição*. Vol. IV. 7ª ed. São Paulo: Global, 2004. p. 5

3.1 Romantismo e historiografia no século XIX

No quadro diversificado de concepções literárias e filosóficas que circulavam no Brasil durante grande parte do século XIX, o pensamento romântico teve um lugar de importância, influenciando a produção intelectual e também as próprias percepções político-sociais naquele contexto, o “processo de formação da literatura brasileira, como da própria nação brasileira, na verdade antecipa e continua a obra dos românticos”.³⁹¹

Inserido no país, durante o momento de formação do regime monárquico, o romantismo possuiu no Brasil características específicas, exprimindo na literatura e historiografia, aspectos que demonstravam a nacionalidade como, por exemplo, o Indianismo, no qual se destacou o escritor José de Alencar, que nas suas obras de ficção se valeu de aspectos da cultura medieval no seu “mundo primitivo e puro”,³⁹² para construir a figura de um índio com “espírito” de “cavaleiro” na obra *O Guarani*.³⁹³ Quanto aos seus objetivos, este movimento tinha entre outros pontos a perspectiva de romper com as idéias neoclássicas, em voga na Europa desde o início da era moderna, através do movimento Renascentista, ainda guardando muitos resquícios da cultura medieval:

Qualquer que tenha sido a época de introdução do termo *romântico* e seus derivados, o fenômeno, em sua história literária e artística, hoje conhecido como Romantismo, constituiu numa transformação estética e poética desenvolvida em oposição à tradição neoclássica setecentista, e inspirada nos modelos medievais. A mudança foi consciente, generalizada, de âmbito europeu, a despeito de não haver o mesmo acordo quanto à introdução da palavra que designaria o movimento. (...) o novo estilo, nasceu em oposição ao estilo neoclássico anterior, embora a etiqueta só depois tivesse aceitação geral. Mas o que ela veio designar foi cedo geralmente entendido: o movimento estético, traduzido num estilo de vida e arte, que dominou a civilização ocidental, durante o período compreendido entre a metade do século XVIII e a metade do século XIX.³⁹⁴

Nesse sentido, enquanto o classicismo observava a realidade de forma objetiva, exterior, o romantismo deforma a realidade que, antes de ser exposta, passa pelo crivo da emoção, valorizando os assuntos de seu tempo, como as lutas sociais e políticas, esperança e paixão, luta e revolução, simbolizando uma nova atitude do homem perante si mesmo. O

³⁹¹ RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil*. Op. Cit. p. 86

³⁹² ROSENFELD, Anatol. *Romantismo e Classicismo*. In: GUINSBURG, Jacó (Org.) *O romantismo*. Op. Cit. p. 272

³⁹³ ALENCAR, José de. *O Guarani*. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2002.

³⁹⁴ COUTINHO, Afrânio. COUTINHO, Eduardo de Faria. *A Literatura no Brasil*. Vol. III., Op. Cit. p. 5

interesse dessa nova forma de arte está voltado para os sentimentos e a simplicidade, opondo-se, desse modo, ao classicismo que cultivava a razão tão apregoada pelos iluministas. O romantismo teve influência em relação aos escritores brasileiros do período, estando presente nos escritos de nomes como: Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Bernardo Guimarães, José de Alencar entre outros.

Embora não tenha sido exclusivo em sua penetração no país, o romantismo se constituiu como um movimento, que surgiu entre finais do século XVIII e início do XIX, representando, na literatura e na arte em geral, o abandono dos valores da nobreza e a valorização dos anseios da burguesia, que estava em ascensão na Europa. Por outro lado, o romantismo também pode ser percebido como um movimento literário, possuidor de relações íntimas com alguns eventos históricos daquele contexto, pois como ressaltou Francisco Falcon, “por romantismo entende-se um conjunto de movimentos contemporâneos, tanto da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas, quanto das chamadas revoluções liberais e nacionais da primeira metade do século XIX”.³⁹⁵

Desse modo, a produção historiográfica apresentava outra característica de aproximação com o pensamento romântico do século XIX, ao tentar mesclar as idéias valorizadoras do subjetivismo e sentimentalismo, presentes neste movimento, com as práticas adotadas pela escola histórica da Alemanha que se originou no mesmo século, pois no “campo do conhecimento histórico, o romantismo traduz a articulação, em termos de coexistência e conflito, entre a especulação filosófica e as exigências eruditas da crítica documental, objetivando a verdade histórica”.³⁹⁶ Alguns dos principais representantes desta historiografia romântica pertenciam a “escola histórica alemã – de Humboldt, Niebuhr e Ranke”.³⁹⁷ Assim, as idéias românticas não estiveram presentes somente nos círculos literários, a produção historiográfica do período sofreu influência destas concepções, se constituindo em uma das características mais comuns entre os historiadores do século XIX, pois a “história exerce um verdadeiro fascínio sobre a geração romântica”,³⁹⁸ que atribuiu grande atenção a eventos como a Revolução Francesa.

Além desta interação com algumas revoluções, ocorridas na época, a relação romantismo-historiografia teve outras aproximações, ainda mais intensas, pois o processo “avassalador de historicização que se desencadeou não apenas sob forma historiográfica, mas

³⁹⁵ FALCON, Francisco. *História e Poder*. Op. Cit. p. 64

³⁹⁶ Idem Ibidem. p. 99

³⁹⁷ Idem Ibidem. p. 99

³⁹⁸ CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução à Historiografia*. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 87

também antropológica com o historicismo romântico (...) foi gerada a ciência histórica moderna”.³⁹⁹

Nessa perspectiva, o próprio desenvolvimento da história como ciência no século XIX, não pode ser dissociado do romantismo, pois este movimento esteve intimamente ligado a “revolução historicista”⁴⁰⁰ ocorrida naquele período, e caracterizada também pelo “interesse em aproximar as fronteiras entre os campos literário e histórico”,⁴⁰¹ através, entre outros aspectos, da inserção do sentimentalismo romântico nas narrativas.

Por outro lado, o século XIX é considerado por muitos estudiosos como o “século do romantismo, do resgate das raízes nacionais, do surgimento da história ‘científica’”.⁴⁰² Dessa forma, um dos principais historiadores europeus do período, cuja escrita estava inserida neste movimento foi Michelet, que em seus estudos sobre a Idade Média, deixou sua marca de historiador “romântico e militante apaixonado”.⁴⁰³

No Brasil, a criação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* teve influência dos ideais românticos, pois segundo a historiadora Lilia Moritz Schwarcz “é justamente esse recinto que abrigará, a partir da década de 40, os românticos brasileiros”.⁴⁰⁴ Nesse ambiente, “D. Pedro e a elite política da corte se preocupavam (...) com o registro e a perpetuação de certa memória, mas também com a consolidação de um projeto romântico, para a conformação de uma cultura ‘genuinamente nacional’”,⁴⁰⁵ ligada as propostas de construção de uma história para o país. Ademais, no plano das idéias, durante grande parte do regime Imperial a hegemonia de uma elite intelectual identificada com o pensamento romântico, se refletiu em “numerosas publicações e obras que marcam o início da historiografia brasileira em bases modernas”,⁴⁰⁶ pois, a “história foi uma das atividades intelectuais que maior favor gozaram sob a égide do Romantismo”.⁴⁰⁷ Além destas características, a hegemonia do IHGB em relação à produção historiográfica foi marcada por um momento em que essa área de

³⁹⁹ GUINSBURG, J. *Romantismo, historicismo e história*. IN: ROSENFELD, Anatol/ GUINSBURG, J. Op. Cit. p. 21

⁴⁰⁰ Idem Ibidem. p. 21

⁴⁰¹ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Letras insulares: leituras e formas da história do Modernismo brasileiro*. IN: CHALHOUB, Sidney, PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (orgs.). *A história contada. Capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 301

⁴⁰² NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *Apresentação*. IN: MICHELET, Jules. *A Agonia da Idade Média*. São Paulo: EDUC, 1992. p. 7

⁴⁰³ Idem Ibidem. p. 8

⁴⁰⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. Op. Cit. p. 126

⁴⁰⁵ Idem Ibidem. p. 127

⁴⁰⁶ COUTINHO, Afrânio. COUTINHO, Eduardo de Faria. Op. Cit. p. 25

⁴⁰⁷ Idem Ibidem. p. 25

conhecimento, principalmente em solo europeu, sofria influências das concepções em voga naquele contexto, “prevalecendo uma visão romântica”⁴⁰⁸ na produção historiográfica.

A formação do IHGB também pode ser percebida como fruto dos interesses de uma parte de elite intelectual brasileira, que sentia necessidade da elaboração de uma história nacional monarquista e católica, inspirada nos valores sentimentais do romantismo, e que acima de tudo, simbolizassem uma tarefa centralizadora, valorizadora da educação formal e também “civilizadora”, pois esta elite buscava “encontrar o seu espaço de atuação no contexto de um país dotado de vida cultural ainda muito incipiente. (...) apresentando-se como uma tarefa civilizadora, uma condição mesma para a admissão do Brasil no concerto das nações civilizadas”.⁴⁰⁹

Era essa elite, possuidora da perspectiva de aproximar o império das nações “civilizadas”, que admirava o pensamento de alguns intelectuais europeus no período, como por exemplo, o estudioso alemão Carlos Frederico Felippe Von Martius. Este, após vários anos de pesquisa no país, publicou na revista do IHGB o estudo *Como se deve escrever a história do Brasil*, no qual expressava que a história “póde difundir entre os contemporaneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra historica sobre o Brazil deve, (...) ter igualmente a tendencia de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros o amor da patria”.⁴¹⁰

As palavras de Von Martius, são um exemplo de como instituições como o IHGB, por meio do pensamento de sua intelectualidade, estabelecia algumas diretrizes, que deveriam compor, no plano político-ideológico, uma das tarefas centrais da produção histórica no regime monárquico, caracterizada pela perspectiva de “(...) inventar uma nação, o que se realizou com o romantismo”.⁴¹¹ Por isso, no meio historiográfico brasileiro, o romantismo também se constituiu num dos pilares de inspiração e erudição, sendo inserido de múltiplas formas nos trabalhos de vários estudiosos durante o século XIX.

José Ignácio de Abreu e Lima, no seu *Compendio de história do Brazil* (1843), ao escrever sobre as lutas entre brasileiros e portugueses (a chamada noite das garrafadas), no Rio de Janeiro, durante o processo de independência política, afirmou que a “offensa da

⁴⁰⁸ VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Op. Cit. p. 381

⁴⁰⁹ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição*. Op. Cit. p. 173

⁴¹⁰ MARTIUS, Carlos Frederico Ph Von. “*Como se deve escrever a História do Brasil*”, In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 6, 1844. p. 409

⁴¹¹ KOTHE, Flávio R. *O cânone imperial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p. 127

nacionalidade, e por consequencia do amor próprio dos nascidos no paiz, fez reunir então todos os Brasileiros, clamando que era mister reprimir a insolencia dos estrangeiros”.⁴¹²

Francisco Adolfo Varnhagen, historiador que se constituiu num dos principais responsáveis pelo estabelecimento dos “marcos da história brasileira, numa perspectiva que privilegia a ação do Estado, (...) em prol da unidade territorial”,⁴¹³ em sua obra *História Geral do Brazil* (1857), ao referir-se às ameaças à manutenção da integridade do império, expressou que o “patriotismo, sentimento tão sublime que faz até desaparecer no homem o egoismo, levando-o a expor a propria vida pela patria, ou pelo soberano que personifica o seu lustre e a sua glória”.⁴¹⁴

João Manuel Pereira da Silva, no livro *Historia da Fundação do imperio brasileiro* (1865), ao analisar a chegada da família real portuguesa no Brasil, escreveu que estava “tão enraizado no espírito e n’alma do povo o sentimento monarchico, que a pessoa regia equivalia na opinião geral a uma especie de divindade, e que o amor do subdito pelo soberano formava uma segunda religião”.⁴¹⁵

A presença do sentimentalismo Romântico na ênfase dada ao “patriotismo”, “amor” pelo regime imperial e também pela “terra natal”, não se constitui evidentemente em exclusividade da escrita dos estudiosos citados, muitos outros autores no Brasil “cultivaram na fase romântica o gênero – história”,⁴¹⁶ com destaque para “Alexandre José de Melo Moraes, Norberto de Sousa e Silva, João Francisco Lisboa, Joaquim Caetano da Silva, Cândido Mendes de Almeida e Joaquim Felício dos Santos”.⁴¹⁷

Os trabalhos desses estudiosos se constituem em exemplos da importância dessas concepções no meio intelectual brasileiro em geral do período, a ponto do historiador Nelson Werneck Sodré afirmar que “império traduzia a realidade econômica e social, aquilo que o Romantismo também traduzia no plano literário”.⁴¹⁸

Influenciado por estudos valorizadores do subjetivismo romântico, o sócio-correspondente do IHGB, Domingos Antônio Raiol, em sua obra *Motins Políticos*, aderiu de diferentes perspectivas a variados aspectos deste pensamento, presente, entre outros pontos, por meio de observações do mundo natural amazônico, pois como ressaltou a autora Lilia

⁴¹² ABREU E LIMA, José Ignácio de. *Compendio da historia do Brasil*. Rio de Janeiro: H. Laemmert. 1843. p. 259

⁴¹³ RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil*. Op. Cit. p. 137

⁴¹⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Historia geral do Brazil*. Tomo II, Rio de Janeiro: H. Laemmert. 1857. p. 392

⁴¹⁵ SILVA, João Manuel Pereira da. *Historia da fundação do imperio brasileiro*. Op. Cit. p. 19

⁴¹⁶ ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Vol. V. Op. Cit. p. 1550

⁴¹⁷ Idem Ibidem. p. 1550

⁴¹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. Op. Cit. p. 249

Moritz Schwarcz, no “olhar romântico” direcionado a “natureza brasileira também cumpriu função paralela. Se não tínhamos castelos medievais, igrejas da Antiguidade ou batalhas heróicas para lembrar, possuíamos o maior dos rios, a mais bela vegetação”.⁴¹⁹

Essa exaltação da “grandiosidade” e “beleza” da fauna e flora brasileira se constitui em um dos caracteres centrais do pensamento romântico no país, cujo “sentimento da natureza transformou-se num dogma e num culto”,⁴²⁰ aparecendo através de múltiplos caminhos, simbolizados nos próximos tópicos por aspectos como paisagem, pátria e proteção.

3.2 Natureza, paisagem e sentimentos nos escritos de Raiol

Tatuoca é um verdadeiro oásis num deserto d'águas. Atualmente arborizada por tôda parte liberaliza a agradável sombra dos seus arvoredos ainda na maior ardência do sol: debaixo dos leques entremeados das palmeiras ou das comas frondosas das mangueiras há sempre refrigério para o calor nos dias mais quentes do verão. A ilha é quase em si um pomar. Não a embelezam sòmente as árvores singulares plantadas com mais ou menos simetria; embelezam-na também as árvores agrestes que brotam do solo e vicejam tanto nas praias como nas fendas das pedras, sobressaindo no contôrno da ilha os ajuruzeiros com os seus frutos púrpuros no verde escuro de suas ramagens.⁴²¹

O bucólico trecho exposto acima, presente em uma obra elaborada na segunda metade do século XIX, não faz parte de nenhuma descrição feita por viajantes ou naturalistas europeus que percorreram a Amazônia naquele século, mas por um historiador paraense. Ele se refere à ilha de Tatuoca, localizada nas proximidades da cidade de Belém e que durante os conflitos político-sociais ocorridos no Grão-Pará, no contexto das décadas de 1820 e 1830, foi por certo tempo, ocupada por populações da capital da província que na época estavam refugiadas dos ataques cabanos.

Raiol, embora mais preocupado em descrever uma série de acontecimentos políticos que haviam abalado os “alicerces” sociais da região, não se desvencilhou do mundo natural que deixou marcas em todos aqueles eventos, pois esse “espaço é vivenciado de diferentes formas, através de uma projeção de sentimentos ou emoções pessoais, da

⁴¹⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. Op. Cit. p. 140

⁴²⁰ COUTINHO, Afrânio. *Introdução a literatura no Brasil*. Op. Cit. p. 172

⁴²¹ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Op. Cit, Vol. III. p. 863

contemplação de uma beleza cênica (...) ou como cenário/palco dos eventos históricos”,⁴²² evidenciados na obra *Motins Políticos*. Além disso, a citação sobre a ilha de Tatuoca permite verificar a existência de referências de elementos exóticos ao meio natural amazônico, como “oásis” e “deserto”, em tom metafórico e exemplificativo, ao lado de uma contraposição entre “duas” concepções de natureza distintas: a modificada pelo homem, na qual existem “árvores singulares plantadas” e aquela que não sofreu transformações humanas diretas, em que predominam “árvores agrestes”. Ambas coexistindo na mesma ilha, e de diferentes formas, sendo consideradas “belas” na percepção romântica do autor.

Ao realizar essa descrição, Raiol transparecia a perspectiva em opor aquelas paisagens, “natural,” e “artificial”, caracterizadas respectivamente na presença de termos como “paisagem” e “agreste”. A coexistência de ambas, também simbolizava a própria marca contraditória do pensamento romântico, em que elementos heterogêneos se entrecruzam. Nesse sentido, além do “retrato real da beleza da natureza, os (...) escritores pré-românticos e românticos (...) retratavam também a paisagem como um reflexo de uma ‘paisagem interior’, dos sentimentos de melancolia e solidão”.⁴²³ Essa melancolia, expressa pelo Barão na descrição da natureza da ilha de Tatuoca, permite verificar a existência de outro aspecto romântico: o pitoresco, pois “o gosto das florestas, das longes terras, (...) geradoras da saudade e da dor de ausência”,⁴²⁴ elementos que compõem aquela estética, também podem ser percebidos no presente trecho da obra *Motins Políticos*.

Por outro lado, não é difícil perceber que o mundo natural é exposto a partir de uma lógica com forte sensibilidade, pois ao longo do século XIX “a natureza, seus elementos, recantos, arranjos e paisagens, constituíam lugar exemplar para a expressão dos sentimentos e emoções dos homens”,⁴²⁵ característica na qual o texto de Raiol estava inserido, assinalado por “um prévio ‘circuito de comunicação’ da natureza das coisas e da natureza humana”.⁴²⁶

Este pensamento de Benedito Nunes, ao ser relacionado com a narrativa de *Motins Políticos*, ganha importância por possibilitar o entendimento de que na obra de Raiol, o mundo natural ajuda a “moldar” não apenas o espaço dos conflitos, ele também direciona percepções sentimentais a própria “mentalidade” e “cultura” das populações amazônicas. Nessa perspectiva, o Barão, apesar dos enfoques distintos, aproximava-se em parte das idéias

⁴²²METZGER, Jean Paul. *O que é ecologia de paisagens?* Biota Neotropica. Vol.1. <http://www.biotaneotropica.org.br>, publicado em 28 de novembro de 2001. p. 3

⁴²³ Idem Ibidem. p. 3

⁴²⁴ COUTINHO, Afrânio. *Introdução a literatura no Brasil*. Op. Cit. p. 147

⁴²⁵ METZGER, Jean Paul. *O que é ecologia de paisagens?* Op. Cit. p. 77

⁴²⁶ NUNES, Benedito. *A visão romântica*. IN: GUINSBURG, Jacó. Op. Cit. p. 57

esboçadas por Jean Jacques Rousseau, um dos precursores do movimento romântico francês, que em sua obra *Júlia* ou a *Nova Heloísa* realizou uma espécie de “fusão entre o homem e a natureza a ponto de fazer dela o conteúdo da própria consciência”.⁴²⁷

Não por acaso, o Barão, em diversos momentos, pensa o meio urbano como “espaço da civilidade”⁴²⁸ e o vasto espaço natural amazônico, em suas florestas, rios e ilhas, através de um enfoque romântico, que se caracterizava pela valorização da paisagem. Como podemos observar claramente nesta citação:

Aí o rio se estende por entre centenares de ilhas que formam um variado arquipélago (...) e apresenta largos horizontes assemelhando-se a um extenso lado marginado de inúmeros cacoeiros e palmeiras; e remontando o seu curso sempre caudaloso e de límpidas águas até unir-se ao Araguaia.⁴²⁹

O conhecimento das áreas naturais próximas de alguns núcleos populacionais como Cametá, estava estreitamente ligado ao interesse de expor a vastidão do Império brasileiro, a partir de um enfoque caracteristicamente subjetivo. Os limites quase sempre grandiosos e a enorme potencialidade de suas terras e rios simbolizavam também a valorização de um olhar tipicamente romântico, sobre “regiões consideradas e representadas como atrasadas, selvagens e bárbaras”⁴³⁰ mas que também eram descritas em sua grandiosidade e beleza. Assim, a presença na citação de toda uma riqueza de detalhes sobre a flora da região, deixa transparecer um aspecto importante em seus significados, pois aproximava homem e ambiente natural:

O ‘ambiente social’, o cenário no qual os humanos interagem uns com os outros na ausência da natureza, fica portanto excluído. Excluído também fica o ambiente construído ou fabricado, aquele conjunto de coisas feitas pelos homens e que podem ser tão ubíquas a ponto de formar em torno deles uma espécie de ‘segunda natureza’. Esta última exclusão poderá parecer especialmente arbitrária, e até certo ponto isso é verdade.⁴³¹

⁴²⁷ MORETTO, F.L.M. Introdução. In ROUSSEAU, Jean Jacques. *Júlia ou A nova Heloísa*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 16

⁴²⁸ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica*. Op. Cit. p. 98

⁴²⁹ RAIOL, Domingos Antônio. Op. Cit, Vol. II. p. 697

⁴³⁰ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica*. Op. Cit. p. 68

⁴³¹ WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. Op. Cit. p. 4

As palavras de Donald Worster, além de esclarecerem sobre a importância da inserção da natureza na narrativa histórica, se relacionadas com o texto da obra *Motins Políticos*, mostram que os escritos de Raiol, por mais que tenham valorizado as questões político-sociais, não almejavam separar o homem do meio ambiente, apresentando à maneira de seu autor “os homens ou as sociedades como partes integrantes dos seus ecossistemas”.⁴³² Entretanto, ainda que Domingos Antônio Raiol tenha enfatizado em muitos momentos a “beleza natural” da floresta, em constante integração com os grupos humanos, para este autor havia uma distância entre a grandiosidade do meio natural amazônico e a selvageria das populações que habitavam essa região, pois:

Nos escritos sobre o Brasil no século XIX, a facilidade com os homens em geral, estrangeiros ou brasileiros, se encantaram com a sua natureza – representada como exótica, bela, poderosa, potente – e, na mesma medida, nutriram sentimento contrário em relação a população que a habitava – representada como selvagem, desinteligente, inferior.⁴³³

Nesta perspectiva, enquanto para o Barão a floresta era grandiosa e bela, a maior parte das populações nativas da Amazônia, especificamente índios, caboclos e negros, como será visto mais adiante, eram enfocados a partir de sua participação nos “motins” como portadores de costumes “selvagens” e “inferiores”. Dessa maneira, diversas foram as descrições de Raiol em que o mundo natural, em suas variadas formas, esteve presente em trechos “sentimentais” que enalteciam sua beleza e grandiosidade, e as populações que habitavam essa região eram descritas em uma suposta distância do mundo “civilizado”.

No texto de Raiol, a concepção romântica de natureza admitia a existência de diferenças significativas entre o homem amazônico, muitas vezes considerado “bárbaro,” e o meio natural da região, descrito em variados momentos a partir de suas belezas ou grandiosidade. Em um destes momentos, o Barão expressa que na: “baía do Sol junto à ilha chamada do queimado”⁴³⁴ uma área onde o meio natural se apresentava de forma exuberante “por muito tempo foi considerada como perigoso coito de malfeitores, e os viajantes passavam distantes dela com temor de supostos homens perversos que lá habitavam; ninguém ousava aproximar-se de suas praias”.⁴³⁵

⁴³² Idem Ibidem. p. 9

⁴³³ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica*. Op. Cit. p. 294

⁴³⁴ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Op. Cit, Vol. I. p. 285-286

⁴³⁵ Idem Ibidem. Vol. I. p. 285-286

Em uma descrição como esta, na qual o meio natural aparenta constituir-se em um “pano de fundo” para supostas ações “violentas” de grupos rebeldes, a narrativa de Domingos Antônio Raiol caracterizava-se por demonstrar que as paisagens não eram descritas sob a égide do romantismo apenas em sua beleza e grandiosidade, mas através de outros sentimentos, como o medo originado pelo perigo que simbolizavam. Ademais, além destes caracteres românticos, Domingos Antônio Raiol também descreveu a natureza amazônica a partir de uma percepção que misturava traços sentimentais, direcionados à relação natureza/terra natal, com preocupação em aproximar o espaço natural da região do seu evidente amor à pátria.

3.3 Natureza e patriotismo: sensibilidades sobre a “terra natal” na obra do Barão

Subjacente ao sentimentalismo contido nas percepções sobre a natureza vislumbrada como paisagem, a narrativa de Domingos Antônio Raiol era portadora de características e valores direcionados ao mundo natural amazônico, muitas vezes focado a partir do esforço em enaltecer os anseios patrióticos tipicamente românticos, que emergiram “juntamente com o poder e a influência do Estado nacional e alcançou um máximo de aceitação no século XIX e início do XX”.⁴³⁶

No Brasil, o pensamento romântico em suas origens contribuiu para solidificar o sentimento patriótico, pois os frágeis laços da ruptura política ainda não haviam se fortalecido, por isso, essa estética literária “acabou funcionando um pouco (...) como uma espécie de frente para afirmar a nacionalidade”⁴³⁷ do nascente Império.

A leitura de *Motins Políticos* nos dá conta da aproximação crescente destas formas de sensibilidades, intensas no Brasil daquele contexto e caracterizadas no campo intelectual pela hegemonia de um “romantismo político”⁴³⁸ valorizador de certos conceitos como “pátria, nação, Estado, termos esses utilizados na literatura patriótica”.⁴³⁹ Nesse sentido, o próprio Barão considerava um “dever de todo cidadão concorrer para a prosperidade de seu

⁴³⁶ WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. Op. Cit. p.1

⁴³⁷ CITELLI, Adilson. *Romantismo*. São Paulo: Editora Ática. 2004. p. 47

⁴³⁸ FALBEL, Nachman. *Os Fundamentos históricos do romantismo*. IN: GUINSBURG, Jacó (Org.) *O romantismo*. Op. Cit. p. 40

⁴³⁹ Idem Ibidem. p. 41-42

país com sacrifício mesmo de seus cômodos”,⁴⁴⁰ deixando transparecer seus ideais patrióticos. Dessa forma, na obra *Motins Políticos* existem outros caminhos que aproximavam a narrativa de Domingos Antônio Raiol com as idéias expressas pelos escritores românticos, uma delas foi sem dúvida a valorização propiciada pela relação natureza/nacionalismo, presente de forma explícita no trecho a seguir:

Nesta persuasão, (...) deliberei concorrer também para o edifício social de minha pátria, ainda que fôsse com o mais pequeno e insignificante grão de areia. Outros sem dúvida farão maiores ofertas, mas nem por isso me julgo isento de contribuir com a diminuta quota que me cabe.⁴⁴¹

Era em trechos como este que Domingos Antônio Raiol deixava transparecer o seu amor ao país, pois a narrativa de *Motins Políticos* não possuía apenas o objetivo de reconstituir lutas político-sociais na Amazônia durante a fase regencial, ela também simbolizava um tributo ao Brasil e principalmente ao regime imperial, cuja “consciência propriamente ‘nacional’ viria pela integração das diversas províncias e seria uma imposição da nova Corte no Rio de Janeiro (1840-1850) conseguida a duras penas por meio da luta pela centralização”,⁴⁴² na qual os *motins* no Grão-Pará descritos por Raiol significaram um dos momentos importantes e ameaçadores. Contudo, nessa busca por exaltar sentimentos que valorizavam os ideais patrióticos, Raiol não se desvinculou da natureza, expressada mesmo que metaforicamente, ao comparar a significância de seus escritos com um “grão de areia”, símbolo daquilo que ele considerava ser uma “pequena” contribuição em favor da monarquia. Dessa forma, a narrativa de *Motins Políticos* também era permeada pela ênfase sentimental em situações, que poderia ser direcionada a aspectos como a pátria, a natureza e o homem. Ainda na presente citação, o uso do sentimentalismo volta-se de forma mais significativa para características do romantismo como o “nacionalismo” “permeado de tons românticos”,⁴⁴³ em que a valorização da terra natal, através do uso de metáforas que relacionam o mundo natural com o político, transformou-se em uma das marcas mais significativas do texto deste autor. O próprio Raiol, em um rasgo de nativismo, afirmava que os eventos da história paraense não eram “menos importantes que os das outras províncias do

⁴⁴⁰ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins políticos*. Vol. II. p. 413

⁴⁴¹ Idem Ibidem. Vol. II. p. 412

⁴⁴² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 17

⁴⁴³ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 41ª ed. São Paulo: Cultrix, 2003. p. 207

império”.⁴⁴⁴ Ainda referindo-se ao trecho anterior, podemos verificar que Raiol mostra o mundo natural através da idéia de “pátria”, “terra natal”, presentes nas descrições da ilha de Tatuoca, na qual a narrativa do paraense Raiol, escrita muitas vezes em momentos no qual este autor encontrava-se distante de sua província de origem, fazia lembrar em alguns momentos autores como Gonçalves Dias, que na sua conhecida “Canção do exílio”⁴⁴⁵ expressava através de trechos como “Minha terra tem palmeiras. Onde canta o sabiá...” sua saudade do Brasil.

Em diversos trechos de sua narrativa, este autor dedicou-se em realizar algo além da história factual, preocupando-se em descrever a partir de sua memória e sentimentos pessoais direcionados a “terra natal”, como por exemplo, em outra descrição da ilha de Tatuoca:

Orlada em duas faces por brancos areais, recebe as ondas que rolam pela praia, e com soturno bramido rompem o silêncio desse sítio solitário no meio das águas que o rodeiam. As três outras faces não oferecem abrigo; são inacessíveis em certas horas do dia. Cercadas de penedias que em tempos de vazante se elevam acima das águas nas encostas da ilha, lutam sem cessar com o mar revólto que lhes vem bater de encontro, impellido pela fôrça da corrente e das ventanias.⁴⁴⁶

Caracterizada por ressaltar termos como “soturno”, cujo significado corresponde entre outros pontos ao “sussurro monótono das águas”⁴⁴⁷ e “penedia”, que representa os “rochedos”⁴⁴⁸ que circulam a ilha, a descrição de Tatuoca presente no texto de *Motins Políticos*, pode ser considerada um exemplo da perspectiva melancólica, tipicamente romântica, contida no texto de Raiol. Assim, as preocupações desse autor em expor diversos detalhes da natureza existente na ilha, não eram somente factuais, mas estavam envoltas em perspectivas sentimentais, como por exemplo, nas referências aos “brancos areais” e o “mar revolto”, que possuíam em comum a característica de recordação e saudade do seu lugar de origem.

⁴⁴⁴ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins políticos*. Vol. II. Op. Cit. p. 416

⁴⁴⁵ DIAS, Gonçalves. *Canção do Exílio*. IN: FACCIOLI, Valentim; OLIVIERI, Antônio Carlos. *Antologia da poesia brasileira: romantismo*. 9ª Ed. São Paulo: Ática, 1999. p. 26

⁴⁴⁶ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. III. Op. Cit. p. 863

⁴⁴⁷ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio de língua portuguesa*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A., 1986. p. 1615

⁴⁴⁸ Idem *Ibidem*. p. 1301

Por outro lado, o patriotismo expresso pelo Barão podia ganhar cores regionalistas, aspecto demonstrado em variados momentos da narrativa, quando Domingos Antônio Raiol buscava expressar sentimentos de saudade e melancolia em relação à província de origem:

É dever de todo homem amar com estremecimento o seu torrão natal, e é sempre grato ao coração o cumprimento espontâneo e sincero dêste dever. E de mim confesso que sinto vivo prazer ao escrever estas linhas no intuito de tornar mais conhecida do que é a história da província onde nasci. (...) Nesta pouca ilusão a política parece sorrir a todos (...) e lhes apresenta um futuro juncado de mil flores! É a miragem enganadora do deserto, que na ardência dos oceanos de areia figura aos viandantes cidades, palácios, jardins e outras visões.⁴⁴⁹

Da mesma maneira como nos trechos em que exaltava a pátria, Raiol procurava expressar sentimentos frente à região amazônica, particularmente o Pará, onde mesmo de forma metafórica a beleza e grandiosidade do mundo natural eram apresentadas. Dessa maneira, a natureza não era exposta apenas como espaço de ocorrência dos “motins”, mas em suas cores, sons e força, que diferenciava os eventos políticos do Grão-Pará de outros ocorridos em solo brasileiro no mesmo período.

É interessante notar que a relação entre a sensibilidade romântica do Barão e o patriotismo, contribuiu para diversas representações do mundo natural, que variavam desde a construção de uma natureza bela e harmônica, até uma “terra natal” que poderia simbolizar dor, sofrimento e morte:

Alta sêca e bem arejada, Tatuoca parece destinada a servir de mansão ao prazer e ao descanso. (...) Entretanto, em tempos não muito remotos esta ilha foi um triste cenário de sofrimentos, um vasto cemitério onde ficaram sepultadas inúmeras vítimas imoladas à tormenta revolucionária! Nenhum palmo de terra deixou de ser regado por lágrimas de escruciente dor!⁴⁵⁰

Estas palavras, presentes logo em seguida à descrição das qualidades da ilha são instigantes, não apenas por mostrar que na obra *Motins Políticos* as representações do mundo natural assumem situações opostas, às vezes nas mesmas páginas, mas principalmente por

⁴⁴⁹ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. II. p. 412-413

⁴⁵⁰ Idem Ibidem. Vol. III. p. 863-864

expor a “natureza nos mais diversos sentidos em que seja tomada e conceituada”.⁴⁵¹ Dessa forma, o ambiente natural através do enfoque romântico, pode ser visto como “jardim paisagístico ou floresta selvagem”,⁴⁵² simbolizada pelas mortes e violências ocasionadas.

Ademais, outro ponto a ser enfatizado era que Raiol apresenta em sua narrativa a associação de perspectivas político-econômicas de observação do meio natural com os ideais patrióticos, centradas no objetivo de descrever a natureza amazônica a partir de suas propensas riquezas, potencialidades ambientais e da respectiva ambição estrangeira sobre a região, como podemos perceber nas palavras expostas a seguir, referentes às terras ocupadas pelos cabanos:

As regiões que ocupavam eram ricas de cacau, de castanhas, de óleos e de variados produtos naturais. E com tais e tantos elementos de grandeza não podia deixar de excitar a cobiça dos aventureiros, que nas terras virgens da América só buscavam tesouros e fortuna.⁴⁵³

Nesta descrição, além de expor alguns produtos que eram cultivados na região, Raiol teceu críticas à ambição estrangeira na primeira metade do século XIX em relação aos recursos naturais da Amazônia, explorada por pessoas que ele chamava de “aventureiros.” O Barão do Guajará procurava mostrar que o suposto estado de “caos” político-social favorecia o acesso de poderosos estados europeus às riquezas naturais amazônicas.

Não por acaso, para que a região adquirisse o desenvolvimento econômico, Raiol acreditava que uma das medidas mais relevantes em sua época seria a abertura do rio Amazonas a livre navegação, medida defendida por este autor no momento em que exerceu a função de deputado, e que acabou dando origem a uma de suas obras: *Abertura do Amazonas* (1867), como foi observado em um dos tópicos presente no 1º capítulo.

O mundo natural amazônico adquiria significados que possibilitavam a interação pátria/recursos naturais, reforçando o discurso do Barão em defesa daquilo que acreditava ameaçar o progresso da região, no passado e presente. Por isso, Domingos Antônio Raiol, era contrário a movimentos separatistas, como por exemplo, em algumas passagens de *Motins Políticos*, adotando nessa situação uma postura negativa, ao afirmar referenciando-se ao

⁴⁵¹ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica*. Op. Cit. p. 28

⁴⁵² Idem Ibidem. p. 66

⁴⁵³ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. II. Op. Cit. p. 696

passado que “qualquer tentativa contra a integridade do império seria de tôdas a maior calamidade, atentas as deploráveis condições em que se achava a província”.⁴⁵⁴

Estas percepções presentes na obra *Motins Políticos*, além de reforçarem a perspectiva de “patriotismo” em defesa da integridade territorial e controle sobre a exploração das riquezas naturais durante o regime monárquico, também foram fruto de “estratégias”, conscientes ou não, por parte do autor, que objetivava através de sua narrativa legitimar o processo de repressão aos grupos rebelados durante a fase regencial. Deste modo, a presença de representações da natureza marcadas pela sensibilidade romântica não estava separada de sua finalidade política, fundamentada pela perspectiva de demonstrar a grandiosidade e potencialidade do meio natural amazônico, em contraposição à “ameaça” ocasionada pelos conflitos, gerados por grupos considerados em grande parte como “não civilizados”, e por isso, vistos pelo Barão como contrários ao “progresso” nacional.

Ademais, mesmo escrevendo em regiões distantes como o Rio de Janeiro, este autor insistiu nas considerações acerca do meio natural, sublinhando a importância de destacar a região amazônica, sua terra natal, na narrativa de *Motins Políticos*. As afirmações do Barão, além de representarem um exemplo da oposição “natureza grandiosa” e “ideais patrióticos”, também deixam transparecer a importância que o mundo natural amazônico representava como forma de sobrevivência para os grupos participantes dos movimentos de rebelião. Essas características, inseridas no pensamento romântico, valorizador, entre outros aspectos, da natureza como “lugar de refúgio (...) proteção”,⁴⁵⁵ serão analisadas mais especificamente nas páginas a seguir.

3.4 Sob a proteção da natureza: turbas e usos da floresta

Eram quatro horas da tarde. Um troço de quarenta facciosos estava escondido no mato à margem direita, atrás de troncos de árvores seculares que ali as havia e se debruçavam sobre as águas. Uma voz perguntou que força era aquela, para onde ia e qual o seu fim. Ninguém respondeu. E após vários vivas que ecoaram na selva, seguiu-se uma descarga de mosquetaria.⁴⁵⁶

⁴⁵⁴ Idem Ibidem. Vol. III. p. 945

⁴⁵⁵ COUTINHO, Afrânio. *Introdução a literatura no Brasil*. Op. Cit. p. 146

⁴⁵⁶ Idem Ibidem. Vol. II. p. 522-523

Em uma conhecida lenda britânica, cujo “cenário” era a Europa medieval, um aventureiro chamado Robin Hood lutava contra uma nobreza corrupta que subtraía impostos exorbitantes das populações camponesas inglesas. Seu principal campo de atuação era a floresta de Sherwood, através da qual Robin exercia “sob os carvalhos, uma justiça primitiva”.⁴⁵⁷

Robin Hood e seus seguidores praticavam uma espécie de “banditismo”, que tinha como particularidade a ajuda “as vítimas de desapropriação ou perseguição ilegítimas”.⁴⁵⁸ Contudo, além destes pontos, o interessante nesta narrativa, a ser relacionado com esse tópico do capítulo, é a presença da “mata verde”⁴⁵⁹ como símbolo constante de proteção aos mais variados tipos de rebeldes.

Assim, como na lenda de Robin Hood, pode-se perceber através da citação que abre esta parte do capítulo, referente à descrição de um ataque rebelde na região do Acará em 1834, que também existia na obra de Raiol a perspectiva de mostrar o mundo natural como suposta “proteção” oferecida aos grupos rebelados. De acordo com este pensamento, o Barão de Guajará defendia uma “valorização da subjetividade na visão da natureza que, dentro do espírito Romântico, tentava a compreensão do que ela é e representa e do que o homem experimenta ao seu contado”.⁴⁶⁰

Este aspecto revela mais uma das percepções românticas do mundo natural no texto de *Motins Políticos*, visto que os grupos humanos na Amazônia do século XIX, assim como em outras partes do mundo, sobreviviam naquele contexto com uma “dependência extremamente alta dos recursos naturais, fosse para o trabalho, o alimento, o vestuário ou o transporte”,⁴⁶¹ que acabou refletindo-se no próprio contexto dos “prolongados conflitos sociais”,⁴⁶² no Grão-Pará, alterando em muitos momentos o próprio equilíbrio das forças militares em luta.

Com efeito, a visão romântica sobre a natureza na obra de Raiol não se restringia ao enfoque “paisagístico” e “patriótico”, ela também era exposta em suas relações com o homem, pois além da natureza como paisagem ou pátria, outra característica existente “entre

⁴⁵⁷ SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 159

⁴⁵⁸ Idem Ibidem. p. 159

⁴⁵⁹ Idem Ibidem. p. 158

⁴⁶⁰ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica*. Op. Cit. p.148

⁴⁶¹ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 31

⁴⁶² Idem Ibidem. p. 233

o autor romântico e o mundo estava afetado por uma série de mitos idealizantes: a natureza-mãe, a natureza-refúgio”.⁴⁶³

Assim, outra representação da natureza na obra de Raiol se dava em razão desta simbolizar “sobrevivência” e “proteção natural” para os participantes dos constantes movimentos de rebelião, formados geralmente pelas camadas populares, pois “em todo e qualquer lugar, a natureza oferece aos humanos que ali vivem um conjunto flexível, mas limitado de possibilidades de se manterem vivos”.⁴⁶⁴ Domingos Antônio Raiol, considerava em diversos momentos, “que os habitantes das florestas tendiam a ser (...) sem lei, indigentes, rebeldes e rudes”,⁴⁶⁵ mas que possuíam conhecimento dos recursos que poderiam ser retirados da floresta em sua luta pela vida.

A natureza na obra do Barão de Guajará possuía entre suas potencialidades a perspectiva de possibilitar uma forma de “barreira natural” que dificultava o avanço das “forças legais”, pois as “turbas” descritas por este autor, em seus ataques armados contra as tropas inimigas, contavam com o “apoio” do meio ambiente, representado pelos rios ou florestas:

Homens desconhecidos, ocultos por entre os arvoredos que ali existiam, aproveitaram-se da escuridão da noite para espancar seus desafeiçoados, (...) colados aos troncos das árvores, esperavam que êles saíssem de suas casas, e ao passarem eram êstes acometidos e maltratados, sem poder averiguar quem eram êsses vultos desfigurados que se sumiam nas sombras.⁴⁶⁶

Por meio de uma descrição como esta, pode-se perceber que a narrativa de Raiol possuía a característica de apresentar o cenário amazônico, em sua imensidão natural, através de uma constante interação com as populações nativas, que durante vários momentos, parecem estar relacionadas aos rios ou florestas. A natureza, além de proteção também representava uma ameaça constante aos desavisados, pois suas árvores e arbustos serviam de “camuflagem” para grupos rebeldes que segundo o Barão, muitas vezes estavam “mal intencionados” e poderiam ser responsáveis por atos violentos. Nesse sentido, em diversos momentos da obra *Motins Políticos*, a beleza e imensidão do mundo natural estavam

⁴⁶³ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 41 ed. São Paulo: Cultrix, 2003. p. 167

⁴⁶⁴ WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. Op. Cit. p. 9

⁴⁶⁵ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. Op. Cit. p. 233

⁴⁶⁶ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. I. Op. Cit. p. 205

diretamente ligadas ao perigo que este representava, pois a “morte” poderia estar “escondida” atrás de uma simples moita:

Descansavam numa linda praia, como as há naquelas remotas regiões, à espera do dia seguinte para subirem as cachoeiras, quando o tripulante de uma das canoas saiu a correr do mato, e espavorido declarou que tinha visto um homem agachar-se e esconder-se atrás de uma moita, ao avistá-lo, pouco distante daquele sítio.⁴⁶⁷

Este trecho, que apresenta o ataque ao grupo do qual fazia parte o padre de Baião, Francisco Gonçalves Martins, além de suficientemente claro em relação à “camuflagem” propiciada pelas árvores da amazônica à suposta agressão da massa cabana, deixa transparecer que o conhecimento mais “profundo” dos rebeldes paraenses em relação aos “segredos” das florestas e dos rios da região foi fundamental para o prolongamento do conflito, pois as diversas formas de vida do meio natural têm sido incondicionalmente “aliadas dos humanos na luta para sobreviver”,⁴⁶⁸ facilitando a realização dessas incursões com certa vantagem, no tocante às “forças legais”, em grande parte enviadas de outras províncias e desconhecedoras do mundo natural amazônico.

Os “usos” dos recursos da floresta e dos rios pelos cabanos também foi interpretado pelo Barão de Guajará a partir de um enfoque depreciativo da cultura das populações nativas amazônicas, pois, se os rebeldes tinham os recursos da natureza como “apoio” em suas formas de resistência, também eram censurados por Raiol pelo suposto comportamento considerado “pouco civilizado”, como pode-se observar nas palavras expostas a seguir:

Vestiam camisas e calças de diferentes panos, compradas e feitas à sua própria custa. Para regularizar êste variado uniforme, tingiam depois umas e outras na casca de muruxi fervida em água, dando a tôdas a côr avermelhada dêste arbusto. Raros eram os que usavam de calçados e chapéus. (...) O sol, as chuvas, as intempéries do tempo não lhes faziam mozza. Frutos agrestes, um pouco d’água com farinha serviam-lhes de refeição muitas vêzes.⁴⁶⁹

⁴⁶⁷ Idem Ibidem. Vol. III. p. 912

⁴⁶⁸ WORSTER, Donald. Op. Cit. p.6

⁴⁶⁹ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. III. Op. Cit. p. 831-832

Por meio desta citação, ficam explícitos alguns dos “usos” dos recursos naturais pelas massas rebeladas e do conhecimento que os nativos possuíam da floresta. Porém, ao mesmo tempo em que o Barão de Guajará destacava a vida “simples” das populações nativas, realizava um paralelo com os valores “civilizatórios” de origem européia, considerando que estes grupos humanos eram portadores de práticas consideradas “pouco desenvolvidas” no meio natural.

Contudo, ainda de acordo com o Barão, o conhecimento da natureza a partir do seu dia-a-dia no meio natural amazônico, propiciava as “turbas” rebeladas certa vantagem frente às “forças legais”, em razão de serem mais “adaptadas” aos hábitos “selvagens” da floresta. Esta suposta “vantagem” dos cabanos, propiciada por um maior conhecimento do meio natural, não ficou restrita às descrições presentes na obra *Motins Políticos*, sendo destacada em outros estudos sobre o tema, pertencentes a autores diversos, como por exemplo, na obra *História geral da civilização brasileira*, organizada por Sérgio Buarque de Holanda, publicada entre as décadas de 1960 e 1970, na qual o autor Arthur César Ferreira Reis expressou que os “rebeldes, escapando naquele primeiro momento da vitória dos legais, prosseguiriam nas guerrilhas em que se revelaram mestres. A rede hidrográfica e a floresta eram-lhes aliados certos e seguros”.⁴⁷⁰ Em um estudo realizado mais recentemente, a historiadora Magda Ricci reforçou essa característica dos cabanos, ao afirmar que eles “aprenderam a usar a natureza a seu favor, envenenando rios, queimando a mata, espantando os animais e dizimando plantações de alimentos básicos para a subsistência das tropas inimigas, como a mandioca e o milho”.⁴⁷¹ Essas narrativas, apesar de distantes em suas perspectivas, no tempo e espaço, guardam como ponto em comum o aspecto de destacarem a importância do conhecimento do meio natural pelos rebeldes cabanos, o que na época sem dúvida representava uma importante vantagem em relação às “forças legais”.

Evidentemente a utilização da natureza na forma de “proteção” e “refúgio” ganhou ares ainda mais dramáticos na fase final dos conflitos armados ocorridos na Amazônia. Segundo Raiol o conhecimento maior das florestas e rios por parte dos rebeldes, contribuía não apenas para a obtenção de vitórias, sendo também fundamental nas situações de derrotas, pois:

⁴⁷⁰ REIS, Arthur César Ferreira. *O Grão-Pará e o Maranhão*. Op. Cit. p.121

⁴⁷¹ RICCI, Magda. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária*. Op. Cit. p. 28

Batidos os rebeldes em um ponto com perdas mais ou menos consideráveis, êles fugiam, internavam-se pelos matos, e pouco depois apareciam fortificados noutros pontos repetindo os mesmos atentados. Conhecendo os sertões (...) sabiam caminhar tão bem de dia como de noite. Era-lhes fácil viajar por terra ou pelos rios, e podiam com vantagem aproveitar em qualquer tempo as estradas, os caminhos e desvios que melhor convivessem aos seus planos.⁴⁷²

Nessas palavras, o conhecimento do meio natural amazônico por parte dos rebeldes apresenta alguns significados importantes. Primeiramente favoreceu a rápida fuga em momentos de derrota ou ameaça. Além disso, por meio de seus recursos abundantes possibilita a reestruturação dos grupos ameaçados, que dessa forma poderiam se reerguer, e finalmente, a agilidade com que se deslocavam nas matas ou nos rios, contribui para o uso do elemento surpresa, decisivo em várias incursões contra as tropas regenciais. Assim, a “resistência” e “sobrevivência” das turbas favorecida pelo uso do meio natural, presente na narrativa de *Motins Políticos*, não se restringiu às estratégias de ataques armados e fugas dos cabanos, tendo múltiplas representações.

Outra “função” se constituiu na perspectiva de Raiol em considerar o meio natural como fonte de abastecimento das necessidades humanas, e de esconderijo, particularmente nos contextos de crise e luta pela sobrevivência, como no caso da habitação construída no momento de fuga de Eduardo Angelim:

A casa era coberta de ramas de palmeiras que também serviam de tapagem aos compartimentos. Os bancos de assento eram pedaços madeiros broncos, e os leitos macas grosseiras de cipós e jiraus sotopostos a fibras tiradas da entrecasca de certas árvores. Nos quartos de dormir havia uma espessa camada de fôlhas para impedir a umidade do chão.⁴⁷³

Era em situações como esta que a floresta amazônica prestava um inestimável apoio às necessidades humanas, constituindo, no caso específico, num “suporte” à sobrevivência dos grupos rebeldes, particularmente no contexto final da repressão aos participantes dos “motins”, que acabou durando alguns anos. Além da luta pela sobrevivência, propiciada pelos povos da floresta no decorrer do contexto de lutas político-sociais no Grão-Pará, vale destacar que esta característica não ficou restrita aos momentos de conflitos políticos, mas foi e é uma constante na vida dos múltiplos grupos humanos

⁴⁷² RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. III. Op. Cit. p. 902

⁴⁷³ Idem Ibidem. Vol. III. p. 979

espalhados pelo mundo e também em nosso país, pois a “economia e a sociedade brasileiras continuam a ser extremamente dependentes dos recursos naturais”.⁴⁷⁴

Doravante, fica também perceptível no livro *Motins Políticos* que o uso dos meios naturais para a sobrevivência não era uma ação exclusiva dos índios e caboclos amazônicos. Eduardo Angelim, um dos líderes do movimento cabano, era migrante de origem nordestina, e após anos de contato com as populações nativas locais, acabou se adaptando a parte dos hábitos e costumes pertencentes à cultura local, contribuindo para que ele pudesse sobreviver no meio da floresta durante a fase final do movimento. Porém, além desse aspecto, vale salientar que as idéias presentes nesse tópico da obra de Raiol ganham certa aproximação de um dos enfoques atuais da história ambiental, em valorizar “los conflictos sociales generados por las clases y grupos sociales subordinados en la búsqueda de su sobrevivencia”,⁴⁷⁵ e a natureza, como vimos aqui, teve um papel primordial não apenas nas lutas políticas, mas também na “batalha” pela vida.

3.5 Inocência ameaçada: mulheres e natureza no texto de Raiol

Se as perspectivas românticas em relação ao mundo natural foram diversificadas na obra *Motins Políticos*, um dos aspectos interessantes e pouquíssimo conhecido do estudo em questão, consiste nas diversas referências de Domingos Antônio Raiol em relação a presença feminina no cenário das lutas político-sociais.

Em uma narrativa cujo enfoque principal é supostamente marcado pela valorização das lutas políticas através de contínuas referências ao papel masculino nos *motins*, a existência de variados trechos com participação de mulheres não deixa de ser algo importante, particularmente em virtude desses fragmentos serem permeados pela ênfase a sensibilidade e subjetivismo, pertencentes ao pensamento romântico.

O estudo do Barão de Guajará, como outras obras publicadas ao longo da “segunda metade do século XIX foi marcada pela presença do romantismo (...) e por conseguinte, de imagens românticas associadas as mulheres”,⁴⁷⁶ expostas ao longo de toda a

⁴⁷⁴ DRUMMOND, José Augusto. Op. Cit. p. 18

⁴⁷⁵ MOLINA, Manuel González de Molina. *Historia y medio ambiente*. Madri: Eudena, 1993. p. 88

⁴⁷⁶ DEL PRIORE, Mary. A beleza e suas zonas de sombra. IN: DEL PRIORE, Mary. *Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil*. São Paulo: SENAC, 2000. p. 61

narrativa, pois naquele contexto a “mulher se tornou símbolo da fragilidade que devia ser protegido do mundo exterior”.⁴⁷⁷ Nessa perspectiva, as idéias tipicamente românticas, na qual a mulher era vislumbrada como uma “cena imaginária (...) a virgem sonhada”⁴⁷⁸ ou “mulher-diva”,⁴⁷⁹ e a concepção na qual ela “deve ser frágil, dependente, temerosa”,⁴⁸⁰ amplamente difundidas no meio literário romântico nacional, ganharam na narrativa do Barão de Guajará outro aspecto, caracterizado pela ligação com o mundo natural amazônico.

Vale ressaltar, que a presença feminina nas lutas político-sociais do Pará, durante o século XIX, foi estudada por Eliana Ramos, em sua dissertação *Em tempo cabanal: cidade e mulheres no Pará imperial*, defendida na PUC de São Paulo em 1999, e em outros artigos de sua autoria, como *Mulheres nos meandros da Lei e nas trilhas da terra: conflito agrário na Província do Pará – meados do século XIX*.⁴⁸¹ Porém, nenhum destes trabalhos vislumbrou de forma específica a presença feminina na obra de Domingos Antônio Raiol e suas respectivas ligações com o mundo natural. Com efeito, o texto de *Motins Políticos* oferece descrições que justificam essa relação, acentuando a existência de sensibilidades, direcionadas à presença de mulheres no mundo natural amazônico. Estas, vislumbradas em sua condição de “fragilidade” e “pureza” frente às “turbas”, foram descritas em diversos momentos, realizando atos de heroísmo ou sendo vitimadas em “cenários” cujo “pano de fundo” era a natureza, como fica perceptível na citação a seguir:

Os facinorosos, não tendo mais que temer, abordaram então a canoa, investiram contra as mulheres, tentando forçá-las aos seus fins lascivos. Elas porém opuseram a mais desesperada resistência conseguindo após enérgica luta lançarem-se ao rio, extenuadas e quase sem vestes. (...) Aí foram perseguidas. Uma delas pouco durou; apenas veio à tona d’água para dizer o seu último adeus ao mundo. A outra foi prêsia pelos cabelos, arrastada até a borda da canoa e por fim arremessada para dentro da tolda com infernal alegria. (...) Seus algozes a deixaram no dia seguinte em uma pequena praia à margem austral da baía.⁴⁸²

⁴⁷⁷ PERROT, Michelle. Outrora, em outro lugar. IN: PERROT, Michelle. (org.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa a Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras. 2009. p. 45- 46

⁴⁷⁸ MASSAUD, Moisés. *História da literatura brasileira: das origens ao romantismo*. Vol. 1. São Paulo: Cultrix, 2001. p. 521

⁴⁷⁹ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. Op. Cit. p. 167

⁴⁸⁰ SEIXAS, Ana Maria Ramos. *Sexualidade feminina: história, cultura, família, personalidade e psicodrama*. São Paulo: SENAC. 1998. p. 70

⁴⁸¹ Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. 08 a 12 de setembro de 2008.

⁴⁸² RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. I. Op. Cit. p. 285-286

Este trecho, referente às ações “criminosas” de um grupo de amotinados liderados por Jacó Patacho, que atuava na região de Guajará, mais especificamente na área próxima a “baía do sol junto à ilha chamada do queimado”,⁴⁸³ simboliza um exemplo da presença feminina no livro *Motins Políticos* e sua interação com a violência que imperava no mundo natural amazônico, durante o período dos movimentos de rebelião. A mesma, além da ligação com os ideais românticos de pureza e heroísmo da mulher, na luta pela vida, possuía uma interação com o mundo natural amazônico, que servia como “palco” de muitas daquelas “cenas”. Ademais, aos olhos do Barão, os movimentos de rebelião no Pará, simbolizavam não apenas eventos ameaçadores da ordem política, mas também colocavam em risco a própria integridade física e moral das mulheres da região de uma maneira geral.

Vale ressaltar, que o amotinado Jacó Patacho não restringiu a memória de seus atos ao texto historiográfico, ele esteve presente nos escritos ficcionais de outro autor paraense contemporâneo ao Barão, pois na obra *Contos Amazônicos*, o escritor Inglês de Sousa, considerado pela crítica literária um dos responsáveis no Brasil pela “passagem do Romantismo ao Naturalismo”,⁴⁸⁴ descreveu no conto *A quadrilha de Jacó Patacho* algumas ações deste bando. Por outro lado, retornando a narrativa histórica de Raiol, é importante ressaltar que o cenário da luta feminina contra a suposta ameaça ocasionada pelos “motins” não se restringiu às águas da baía do Guajará, difundindo-se também pelas áreas florestais da região, como fica perceptível nas palavras abaixo:

Mulher e filhas, aproveitando-se da confusão que causara a sua temeridade, evadiram-se para os matos próximos à casa e desapareceram na escuridão da noite. Ao amanhecer buscaram por desvios a casa do vizinho que lhe ficava mais perto, e voltando de tarde acompanhadas de outras pessoas, só encontraram ruínas e três cadáveres.⁴⁸⁵

Esta citação, que complementa a descrição sobre os atos de violência do bando liderado por Jacó Patacho, constitui um exemplo de como a relação mulher, natureza e sentimentalismo romântico esteve intensa nas páginas da obra *Motins Políticos*. Nela, o mundo natural ganha importância por simbolizar muito mais que um “cenário” para os acontecimentos, pois propiciava a perspectiva de proteção contra as ações das “turbas”.

⁴⁸³ Idem Ibidem. Vol. I. p. 285

⁴⁸⁴ SOUSA, Inglês de. *Contos Amazônicos*. São Paulo: Editora Martin Claret. 2005. p. 12

⁴⁸⁵ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. I. Op. Cit. p. 286

Em outro momento da obra *Motins Políticos*, a tripla relação entre mulher, romantismo e natureza ganha uma perspectiva diferenciada, centrada na interação entre a presença feminina e os ideais patrióticos, com interações com o mundo natural. Esta característica pode ser claramente verificada nas referências do Barão de Guajará, direcionadas à sociedade feminina das *Novas Amazonas ou Iluminadas*,⁴⁸⁶ pois segundo este autor na mesma havia:

Três classes de sócias; a primeira abrangia as irmãs designadas com o título de Educandas; a segunda se compunha de irmãs mais adiantadas na prática das virtudes e ações heróicas, as quais tinham o tratamento de Mestras; a terceira compreendia as irmãs que tinham chegado ao maior auge de virtudes civis, políticas e morais, dando provas não-equívocas de um decidido amor à pátria (...) A casa de reunião da sociedade tinha três salas, uma para as sessões, outra destinada aos banquetes e a 3ª para nela se despirem e ornarem as recipiendas; a 1ª se chamava Jardim, a 2ª Bosque e a 3ª Floresta.⁴⁸⁷

Como pode-se verificar nesta citação, os próprios espaços de ocorrência das cerimônias realizadas pela sociedade *Novas Amazonas ou Iluminadas* eram marcados por denominações relacionadas ao mundo natural. Além disso, essa parte da narrativa permite verificar a preocupação de Raiol em enfatizar as “virtudes patrióticas” e “morais” das integrantes dessa sociedade, aspectos que aproximavam ainda mais sua escrita do pensamento romântico.

Ademais, a descrição de Raiol sobre esta sociedade feminina, que existiu em Belém durante a década de 1830, deixa perceptível que a mesma, em sua valorização simbólica da natureza, guardava algumas características específicas, pois embora a participação efetiva e direta de mulheres brasileiras na política só fosse oficialmente ocorrer um século depois, as *Novas Amazonas*, simbolicamente, anteciparam essa inserção ao defenderem o regime Imperial e incentivarem o patriotismo em seus rituais e outras práticas.

O simbolismo contido neste movimento feminino não se restringia à relação pátria/natureza. Havia uma glorificação da “pureza” feminina, cuja virgindade das

⁴⁸⁶ Criada 16 de abril de 1833 na cidade de Belém, as *Novas Amazonas ou Iluminadas* se constituía numa sociedade feminina paraense, caracterizada por possuir um grande número de seguidoras, estatuto e vários rituais de iniciação. Ver: FERREIRA, Eliana Ramos. *Em tempo cabanal: Cidade e Mulheres no Pará Imperial – Primeira metade do século XIX*. 1999. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, PUC, São Paulo, 1999. Veja também o estudo monográfico de: ALVES, Moema de Bacelar. *Rosas cercadas de espinhos: as mulheres no contexto da cabanagem*. Monografia de graduação. UFPA, 2020.

⁴⁸⁷ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. I. Op. Cit. p. 291-292

integrantes jovens e solteiras era valorizada, sendo relacionada metaforicamente a uma interação com o mundo natural:

Na primeira sessão depois da aprovação de qualquer recipienda, a irmã proponente a apresentava na Floresta, onde era despida a mesma recipienda de todos os ornatos da cabeça, pescoço, cintura e braços (...) Concluída esta cerimônia, ia a Educanda ornar-se e depois voltava conduzida pela mordoma-mor: então a presidente, pondo-lhe uma rosa em botão com uma só folha sôbre o peito esquerdo dizia: – Amável irmã, recebei esta flor, dela usareis sempre entre os vossos ornatos como emblema ou símbolo, na sua figura, da virgindade.⁴⁸⁸

Natureza e pureza feminina eram metaforicamente relacionadas como símbolos da condição jovial das novas integrantes desta sociedade feminina. Nessa perspectiva, a inserção de uma rosa próxima ao peito representava o ideal romântico da virgindade.

Não por acaso, o desejo de exprimir e contrapor a narrativa dos motins com a descrição sentimental e idealizada da mulher fez Raiol inserir em várias páginas de sua obra uma descrição desta sociedade feminina. Seus objetivos estavam muito além da simples visualização da mulher em um livro dedicado as lutas político-sociais. Ele também era permeado pela idéia de apresentar os motins como ameaçadores tanto da ordem instituída, como também da “pureza” feminina na província.

A narrativa do Barão deixa transparecer outra forma de “comportamento violento” das turbas amotinadas, pois seus integrantes também “maltratavam mulheres e crianças indefesas”.⁴⁸⁹ Nessa perspectiva, o romantismo presente no texto da obra *Motins Políticos* era marcado pela proposta de expor a mulher a partir de um enfoque idealizador, em que as cenas de “heroísmo”, vivenciadas na luta pela honra, consistiam em algo pertinente:

Observando os passos dos malfeitores, Joana teve justos motivos para recear que êles tentassem, à fôrça, qualquer ofensa à sua fidelidade conjugal assim como à castidade de sua filha mais velha de nome Antônia, que já havia atingido a puberdade. Como único meio de livrar-se da desonra que se lhe afigurava próxima e horrível, resolveu fugir e embrenhar-se no mato com a filha querida.⁴⁹⁰

⁴⁸⁸ Idem Ibidem. Vol. I. p. 294-295

⁴⁸⁹ Idem Ibidem. Vol. III. p. 856

⁴⁹⁰ Idem Ibidem. Vol. III. p. 924

Assim, como as mulheres ameaçadas pelo grupo liderado por Jacó Patacho, presentes em citações anteriores, Joana Guerreiro de Moraes, moradora de um sítio localizado às margens do igarapé Jenipaúba, aparece no texto do Barão como mais uma mulher a demonstrar atos de heroísmo e resistência na luta pela honra frente às atrocidades cometidas pelas turbas no meio natural amazônico. Nesta lógica, “mulheres”, “turbas” e “mundo natural” formam na obra *Motins Políticos* um conjunto inseparável ligado à estética romântica. Nesse quadro, além do sentimentalismo, os motins eram direcionados a um tom ainda mais depreciativo, contrário não apenas às questões político-sociais, mas também morais.

Por outro lado, o ideal romântico de pureza feminina, enfatizado por Raiol, não foi caracterizado apenas pelas ações das “turbas”. Em alguns momentos, particularmente nas páginas finais da obra *Motins Políticos*, as forças legais ocasionaram violências contra as mulheres, como pode-se observar nas palavras abaixo:

Nem as mulheres deixavam de sofrer! Encontradas em seus sítios ou em qualquer outros lugares, eram prêsas e interrogadas com ameaças sôbre os seus pais, maridos e parentes varões com quem moravam, e poucas livraram-se das palmatoadas e castigos com que as amedrontavam para obterem declarações! Algumas foram até violentadas na sua honestidade pela soldadesca desmoralizada!⁴⁹¹

A partir destas palavras, podemos perceber que ao longo da obra do Barão de Guajará, as mulheres além de serem vislumbradas através das perspectivas românticas já citadas “desempenham função de coadjuvantes”,⁴⁹² pois mesmo situadas como constantes vítimas de violência, não possuíam papel político algum e apareciam somente quando a violência das turbas ou das forças legais recaía “sobre o mundo doméstico”.⁴⁹³

Para Raiol, as lutas sócio-políticas no Pará simbolizavam para as mulheres uma ameaça a “inocência” e principalmente sobre a integridade do lar. Estas, mesmo “amedrontadas” não deixavam de ser idealizadas pelo Barão, seja em sua pureza virginal ou heroísmo, que ganhava ares ainda mais grandiosos ao ter a natureza amazônica como “palco”. No papel de vítimas dos “motins”, as mulheres presentes no texto do Barão, quase sempre pertencentes às camadas mais humildes da população, raramente tem sua identidade revelada, eram “figurantes” no imenso cenário natural de lutas, descrito por este autor.

⁴⁹¹ Idem Ibidem. Vol. III. p. 1000

⁴⁹² NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical*. Op. Cit. p. 159

⁴⁹³ Idem Ibidem. p. 159

A existência de sensibilidades diversas nos escritos de Raiol em relação ao mundo natural, presente ao longo deste capítulo, não pode ser entendida apenas como uma perspectiva de demonstrar subjetividade ou emotividade. Ela também estava inserida na proposta político-social do autor, em convencer a intelectualidade de seu tempo sobre a importância de cultivar certos valores, como patriotismo e sentimentalismo em um país que estava se consolidando.

É notório que o romantismo presente no texto do Barão estava permeado por valores e perspectivas políticas, sociais e econômicas, caracterizadas não apenas em enaltecer as belezas e grandiosidades da natureza amazônica, mas em permear a produção histórica nacional de um discurso erudito, contrário a qualquer movimento popular que colocasse em risco a ordem Imperial. Assim, se a floresta e os rios da Amazônia simbolizavam perspectivas econômicas de progresso para o Império, suas populações, em grande parte, necessitavam ser “civilizadas”, pois segundo o Barão, ainda cultivavam hábitos considerados “bárbaros”. Por isso, as autoridades deveriam elevar a instrução “popular à altura de um verdadeiro sacerdócio derramando-a com prodigalidade por entre as multidões (...) moralize-se e afeiçoe-se o povo ao trabalho (...) e todos abominarão as doutrinas subversivas como fontes perniciosas da anarquia.”⁴⁹⁴

Enfim, Domingos Antônio Raiol, ao expor o mundo natural amazônico, não fugiu das características do movimento romântico, hegemônicas durante muito tempo no século XIX, no campo literário ou historiográfico. Sua obra *Motins Políticos*, além dos eventos descritos, simbolizava, no plano regional, a defesa dos ideais pertencentes a esta estética, que “reforçados” pelo patriotismo e subjetividade, tornaram as páginas do livro do Barão ainda mais sentimentais.

⁴⁹⁴ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. III. Op. Cit. p. 1006

CAPÍTULO 4

O MOTIM E OS GERMENS: NATUREZA E CIENTIFICISMO NA OBRA DO BARÃO DE GUAJARÁ

Sendo a sociedade considerada atualmente, graças aos progressos das ciências físico-naturais, como um organismo no qual se verificam fatos pelo menos idênticos aos da vida dos organismos estudados por aquelas ciências, é prestadio o seu auxílio no estudo da história, ou da evolução desse organismo. (...) A elas, pois, tomarei ensinamentos que me servirão de critério no julgamento do conjunto dos acontecimentos historiados pelo Sr. Raiol, e entre estas lições – a de hereditariedade das aptidões e tendências.⁴⁹⁵

As palavras proferidas pelo intelectual paraense José Veríssimo, em um texto direcionado à crítica da obra *Motins Políticos*, representam um aspecto instigante para o início desse capítulo, que verificará como a narrativa histórica do Barão, em seus últimos tomos, publicados no final do Império, passou a ser caracterizada pela inserção de conceitos provenientes do pensamento cientificista.

O artigo de Veríssimo, ao mesmo tempo em que procurava entender as lutas no Pará, partindo do princípio de como em um “dado momento da vida de um povo, surge um período de agitações contínuas”,⁴⁹⁶ criticava indiretamente o estudo de Raiol pela suposta lacuna, em ausentar de seus escritos “uma direção conhecida (...) um fim explícito”,⁴⁹⁷ para tantas mortes e violências. Enfatizando também que o Barão não havia aprofundado a análise das “causas remotas, nem perquirir se na história anterior da província algum fato não há que explique como indivíduos (...) provocaram (...) um quase estado de anarquia permanente”.⁴⁹⁸

José Veríssimo, ao expressar que a origem da anarquia na Amazônia estava, na época colonial, marcada pela constante “luta dos colonos com a metrópole”,⁴⁹⁹ acreditava que através da realização de uma análise mais “detalhada” de alguns acontecimentos dos séculos anteriores, tendo como instrumentos o pensamento científico europeu de finais do XIX, poderia alcançar respostas mais “exatas” para suas deduções, chegando a afirmar, por exemplo, que “as mesmas causas produzem os mesmos efeitos”, no tocante aos eventos

⁴⁹⁵ VERÍSSIMO, José. *Os Motins Políticos do Pará*. Op. Cit. p. 95-96

⁴⁹⁶ Idem Ibidem. p. 96

⁴⁹⁷ Idem Ibidem. p. 96

⁴⁹⁸ Idem Ibidem. p. 96

⁴⁹⁹ Idem Ibidem. p. 97

históricos no Pará. No entanto, as críticas de José Veríssimo, realizadas há mais de um século, referentes à obra *Motins Políticos*, não condizem exatamente com as prerrogativas apresentadas nesse livro, pois o estudo de Domingos Antônio Raiol, como será observado nas páginas a seguir, procurou analisar os “motins” através do pensamento cientificista, sofrendo o influxo das transformações sociais, políticas e econômicas, vivenciadas em grande parte do planeta naquele contexto.

Os escritos de Raiol, até então influenciados pelo sentimentalismo romântico, após a década de 1870, foram marcados por transformações, ocasionadas pela chegada e difusão no Brasil do pensamento científico europeu naquele período. Algumas dessas “concepções” estiveram, portanto, inseridas no discurso deste autor, que sistematicamente as utilizava em sua obra para os mais diversos fins, variando entre a “explicação”, a “erudição” ou a forma “metafórica”.

É importante também enfatizar que o cientificismo não foi algo restrito à historiografia. No meio literário, passou a ser conhecido como naturalismo/realismo, e “dominou os romancistas do Amazonas ao Rio e São Paulo”,⁵⁰⁰ que almejavam inserir em seus livros uma “espécie aliança entre ciência e literatura, ou seja ‘a idéia de uma literatura determinada pela ciência’”.⁵⁰¹ Assim, em um período onde a presença de idéias cientificistas foi uma constante no meio intelectual brasileiro, refletindo-se de múltiplas formas nas mais variadas narrativas. João Manuel Pereira da Silva, em seu livro *Historia da fundação do imperio brasileiro* (1865), expressava que o Brasil só iria chegar à civilização caso formasse “uma nação homogenea de lingua, de raça, de costumes e de interesses”.⁵⁰²

Thomaz Pompêo de Souza, no seu *Compendio elementar de geographia geral do Brasil* (1864), acreditava que as raças humanas “se distinguem pelo seu character physico, isto é, feições, cores, cabellos, estatura. Estas raças são três; outros dizem cinco, e até seis, a saber: Caucasea ou européia, (...) Mongolica ou asiatica (...) Ethiope ou africana (...) Malaia ou da America”.⁵⁰³

Tavares Bastos, em sua obra *O Valle do Amazonas* (1866), referindo-se ao povoamento dessa região, defendia que o “cruzamento de raças” vai fazendo surgir “uma população nova, (...) A sciencia provará que os elementos não indígenas, o sangue caucasico

⁵⁰⁰ NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical*. Op. Cit. p. 214

⁵⁰¹ MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2004. p. 315

⁵⁰² SILVA, João Manuel Pereira da. *Historia da fundação do imperio brasileiro*. Op. Cit. p. 45

⁵⁰³ BRASIL, Thomaz Pompêo de Souza. *Compendio elementar de geographia geral do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: H. Laemmert. 1864. p. 83

ou o africano, já predominam nos povoados. (...) o índio primitivo desaparece, deixando atrás de si uma descendência (...) mais inclinada ao influxo da civilização”.⁵⁰⁴

Os pensamentos expressos por esses intelectuais representam exemplos de como o cientificismo, por meio de variadas características, estava começando a inserir-se em diversos trabalhos, historiográficos ou não durante aquele contexto. Raiol fazia parte desse “grupo” de intelectuais, pois em seu livro *Motins Políticos*, deixou transparecer algumas dessas perspectivas, que apesar de sua significância, praticamente não foram analisadas em trabalhos posteriores, direcionados a presente obra.

A partir dessas considerações, este capítulo tem por objetivo analisar e expor algumas das percepções científicas da natureza e sociedade amazônica na obra *Motins Políticos*, pois apesar da existência de um enfoque político hegemônico, o meio natural não foi excluído, nem percebido “como um pano de fundo passivo”,⁵⁰⁵ na presente obra.

Assim, será focado no livro de Raiol alguns dos variados “papéis” “desempenhados” pela natureza e sociedade amazônica (negros e índios), em suas relações com o cientificismo, na perspectiva de compreensão das interações desse pensamento no estudo em questão. Contudo, antes de qualquer referência à presença “metafórica” ou “erudita” do pensamento científico no livro *Motins Políticos*, é fundamental perceber como as idéias científicas penetraram no país e foram absorvidas pelo Barão.

4.1 A difusão do pensamento científico no Brasil

Na segunda metade do século XIX algumas regiões do mundo, particularmente a Europa, passavam por transformações ocasionadas pelo desenvolvimento industrial. Eram mudanças que se localizavam não apenas no processo produtivo e tecnológico como a invenção e desenvolvimento de novas máquinas, mas também no campo das idéias científicas e doutrinas filosóficas que procuravam responder aos anseios daquelas sociedades. Assim, difunde-se o pensamento dialético de Hegel, o positivismo de August Comte, o socialismo científico de Karl Marx e Friedrich Engels, o evolucionismo de Spencer e Charles Darwin e o determinismo de Hypolite Taine. Todas essas transformações praticamente

⁵⁰⁴ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *O Valle do Amazonas: Estudo sobre a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produções, commercio, questões fiscaes do valle do Amazonas*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866. p. 293

⁵⁰⁵ WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. Op. Cit. p. 12

contemporâneas colaboraram para a valorização cada vez maior do uso do pensamento científico entre diversos estudiosos, pois como afirma Afrânio Coutinho:

De modo geral, 1870 marca no mundo uma revolução nas idéias e na vida, que levou os homens para o interesse e a devoção pelas coisas materiais. (...) Intelectualmente, a elite apaixonou-se do darwinismo e da idéia de evolução, herança do romantismo e, de filosofia, o darwinismo tornou-se quase uma religião; o liberalismo cresceu e deu seus frutos, nos planos político e econômico; o mundo e o pensamento mecanizaram-se, (...) A biologia, com a teoria determinista, e sua promessa de melhoria de saúde e raça, conquistou uma voga dominante. (...) o positivismo de Augusto Comte, que vinha dos anos 30 e 40, oferecia singular atração, sintônico que era com o espírito da época.⁵⁰⁶

Eram concepções como essas que ganharam muita aceitação no meio intelectual nacional durante as últimas décadas do século XIX. Na visão das elites brasileiras, algumas soluções para os problemas de um Império escravista com população predominantemente negra e mestiça só poderiam ser encontradas com auxílio das ciências biológicas, naturais e exatas.

A penetração sistemática de teorias científicas no Brasil, particularmente “o positivismo de Comte, o darwinismo social, o evolucionismo de Spencer”,⁵⁰⁷ foi favorecida pelo fato das elites nacionais serem “leitoras da literatura produzida na Europa e nos Estados Unidos”,⁵⁰⁸ além do próprio contexto histórico vivenciado no país, no qual a “monarquia brasileira tentava diferenciar-se das demais repúblicas latino-americanas aproximando-se dos modelos europeus de conhecimento e civilidade”.⁵⁰⁹

Vale ressaltar, que as influências dessas idéias atingiram a intelectualidade brasileira da época em peso, de norte a sul, pois as mesmas foram difundidas por alguns dos principais centros de conhecimento da época no país como, por exemplo, a Faculdade de Direito do Recife, cujas origens foram descritas no primeiro capítulo.

Além da “Escola do Recife”, outra instituição, que ajudou a difundir essas idéias, foi o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB). Este, encarregado pela produção de um saber histórico no Brasil Imperial, repercutiu um momento em que a produção histórica, principalmente em solo europeu, almejava o status de ciência e sofria reflexos das teorias

⁵⁰⁶ COUTINHO, Afrânio. COUTINHO, Eduardo de Faria. *A Literatura no Brasil*. Op. Cit. p. 6-7

⁵⁰⁷ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.p.14

⁵⁰⁸ SCHWARTZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças*. Op. Cit. p. 30

⁵⁰⁹ Idem *Ibidem*. p. 30

evolucionistas e raciais, que incentivava a realização de pesquisas, como podemos perceber em um texto da Revista do Instituto, publicado em finais da década de 1850:

Os principaes elementos que servem para distinguir as raças humanas são: a organização physica, o character intellectual e moral, as linguas e tradições historicas. Estes elementos diversos não tem ainda sido estudados, sobretudo relativamente aos indigenas do Brazil, de maneira a assentar em suas verdadeiras bases a sciencia da ethnologia. (...) so se poderá adquirir noções sufficientes por meio de desenhos fidellissimos do todo, principalmente da cabeça, os quaes deverão ser tirados de face e de perfil, (...) para mais segurança haverá o cuidado de medir grande numero de individuos adultos, assim como seus ângulos faciaes, procurando (...) verificar se a maior abertura do angulo atesta maior intelligencia (...). Convém igualmente colligir craneos de todas as raças dos naturaes do paiz.⁵¹⁰

Além de reveladoras, as palavras de Manuel de Araújo Porto Alegre mostram algumas das diretrizes do IHGB em relação ao estudo de populações indígenas no Brasil. Elas deixam transparecer que, já naquele contexto, havia começado entre a intelectualidade do instituto, a recepção de influências do pensamento cientificista, como por exemplo, a idéia da existência de várias “raças humanas” e a prática da “medição craniana”, além da valorização do estudo da “antropologia e etnologia”,⁵¹¹ como atesta a citação.

Vale enfatizar que no tocante a sociedade brasileira, a intelectualidade do IHGB desenvolveu uma “postura dúbia (...) com relação à população negra vigorava uma visão evolucionista, mas determinista no que se refere ao ‘potencial civilizatório dessa raça’”.⁵¹² Enquanto que em relação aos índios, haviam percepções diversas “seja uma perspectiva positiva e evolucionista, seja um discurso religioso católico, seja uma visão romântica, em que o indígena surgia representando enquanto símbolo da identidade nacional”.⁵¹³

O Barão de Guajará não se “esquivou” destas idéias, demonstrando ao longo da narrativa de *Motins Políticos*, que a mesma estava inserida em um contexto histórico-social muito mais complexo, pois naquela época muitos “historiadores começaram a trabalhar regularmente nos arquivos e (...) segundo eles, a história que produziam era mais objetiva e mais ‘científica’ que as de seus predecessores”.⁵¹⁴

⁵¹⁰ PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Secção ethnographica e narrativa de viagem*. IN: Revista do instituto historico e geographico do Brazil. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert. 1856. p. 67-68

⁵¹¹ SCHWARTZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. Op. Cit. p. 111

⁵¹² Idem Ibidem. p. 111

⁵¹³ Idem Ibidem. p. 111

⁵¹⁴ BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 17

Nessa perspectiva, um exemplo dessa presença, pode ser percebido no livro *Motins Políticos*, através da inserção metafórica do termo “degenerado”, proveniente de uma das vertentes científicas desenvolvidas naquela época: a *poligenista*. Para os defensores desta corrente “a ‘degeneração’ (...) poderia advir do cruzamento de ‘espécies diversas’”.⁵¹⁵ e na concepção de muitos intelectuais defensores do poligenismo “as raças humanas, enquanto ‘espécies diversas’ deveriam ver na hibridação um fenômeno a ser evitado”.⁵¹⁶

Vale ressaltar que entre os membros do IHGB, havia posições múltiplas em relação aos debates envolvendo negros ou indígenas, que podiam incorporar e misturar “seja uma perspectiva evolucionista, seja um discurso religioso católico, seja uma visão romântica”,⁵¹⁷ pois a “‘importação’ de uma teoria dessa natureza não deixa de colocar problemas para os intelectuais brasileiros”.⁵¹⁸

Domingos Antônio Raiol, possivelmente sofreu influências destes dois “centros” de difusão do cientificismo, pois no nordeste residiu por vários anos, tanto no papel de estudante, como no de presidente provincial de Alagoas e Ceará. Além disso, como já foi ressaltado, no IHGB foi Sócio Correspondente, possivelmente em constante contato com os intelectuais desta instituição. Ademais, por estar inserido diretamente no processo de consolidação do regime Imperial, nos campos intelectual e político, como no caso dos debates acerca da livre navegação na Amazônia, Raiol teve acesso a muitas destas idéias afirmando, por exemplo, no livro *Abertura do Amazonas*, ser um grande conhecedor do pensamento de naturalistas como “Bates, Gibbon, Herdon e de outros estrangeiros que têm viajado e residido nos vales do Amazonas, mas o importante e precioso juízo de Agassiz dispensa qualquer outro”.⁵¹⁹

Louis Agassiz, um dos representantes do pensamento científico, que visitou a Amazônia e o Rio de Janeiro em 1865, e retornou aos “Estados Unidos da América carregando na bagagem anotações frescas sobre esse território que se transformara no paraíso dos naturalistas”.⁵²⁰ era admirado por Raiol, que lembrava as percepções dele acerca do “clima” e “salubridade” do Amazonas, divulgadas na “Côrte do Império em 1866”.⁵²¹

Outra resposta plausível para esta ligação pode ser creditada no aspecto de que tanto Domingos Antônio Raiol, como também muitos autores brasileiros da época,

⁵¹⁵ SCHWARTCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. Op. Cit. p. 56

⁵¹⁶ Idem Ibidem. p. 57

⁵¹⁷ Idem Ibidem. p. 111

⁵¹⁸ ORTIZ, Renato. Op. Cit. p. 15

⁵¹⁹ RAIOL, Domingos Antônio. *Abertura do Amazonas*. IN: *Obras do Barão do Guajará*. Op. Cit. p. 128

⁵²⁰ SCHWARTCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. Op. Cit. p. 13

⁵²¹ RAIOL, Domingos Antônio. *Abertura do Amazonas*. Op. Cit. p. 126

testemunharam os impactos ocasionados pela revolução científica e pelo Darwinismo, difundidos a partir do continente europeu no último quartel do século XIX, pois como afirmavam Y. Delage e M. Goldsmith, no século XIX: “A nossa geração, educada sob influência dos pensadores modernos, está tam habituada ao conjunto de concepções que constituem o nosso credo científico, e sobretudo à sua idea fundamental, a idea da evolução”.⁵²²

A análise do texto do Barão através dessas percepções sugere que havia, para alguns intelectuais e políticos no decorrer da segunda metade do século XIX e início do XX, entre eles Domingos Antônio Raiol, uma valorização do pensamento cientificista, caracterizado pelas percepções evolucionistas, biológicas ou raciais variadas, e muito difundidas naquele contexto histórico. Por isso, se a metodologia adotada por Raiol na sua busca pela “verdade histórica” pouco mudou durante os anos de elaboração de *Motins Políticos*, o mesmo não se pode afirmar no tocante à utilização de alguns conceitos pertencentes às ciências naturais que passaram a ser utilizados, pois naquele contexto toda a “idea científica, (...) acha directamente ou passando para as outras sciências, uma aplicação nos domínios que tocam de mais perto a existência material do homem e nas questões filosóficas, morais e sociais por que se apaixone”.⁵²³

Evidentemente, o uso destes pensamentos no texto do Barão de Guajará, não ocorreu unicamente de forma metafórica, estando implicitamente integrados a uma série de valores, presentes no seu discurso, que proporcionaram o fortalecimento de uma análise classificatória e hierarquizadora, também caracterizada pela valorização de uma “explicação biológica”,⁵²⁴ cada vez mais comum no meio intelectual brasileiro e mundial naquele período, pois como ressaltou Ernesto Hackel o “domínio immenso das sciencias alargou-se suprehendentemente durante o seculo XIX; muitas partes da historia natural tornaram-se independentes; foram inventados methodos novos de investigação”.⁵²⁵ Sob este prisma, os elementos originados da relação entre o cientificismo e o mundo natural nos escritos de Raiol, além de ganharem intensidade nas últimas décadas do século XX, representam uma tentativa por parte deste autor em inserir mais “erudição” e novas “argumentações” na obra *Motins Políticos*.

⁵²² DELAGE, Y. GOLDSMITH, M. *As teorias da evolução*. Trad. Armando Cortesão. Lisboa: Tipografia A Editora Limitada, 1909. p. 1

⁵²³ Idem Ibidem. p. 386

⁵²⁴ NETO, Edgard Ferreira. História e Etnia. IN: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.), *Domínios da História*. Op. Cit. p. 320

⁵²⁵ HECKEL, Ernesto. *Maravilhas da vida*. Trad. João de Meyra. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão. 1910. p. 83

4.2 Em busca da civilização: natureza e cientificismo na obra *Motins Políticos*

As percepções da natureza na obra *Motins Políticos* não ficaram limitadas às percepções sentimentais e subjetivas do romantismo, pois apesar de sua significância, essas descrições correspondem apenas a uma parte dos pensamentos que Raiol empregou em relação ao meio ambiente, direcionando também atenção a outro quesito, centrado na oposição: “natureza” versus “civilização”. Nessa perspectiva, havia também por parte do Barão de Guajará um discurso “evolutivo”, tipicamente cientificista, focado na perspectiva de alcançar a “civilização” para a Amazônia, pois o autor acreditava que o progresso “tem desenvolvimento natural, e ninguém pode impunemente precipitá-lo com saltos arrojados e imprudentes”.⁵²⁶

Assim, a análise de percepções cientificistas sobre a natureza no texto de *Motins Políticos*, sugere algo importante: que havia, para muitos intelectuais e políticos no decorrer da segunda metade do século XIX e início do XX, entre eles Domingos Antônio Raiol, a noção de que o “homem é parte integrante da ordem natural, e seu corpo tanto quanto seu espírito se desenvolvem e atuam debaixo de seu condicionamento total e inevitável”.⁵²⁷ Essa concepção se constituiu em um aspecto presente entre os membros da inteligência brasileira na época.

Vale ressaltar que a idéia de civilização comumente usual no romantismo, pois era: “comum a ambos, a crença no progresso e na evolução crescente da humanidade para melhor”,⁵²⁸ colocando como um dos pontos necessários a volta da estabilidade e ordem política para possibilitar o aproveitamento racional do mesmo, e livrá-lo de qualquer ameaça interna ou externa. Dessa forma, o Barão de Guajará, assim como vários intelectuais do período, acreditava que “a história só ganhava ares científicos e relevantes para ser estudada dentro de um processo civilizatório”,⁵²⁹ capaz de proporcionar o “engrandecimento” do Império.

Essa concepção caracterizava-se na obra de Raiol a partir da constante oposição entre o mundo civilizado e o mundo natural. Para o Barão, os rebeldes, em meio à natureza amazônica e “desconhecendo os cômodos e gozos da civilização, eram fáceis de contentar,

⁵²⁶ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Op. Cit, Vol. III. p. 992

⁵²⁷ COUTINHO, Afrânio. *Introdução a literatura no Brasil*. Op. Cit. p. 184

⁵²⁸ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica*. Op. Cit. p. 131

⁵²⁹ RICCI, Magda. *O Império Lê a Colônia*. Op. Cit. p. 35

resignavam-se a tudo”,⁵³⁰ e adaptavam-se rapidamente as dificuldades impostas pelas florestas, rios e animais. Com essa caracterização, é curioso perceber na narrativa de *Motins Políticos* que parte daquilo que poderia representar algo contrário a este ideal de civilização, como a própria ação das “turbas” em sua rebelião, era associado metaforicamente à destruição e a anarquia, como nesta correspondência entre os “motins” e uma queimada na floresta:

O solo estava preparado para o grande e pavoroso incêndio: alastrado de tantos combustíveis amontoados, uma faísca bastaria para abrasá-lo, sem haver talvez poder capaz de impedir a sua devastação. É impossível desviar o fogo quando lavra em campo de relvas ressequidas, entremeadas de matérias oleosas: e que quase sempre as chamas deixam brasidos que minam os madeiros e queimam até os troncos. É esta a imagem sombria, porém fiel, dos movimentos sediciosos.⁵³¹

Através desses trechos, o Barão de Guajará procurava utilizar-se de toda a sua erudição para demonstrar o quanto os “motins” eram “ameaçadores” à ordem instituída, representando um grande perigo de propiciar o “caos” político, social e econômico da região do Grão-Pará. Assim, embora Domingos Antônio Raiol, como já foi ressaltado, não estivesse voltado, em sua obra, para a discussão da destruição ambiental na Amazônia, ele não perdeu a “oportunidade” de realizar uma aplicação metafórica da mesma, na qual a ação das “turbas” em seus supostos atos “bárbaros” e “violentos” era relacionada a um incêndio na floresta, temível não apenas pela sua destruição, mas também pela suposta falta de controle sobre as suas chamas.

A diversificada narrativa de Raiol não limitou-se a comparar os “motins” ocasionados pelas lutas políticas à destruição gerada pela ação do fogo, ela também podia alterar tais associações em suas substâncias naturais, ao relacionar as ações das camadas populares, guiadas pelos seus líderes, à destruição causada pela água:

As massas populares (...) depois de transviadas é que perdem o sentimento do dever e praticam desatinos: depois de transviadas é que correm às cegas e tonteiam, sem haver então mais força capaz de conter seus delírios. São como os grandes volumes d'águas represadas que, transbordando, não encontram mais diques que possam sopeá-las, nem impedir seus estragos.⁵³²

⁵³⁰ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Op. Cit, Vol. III. p. 832

⁵³¹ Idem Ibidem. Vol. III. p. 803

⁵³² Idem Ibidem, Vol. III. p. 972

Neste trecho, pode-se verificar como o uso metafórico de “exemplos” relacionados aos elementos naturais tornou-se habitual na obra *Motins Políticos*. A referência à destruição de uma represa em comparação com as ações das turbas deixava transparecer duas perspectivas: a falta de controle sobre as conseqüências das rebeliões e principalmente a valorização de argumentos que remetessem ao desenvolvimento científico da época.

A inserção de metáforas por Raiol, relacionando os “motins” propiciados pelas “turbas” a destruição ocasionada por elementos naturais como fogo ou água, também pode ser entendido através de outros significados. Assim, ao observarmos a presença de referências ao mundo natural por meio de outra perspectiva, elas simbolizariam formas diferenciadas de “limpar” o solo, tanto por meio da prática da “coivara”, na qual o fogo destrói a mata para a agricultura, como também na ação da água, que através das chuvas “lavam” o chão.

É válido ressaltar que o emprego metafórico da natureza ou fenômenos naturais para descrever a ação das “turbas” foi algo corriqueiro nos escritos do Barão, que buscando opor a “civilização” em relação à “barbárie”, fez uso em diversos momentos de sua narrativa de termos como “ondas revôltas”,⁵³³ “fortes ventanias”,⁵³⁴ “lufadas da tormenta”,⁵³⁵ “tempestades revolucionárias”,⁵³⁶ para tentar descrever as ações dos rebeldes em sua suposta falta de controle e destruição.

Por meio deste enfoque, além da presença de descrições sobre a natureza, fica perceptível, certa ênfase nos escritos de Domingos Antônio Raiol de termos provenientes do meio natural, particularmente ligados às mudanças climáticas, para designar os “motins”. Essa prática não se constituiu de forma alguma em uma exclusividade do Barão de Guajará, sendo algo comum entre diversos intelectuais contemporâneos e posteriores.

Um exemplo sobre a “continuidade” dessas aplicações pode ser visto em um estudo referente à Cabanagem, elaborado no século XX, quando o autor Ernesto Cruz, ao descrever este movimento, expressou que os acontecimentos trágicos daquela guerra eram “como os relâmpagos que iluminam instantaneamente as estradas aos viajores nas noites de tempestades”.⁵³⁷

O fio condutor da associação entre a ocorrência dos “motins” e a propensa destruição ambiental era direcionado por uma “concepção evolucionista da história, tendo o

⁵³³ Idem Ibidem, Vol. III. p. 804

⁵³⁴ Idem Ibidem, Vol. III. p. 804

⁵³⁵ Idem Ibidem, Vol. III. p. 1005

⁵³⁶ Idem Ibidem, Vol. II. p. 556

⁵³⁷ CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Op. Cit. p. 301

progresso como idéia central”.⁵³⁸ Por meio deste enfoque, o Barão de Guajará deixava transparecer que seus ideais “civilizatórios” eram também caracterizados metaforicamente pelos “termos” e “exemplos” onde interagem natureza e ciência do qual não estavam dissociados.

4.3 - A mecânica dos motins: usos da física-natural

Sem dúvida, uma das maiores peripécias do pensamento ocidental – a extensão da mecânica à história –, quando a história deixa de ser o lugar do imprevisível, do arbitrário, e do fortuito e passa a ser co-extensiva a forma mais forte do determinismo, do determinismo mecânico.⁵³⁹

Se a historiografia no século XIX foi influenciada pela perspectivas de evolução e civilização, outro aspecto de interação com o cientificismo foi à idéia de aproximar o campo de conhecimento histórico da física-natural, que consistia em “postular uma sorte de causalidade física para a história (natureza do solo, tipo de clima, ‘temperamento’ dos povos) e em estabelecer para as matérias históricas as mesmas leis-relação à Newton, com base em princípios físicos”,⁵⁴⁰ por meio de uma perspectiva mecanicista.

Domingos Antônio Raiol, ao utilizar em sua narrativa, durante variadas circunstâncias o conceito de “motim”,⁵⁴¹ para caracterizar as constantes revoltas sociais e políticas ocorridas na província do Grão-Pará, entre 1820 e 1840, procurou adequar o encaminhamento de sua narrativa a preceitos que o aproximavam das leis da física, em suas “causas e efeitos”. Nessa perspectiva, o Barão de Guajará em várias passagens de sua obra tentou explicar os movimentos sociais utilizando conceitos pertencentes às ciências exatas, pois segundo ele, a “ordem moral das sociedades está sujeita também a certas leis como os

⁵³⁸ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 1998. p. 17-18

⁵³⁹ DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama: reflexões sobre o tempo e a historia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996. p. 179

⁵⁴⁰ Idem Ibidem. p. 179

⁵⁴¹ O termo *motim* será aqui empregado no sentido genérico de revoltas populares contra a ordem legal instituída. Durante todo o século XIX, a denominação foi utilizada várias vezes de forma indiscriminada para designar tanto os movimentos civis quanto militares.

fenômenos da ordem física: os acontecimentos políticos têm também a sua lógica natural; dadas as premissas, os corolários são certos e infalíveis”.⁵⁴²

Vale ressaltar que o físico inglês Isaac Newton, através de suas idéias mecanicistas da natureza, se constituiu ao longo do século XVII num dos importantes difusores dos estudos sobre os fenômenos físicos. Seus pensamentos acabaram influenciando o estudo científico dos séculos XVIII e XIX, pois naquele contexto, as leis da mecânica passaram a “explicar” também os acontecimentos humanos. Assim, os “motins” narrados ao longo do livro de Raiol eram enfocados a partir de uma aproximação com o meio físico-natural, pois os movimentos sociais passavam por mudanças que poderiam ser “medidas”, “controladas” ou até “evitadas” pelas autoridades, e os “motins” simbolizavam nas palavras deste autor, em uma evidente aproximação com as ciências exatas, eventos responsáveis pela “desordem que abalou todo o maquinismo social”.⁵⁴³

É importante salientar que o termo “motim” teve uso no meio intelectual brasileiro do século XIX, o mesmo, embora admitisse diversificadas leituras, quase sempre era empregado através de um viés negativo e preconceituoso, no qual era visto como anarquia/crime, propiciada pelos grupos sociais “incultos”, “desprovidos dos ideais de civilização” e muitas vezes chamados pejorativamente de “turbas”, voltadas contra as autoridades “legais”.⁵⁴⁴

Na ótica das elites letradas imperiais, as referências sobre os “motins” visavam alertar as autoridades para prevenir futuros distúrbios que poderiam ameaçar o “status quo” hegemônico. Assim, na historiografia oficial do Brasil do século XIX, as revoltas organizadas ou com participação das camadas populares, eram tratadas como ações negativas e perigosas.

Assim, são diversos os exemplos de inserção desse termo entre os membros da intelectualidade brasileira no século XIX. Nos distantes anos de 1843, o autor José Ignácio de Abreu e Lima, na obra *Compendio da historia do Brasil*, ao escrever sobre o contexto da regência, informou que no Ceará, após a abdicação de D. Pedro, um grupo de rebeldes tentou dominar Fortaleza e “(...) havendo falhado o golpe na Capital, fugiram os chefes do motim e foram incendiar o interior da Província, onde um Ourives do Ceará, por nome Antônio João

⁵⁴² RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Op. Cit. Vol. I. p. 344

⁵⁴³ Idem Ibidem. Vol. III. Op. Cit. p. 902

⁵⁴⁴ Em referência a esta questão ver: RICCI, Magda. *História amotinada: memórias da cabanagem*. Cadernos do CFCH, v. 12, n. 1-2. Belém: 1993, pp.13-28.

Damasceno, conseguiu reunir uma porção de malvados (...) cometendo roubos e mortes”.⁵⁴⁵

Uma década mais tarde, o historiador Francisco Adolfo Varnhagen, em seu estudo intitulado *Historia geral do Brazil* (1857), ao reportar-se a alguns eventos ocorridos na sociedade e economia do nordeste açucareiro durante a fase colonial, expressava que “um motim teve lugar na Bahia, em virtude da elevação do preço do sal, (...) A frente dos sublevados (...) estava (...) um João de Figueiredo, alcunhado o *Maneta*. (...) o governador (...) teve que capitular com vergonhoso tumulto”.⁵⁴⁶

Poucos anos depois, João Manuel Pereira da Silva, em sua obra *Historia da fundação do imperio brasileiro* (1865), ressaltava que em relação aos “motins e revoluções. Colloca-se o governo a frente das necessidades publicas reconhecidas, e pôde dirigir, moderar e aplacar então as aspirações do povo”.⁵⁴⁷

Por meio destas concepções, podemos perceber que entre muitos historiadores no Brasil, durante o contexto do segundo reinado, predominava no geral um discurso negativo em relação aos “motins”, impregnado de elementos depreciativos e de apoio à manutenção da ordem monárquica.

A escolha do termo “motim” conferia um grau menor ao movimento de rebelião, pois como ressaltou Tito Franco de Almeida, em uma obra escrita em 1867, durante a regência, a “integridade do Imperio foi posta em perigo, em quasi todas as estrellas brasileiras, por motins, revoltas e revoluções”.⁵⁴⁸ Assim, além dos elementos depreciativos enfatizados, os “motins” eram apresentados a partir do enfoque de um movimento “menor”, pouco organizado e sem objetivos claros, inferior se comparado à revolução.

Na perspectiva dos grupos dominantes políticos e intelectuais os “motins” descritos por Raiol eram uma lição para não ser esquecida. Não por acaso, em 1870, o presidente da província do Pará João Alfredo Correa de Oliveira, ao tratar do tema da “tranquilidade pública”, parecia fazer alusão a obra de Raiol, cujos primeiros volumes já haviam sido publicados, ao expressar que:

⁵⁴⁵ ABREU E LIMA, José Ignácio de. *Compendio da historia do Brasil*. Op. Cit. p. 281

⁵⁴⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Historia geral do Brazil*. Tomo II, Rio de Janeiro: H. Laemmert. 1857. p. 119

⁵⁴⁷ SILVA, João Manuel Pereira da. *Historia da fundação do imperio brasileiro*. Op. Cit. p. 191

⁵⁴⁸ ALMEIDA, Tito Franco de. *O Conselheiro José Furtado: biographia e estudo de história política contemporanea*. Rio de Janeiro: H. Laemmert. 1867. p. 3

E' certo que o governo tem feito o que deve para tranquilizar o paiz, com a certeza de que as nossas sabias instituições, mantidas e applicadas com lealdade, garantem a felicidade publica; mas também é certo que depois da amarga experiencia e dos dias luctuosos por que esta Provincia passou nos seus longos e repetidos motins políticos, as disposições pacificas (...) ficaram aqui por uma vez firmadas.⁵⁴⁹

Por essa razão, este conceito simbolizava a desconfiança dos grupos dominantes imperiais em relação quaisquer ações políticas das camadas populares. Ele representava o tom oficial, apoiando a opressão contra tudo aquilo que simbolizasse mudanças a favor das chamadas “turbas”. Ademais, a forma como o conceito “motim” é utilizado na obra de Raiol guarda aproximações com o pensamento científicista, pois os mesmos eram interpretados através de uma lógica mecanicista, caracterizada pela perspectiva na qual tanto quanto a “física, a história pode ser considerada ciência porque também produz explicações causais (...) o historiador só é capaz de explicar porque descobre leis gerais”.⁵⁵⁰ Nesse sentido, o Barão, influenciado pelas concepções desenvolvidas no século XIX, caracterizadas pela valorização do “ideal científico no campo das ciências humanas – inspirado pela poderosa mecânica newtoniana”,⁵⁵¹ acreditava que os movimentos de rebelião podiam ser explicados à luz dos fenômenos pertencentes às ciências exatas e naturais:

Quer na ordem física, quer na moral, os fatos estão subordinados a princípios eternos e imutáveis. As modificações circunstanciais não os alteram em sua essência. É assim que os motins obedecem às leis invariáveis de sua natureza: uma vez germinados, crescem e frutificam, prendem-se entre si e seguem o seu rumo fatal.⁵⁵²

Por meio de trechos como este Raiol deixava transparecer que sua percepção sobre os “motins” não era permeada unicamente de valores sentimentais do Romantismo, ele percebia esses movimentos sociais através de uma lógica marcada pela presença das ciências exatas e naturais difundidas em sua época. No pensamento do Barão, as rebeliões populares podiam ser explicadas em suas causas e efeitos, por meio de uma “ordem moral das

⁵⁴⁹ *Relatorio do presidente da provincia Doutor João Alfredo Correa de Oliveira passando a administração da mesma ao 1º vice-presidente, Doutor Abel Graça*. Belém: Typographia do Diario do Gram-Pará, 1870.

⁵⁵⁰ REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 108

⁵⁵¹ MALLATO, Heitor. *A explicação científica*. IN: CARVALHO, Maria Cecília M. (Org.). *Construindo o saber – metodologia científica, fundamentos e técnicas*. 18 ed. Campinas (SP): Papirus, 2007. p.49

⁵⁵² RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. III. Op. Cit. p. 803

sociedades’. Assim como certas leis e fenômenos da ‘ordem física’, as sociedades também teriam sua ‘lógica natural’⁵⁵³.

A visão cientificista da história dos “motins”, presente na narrativa de Raiol, consubstanciou-se na valorização de princípios objetivos, baseados em características eruditas e evolucionistas, nos quais os eventos humanos poderiam ser explicados em suas “causas” e “conseqüências”.

Por outro lado, os “motins”, ao serem descritos através deste enfoque, se aproximavam em essência dos corpos físico-biológicos, pois assim como a “água” ou o “fogo”, estavam “submetidos” às leis naturais, podendo ser previamente evitados, ou caso contrário, ameaçavam fugir ao controle humano. Nessa perspectiva, a história dos acontecimentos políticos presente na obra do Barão de Guajará ganhava, em seus últimos tomos, ares cada vez mais cientificistas, em que os “motins” eram exemplificados, pois como ressalta Magda Ricci:

A história une-se à política assim como o passado ao presente através da ordem moral das sociedades. Leis tão precisas como as da física regiam a organização social, sendo que o universo era o terreno propício para se levantar os pilares do edifício social e a história seu alicerce fundamental. Nasce uma história política onde cada ato era encarado como ações e reações de forma similar às leis de mecânica retiradas da física newtoniana.⁵⁵⁴

As palavras da autora Magda Ricci ajudam a perceber a proximidade existente na obra *Motins Políticos*, entre as “leis” da política e da física. Estas, para o Barão de Guajará, estavam próximas, simbolizando algo abrangente, pois “ultrapassa os limites das ciências, (...) e abrange todo o conjunto das concepções humanas”,⁵⁵⁵ adequando-se a explicação de movimentos sociais do passado e presente.

Outro indício para historiadores como Raiol fazerem utilização de conceitos originários das leis da física, estabelecendo a chamada “história mecanicista” era que assim como os escritores naturalistas de sua época, eles também almejavam a perspectiva de aproximar a escrita da história com a suposta “realidade” e “verdade” das ciências naturais e exatas. O Barão pensava que o uso destes “recursos” auxiliaria na compreensão e, possivelmente, na solução de certos fenômenos sociais, pois acreditava em “una visión

⁵⁵³ RICCI, Magda. *História amotinada: memórias da cabanagem*. Op. Cit. p. 17

⁵⁵⁴ Idem Ibidem. p. 18

⁵⁵⁵ DELAGE, Y. GOLDSMITH, M. Op. Cit. p. 1

mecânica que partia de la existencia en el universo de un orden que podia deducirse del movimiento de los cuerpos celestes”.⁵⁵⁶

Apoiado nas leis da mecânica, Raiol defendia não apenas a possibilidade de entender as questões e movimentos sociais em sua obra, mas também que os mesmos apresentavam em seus eventos, princípios exatos, sendo possuidores de leis fixas:

Ilude-se quem pensa que medidas violentas podem sempre extinguir as rebeliões. A ordem pública está sujeita à lei geral da mecânica: o calor em excesso aumenta, perturba e acelera o vapor com prejuízo certo da ação regular da força motriz. A garantia da ordem pública está sempre na circunspeção do governo, no seu critério e previdência. Sem os meios calmos de moderação e prudência será difícil, senão impossível, trazer o mecanismo social ao movimento refletido de que necessitam as variadas transformações do trabalho, fonte da verdadeira prosperidade pública e particular.⁵⁵⁷

Para Raiol, a relação metafórica entre as leis da física e os “motins” consistia na concepção de que, assim como o motor a vapor de uma locomotiva deveria receber a quantidade adequada de carvão para funcionar, as autoridades, ao lidarem com movimentos sociais, teriam a responsabilidade de fazer uso da “dose” ou medidas corretas, pois da mesma maneira que o excesso de carvão danificaria a máquina, os “motins” não “tratados” da forma certa, fugiriam ao controle, ameaçando a ordem político-social estabelecida.

A perspectiva de exatidão atribuída por Raiol aos movimentos sócio-políticos fazia parte de uma opinião político-filosófica, muito presente na segunda metade do século XIX, caracterizada pela visão de que a ciência seria capaz de dar respostas para as diversas aspirações do homem.

Vale ressaltar, que essa característica do cientificismo, estava muito próxima do Positivismo de Augusto Comte, que valorizava a “visão positiva dos fatos (...) e torna-se pesquisa de suas leis. Entendidos como relações constantes entre fenômenos observáveis. (...)”⁵⁵⁸ Assim, ao analisar os “fenômenos psicológicos, o espírito positivo deve visar às relações imutáveis presentes neles – como quando trata de fenômenos físicos”.⁵⁵⁹

Finalmente, seguindo a linha traçada por estudiosos como Newton, no início da era moderna, e principalmente Herbert Spencer, o Barão de Guajará acreditava que a narrativa

⁵⁵⁶ MOLINA, Manuel González de. Op. Cit. p. 65

⁵⁵⁷ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. II. Op. Cit. p. 436

⁵⁵⁸ COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia positiva: primeira lição*, Comte. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Abril cultural, 1978. p. 11

⁵⁵⁹ Idem Ibidem. p. 11

dos “motins” podia basear-se em uma perspectiva mecanicista da história, capaz de vislumbrar as ações das “turbas” por meio de princípios exatos e imparciais.

4.4 Germes rebelados: relações entre os “motins” e epidemias

No final da década de 1890, era publicado o último dos cinco tomos de *Motins Políticos*, nesse estudo, o autor Domingos Antônio Raiol declarava num dos momentos finais, que “Na perturbação geral que sobreveio ao morticínio e aos roubos, (...) a fome, a varíola, o escorbuto, a disenteria, toda sorte de vexames e sofrimentos que nos últimos tempos flagelaram a população”.⁵⁶⁰ Esta descrição, aparentemente despretensiosa, além de expor a ocorrência de epidemias no Pará, durante a primeira metade do século XIX, também deixa transparecer um aspecto presente no decorrer de sua narrativa: a suposta relação feita pelo Barão entre rebelião e epidemias.

A inclusão dessa análise, centrada no enfoque a doenças epidêmicas, refletia também a própria “concepção de progresso (...) na medida em que a alteração do registro da natureza e natureza humana ganhavam contornos diferenciados com a adoção da biologia”,⁵⁶¹ nitidamente presentes nos últimos tomos de *Motins Políticos*. Ao serem disseminadas por causas como mudanças climáticas, falta de higiene, guerras, destruição da floresta ou mesmo diretamente “pela fome, (...) causa das epidemias que se abatem sobre a população enfraquecida”,⁵⁶² as doenças possuem relações com o meio ambiente, sendo “absurdo negar a possibilidade de uma história natural das epidemias”.⁵⁶³

Porém, estas doenças contagiosas, apesar de sua origem natural e de serem propagadas a partir de múltiplos tipos de germes, bactérias e fungos, presentes no ambiente em geral, foram disseminadas, de acordo com Raiol, pelos estragos gerados nas lutas políticas, seguindo a lógica de que “os aumentos e quedas nos números de humanos, as mudanças repentinas de clima e das doenças, as pressões externas advindas das guerras (...) as tragédias do esgotamento e do colapso”,⁵⁶⁴ possuem inseparável relação com a política.

⁵⁶⁰ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. III. Op. Cit. p. 806

⁵⁶¹ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica*. Op. Cit. p. 79

⁵⁶² BURGUIÉRE, André. *A antropologia histórica*. IN: LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. 5ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 186

⁵⁶³ Idem Ibidem. p. 188

⁵⁶⁴ WORSTER, Donald. *Transformações da terra*. Op. Cit. p.8

Nesse sentido, o Barão de Guajará, propunha entre outras coisas, desvalorizar a multiplicidade de causas naturais das epidemias ao centrar quase que unicamente a ligação destas com a política, afirmando que os diversos choques armados, propiciados pelos participantes do movimento contra as chamadas “forças legais”, não haviam apenas desencadeado um grande número de mortos pelos conflitos e distúrbios sociais, mas também eram “responsáveis”, em virtude de seus atos, pela disseminação de doenças epidêmicas na população, entre elas a varíola.

Criticando dessa forma os excessos das “turbas”, Domingos Antônio Raiol subjazia em *Motins Políticos* que as ações dos rebeldes não traziam apenas como conseqüência as desordens político-sociais, mas também aprofundavam o estado de caos na saúde das populações da província do Pará, visto que a destruição e desorganização econômica, ocasionadas pelos constantes conflitos haviam se constituído num ambiente propício à difusão de epidemias. O fato de ter elaborado sua obra nas últimas décadas do século XIX, contribuiu para que suas idéias fossem marcadas pelo pensamento cientificista que estava em voga na Europa e EUA durante aquele contexto, pois “a história constitui-se em disciplinas, na segunda metade do século XIX, (...) pautada no modelo das ciências naturais, pela ciência contra a arte”.⁵⁶⁵

Difundidas na segunda metade daquele século, essas idéias representavam um rompimento com as perspectivas de muitos estudiosos pertencentes a épocas anteriores, pois “Até pouco tempo atrás os cronistas da história humana desconheciam os germes, e a maioria acreditava que as doenças epidêmicas tinham origem sobrenatural”.⁵⁶⁶ Raiol procurava desvirtuar os “motins”, fazendo uso dos mais variados tipos de artifícios; assim, as ações radicais das camadas populares não eram responsáveis apenas pelas mortes nos choques armados, estas ações poderiam originar o óbito de muitos inocentes por outros motivos, como as contaminações de variados tipos de doenças epidêmicas.

Vale ressaltar, que as observações em relação à disseminação de epidemias na região Norte não se constituíram de forma alguma em uma preocupação exclusiva do Barão de Guajará, muito antes dele, desde a época colonial, cronistas, viajantes e naturalistas já haviam demonstrado profundas inquietações com a ocorrência de epidemias no Pará, um deles, o botânico alemão Von Martius, no início do século XIX, após percorrer o Brasil entre 1817 e 1820, realizou a seguinte descrição sobre uma epidemia de varíola no Pará:

⁵⁶⁵CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ Editora. p. 194

⁵⁶⁶CROSBY, Alfred W. *Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 175-176

Em 1819, explodiu no Pará uma epidemia de varíola que pouco a pouco atacou cerca de 4.000 pessoas e, na pior fase, faleciam diariamente, de 36 a 48. (...) no Brasil, as mais graves epidemias de varíola, as que produziram maiores devastações nos índios, originaram-se entre os negros recém-chegados, e se irradiaram, por conseguinte, das populosas cidades litorâneas. (...) Foi o que aconteceu com o Pará em 1819.⁵⁶⁷

Mais que um fragmento de época, as percepções deste viajante europeu são bastante esclarecedoras, no sentido de revelar com poucos anos de antecedência, em relação ao contexto histórico presente na narrativa de *Motins Políticos*, que a ocorrência de epidemias, como a de varíola, era algo comum entre as populações amazônicas, possuindo diversas motivações, e não sendo sua disseminação direcionada quase que exclusivamente como consequência pelas lutas políticas que ocorriam no Pará.

Além disso, pode-se observar na descrição de Von Martius que no Pará da primeira metade do século XIX, a ocorrência de surtos epidêmicos atingia a população em geral. Situação bem diferente do quadro de contaminação presente em solo americano, no início do processo de colonização européia, quando os germes atingiam as populações nativas, sendo “os principais responsáveis pela devastação dos indígenas”.⁵⁶⁸

Outro aspecto a ser destacado, na descrição feita pelo viajante alemão, é que o mesmo, diferentemente de Raiol, não “concentra”, em sua obra, as explicações para a propagação de doenças no Grão-Pará a qualquer motivação política, tornando essa disseminação “inseparável” das causas naturais. Martius chega a afirmar, em relação à contaminação das crianças por varíola, que a mesma “se manifesta, de preferência (...) antes da estação quente das chuvas”.⁵⁶⁹

Evidentemente, como já foi citado num momento anterior, seria ingênuo pensar que o autor de *Motins Políticos* desconhecesse ou negasse as causas “naturais” das epidemias, vivendo em uma época de pleno desenvolvimento científico. Porém, para Raiol, foram particularmente as causas “artificiais”, propiciadoras de enorme destruição, fome e miséria geradas pelas lutas políticas no Pará, entre os anos de 1823 e 1840, que ganharam uma importância bem mais ampliada, além de “tons” dramáticos e emocionais, constantes na narrativa deste autor, pois segundo ele, “não existe talvez uma só família paraense, que ali não perdesse pelo menos um parente ou um amigo estremeado! A varíola que sobreveio, seguida de tantas outras enfermidades, não deixou ninguém incólume na consternação

⁵⁶⁷MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros*. Tradução, prefácio e notas de Pirajá da Silva. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Nacional. 1979. p. 76-77

⁵⁶⁸CROSBY, Alfred W. Op. Cit. p. 175

⁵⁶⁹MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. Op. Cit. p. 77

geral!”.⁵⁷⁰ Discorrendo de maneira muito clara acerca das perdas familiares ocasionadas diretamente pela eclosão dessas doenças, este trecho da obra expõe de forma perceptível a dramaticidade presente na narrativa de Domingos Antônio Raiol em relação à disseminação de epidemias.

Outro ponto relevante, nessa parte dos escritos do Barão de Guajará é a idéia de demonstrar que os “motins” foram responsáveis pelo agravamento da situação de miséria das populações paraenses, como se a mesma não existisse na fase anterior e não fosse uma das motivações para a própria ocorrência dos movimentos de rebelião.

Essas palavras, caracterizadas pelo tom emotivo, representavam uma espécie de denúncia contra um movimento que, segundo o autor, além da anarquia e das perdas econômicas, gerava a doença, a morte e enormes perdas familiares. Entretanto, se em *Motins Políticos*, os germes eram supostamente “personagens” ligados à política, estando inseridos nos eventos narrados, eles também demonstravam um grau de rebeldia tão profundo quanto as “turbas”, pois não tinham evidentemente preferências entre suas vítimas, que poderiam ser desde os participantes das camadas populares até os pertencentes às elites dominantes locais, infectando e derrubando grupos sociais e étnicos diversos como índios, negros, brancos e até estrangeiros, que desavisados ou não acabavam vitimados. Assim, fosse dentro da cidade de Belém, no meio das florestas ou no interior das embarcações, ninguém estava a salvo para evitar ser contaminado por alguma enfermidade e de morrer em virtude dela, como podemos verificar na descrição de Raiol sobre a força militar do vice-presidente Ângelo Custódio:

A única força de que poderia dispor era a marinagem dos navios de guerra, que nem tinham completas as suas guarnições; - eram as praças do batalhão de caçadores do Maranhão, das quais umas já tinham desertado e outras estavam doentes de varíola; - eram os voluntários.⁵⁷¹

Em razão da vasta parcela da população atingida pelas doenças epidêmicas, particularmente a varíola, como podemos perceber nesta citação, a luta pela liberdade e cidadania de alguns e pela manutenção da ordem instituída para outros, adquiria como pano de fundo na obra de Domingos Antônio Raiol a incerteza em relação a própria integridade físico-social das populações da província, pois a “foice” da morte era “agravada” pelas lutas políticas.

⁵⁷⁰ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. III. Op. Cit. p. 864

⁵⁷¹ Idem Ibidem, Vol. III. p. 816

Ao mesmo tempo em que privilegiava o argumento dos “motins” como propiciadores de epidemias, as opiniões do Barão de Guajará também eram influenciadas por outro aspecto pertencente ao cientificismo: a concepção de higienização. Originado a partir da Europa e dos Estados Unidos, o higienismo se caracteriza como “um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país (...) à civilização, implicam a (...) legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano”,⁵⁷² teoricamente voltadas, entre outros aspectos, para “melhorar” as condições de vida e saúde da população.

Essa perspectiva, defendida por parte das elites políticas e intelectuais do país em finais do século XIX, foi exercida em algumas das grandes cidades brasileiras da época. Raiol, referindo-se a uma epidemia de varíola, deflagrada durante o contexto no qual exerceu a presidência da província do Ceará (1882), expressou que essa doença estava “atacando de preferencia aos indigentes os quaes, como é natural, estão mais sujeitos a ação da molestia pela falta de observancia dos preceitos hygienicos”.⁵⁷³ Ao assumir a presidência de São Paulo, pouco tempo depois, o Barão reafirmava essas concepções ao considerar que para combater doenças deveriam ser “observados todos os preceitos hygienicos de que tanto depende a salubridade publica”.⁵⁷⁴ No início da república, outro exemplo desse processo foi à política de higienização ocorrida em Belém no contexto da borracha, da qual Raiol foi testemunha. Nela, o intendente “Antônio Lemos, ao adotar uma política sane-adora preventiva, propunha-se não somente a zelar pelo ‘bem-estar social’, como também cuidar de certos aspectos da vida urbana, como saneamento, saúde pública, estética da cidade etc”.⁵⁷⁵

Esta concepção, integrante do cientificismo, esteve presente, particularmente em alguns núcleos urbanos do Império, como no Rio de Janeiro, onde, em razão das altas taxas de mortalidade, as autoridades “colocaram na ordem do dia a questão da salubridade pública, em geral, e das condições higiênicas das habitações coletivas, em particular”.⁵⁷⁶ Dessa forma, como muitos intelectuais de sua época, Raiol acreditava na higiene pública, não apenas como forma de melhoria das condições sanitárias da população, mas também em uma relação com as questões sociais e políticas do período, pois enfatizava que a destruição gerada pelos motins, agravava o quadro de falta de higiene na região.

⁵⁷² CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. Op. Cit. p. 35

⁵⁷³ *Relatorio com que o exm. SR. Barão de Guajará passou a administração da provincia do Ceará*. Fortaleza. Typographia do Cearense, 1883. p. 14

⁵⁷⁴ *Fala dirigida a assembléia legislativa provincial de São Paulo na abertura da 1ª sessão da 25ª legislatura*. São Paulo: Typ. Da Gazeta Liberal., 1884. p. 7

⁵⁷⁵ SARGES, Maria de Nazaré. Op. Cit. p.143

⁵⁷⁶ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. Op. Cit. p. 30

Defensor da implementação das medidas higienistas, Domingos Antônio Raiol deixava transparecer em alguns momentos de sua obra *Motins Políticos*, a influência dessas idéias, caracterizadas também pela ligação entre “doença e limpeza corporal”. Assim, num dos momentos finais de sua narrativa, ele deixa transparecer essa perspectiva, ao expressar que:

Acresciam numerosos feridos, apinhados nas enfermarias, sem dieta nem higiene regular. E como complemento de tudo, havia ainda a falta de roupa que não permitia o conveniente asseio (...). E nem os banhos indispensáveis a saúde, era decente tomá-los no meio de tanta gente reunida, apesar de todos sentirem a necessidade de limpeza e refrigério ao calor ardente da estação, dando isso causa às enfermidades de que eram vítimas êsses infelizes.⁵⁷⁷

O trecho presente no último tomo de *Motins Políticos*, concernente ao momento dramático no qual as populações refugiadas na ilha de Tatuoca passavam por grandes privações, pode ser considerado um indício da presença de referências ao pensamento higienista nos escritos do Barão. Nele, a ênfase direcionada a necessidade do banho e conseqüentemente da limpeza corporal como componentes fundamentais para a saúde humana torna-se evidente, deixando transparecer que para o Barão de Guajará, muito além da fome, a falta de higiene, tornava-se um agravante maior para a difusão de epidemias no Grão-Pará, durante aquele contexto. A existência de um discurso higienista por parte de Raiol, provavelmente não se originava unicamente desta ou daquela literatura, mas também de contatos com autoridades médicas no momento em que exerceu carreira parlamentar ou de presidente provincial.

Além do higienismo, havia na obra *Motins Políticos* outra conotação cientificista, relacionada à doença, que não estava propriamente ligada ao corpo físico-social, mas direcionada às “desordens” políticas que ocorriam na província. Ela era responsável pela atribuição de um “papel simbólico das doenças”, em uma perspectiva caracterizada pela suposta relação metafórica entre o biológico e as questões político-sociais. Nessa perspectiva, a doença, ou pelo menos algumas conceituações de uso médico-científico, eram utilizadas para denominar os impactos nos conflitos paraenses, ocorridos no contexto histórico descrito. Assim, em determinados momentos de sua narrativa, o Barão do Guajará associava a própria ação das turbas a uma doença que precisava ser estirpada, tornando-se comum o uso de

⁵⁷⁷ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. III. Op. Cit. p. 879

termos como: “vírus da anarquia”⁵⁷⁸, “enfermidades públicas”⁵⁷⁹, “lepras sociais”⁵⁸⁰, “germens do descontentamento popular”⁵⁸¹, “olhos microscópicos”⁵⁸².

No tocante a esse aspecto, a linguagem empregada por Raiol não era a de um cientista ou médico, seu uso era muito mais metafórico, através de exemplos, para ressaltar sua erudição de escritor “polígrafo”, característica já ressaltada num capítulo anterior. Nesse sentido, é justamente a ênfase propiciada pelo Barão de Guajará em associar as ações políticas das turbas a uma doença, que se constitui um dos principais problemas a serem enfatizados nesta parte do estudo; visto que em sua obra, como foi ressaltado, Raiol, apesar de conhecedor, pouca atenção destina ao aprofundamento das discussões sobre as demais causas naturais da difusão de epidemias na província, concentrando suas atenções na relação entre política e doença.

Esse fato apenas demonstrava o quanto Domingos Antônio Raiol antipatizava as ações propiciadas pelos rebeldes naqueles “motins”, a ponto de considerá-las um mal, que assim como as doenças epidêmicas, segundo ele, havia contaminado grande parte da população provincial. Dessa forma, os “germens rebelados”, presentes em sua narrativa, não estavam somente ligados à saúde física da população do Pará. Eles, assim como as doenças epidemiológicas narradas anteriormente, possuíam o seu território demarcado, cujo epicentro nem sempre era o mesmo da geografia ou especificamente do meio natural, mas principalmente o da “má política”. Esta, sob comando das turbas, além de constituir-se em *Motins Políticos* na mais presente causa de disseminação de variados tipos de epidemias, representava por si mesmo uma doença, funcionando como “pólipos asquerosos que afetam e estragam o corpo social”,⁵⁸³ que urgentemente deveriam ser extirpados. Nesse ponto a obra *Motins Políticos*, seguia de maneira clara a máxima de Cícero,⁵⁸⁴ em relação às doenças, ao reforçar o seu papel de difundir o “ensinamento” particularmente direcionado para a sociedade em geral do Pará, pois, de acordo com os escritos do Barão de Guajará, os males sociais e políticos eram responsáveis pelas agruras epidêmicas sofridas pelas populações provinciais.

Finalmente, tão “graves” doenças presentes na sociedade paraense da época não representavam apenas o favorecimento das ameaças à saúde física, mas causavam, na visão

⁵⁷⁸ Idem Ibidem, Vol. II. p. 517

⁵⁷⁹ Idem Ibidem, Vol. II. p. 628

⁵⁸⁰ Idem Ibidem, Vol. II. p. 413

⁵⁸¹ Idem Ibidem, Vol. III. p. 804

⁵⁸² Idem Ibidem, Vol. II. p. 519

⁵⁸³ Idem Ibidem. Vol. III. p. 973

⁵⁸⁴ De oratore, II, 9, 36. In: CICERÓN, M. T. *El Orador*. Ed. bilingüe. Texto revisado y traducido por A. Tovar y A. R. Bujaldón. Barcelona: Alma Mater, 1967.

do Barão de Guajará, um risco ainda maior a ordem político-social, que precisava ser preservada e restabelecida. Para isso, tornava-se necessário o uso de “remédios” variados, destinados as “curas” das enfermidades, que atingiam a província. Assim, para os males físicos, deveriam ser utilizados os meios da medicina, para os sociais, existiam outras formas de cura, que iam desde os meios “menos dolorosos” como o desenvolvimento educacional e econômico, como aqueles “mais amargos”, simbolizados pela extrema repressão imposta pelas “forças legais”. Somente com a utilização desses “remédios”, era possível trazer de volta a “saúde” política, social e também física de uma província que segundo Raiol ameaçava entrar em “óbito”.

4.5 A natureza “inferior” do negro: analisando a presença de teorias raciais na obra *Motins Políticos*

Além de possuir muitas passagens que mostram a relação entre os “motins” e “epidemias”, outro aspecto, de interação da obra do Barão de Guajará com o pensamento cientificista, se constitui na presença de fragmentos pertencentes ao discurso biológico-racial, cuja existência na escrita deste autor torna-se perceptível, nas observações sobre a participação de populações negras nos movimentos de rebelião.

O Barão, que havia demonstrado em outro livro, seu apoio ao pensamento racial, expressando em relação à colonização da Amazônia, que a mesma deveria ser realizada por “raças laboriosas e moralizadas”,⁵⁸⁵ e elogiando o estudioso Louis Agassiz pela “brilhante preleção que fez na Côrte do Império em maio de 1866”,⁵⁸⁶ encontrava nas referências sobre a participação negra nos “motins” do Grão-Pará, outra via de acesso para expor essas concepções, direcionando as populações de origem africana na Amazônia, opiniões caracterizadas por critérios evolucionistas e biológicos. Nessa perspectiva, Domingos Antônio Raiol vislumbrava as populações negras amotinadas, não apenas como rebeldes. Havia em seu discurso certa aceitação de teses raciais, ainda que em muitos momentos encobertas por descrições generalizantes ou metafóricas sobre as turbas.

⁵⁸⁵ RAIOL, Domingos Antônio. A Abertura do Amazonas. In: *Obras de Domingos Antônio Raiol*. Op. Cit. p.

21

⁵⁸⁶ Idem Ibidem. p. 126

Por outro lado, é válido ressaltar que as teorias raciais, desenvolvidas principalmente a partir do século XIX, não podem ser desvinculadas da natureza. Assim, a perspectiva de hierarquizar os traços físicos e mentais humanos, categorizando os brancos como portadores de maior “capacidade” intelectual que as outras “raças”, não esteve em momento algum desvinculada do mundo natural, na qual os *poligenistas* acreditavam que os grupos humanos, por exemplo, descendiam de diferentes tipos de primatas, enquanto que os *monogenistas* defendiam uma origem humana única, mas que encontrava-se em diferentes estágios de evolução, sendo os brancos considerados os mais “evoluídos”.

Longe de ser um pensamento unicamente teórico, o discurso racial do século XIX procurava ter uma fundamentação centrada na natureza biológica dos seres humanos, na qual a idéia de raça era ancorada em “critérios” de classificação física e comportamental. Partindo deste pressuposto, a presença de teorias raciais na narrativa da obra *Motins Políticos* não pode ser desvinculada de sua suposta relação com o mundo natural amazônico, pois é perceptível no discurso de Raiol, e de outros intelectuais contemporâneos, a relação entre natureza e grupos raciais considerados “inferiores”. Dessa maneira:

Baseados nos princípios da evolução da espécie e da seleção natural, os darwinistas acreditavam numa raça pura, mais forte e sábia que eliminaria as raças mais fracas e menos sábias, desenvolvendo, portanto, a eugenia. (...) Estes pensadores antagonizavam com teóricos que, como Gobineau, acreditavam na tese de que a natureza produziria um número limitado de tipos correspondentes às raças puras primordiais, que iriam se degenerando gradativamente, de acordo com o grau de miscigenação que atingisse.⁵⁸⁷

Receptivo e alicerçado nestas concepções científicas, difundidas a partir da Europa, Raiol deixou perceber em vários de seus escritos ou falas políticas, ser um defensor da idéia de existência de várias raças, e principalmente da hierarquia entre as mesmas. Assim, na narrativa de *Motins Políticos*, podemos encontrar em vários momentos a presença de idéias pertencentes ao discurso racial, particularmente direcionado às populações de “cor”. Estes pensamentos, expressos metaforicamente ou não, se concentraram nos últimos três tomos, elaborados após 1870, marcados pela difusão do pensamento científico e pelo “impacto” do movimento abolicionista, que agitava o Brasil na época.

⁵⁸⁷SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo/Rio de Janeiro: Pallas/EDUC/Fapesp, 2001. p. 51

Um exemplo dessa postura ocorreu em 1883, momento no qual Raiol exercia a presidência da Província do Ceará, pois, ao perceber que os oficiais do “exército desempenharam um papel importante na luta pela abolição (...) escreveu ao Primeiro-Ministro Paranaguá reclamando a organização de um clube abolicionista militar e pedindo a transferência do décimo-quinto batalhão”,⁵⁸⁸ no que foi atendido.

Outro acontecimento que supostamente expõe a perspectiva anti-abolicionista do Barão de Guajará, foi ocasionado pela formação da chamada “República de Cunani”, formada por escravos fugidos na região do atual Amapá, que apesar da diversidade de interesses e influências, inclusive do Haiti, representava uma ameaça aos proprietários de escravos na Amazônia. Em oposição à mesma, “sucessivas expedições comandadas por Domingos Antônio Rayol, então governando a província do Pará, acabaram destruindo o projeto libertário dos negros escravos”.⁵⁸⁹

Mesmo envolvido em muitas dessas ações polêmicas, ocorridas nos anos finais do Império e da escravidão no Brasil, é importante ressaltar que a postura do Barão de Guajará em relação à abolição ainda é uma incógnita, sendo necessária a realização de estudos mais sistemáticos sobre o assunto.

Por outro lado, na obra *Motins Políticos*, fica perceptível a presença de fragmentos de um discurso político-racial por parte do Barão, caracterizado especialmente pela ênfase a suposta existência de um “ódio de raças dos homens de côr contra os brancos que eram em menor número, e ninguém mais pôde escapar das vinditas particulares”.⁵⁹⁰ Essa percepção, valorizadora de caracteres raciais, tipicamente cientificistas, era reforçada em razão de Raiol, ao descrever a participação negra nos motins, associar os supostos atos de violência cometidos pelos rebeldes de “cor”, a fatores biológicos, como pode-se perceber na citação a seguir:

Depois do abandono da capital, ninguém mais ousará contrariá-los; e, pois, só rancores e sentimentos profundos de raças que se consideravam vilipendiadas, a não ser demência, aberração da natureza ou perversidade levada ao seu auge, podiam instigar tão desumanos cometimentos.⁵⁹¹

⁵⁸⁸ SCHULZ, John. *O exército na política: origens da intervenção militar 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 98

⁵⁸⁹ AQUINO, Rubim Santos Leão de, (et ali). *Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 59

⁵⁹⁰ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. III. Op. Cit. p. 806

⁵⁹¹ Idem Ibidem. Vol. III. p. 925

Ao descrever as ações impetradas pelos negros envolvidos na Cabanagem, após a conquista da capital provincial Belém, Raiol deixa transparecer, que em sua opinião, a participação de “homens de cor” nos motins do Grão-Pará, estava muito além das questões políticas ou econômicas. Para o Barão, os “rancores e sentimentos profundos de raças”, estavam no subconsciente dos negros rebelados, que intensificaram seu ódio contra as populações brancas. Raiol interpretava os amotinados de origem africana através de concepções influenciadas pelos pensamentos raciais cientificistas, nos quais os atos “violentos” das populações negras no movimento cabano podiam ser comparados a uma “aberração da natureza”. Sem desprezar os aspectos político-ideológicos, o Barão de Guajará considerava, especificamente em relação aos negros rebelados, a presença de caracteres biológicos como determinantes nas ações dessas populações.

A valorização da perspectiva de “luta racial” direcionada aos “motins” tornou-se, nesta obra, uma preocupação constante, pois de acordo com seu autor, o pensamento cientificista se transformava em “instrumento” indispensável para a respectiva narrativa. O medo do Barão em relação às populações negras amotinadas era evidente, a ponto de este historiador considerar que os “motins” no Grão-Pará não simbolizavam apenas uma luta por interesses políticos ou econômicos, mas envolvia também um suposto ódio das populações negras em relação aos brancos. Para Raiol, tal situação representava uma “degeneração” do movimento:

O movimento faccioso tinha degenerado em ódio de raças, ódio nascido de vexames e extorsões de que se julgavam vítimas os índios, os pretos, os mestiços e os seus descendentes, ódio entranhado desde os tempos coloniais e sufocado por muitos anos, o qual irrompera nesses dias nefastos contra os opressores verdadeiros ou imaginários daqueles.⁵⁹²

Além do caráter de vingança, a presença do termo “degenerado” para descrever a situação em que se encontravam as lutas políticas naquela província, se constitui em um exemplo claro da valorização por parte do Barão em relação a essas concepções raciais. Nesse sentido, a presença do termo “degenerado”, mesmo que de forma metafórica, na obra de Raiol, se constitui em um indício interessante da aceitação das idéias contidas no pensamento *poligenista*.

⁵⁹² Idem Ibidem. Vol. III. p. 925

Segundo os intelectuais que compactuavam com esse pensamento “a ‘degeneração’ (...) poderia advir do cruzamento de ‘espécies diversas’”,⁵⁹³ aspecto que contribuía para supostamente “enfraquecer” as mesmas, por isso, muitos defensores dessas concepções eram contra a “hibridação”, termo depreciativo utilizado para denominar a mestiçagem. Além dessas características, o uso desse termo possibilita também entender que para Raiol, os “motins”, com a participação cada vez maior de negros, colocavam em perigo a manutenção do status quo, por ameaçarem a própria existência dos brancos.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que ressaltava a ameaça da participação negra nos movimentos de rebelião, Domingos Antônio Raiol demonstrava estar “atualizado” frente aos estudos raciais mais conhecidos no Brasil de seu tempo, ao procurar traçar um quadro referente à distribuição populacional amazônica na época regencial, e utilizando como critério o pensamento cientificista desenvolvido por José Veríssimo em sua obra *Cenas da vida amazônica*, como pode-se observar na citação a seguir:

Em 1833 calculava-se a população livre do Pará em 119.877 habitantes, inclusive 32.751 índios; e a escrava em 29.977. Não entraram neste cálculo os mestiços descendentes da raça branca cruzada com a indígena e africana, os quais deviam atingir a soma muito mais elevada que a dos índios e africanos referidos (...). *Nas Cenas da Vida Amazônica*, (...) o Sr. José Veríssimo sustenta ainda hoje que os mestiços formam mais de duas têsas partes da população paraense; e tratando do cruzamento de raças nas regiões amazônicas, faz interessantes considerações sôbre os tapuios, curibocos, mamelucos, mulatos, carafuzes e outras castas que nascem do entrelaçamento dêstes entre si.⁵⁹⁴

Inseridas pelo Barão de Guajará em nota de rodapé, em uma página que tratava do suposto “ódio de raças”, entre populações negras e brancas no Grão-Pará, essas palavras instigantes indicam que a preocupação desse autor, quanto aos conflitos deflagrados na região, envolvia diretamente a questão racial. Além disso, o uso de termos como: “cruzamento de raças”, “mestiço” demonstra que Domingos Antônio Raiol conhecia e fazia uso de todo um jargão cientificista, comum no meio intelectual de seu tempo.

Ademais, elas deixam transparecer que na opinião do Barão, a existência de um grande número de mestiços, índios e negros em detrimento a minoria branca, correspondia a mais uma preocupação a manutenção da ordem na Amazônia durante os movimentos de rebelião na época regencial.

⁵⁹³ SCHWARTCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças*. Op. Cit. p. 56

⁵⁹⁴ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. III. Op. Cit. p. 806

Outro ponto a ser ressaltado é que as percepções do Barão de Guajará, direcionadas as populações negras amotinadas, eram consequência de todo um contexto histórico e político, no qual a temática da “escravidão era uma questão crucial”⁵⁹⁵ e a perspectiva de “branqueamento” da população brasileira encontrava-se enraizada no plano ideológico das elites intelectuais e políticas do império, que sob a “influência das teorias científicas raciais que então se produziam na Europa e nos Estados Unidos (...) passam a tratar o tema do negro (...) da perspectiva de sua substituição física pelo imigrante”.⁵⁹⁶

Domingos Antônio Raiol, mostrou essa preferência em outros estudos, particularmente no livro *Abertura do Amazonas*, obra caracterizada por conter diversas falas políticas parlamentares em defesa da abertura comercial desse rio, em que esse autor apóia o processo de imigração européia para o norte do império, como forma de impulsionar o processo “civilizatório” para a região.

Mas, além dessa argumentação liberal em defesa do “progresso” e “civilização” em relação à Amazônia, é preciso lembrar que para algumas lideranças políticas imperiais da segunda metade do século XIX, o negro deveria aparecer apenas “como um fator dinâmico da vida social e econômica”.⁵⁹⁷ e nunca no papel de turbas amotinadas, pois no pensamento de Raiol, a presença da raça “inferior” negra seria uma das causas para a “degeneração” do movimento a um patamar ainda mais degradante e ameaçador.

Sua preocupação, ao inserir constantemente argumentos metafóricos ou não, com termos pertencentes ao cientificismo, era contemporânea, pois o fortalecimento e a falta de controle sobre o movimento abolicionista era para o Barão uma ameaça significativa de transformar o Brasil em um novo Haiti:

O sentimento de insegurança social e o ‘haitianismo’, ou seja, o pavor de uma insurreição de escravos ou mestiços como a que se dera no Haiti em 1794, não devem ser subestimados como traços típicos da mentalidade da época, reflexos estereotipados da ideologia conservadora e da contra-revolução européia.⁵⁹⁸

Na percepção de Raiol, a história tinha uma grande responsabilidade de esclarecimento às elites político-sociais do Império, pois ela “transmite o passado a

⁵⁹⁵ KOTHE, Flávio R. *O Cânone imperial*. Op. Cit. p. 469

⁵⁹⁶ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 3ª Edição. São Paulo: Annablume, 2004. p. 51

⁵⁹⁷ ORTIZ, Renato. Op. Cit. p.19

⁵⁹⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Op. Cit. p. 23

posteridade reproduzindo as cenas que (...) lhe podem servir de normas de conduta no grande teatro da vida”.⁵⁹⁹ Assim, sua narrativa tinha a missão de mostrar que os “motins” trouxeram prejuízos para todos, pois além de terem se “degenerado em ódio de raças, (...) tanto sofreram os brancos, como os tapuias e homens de cor”.⁶⁰⁰

Aplicando o pensamento racial aos estudos sobre as lutas político-sociais na Amazônia, Raiol delineou em múltiplos momentos da obra *Motins Políticos*, observações importantes que além de aprofundar o conhecimento sobre a participação negra nos movimentos de rebelião, permitiam verificar o contraste existente entre essas populações e os ideais civilizatórios, inseridos em um prisma biológico propostos pelo autor. Dessa forma, para Raiol, além da repressão aos movimentos de rebelião, as autoridades políticas e intelectuais deveriam preocupar-se com o processo evolutivo das populações amazônicas, que pertencentes a grupos étnicos indígenas, mestiços e negros, necessitavam ser “regeneradas” por populações brancas, tanto no âmbito da manutenção da ordem política, como também “racialmente”.

4.6 Os Tapuias e a civilização: analisando a presença do índio na obra *Motins Políticos*

Se existe um aspecto que contrasta com a grandiosidade e riqueza documental presentes na obra *Motins Políticos*, estudo produzido por Domingos Antônio Raiol, caracterizado por analisar uma série de lutas político-sociais ocorridas no Grão-Pará durante a primeira metade do século XIX, foi à minúscula quantidade de descrições em relação à participação indígena nos eventos descritos.

Sua narrativa, mesmo enfocando um movimento cujo cenário principal foi à imensidão da floresta Amazônica e seus rios, poucas referências faz em relação à participação dos diversos grupos indígenas que habitavam a região nos movimentos de rebelião, aspecto no mínimo inusitado quando se observa o envolvimento quase geral da população do Grão-Pará no processo de lutas desencadeado após a Adesão.

Esse quase “silêncio” em relação ao “papel” indígena no processo de conflitos deflagrados na Amazônia entre 1820 e 1840 não deixa de ser instigante por ter ocorrido num estudo realizado sob a égide o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro),

⁵⁹⁹ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. II. Op. Cit. p. 416

⁶⁰⁰ Idem Ibidem. Vol. III. p. 1000

instituição que através de suas sessões de etnologia e arqueologia criou “um espaço oficialmente definido para o estudo dos assuntos indígenas”⁶⁰¹ e que, algumas décadas antes, em 1840, havia promovido um concurso de monografias cujo “prêmio coube ao naturalista alemão Karl Von Martius, que destacou como eixo da formação histórica brasileira a fusão das três raças encarnadas no português, no índio e no africano”.⁶⁰²

Nos anos subseqüentes, assim como o historiador Francisco Adolfo Varnhagen, diversos estudiosos realizaram múltiplos trabalhos “sobre os indígenas: música, língua, usos, armas, indústria, idéias religiosas, organização social, trabalho, guerra, medicina”⁶⁰³ com o objetivo de “estabelecer uma sistematicidade na coleta de informações que pudesse atentar para as particularidades de cada grupo indígena”,⁶⁰⁴ reforçando a “avaliação eurocêntrica sobre os povos não brancos”⁶⁰⁵ que já havia sido enfatizada no texto de Von Martius.

Ao defender em sua obra *História geral do Brasil* (1854-1857) que a “história brasileira só começava em 1500”⁶⁰⁶ com a chegada dos portugueses, Varnhagen tornou-se “porta-voz de toda uma corrente que preconizava o uso da força contra os índios bravos, sua distribuição como recompensa aos que cativarem sua fixação e trabalhos compulsórios”.⁶⁰⁷ Por acreditar na condição do índio como uma “raça inferior”⁶⁰⁸ que deveria passar por um processo “civilizatório”, esse estudioso defendia a escravização como o “caminho” mais adequado para alcançar esse fim, ao afirmar que:

Longe de condenarmos que se fizesse uso da coacção pela força para civilisar nossos Índios, estamos persuadidos que não era possível haver empregado outro meio; e que delle havemos de lançar mão nós mesmos, em proveito do paiz, que aumentará seus braços úteis, em favor da dignidade humana, que se vexa em presença de tanta degradação, e até em benefício desses mesmos infelizes, que ainda quando nas nossas cidades passassem á condição em que se acham nossos Africanos, viveriam nelas mais tranquilos e mais livres do que vivem, sempre hororisados na sua medonha liberdade nos bosques, temendo a cada momento ser apanhados e trucidados por seus visinhos. Sim: acudamos, em quanto é tempo esses infelizes, que se estão exterminando e devorando mutuamente, e que todos são nossos parentes em Adão: procuremo-lhes o bem, apezar delles, que não sabem o que fazem.⁶⁰⁹

⁶⁰¹ KAORI, Kodama. *Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009. p. 89

⁶⁰² VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Op. Cit. p. 367

⁶⁰³ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Op. Cit. p. 36

⁶⁰⁴ KAORI, Kodama. *Os Índios no Império do Brasil*. Op. Cit. p. 86

⁶⁰⁵ Idem Ibidem. p. 156

⁶⁰⁶ VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Op. Cit. p. 367

⁶⁰⁷ CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.p. 137

⁶⁰⁸ BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos*. Op. Cit. p. 193

⁶⁰⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brazil*. Op. Cit. p. 21

Essas palavras de Varnhagen, presentes no livro intitulado *História geral do Brasil*, representavam parte de um trabalho desse autor, onde ele expõe, entre outros aspectos, suas concepções em defesa do processo de “civilização” e “cooptação” dos grupos indígenas que ainda subsistiam no Brasil durante o 2º reinado.

Para esse historiador, o melhor destino das populações indígenas que sobreviviam em estágio de “barbárie” seria a integração forçada aos valores e cultura do homem branco, pois os “índios não eram donos do Brasil, nem lhes é applicavel como selvagens o nome de *Brazileiros*: não podiam civilisar-se sem a presença da força”.⁶¹⁰

Outro ponto ressaltado por Varnhagen é que os índios “de modo algum podem (...) ser tomados para nossos guias no presente e no passado em sentimentos de patriotismo ou em representação da nacionalidade”,⁶¹¹ expressando que a exaltação da figura do índio não passava de uma espécie de “pseudo-philantropia”, e concluía seu pensamento admitindo que “um historiador nacional e christão tem outros deveres a cumprir”,⁶¹² muito mais significantes.

A ênfase desse historiador ao uso de métodos repressivos como a escravidão para acelerar o processo “civilizatório” das populações indígenas brasileiras e o pouco caso destinado ao passado dessas sociedades, suscitou muita polêmica durante a segunda metade do século XIX, particularmente quando alguns autores românticos começaram a “exaltar o elemento aborígene na formação de nossa nacionalidade”,⁶¹³ considerando o pensamento de Varnhagen como “um verdadeiro crime”.⁶¹⁴ Assim, diversos intelectuais pertencentes a variadas áreas de conhecimento opuseram-se diretamente às opiniões de Varnhagen. No meio historiográfico e poético, o estudioso Domingos Gonçalves de Magalhães, por meio das obras *A Confederação dos Tamoios* (1856) e principalmente *Os Indígenas perante a história* (1860) assumiu uma “defesa intransigente do papel histórico dos nativos”⁶¹⁵, propondo que os intelectuais brasileiros retratassem “a América junto com os costumes indígenas, ao invés de se inspirarem na natureza clássica”.⁶¹⁶

Além disso, no campo literário, uma das vertentes românticas brasileiras, desenvolvida nas décadas de 1850 e 1860 conhecida como “indianismo” também travou uma acirrada “batalha” contra as percepções de Varnhagen. O “indianismo” se constituiu na

⁶¹⁰ Idem Ibidem. p. 28

⁶¹¹ Idem Ibidem. p. 28

⁶¹² Idem Ibidem. p. 28

⁶¹³ BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos*. Op. Cit. p. 194

⁶¹⁴ Idem Ibidem. p. 194

⁶¹⁵ VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Op. Cit. p. 367

⁶¹⁶ VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. Op. Cit. p. 34

época como “uma verdadeira moda”,⁶¹⁷ congregando nomes do porte de “José de Alencar, na prosa, e Gonçalves Dias, no verso”,⁶¹⁸ cujas mais conhecidas obras foram respectivamente *O Guarani* (1857) e *Os Timbiras* (1857). Os integrantes desse movimento almejavam transformar o índio em “exemplo de pureza, um modelo de honra a ser seguido (...) surgia à representação idealizada, cujas qualidades eram destacadas na construção de um grande país”.⁶¹⁹

Opondo-se às opiniões de Varnhagen, que os “chamava de patriotas caboclos”,⁶²⁰ os autores “indianistas” alcançaram êxito na “imposição da representação romântica do índio como símbolo nacional”.⁶²¹ As propostas defendidas por eles ganharam rapidamente prestígio por parte do Império, pois a “valorização do pitoresco da paisagem e das gentes (...) em vez do genérico, encontram no indígena o símbolo privilegiado. Representando a imagem ideal (...) no sentido de construir um passado honroso”⁶²² para o Brasil.

Praticamente na mesma época em que essa polêmica se desenrolava, os primeiros tomos do livro *Motins Políticos* começavam a ser publicados. Neles, Domingos Antônio Raiol deixava transparecer nas entrelinhas das poucas referências relacionadas à participação indígena nos movimentos de rebelião no Grão-Pará as concepções direcionadas aos gentios. Nesse sentido, os trechos de *Motins Políticos* nos quais o Barão do Guajará dirige-se à participação indígena nos movimentos de rebelião ocorridos no Grão-Pará entre 1820 e 1840 estão longe do sentimentalismo Romântico.

Suas idéias em relação ao índio, chamados em muitos momentos genericamente de “tapuias”,⁶²³ podem ser percebidas nas raras descrições acerca dessas populações no livro em questão, e favorecem a percepção na qual havia mais proximidade do viés “civilizatório” defendido por Varnhagen do que propriamente do “indianismo” Romântico. Assim, para uma melhor compreensão das perspectivas defendidas por Raiol em relação aos índios, é

⁶¹⁷ BROCA, Brito. *Machado de Assis e a Política: mais outros estudos*. São Paulo: Polis, Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1983. p. 136

⁶¹⁸ Idem Ibidem. p. 136

⁶¹⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do imperador*. Op. Cit. p. 136

⁶²⁰ Idem Ibidem. p. 140

⁶²¹ Idem Ibidem. p. 140

⁶²² Idem Ibidem. p. 140

⁶²³ Apesar da não participação direta nas polêmicas intelectuais envolvendo a figura dos índios, a ênfase direcionada ao termo “tapuia” como denominação para os grupos indígenas amotinados, presentes nas páginas de *Motins Políticos*, deixa transparecer que as representações dessas populações por Domingos Antônio Raiol eram muitas vezes marcadas pela negatividade. Vale ressaltar que no século XIX, segundo Manuela Carneiro da Cunha, ganhou força a idéia de bipolaridade, na qual o “tupi” era idealizado como aquele que simbolizava a pátria e o “tapuia” era concebido como símbolo da selvageria e brutalidade. Ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

valido conhecer as origens e os significados do conceito “civilização”. O mesmo segundo Norbert Elias:

O conceito francês de *civilisation*, exatamente como o conceito alemão correspondente *kultur*, emergiu (...) na segunda metade do século XVIII. Seu processo de formação, função e significado foram tão diferentes (...) como as circunstâncias e costumes da classe média nos dois países (...) *civilisé* era, como (...) os membros da corte gostavam de designar, em sentido amplo ou restrito, a qualidade específica de seu próprio comportamento, e com os quais comparavam o refinamento de suas maneiras sociais, seu ‘padrão’, com as maneiras de indivíduos mais simples e socialmente inferiores.⁶²⁴

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, esse conceito em seus usos e atribuições, difundiram-se rapidamente por grande parte do mundo ocidental, alcançando de forma intensa a intelectualidade e lideranças políticas da América Portuguesa e de outras colônias européias.

Por meio dessa ideologia valorizadora do caráter civilizatório, ocorreu uma espécie de classificação dos “povos e raças, atribuindo-lhes um lugar e um papel na história humana. Para tanto, negou-se a existência de sociedades com história, documentação e formas de escrita fora do espaço europeu e asiático”.⁶²⁵ Além disso, naquele contexto, a “oposição entre Europa e América foi decisiva para a formação da consciência moderna, em que idéias centrais como o progresso e a superioridade da civilização, adquiriram evidência na figura histórica do selvagem de além-mar”.⁶²⁶

Tempos mais tarde, no Brasil Imperial, a “expressão *civilização* foi certamente uma das mais utilizadas pelas elites políticas, médicas, jurídicas, literárias e religiosas”⁶²⁷, sendo bastante comum em meio a variados discursos, principalmente aqueles que defendiam que “o país precisava avançar na civilização, aproximar-se das nações civilizadas européias, implementar medidas civilizadoras”.⁶²⁸

Em suma, para grande parte dos grupos dominantes nacionais no período, o desejo de estabelecer um modelo de “civilização” européia nos trópicos estava diretamente relacionado à superação de diversos “males e problemas do país, dentre eles, a forte

⁶²⁴ ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador*. Op. Cit. p. 53-54

⁶²⁵ VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. Op. Cit. p. 23-24

⁶²⁶ Idem Ibidem. p. 24

⁶²⁷ VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Op. Cit. p. 141

⁶²⁸ Idem Ibidem. p. 141

presença da herança africana”⁶²⁹ e também indígena. No pensamento de Raiol, os grupos indígenas participantes das lutas político-sociais na Amazônia, embora fossem em muitas situações aculturados, ou passando por esse processo, não haviam ainda alcançado a “civilização” em sua plenitude, por isso não possuíam nada de heroísmo em suas ações, caracterizadas muito mais como violentas, selvagens e ameaçadoras ao desenvolvimento do Império brasileiro ao longo do século XIX.

No presente livro, era comum, os nativos encontrarem-se em “papéis” pouco importantes e não possuírem voz ativa, participando da narrativa como meros “figurantes”. Os índios eram, em diversas situações, apresentados como colaboradores dos atos de violência no Grão-Pará durante o contexto das rebeliões, como podemos observar na citação a seguir:

Jacó patacho (...) em uma pequena embarcação tripulada por índios, assaltava e roubava as canoas encontradas nas águas do Guajará e outros rios próximos à capital, assassinando as pessoas que lhe opunham resistência. (...) matando a sangue frio quase tôdas as pessoas que resistiram aos seus criminosos intentos.⁶³⁰

Apesar da ênfase destinada às ações do líder desse bando criminoso, chamado Jacó Patacho, que não era índio, Domingos Antônio Raiol fez questão de destacar na narrativa de *Motins Políticos* que suas ações violentas contavam com apoio de populações indígenas que participavam diretamente das atrocidades cometidas.

Na ótica do Barão, os grupos indígenas, por não estarem completamente “civilizados”, tornavam-se fáceis de serem aliciados por bandidos ou lideranças políticas “mal intencionadas” a participar tanto dos movimentos de rebelião como também de bandos marginais. Estes, se aproveitando da suposta “ingenuidade” dessas populações poderiam facilmente corrompê-las a seu favor.

Além disso, mesmo sem interferência direta de alguma liderança branca ou mestiça “mal intencionada”, os grupos indígenas poderiam ameaçar a ordem vigente. Um bom exemplo dessa situação presente na obra *Motins Políticos* pode ser verificado quando Raiol refere-se positivamente às ações do tenente-coronel Simões da Cunha em um dos *motins*, pois o mesmo “tratou logo de restabelecer a ordem, como felizmente conseguiu na missão de Maués, onde os selvagens da Mundurucância tinham assassinado trinta praças

⁶²⁹ Idem Ibidem. p. 142

⁶³⁰ RAIOL, Domingos Antônio. Op. Cit, Vol. I. p. 285

com receio da suposta escravidão”.⁶³¹ Bárbaros, dissolutos e ameaçadores, os índios na narrativa de *Motins Políticos* estavam mais próximos das descrições de cientistas e naturalistas, que no geral atribuíam a essas populações caracteres depreciativos, permeados pela suposta inferioridade em relação à cultura européia, que propriamente ao sentimentalismo romântico.

Além das poucas referências sobre a participação de grupos indígenas nos *motins*, Domingos Antônio Raiol se preocupou em expor essas populações a partir de um enfoque diferenciado, caracterizado por aspectos referentes ao plano cultural, lingüístico e etnográfico dessas sociedades amazônicas.

Um exemplo da presença de percepções sobre os índios semelhantes aos estudos realizados pelos intelectuais científicistas pode ser observado nas informações prestadas pelo Barão em relação ao processo de fundação da cidade de Vigia, onde esse autor trata minuciosamente de várias características dessas populações, de sua língua, costumes e espaço que habitavam:

Os índios tupinambás foram os seus primeiros habitantes, formando uma aldeia a que chamavam *Uruitá*. Essa palavra compõe-se de uru, cêsto com tampa, feito de cipó entremado de palha, que serve de baú aos índios – e de *itá*, pedra. Naturalmente havia no pôrto entre as lajes que atualmente ainda existem, alguma com semelhança de cêsto, donde derivaram aquêle nome que significa na língua tupi – cêsto de pedra. (...) Esta circunstância aconselhou a escolha que o govêrno colonial fêz dêste ponto para estabelecer uma guarnição destinada a proteger a navegação contra os assaltos dos índios (...). Apesar dos minguados recursos dessa triste época de barbaria, a nascente povoação foi tendo algum crescimento.⁶³²

Além da preocupação em analisar os significados de palavras de origem tupi, utilizadas para descrever a ocupação dessas populações na região onde foi criada a comunidade de Vigia, o Barão de Guajará se empenhava em qualificar os nativos que habitavam primordialmente as terras onde seria estabelecido aquele núcleo populacional como “bárbaros” e ameaçadores a “civilização”.

Raiol, ao contrário da visão “indianista”, não relacionava os índios a qualquer perspectiva patriótica ou heróica. Em sua narrativa, os gentios estavam muito mais próximos das idéias de violência e destruição que haviam assolado a Amazônia durante as décadas de 1820 a 1840. Dessa forma, as considerações sobre os grupos indígenas que fizeram parte nos movimentos de rebelião eram marcadas pela aproximação do espírito

⁶³¹ Idem Ibidem. Vol. I. p. 270

⁶³² Idem Ibidem. Vol. II. p. 733

científico de finais do século XIX, quando os acontecimentos históricos poderiam ser supostamente explicados a partir de leis objetivas e naturais.

Embasado nessas idéias, em alguns trechos da narrativa de *Motins Políticos*, Domingos Antônio Raiol buscava descrever aspectos que demonstrassem a mistura entre as culturas indígena, negra e branca, aproximando-se curiosamente nessa situação de alguns estudos realizados por naturalistas e etnólogos, comuns na virada do século XIX para o XX, como podemos verificar na citação a seguir, direcionada à festa de São Tomé:

Esta festa, ensinada pelos jesuítas, era feita por tapuios não por devoção, porém por mero folguedo (...). Na noite de Natal, na véspera e no dia da festa, que era em uma das oitavas, o juiz e a juíza caminhavam pela catedral precedidos do sairé, que era um semicírculo de cipó de seis palmos de diâmetro (...). Todo êste artefato era cingido de algodão batido, adereçado de malacachetas e fitas, aderente a seis pequenas varas também cobertas de algodão batido. Três índias pegavam estas varas, sendo a do meio chamada – mestra. Uma quarta índia pegava na ponta de uma longa fita atada no alto do sairé por baixo da cruz. Esta índia ia saltando para um e outro lado, adiante e atrás da mestra (...). Estas índias e as outras que acompanhavam o sairé como as mulheres que compareciam à casa do juiz e da juíza, trajavam cassas e cambraias tão finas que não escondiam, apenas lhes sombreavam as formas.⁶³³

A observação desse trecho da obra *Motins Políticos* revela que as preocupações do Barão de Guajará em sua narrativa iam muito além de apresentar as populações indígenas unicamente como participantes dos movimentos de rebelião, pois envolviam aspectos que apontavam para o espírito científico e racional que despontava nas últimas décadas do século XIX. Nesse caso, gradativamente “os selvagens foram sendo vistos e analisados por padrões mais humanos ou naturais e menos míticos, passando á portadores de vários costumes condenados pela civilização”.⁶³⁴

Sintonizado com essas propostas, Domingos Antônio Raiol mostrava nessa descrição contida no texto de *Motins Políticos* algumas opiniões relacionadas a um evento que simbolizava o processo de miscigenação entre a cultura indígena e as pertencentes às populações brancas e africanas. Nesse sentido, seu pensamento sobre a realização dessa festa era muitas vezes marcado por enfatizar os traços supostamente “negativos” dessa mistura, fato que o aproximava da linguagem científicista que começava a se difundir no Brasil durante o contexto das décadas de 1860 e 1870.

⁶³³ Idem Ibidem. Vol. II. p. 542-543

⁶³⁴ NAXARA, Márcia. *Cientificismo e sensibilidade romântica*. Op. Cit. p. 45

Assim, embora as considerações de Raiol sobre a participação indígena nos festejos da noite de Natal em uma área de Belém centrem o enfoque em populações indígenas aculturadas, as mesmas são mostradas através de uma perspectiva que “buscava nas diferenças (...) entre homens índios de caráter e de personalidade, que terminava por localizar, no contexto da cientificidade, a explicação biológica material do atraso tecnológico de muitas sociedades humanas”⁶³⁵ e também de certos comportamentos considerados “dissolutos”. Para completar, Domingos Antônio Raiol também enxergava as sociedades indígenas a partir dos preceitos de irracionalidade e selvageria. Sobre esse ponto, as referências presentes nessa citação, direcionadas à participação de índias seminuas na festa de Natal na capital paraense durante as ocorrências da Cabanagem, podem ser consideradas elucidativas quanto a essa questão, por simbolizarem um momento no qual o Barão recusava e criticava diretamente o comportamento social e cultural de grupos indígenas em processo de integração a partir do convívio com os brancos.

Para Raiol, a participação de comunidades indígenas nos *motins*, ou mesmo na realização de festas que ressaltavam seus traços culturais e comportamentais, representava aspectos que fortaleciam o caráter “degenerado” dessas populações, que em seu estágio de “atraso” e “selvageria” pouco tinham a contribuir para o desenvolvimento da região. Assim, por meio de concepções “civilizatórias”, o Barão de Guajará acreditava na perspectiva de imposição da cultura do homem branco sobre as indígenas, visando através de medidas como a educação e a catequização, saídas para o suposto “atraso” em que essas populações se encontravam:

Promover a educação da mocidade; vigiar sôbre os estabelecimentos de caridade, prisões e casas de correção e trabalho (...) promover as missões de catequese de índios, a colonização de estrangeiros (...) cuidar de promover o bom tratamento dos escravos.⁶³⁶

A ausência de políticas atuantes responsáveis por medidas que facilitariam a inclusão dos índios no processo de “civilização”, como haviam objetivado os jesuítas em relação às sociedades indígenas do Grão-Pará e Maranhão no século XVIII, se constituía numa possível resposta, segundo Raiol, para a participação dessas populações nos movimentos de rebelião na Amazônia durante a fase de Adesão e Regência.

⁶³⁵ NETO, Edgard Ferreira. História e Etnia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história*. Op. Cit. p. 320

⁶³⁶ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Op. Cit. Vol. I. p. 81

No tocante a esse aspecto, Domingos Antônio Raiol criticava diretamente as medidas adotadas pelo governo lusitano desde a época colonial, particularmente o Diretório Pombalino na Amazônia,⁶³⁷ ao expressar que “as fábricas nacionais e as roças comuns, eram estabelecimentos criados sob inspiração de alguns especuladores a fim de melhor de locupletarem com o trabalho dos pobres índios”.⁶³⁸

Segundo Raiol, o Governo Imperial brasileiro deveria seguir (em relação aos índios) o modelo implantado por várias potências imperialistas européias no século XIX, caracterizado pela “existência de um projeto missionário de implantação dos ‘valores superiores’ da civilização ocidental no planeta”,⁶³⁹ pois segundo o Barão, os “melhoramentos sociais têm limites que é lícito ultrapassar, acelerando fora de tempo os movimentos regulares da civilização”.⁶⁴⁰

Acreditando que os “tapuias” eram portadores de costumes “violentos” e “abomináveis”, o Barão de Guajará defendia que os mesmos não haviam ainda sido “manipulados” pelas autoridades de uma forma mais adequada para que fosse possível o alcance da “civilização”, pois mesmo com a proposta governamental de inserir a catequese e a civilização dos indígenas na “pauta como um ramo do ‘serviço público’ integrado à pasta Ministerial do Império”,⁶⁴¹ Raiol defendia ações mais enérgicas por parte da monarquia para resolver esse “problema”.

Em sua obra inacabada *Um capítulo de história colonial do Pará*, elaborada alguns anos após a publicação do último tomo de *Motins Políticos*, Domingos Antônio apresenta vários caminhos para algumas ações que acreditava serem adequadas para o alcance desse fim, centradas na proposta de inserir nos gentios os “benéficos influxos da civilização”⁶⁴² para a superação dos “hábitos rudes e selváticos (...) como os têm todos os povos barbarizados”.⁶⁴³

⁶³⁷ Na segunda metade do século XVIII, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, Primeiro Ministro de Portugal, visando superar os entraves a exploração da Amazônia, de sua colonização e gerar mais lucros para Portugal, estabeleceu uma política indigenista, conhecida como Diretório. Essa, consolidada através de uma lei promulgada em 1755, foi responsável por retirar os grupos indígenas da tutela missionária, pois visava integrar essas populações ao convívio com o homem branco, através da atividade de colono. Para informações mais detalhadas, ver: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia. De maioria a minoria, 1750-1850*. Petrópolis: Vozes, 1988. SOARES, Álvaro Texeira. *O Marquês de Pombal*. Brasília: Editora da UNB, 1983.

⁶³⁸ Idem Ibidem. Vol. I. p. 202

⁶³⁹ NETO, Edgard Ferreira. História e Etnia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história*. Op. Cit. p. 319

⁶⁴⁰ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Op. Cit. Vol. III. p. 992

⁶⁴¹ KAORI, Kodama. *Os Índios no Império do Brasil*. Op. Cit. p. 244

⁶⁴² RAIOL, Domingos Antônio. *Um capítulo de história colonial do Pará*. Tomo II, Fascículo I. Op. Cit. p. 287

⁶⁴³ Idem Ibidem. p. 287

Dessa forma, uma das primeiras medidas defendidas pelo Barão consistia em admitir que apesar dos índios serem portadores de “erros e defeitos, que os tiveram muitos e abomináveis (...) êles uma vez ou outra foram algozes dos conquistadores”.⁶⁴⁴ Ainda sobre esse ponto, Raiol discordava de Varnhagen ao afirmar que no “Brasil, os naturais nunca foram tratados como deviam sê-lo”⁶⁴⁵ e a melhor saída consistia no fim de medidas rudes e violentas contra eles, que em diversas situações foram “reduzidos à escravidão, perseguidos e martirizados”.⁶⁴⁶

Além disso, Raiol lamentava que ao longo da história brasileira, os conflitos entre índios e colonizadores haviam propiciado a morte de muitos gentios, ocasionando a “perda de tantos braços robustos, afeitos ao clima, e aos rigores do tempo”,⁶⁴⁷ pois, acostumados a “gozar da antiga liberdade dos bosques, era natural que considerassem tentativa de escravidão qualquer constrangimento que se lhes fizesse”⁶⁴⁸.

Conhecedor das situações que envolviam o índio na época, Domingos Antônio Raiol acreditava que a melhor forma destes alcançarem a “civilização” consistia no processo intensivo de catequização realizado por meio da “intervenção dos missionários”⁶⁴⁹, única saída para estabelecer boas relações com os índios “derramando-lhes no espírito o sentimento de paz e fraternidade”. Essa posição ocorria também em razão da “retomada de uma tradição filantrópica devolvida por uma releitura cristianizada e mais conservadora”⁶⁵⁰ influenciada pelos debates do período nos quais “seria uma expressão e uma referência o *Espírito do Cristianismo* de Chateaubriand”⁶⁵¹, a quem Raiol faz diversas referências no texto de *Motins Políticos*.

Por fim, apesar de ter deixado muitos “silêncios” quanto à participação indígena na obra *Motins Políticos*, o Barão de Guajará transmitiu em seus escritos aquilo que acreditava quanto ao destino dessas populações. Os “tapuias” descritos por ele, embora vistos como portadores de costumes “selvagens” e “bárbaros”, caso fossem “educados” e “cristianizados”, sem exploração e violências, tinham plena condição de adequarem-se aos valores “civilizados” do homem branco, e assim contribuir para o engrandecimento do Império.

⁶⁴⁴ Idem Ibidem. p. 293

⁶⁴⁵ Idem Ibidem. p. 293

⁶⁴⁶ Idem Ibidem. p. 293

⁶⁴⁷ Idem Ibidem. p. 293

⁶⁴⁸ Idem Ibidem. p. 288

⁶⁴⁹ Idem Ibidem. p. 288

⁶⁵⁰ KAORI, Kodama. *Os Índios no Império do Brasil*. Op. Cit. p. 174

⁶⁵¹ Idem Ibidem. p. 174

CONSIDERAÇÕES FINAIS



BARÕES (sem grandeza) (fig.3)

Coroa que simbolizava o título de Barão, adquirido por Raiol, Almanak Laemmert 1884.

Em 1884, o Almanak Laemmert, periódico bastante conhecido durante o Império, publicou na página 73 de sua coluna Nobreza Brasileira, uma lista atualizada dos novos membros possuidores de títulos nobiliárquicos. Esta, organizada na ordem alfabética, possuía um breve tópico com menos de duas linhas, nas quais constava a seguinte informação: “*de Guajará, Domingos Antônio Raiol (1º Barão desse título por Decreto de 3 de março de 1883), S. Paulo*”.⁶⁵²

Pertencente às elites enobrecidas, Domingos Antônio Raiol, ou melhor, o Barão de Guajará, se constituiria em mais um dos “570 novos titulados”⁶⁵³ pelo imperador “só no período que vai de 1870 a 1888”,⁶⁵⁴ que passaram a integrar o “elástico” ambiente da Corte.

Raiol, congratulado no final do regime monárquico com um título de Barão, um político imperial de respeito testemunhou os tumultuados anos da primeira república. Viveu ainda para ver a prosperidade e crise da economia da borracha, morrendo quando iniciava a primeira grande guerra. Hoje é muito mais respeitado pela riqueza e diversidade dos estudos que legou à posteridade e especialmente pelas fontes que levantou para a história da Cabanagem. Pouco sobrou do Barão de Guajará, de seus ideais políticos, literários e históricos.

Em seu livro *Motins Políticos*, aqui analisado, se entrecruzam pensamentos e perspectivas diversas que interpõem aspectos da política, sociedade, sentimentos, e ciência. Observados desde o processo de composição dos diversos tomos, inserção nos círculos de

⁶⁵² Nobreza Brasileira. IN: *Almanak administrativo, mercantil e industrial do império do Brazil*. 41º ano, Rio de Janeiro, 1884. p. 73

⁶⁵³ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador*. Op. Cit. p. 160

⁶⁵⁴ Idem Ibidem. p. 160

letrados brasileiros passando pela sua aceitação nos estreitos quadros do IHGB, instituição responsável pela construção da história oficial do país durante o Império, até a análise da obra em si, nos seus aspectos românticos e cientificistas.

Na investigação de sua produção, percebeu-se de imediato que no contexto monárquico, produção intelectual e interesses políticos não estavam dissociados, compondo um jogo de experiências e relações sociais que refletiam o plano ideológico-partidário vivenciado no Império. Assim, enquanto parte dos órgãos de imprensa, integrados por elites políticas e intelectuais liberais, elogiaram a narrativa de Raiol, outro grupo, formado pelos seus adversários políticos, realizavam críticas mais incisivas, direcionadas ao suposto partidarismo do texto em questão.

Posteriormente, nas primeiras décadas da república, essa mesma obra, que durante a monarquia havia tido uma acolhida polêmica, começa a sofrer objeções cada vez maiores, seja pela postura política ou ideológica de seu autor. O Barão era vislumbrado, por muitos intelectuais do século XX como autor de uma importante e vasta obra, mas, por outro lado, possuidora de percepções “conservadoras” e “retrógradas”.

Nas décadas de 1970 e 1980, sob impulso dos 150 anos da Cabanagem, a obra *Motins Políticos* continuou sendo amplamente utilizada, tanto por intelectuais favoráveis a ditadura, como por intelectuais com tendências marxistas, que reconstituíram aquele movimento social a partir da lógica da luta de classes. Em seguida, ao expor as perspectivas apresentadas por alguns pesquisadores de finais do século XX e início do XXI, foi constatado que o texto de *Motins Políticos* ganhou novos enfoques no meio intelectual, deixando de ser fonte quase exclusiva para estudos direcionados a história político-social, e passando a incorporar temáticas cada vez mais inovadoras e diferenciadas, onde tivemos como exemplo, os estudos realizados pelas historiadoras Magda Ricci e Nathacha Regazzini Bianchi Reis.

A análise da presença de aspectos do pensamento romântico no texto de Raiol foi outra inovação presente nesta dissertação, pois o Barão não observou os eventos da história político-social paraense das décadas de 1820 e 1830 apenas com os “olhos” de um analista frio, mas marcado pelo subjetivismo e sentimentalismo que guiaram a intelectualidade brasileira do século XIX. Assim, muito além da tragédia familiar, tão enfatizada por alguns estudiosos como contribuição para o caráter sentimental da obra, foi o pensamento romântico, que estabeleceu os ditames mais significativos de subjetividade, pois seu autor teve acesso a algumas das principais obras pertencentes a esta estética literária, como por

exemplo, o livro *O Gênio do Cristianismo*, do autor francês François-René de Chateaubriand, que o Barão cita em alguns momentos de sua obra.⁶⁵⁵

Suas descrições do meio natural, das paisagens, das turbas, mulheres etc., estavam respectivamente eivadas de passagens heróicas, pureza e patriotismo “entificada como alma ou espírito nacional”,⁶⁵⁶ que faziam parte do ideário romântico na época, transformando várias partes de seu livro em um verdadeiro libelo em defesa do Estado-nação, que possui um “lugar de honra no campo da historiografia do oitocentos”.⁶⁵⁷

Contudo, nem só de sentimentalismo e subjetivismo romântico foram feitos os tomos de *Motins Políticos*, que escritos no decorrer de quase três décadas, também estiveram marcados pelo influxo de idéias científicas direcionadas muitas vezes ao mundo natural e social amazônico.

Através dessas idéias, Raiol objetivava encontrar sentidos mais “exatos” e “biológicos”, estabelecendo um discurso esquematizante e racional da realidade social e política da Amazônia, que passava pela concepção clara de “distinguir a verdade histórica da ficção literária a partir da separação entre dois tipos de fatos – os verdadeiros, que podem ser comprovados, e os falsos, de comprovação impossível”.⁶⁵⁸

Assim, utilizando-se de erudição e do pensamento científico, Raiol tentava provar, através da exposição de argumentos pertencentes às ciências exatas, biológicas (doenças), e até raciais, que qualquer movimento contrário à ordem estabelecida era considerado ameaçador aos ideais de progresso e propagadores da anarquia. Suas percepções em relação ao pensamento científico aproximavam-se das expostas por Haeckel, que “apresentou a teoria da evolução como o melhor argumento contra as aspirações igualitárias”⁶⁵⁹ ou de Spencer, que através da biologia nutria “o desejo de legitimar a ordem social existente.”⁶⁶⁰

Sob a égide dessas idéias, Raiol deixava indícios que acreditava na determinação do meio natural, social e educacional amazônico, como propiciadores da não “civilização” das populações nativas da região, defendendo para a mesma o processo migratório de “raças

⁶⁵⁵ Ver: RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. II. Op. p. 483

⁶⁵⁶ FALCON, Francisco. *História e poder*. Op. Cit. p. 65

⁶⁵⁷ Idem Ibidem. p. 65

⁶⁵⁸ Idem Ibidem. p. 66

⁶⁵⁹ DELAGE, Y. GOLDSMITH, M. *As teorias da evolução*. Op. Cit. p. 390

⁶⁶⁰ Idem ibidem. p. 398

laboriosas e moralizadas”,⁶⁶¹ para a superação do suposto “atraso” da Amazônia frente a outras partes do Brasil e do mundo.

Interlocutor na Amazônia de um discurso cientificista, Domingos Antônio Raiol empregava na obra *Motins Políticos* um relato cuja natureza, face ao advento dos movimentos de rebelião, era observada não apenas como um “cenário” imóvel dos acontecimentos, mas como algo direta ou indiretamente atuante, presente no corpo, alma e mente dos grupos humanos envolvidos. Para o Barão, o conhecimento adquirido por meio do pensamento científico, em vigor na época, era importante, e as teorias desenvolvidas por alguns intelectuais e cientistas, particularmente europeus, fossem levadas em consideração pelas autoridades políticas brasileiras, que deveriam intensificar o processo civilizatório de populações negras e indígenas, através respectivamente do controle social para os africanos e da ação de grupos missionários responsáveis pela catequização e educação dos indígenas.

Ademais, a identificação dessas idéias cientificistas nos escritos de Raiol, em conjunto com o pensamento romântico, auxilia na possibilidade de sobrepular as visões e análises “superficiais”, antes predominantes, que percebiam a narrativa de *Motins Políticos* somente pelo enfoque da riqueza documental ou acontecimentos sócio-políticos descritos.

A superação das perspectivas hegemônicas no seio desta historiografia anterior, preocupada quase essencialmente com a análise dos “eventos” e “heróis” na obra em questão, possibilitou descobertas interessantes acerca deste livro e de seu autor, portadores de uma riqueza de informações que aparentemente passaram despercebidas aos olhos de boa parte dos estudiosos e críticos.

Formado num ambiente marcado pelo pensamento romântico, e depois influenciado pelas idéias cientificistas, Domingos Antônio Raiol incorporou em diferentes momentos de sua obra *Motins Políticos* essas duas concepções, explicando as ações das turbas e seu ambiente através de perspectivas que poderiam variar entre o viés sentimental-subjetivo ou através da lógica racional-científica. Raiol é um historiador e não apenas um organizador de documentos sobre a Cabanagem com grande parte de seus críticos e analistas apresentaram até recentemente. Sua obra *Motins Políticos* pode ser caracterizada como a prova evidente dessa afirmativa, ao possuir em suas páginas uma grande variedade de pensamentos políticos, sociais, científicos e literários difundidos no Brasil ao longo do segundo reinado.

⁶⁶¹ RAIOL, Domingos Antônio. *Abertura do Amazonas*. Op. Cit. p. 21

Os tomos de *Motins Políticos*, escolhidos como base para esta dissertação, propiciaram ricas descobertas nos âmbitos de relação com a literatura romântica/cientificista, ou mesmo informações antes pouco prestigiadas, sobre o processo de produção e recepção desses escritos. É certo que ainda resta espaço para análises dos outros trabalhos deste autor. Contudo o primeiro passo veio no sentido de permitir outros ainda não investigados, os quais propiciarão diversificados caminhos para qualquer pesquisador que se habilite a essa árdua tarefa.

Finalmente, se o Império entrou em colapso e os títulos nobiliárquicos hoje nada mais valem que a simples lembrança de uma época, ainda há razões para se estudar homens como Raiol. O presente estudo ajudou a consolidar a história de um súdito de D. Pedro II, um historiador atento com os avanços e modernidades de uma época e, sobretudo um homem de Estado envolvido com as questões mais relevantes de seu mundo. Desta forma, analisar a obra de Domingos Antonio Raiol não se limita a fazer um elogio a um “grande homem”, mas compreender os meandros do poder Imperial.

FONTES IMPRESSAS CITADAS

ANAIS PARLAMENTARES E RELATÓRIOS

Annaes da bibliotheca do Archivo Publico do Pará. Tomo primeiro. Belém: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1902. p. XV

Anais da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará. Tomo XII, Belém: SECDT, 1981.

Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Deputados. Tomo 3, Sessão em 26 de julho de 1864. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1864.

Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Deputados. Tomo 1, Sessão de 1865. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1865.

Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Deputados. Tomo 1, Sessão em 29 de maio de 1866. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1866.

Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Srs. Deputados, primeiro ano da décima-terceira legislatura, Sessão de 1867, tomo IV. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de Villeneuve & C. 1867.

Falla do Exm. Presidente da Provincia de Pernambuco Francisco Rego Barros, 1838. Recife: Tip. de Santos & Companhia, 1838.

Exposição apresentada pelo Exm.º Senr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, presidente da província do Gram-Pará ao Exm.º Senr. Tenente Coronel Henrique de Beaurepaire Roham no dia 29 de maio de 1856. Belém: Typ. De Santos & filhos, 1856. p. 14

Relatorio do presidente da provincia Doutor João Alfredo Correa de Oliveira passando a administração da mesma ao 1º vice-presidente, Doutor Abel Graça. Belém: Typographia do Diario do Gram-Pará, 1870.

Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José da Gama Malcher 1º vice-presidente da província, passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas Filho em 27 de abril de 1881. Belém: Typ. Do Diario de Noticias. 1882.

Relatorio com que o exm. SR. Barão de Guajará passou a administração da provincia do Ceará. Fortaleza. Typographia do Cearense, 1883.

Fala dirigida a assembléia legislativa provincial de São Paulo na abertura da 1ª sessão da 25ª legislatura. São Paulo: Typ. Da Gazeta Liberal, 1884.

Collecção das Leis do Imperio do Brasil. Tomo 4º. Parte 1, Seção 28ª. Rio de Janeiro. Typographia Nacional. 1841.

LIVROS

ABREU E LIMA, José Ignácio de. *Compendio da historia do Brasil*. Rio de Janeiro: H. Laemmert. 1843.

ALMEIDA, Tito Franco de. *O Conselheiro José Furtado: biographia e estudo de história política contemporanea*. Rio de Janeiro: H. Laemmert. 1867.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *O Valle do Amazonas: Estudo sobre a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produções, commercio, questões fiscaes do valle do Amazonas*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1899.

BRASIL, Thomaz Pompêo de Souza. *Compendio elementar de geographia geral do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: H. Laemmert. 1864.

CONSTANCIO, Francisco Solano. *História do Brasil, desde o seu descobrimento por Pedro Alvares Cabral até a abdicação do imperador D. Pedro I*. Paris: Livraria Portuguesa, 1839.

DELAGE, Y. GOLDSMITH, M. *As teorias da evolução*. Trad. Armando Cortesão. Lisboa: Typografia A Editora Limitada, 1909.

GUIMARÃES, Isidoro Francisco. *Memoria historica sobre os ultimos sucessos no Pará*. Lisboa, Typographia de C. J. da Silva & Comp, 1836.

HECKEL, Ernesto. *Maravilhas da vida*. Trad. João de Meyra. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão. 1910.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *Indice chronologico dos factos mais notaveis da historia do Brasil: desde seu descobrimento em 1500 até 1849*. Rio de Janeiro: Typographia de Francisco de Paula Brito, 1850.

_____. *A escravidão no Brasil: ensaio historico-juridico-social*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros*. Tradução, prefácio e notas de Pirajá da Silva. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Nacional. 1979.

RAIOL, Domingos Antônio. *O Brasil político*. Belém: Tip. do Diário do Comércio. 1858.

_____. *Visões do Crepúsculo – A Revista – Magazine ilustrado*. Belém: Alfredo Silva & Cia. 1898.

_____. *Juízo Crítico sôbre as obras literárias de Felipe Patroni*. Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará, 1º volume, 3º fascículo, Imprensa Oficial, Belém, 1900.

_____. *Abertura do Amazonas*. Tip. do Jornal do Amazonas, Belém. 1867.

_____. *Catechese de indios no Pará*. Annaes da Bibliotheca e archivo publico do Pará. Tomo II. Belém. Imprensa Official. 1902.

ROMERO, Sílvio. *O Naturalismo em Literatura*. São Paulo: Tipografia da Província. 1882.

SILVA, João Manuel Pereira da. *Historia da fundação do imperio brasileiro*. Tomo II, Rio de Janeiro: B. L. Garnier Editor. 1865.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Historia geral do Brazil*. Tomo II, Rio de Janeiro: H. Laemmert. 1857.

VASCONCELOS, Zacarias de Goés e. *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1862.

VERÍSSIMO, José. *Estudos brasileiros (1877-1885)*. Belém: Editores Tavares Cardoso. 1889.

PERIÓDICOS

Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert. 1865.

Almanak administrativo, mercantil e industrial do império do Brazil. 41º ano, Rio de Janeiro, 1884.

Revista Trimensal de história e geographia ou jornal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil. Tomo I. Rio de Janeiro: Tip. da Ass. do Despertador. 1839.

Revista Trimensal de história e geographia ou jornal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil. Tomo II. Rio de Janeiro: Tip. da Ass. do Despertador. 1840.

Revista Trimensal de Historia e Geographia do Instituto Histórico e Geographico do Brazil. tomo 6, Rio de Janeiro: Tipographia Universal de Laemmert. 1844.

Revista Trimensal de Historia e Geographia. Rio de Janeiro, Tipographia Universal de Laemmert. 1848.

Revista do instituto historico e geographico do Brazil. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert. 1856.

Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos. 1858.

Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil. Tomo XXIII, Rio de Janeiro: Tip. de Luiz Domingos dos Santos. 1860.

Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil. Tomo XXIV. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos. 1861.

Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos. 1862.

Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil. Tomo XXVI. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos. 1863.

Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil. Tomo XXVII. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos. 1864.

Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil. Tomo XXVIII. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos. 1865.

Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil. Tomo XXIX, segunda parte. Rio de Janeiro: Tip. de Pinheiro e Comp. 1866.

Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil. Tomo XXX. Rio de Janeiro: B. L. Garnier – Livreiro-editor. 1867.

Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil. Tomo XXXI, parte primeira. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro-editor. 1868.

Revista de Estudos Paraenses. Belém: Tip. do Diário Oficial. 1894.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. 171, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

Revista do Instituto Historico e Geographico do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará. 1918.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Vol. XIV, Belém: Imprensa Universitária do Pará, 1966/1967.

JORNAIS

A Provincia do Pará. Belém: anno XV, nº 4295. 11/10/1890.

A Provincia do Pará. Belém: anno XVI, nº 4552. 26/07/1891.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALENCAR, José de. *O Guarani*. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2002.

ALVES FILHO, Armando, SOUZA JÚNIOR, José Alves, BEZERRA NETO, José Maia. *Pontos de História do Pará*. Belém: Produção Independente, 1999.

AMORA, Antônio Soares. *O Romantismo (1833/1838 – 1878/1881)*. São Paulo, Cultrix. 1967.

AQUINO, Rubim Santos Leão de, (et ali). *Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Trad. Andréa Dore. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 3ª Edição. São Paulo: Annablume, 2004.

AZEVEDO, J. Eustachio de. *Literatura Paraense*. 3ª Ed. Belém: SECULT. 1990.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. Trad. Izodoro de Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

BLANC, André. História social e geografia humana. IN: *A história social: problemas, fontes e métodos*. (direção) Vitorino Magalhães Godinho. Lisboa: Cosmos. 1967.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 3ª Ed. Ed. Trad. Maria Manuel e Rui Grácio. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 41 ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II*. Trad. Maria Helena. B. Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. *Escritos sobre a história*. Trad. J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Capinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis, 1979.

_____. *Machado de Assis e a Política: mais outros estudos*. São Paulo: Polis, Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1983.

_____. *Naturalistas, Parnasianos e Decadentistas*. São Paulo: Unicamp, 1991.

_____. *A vida literária no Brasil - 1900*. 5 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2005.

BURGUIÈRE, André. *A antropologia histórica*. IN: LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. 5ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução Francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CAMPOFIORITO, Quirino. *História da pintura brasileira no século XIX*. Rio de Janeiro, Pinakothek, 1983.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução à Historiografia*. Trad. Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion Cardoso e VAINFAS, Ronaldo (orgs.), *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARNEIRO, Levi. *Uma experiência parlamentarista*. São Paulo: Martins, 1965.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Maria Cecília M. (Org.). *Construindo o saber – metodologia científica, fundamentos e técnicas*. 18 ed. Campinas (SP): Papyrus, 2007.

CHALHOUB, Sidney, PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (orgs.). *A história contada. Capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Ciência e ideologia em Memórias Póstumas de Brás Cubas*. IN: Machado de Assis, historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger, *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*, Lisboa: Difel, 1988.

CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

_____. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CITELLI, Adilson. *Romantismo*. São Paulo: Editora Ática. 2004.

CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ Editora.

COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia positiva: primeira lição*, Comte. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Abril cultural, 1978.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução a literatura no Brasil*. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 1988.

COUTINHO, Afrânio. COUTINHO, Eduardo de Faria. *A Literatura no Brasil: A era Romântica*. Vol. 3. 7ª ed. São Paulo: Global, 2004.

CRUZ, Ernesto Horácio da. *Nos Bastidores da Cabanagem*. Oficina Gráfica da Revista de Veterinária, 1942.

_____. *História do Pará*. Belém: Universidade do Pará, 1969.

_____. *Procissão dos séculos: vultos e episódios da história do Pará*. Belém: Imprensa Oficial 1952.

_____. *História de Belém*. Vol. 2, Belém: Coleção Amazônia, 1973.

CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. *A Universidade Temporã: o ensino superior da colônia a era Vargas*. 3ª Ed. São Paulo: Unesp, 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorhe Zahar Ed, 2000.

De oratore, II, 9, 36. In: CICERÓN, M. T. *El Orador*. Ed. bilingüe. Texto revisado y traducido por A. Tovar y A. R. Bujaldón. Barcelona: Alma Mater, 1967.

DEL PRIORE, Mary. *Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil*. São Paulo: SENAC, 2000.

- DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. 2ª ed. Belém: Cejup, 1990.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama: reflexões sobre o tempo e a história*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.
- DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Trad. Dulce Oliveria Amarante dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- DUBY, Georges. *A História Continua*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.
- ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FACCIOLI, Valentim; OLIVIERI, Antônio Carlos. *Antologia da poesia brasileira: romantismo*. 9ª Ed. São Paulo: Ática, 1999.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12ª Ed. São Paulo: Globo, 1997.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Vol. I, 3ª edição. Trad. Leonor Martinho Simões. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 9ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva / Marcos Cezar de Freitas (org.)*. São Paulo: Contexto. 2005. 6ª ed.
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, volume II 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 185-231.
- GUIMARÃES, Manoel L. S. *Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional*. Estudos históricos. Rio de Janeiro, Nº. 1. 1988.
- GUINSBURG, Jacó (Org.) *O romantismo*. 4ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História. Ensaios*. Trad. Cid K. Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1998

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1960-1964. Tomo II. O Brasil Monárquico.

_____. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

HURLEY, Henrique Jorge. *A Cabanagem*. Belém: Livraria Clássica, 1936.

_____. *Noções de História do Brasil e do Pará*. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré. 1938.

ILDONE, José. *Noções de História da Vigia*. 1ª Ed. Belém: Edições SEJUP. 1991.

KAORI, Kodama. *Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.

KOTHE, Flávio R. *O cânone imperial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

LEE, Anna. *O sorriso da sociedade: intriga e crime no mundo literário da belle époque*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª Ed. Trad. Bernardo Leitão. [et. al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger (Orgs.). *A história nova*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

LE MOS, Maria Alzira Brum. *O doutor e o jagunço: ciência, cultura e mestiçagem em Os Sertões*. São Paulo: Arte&Ciência, 2000.

LIMA, Luis Costa. *A Aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *A Guerra do Paraguai, 130 anos depois*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira (1855-1877)*. São Paulo: T. A. Queiróz, Vol. III. 1993.

MASSAUD, Moisés. *História da literatura brasileira: das origens ao romantismo*. Vol. 1. São Paulo: Cultrix, 2001.

MEDEIROS, Fernando Sabóia de. *A liberdade de navegação do Amazonas; relações entre o Império e os Estados Unidos da América*. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

MEIRA, Clóvis. ILDONE, José. CASTRO, Acyr (Orgs.). *Introdução à Literatura no Pará*. Vol. 1, Belém: CEJUP, 1990.

MEIRA, Octávio. *A primeira república no Pará; desde o crepúsculo da Monarquia até o golpe de estado de 1891*. Belém: Falangola, 1981.

- MENDES, Francisco Paulo. *Raízes do Romantismo*. Belém: UFPA, 1999.
- MICHELET, Jules. *A Agonia da Idade Média*. São Paulo: EDUSC, 1992.
- MOLINA, Manuel González de. *Historia y medio ambiente*. Madri: Eudena, 1993.
- MORAIS, Rubens Borba de. BERRIEN, William. (direção). *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia. De maioria a minoria, 1750-1850*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MUNIZ, Palma. *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. 2ª Ed. Belém: SECULT. 1973.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 1998.
- _____. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NETO, José Maia Bezerra. GUZMÁN, Décio de Alencar. (Orgs.). *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Da Utilidade e do Inconveniente da História para a Vida*. São Paulo: Editora Escala. 2008.
- NOVAES, Adauto (Org.). *Estado sem nação: criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo Reinado*. In. *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. MATTOS, Claudia Valladão de. (orgs.). *O Brado do Ipiranga*. São Paulo: Edusp. 1999.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- PALM, Paulo Roberto. *A abertura do rio Amazonas a navegação internacional e o parlamento brasileiro*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson: objeções e oposições*. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996
- PARANHOS, Haroldo. *História do Romantismo no Brasil*. São Paulo: Cultura Brasileira. 1937-38, 2 vols.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. *Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. Vol. II, Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971.

PERROT, Michelle. (org.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa a Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras. 2009.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Visões da Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia*, Manaus, Valer, 2001.

POMER Leon. *A Guerra do Paraguai – a grande tragédia rio-platense*. São Paulo, Global, 1980.

PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 21ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1994.

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2ª Ed. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970. Original em 5 v. 1865-1890.

RAIOL, Domingos Antônio. *Obras de Domingos Antônio Raiol – Barão de Guajará*. Belém, GRAFISA. 1970.

RANKE, Leopold von. *Leopold von Ranke: história / organizador Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1979.

REIS, Arthur César Ferreira. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Ed.Civilização Brasileira, 1982.

REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 1999.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROCQUE, Carlos. *Cabanagem: epopéia de um povo*. Belém: Imprensa Oficial, 1984.

RODRIGUES DA SILVA, Helenice. *Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002.

RODRIGUES, Dilke Barbosa. *A vida singular de Angelim*, Rio de Janeiro, Pongetti, 1936.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. 7ª Ed., Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1980.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Júlia ou A nova Heloísa*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SALLES Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992.

_____. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. 2ª ed., Brasília: Ministério da Cultura; Belém: SECULT, 1988.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo/Rio de Janeiro: Pallas/EDUC/Fapesp, 2001.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém, Paka-Tatu, 2000.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHORSKE, Carl. *Viena fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHULZ, John. *O exército na política: origens da intervenção militar 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Os Guardiões da Nossa História Oficial - os Institutos Históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989.

_____. *O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras. 1993.

_____. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEIXAS, Ana Maria Ramos. *Sexualidade feminina: história, cultura, família, personalidade e psicodrama*. São Paulo: SENAC. 1998.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. IN: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.), *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

SILVEIRA, Ítala Bezerra da. *Cabanagem: uma luta perdida*. Belém: SECULT. 1994.

SOARES, Álvaro Texeira. *O Marquês de Pombal*. Brasília: Editora da UNB, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O Naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1965.

_____. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 7ª Ed. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil S. A. 1988.

_____. *História da literatura brasileira*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

- SOUSA, Inglês de. *Contos Amazônicos*. São Paulo: Editora Martin Claret. 2005.
- SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da Mudança Social*. São Paulo, Editora Civilização Brasileira, parte I. 1998.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 3 volumes. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Os românticos. A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VENTURA, Tereza. *Nem bárbarie nem civilização*. São Paulo: Annablume. 2006.
- VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.
- VIANNA, Hélio. *Vultos do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília: Thesaurus Editora. 1998.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et ali. *A Pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1989.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. Trad. Alípio Correa de Franca. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

DICIONÁRIOS

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio de língua portuguesa*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A., 1986.
- LEXIKON, Herder. *Dicionário de símbolos*. São Paulo. Editora Cultrix. 1990.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2004.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

REVISTAS

CRONON, Willian. *Os usos da história do meio ambiente*. Environmental history Review, vol. 17, nº 3 (1993).

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DOBLES, M. Sc. Silvia Meléndez. La história ambiental: aportes interdisciplinarios y balance crítico desde América Latina. IN: *Cuadernos Digitales: publicación electrónica en historia, archivística y estudios sociales*. Vol. 7 No. 19. Noviembre, 2002.

DRUMMOND, José Augusto. *A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. Estudos Históricos, vol. 4, nº 8 (1991), pp. 177-97

FERREIRA, L. M.: *Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 13, n. 2, p. 271-92, abr.-jun. 2006.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). RIHGB, Rio de Janeiro, v. 156, nº 388, p. 459-613, jul/set 1995.

METZGER, Jean Paul. *O que é ecologia de paisagens?* Biota Neotropica. Vol.1. <http://www.biotaneotropica.org.br>, publicado em 28 de novembro de 2001.

REIS, N. R. B.. *Historiografia paraense no século XIX: a contribuição de Domingos Antonio Raiol*. In: XI Encontro Regional de História - Democracia e Conflito - ANPUH/RJ, 2004, Rio de Janeiro. Livro de Resumos. Rio de Janeiro, 2004. V. 1.

_____. *Usos da Idéia de República no Contexto da Cabanagem - Pará - 1834-1840*. In: XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz, 2005, Londrina/PR. XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz. Londrina: Associação Nacional de História - ANPUH, 2005.

_____. *Historiografia em transição: a contribuição do Barão de Guajará à história regional amazônica*. In: XII Encontro Regional de História - ANPUH/RJ - Usos do Passado, 2006, Niterói/RJ. XII Encontro Regional de História - ANPUH/RJ - Usos do Passado - Resumos e Programação. Niterói/RJ: ANPUH/RJ, 2006.

REZENDE, Maria José de. Os Sertões e os (des)caminhos da mudança social no Brasil. São Paulo: *Tempo Social (Revista de Sociologia da USP)*, 13(2), Pp. 201-226.

REIS, N. R. B.. *Historiografia paraense no século XIX: a contribuição de Domingos Antonio Raiol*. In: XI Encontro Regional de História - Democracia e Conflito - ANPUH/RJ, 2004, Rio de Janeiro. Livro de Resumos. Rio de Janeiro, 2004. v. 1.

_____. *Usos da Idéia de República no Contexto da Cabanagem - Pará - 1834-1840*. In: XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz, 2005, Londrina/PR.

XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz. Londrina: Associação Nacional de História - ANPUH, 2005.

_____. *Historiografia em transição: a contribuição do Barão de Guajará à história regional amazônica*. In: XII Encontro Regional de História - ANPUH/RJ - Usos do Passado, 2006, Niterói/RJ. XII Encontro Regional de História - ANPUH/RJ - Usos do Passado -Resumos e Programação. Niterói/RJ: ANPUH/RJ, 2006.

RICCI, Magda. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. Revista tempo: Rio de Janeiro, v. 22, 2006.

_____. *Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos*. Anais do Arquivo Público de Belém, Belém, v. 4, 2001.

_____. *História amotinada: memórias da cabanagem*. Cadernos do CFCH, v. 12, n. 1-2. Belém: 1993, pp.13-28.

_____. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. Revista tempo: Rio de Janeiro, v. 22, 2006.

STONE, Lawrence. *O resurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história*. In: Revista de história. São Paulo: UNICAMP. 1991.

WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198 – 215

_____. *History as natural history. The wealth of nature. Environmental history and the ecological imagination*. Oxford: OUP, 1993 pp. 31-43

_____. *Transformações da terra para uma perspectiva agroecológica na história*. Ambiente & sociedade. vol. 5 n. 2/ vol. 6 n. 1. Campinas. 2003.

TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS

ALVES, Moema de Bacelar. *Rosas cercadas de espinhos: as mulheres no contexto da cabanagem*. Monografia de graduação. UFPA, 2020.

ARAÚJO, Johny Santana de. *Um grande dever nos chama: a arregimentação de voluntários para a guerra do Paraguai no Maranhão (1865-1866)*. Teresina: Dissertação de mestrado. UFPI, 2005.

BARROS, Michelle Rose Menezes de. *Germes de grandeza: Antônio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império brasileiro (1823-1850)*. Belém: Dissertação de mestrado. UFPA, 2006.

BEZERRA NETO, José Maia. *Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição* (Brasil. Grão-Pará: 1859-1888). Tese de Doutorado. PUC/SP, 2009.

CABRAL, Jânia Socorro Rocha. *Os cabanos na fala da legalidade, uma leitura da “relação nominal dos rebeldes presos - 1836*. Códice 1130. 1995. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Maria Angelica Motta Maués.

FERREIRA, Eliana Ramos. *Em tempo cabanal: Cidade e Mulheres no Pará Imperial – Primeira metade do século XIX*. 1999. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, PUC, São Paulo, 1999.

MONTEIRO, José Cauby Soares. *Rebeldes, deschapelados e pés-descalços: os cabanos no Grão-Pará*. Dissertação de mestrado. Belém: NAEA-UFPA, 1994.

REIS, N. R. B.. *Motins Políticos, de Domingos Antonio Raiol. Memória, historiografia e identidade regional*. Niterói-RJ: Dissertação de mestrado. UFF, 2003.